

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

RENÉ BECKER ALMEIDA CARMO

**A URBANIZAÇÃO E OS ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS DE
FEIRA DE SANTANA**

DOCTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO

2009

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

RENÉ BECKER ALMEIDA CARMO

**A URBANIZAÇÃO E OS ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS DE
FEIRA DE SANTANA**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência parcial para a obtenção
do título de Doutor em Ciências Sociais, sob a
orientação do Prof. Doutor Edimilson Antonio
Bizelli.**

SÃO PAULO

2009

Banca Examinadora

“Não quero minha casa murada de todos os lados, nem minhas janelas fechadas. Quero que as culturas de todas as nações soprem por toda minha casa o mais livremente possível. Mas nego-me a ser carregado por qualquer uma delas”.

Mahatma Gandhi

*Aos meus pais, José e Odete, em memória
À minha esposa, Maria das Graças
Aos meus filhos, René, Reinaldo e Ramon
Aos meus netos, Clara e Enzo
Às minhas noras Amanda e Luciana
Às minhas irmãs, Nei, Naide e Euza
À minha sogra Waldemira
À Conceição, Sueli e Camila
Aos familiares e amigos
E a todos aqueles que contribuíram para a
realização deste trabalho*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A produção deste trabalho só se tornou possível graças ao apoio de vários colaboradores aos quais sinceramente agradeço.

À DEUS, pela dádiva da vida e por tudo que me tem concedido.

Ao Professor Edimilson Antonio Bizelli, pela convivência, confiança, incentivo, críticas, sugestões e dedicada orientação no desenvolvimento da Tese.

À Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), por proporcionar a realização do Curso de Doutorado em Ciências Sociais.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), pela oportunidade do aprimoramento acadêmico.

À Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais na titularidade da Professora Vera Lúcia Michalany Chaia e de sua Equipe de Colaboradores, pelo apoio recebido em todo momento que se fez necessário.

Aos Professores do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC, pelos ensinamentos transmitidos.

Às Professoras Lucia Maria Machado Bógus e Noêmia Lazzareschi, pela contribuição prestada quando da avaliação do Projeto submetido ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Às Professoras Carla Cristina Garcia e Dulce Maria Tourinho Baptista, pelas críticas e sugestões apresentadas na qualificação da Tese.

Às Professoras Déborah Kelman de Lima, Maira Costa Souza e Maria Leny Souza Oliveira, pelo apoio e incentivo durante o desenvolvimento da pesquisa.

À Professora Maria Conceição de Oliveira Lopes, pela competência e desprendimento na correção gramatical deste trabalho.

Aos colegas e funcionários da UEFS, em especial, ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas na Pessoa do Professor Jorge Aliomar Barreiros Dantas, pelo estímulo e incentivo durante a realização do curso.

À José Ronaldo de Carvalho, ex-prefeito de Feira de Santana, pelo apoio recebido através da Secretaria Municipal de Planejamento (Seplan), que foi de fundamental relevância para a realização da Tese.

À equipe da Seplan, em especial a, Amarildo, Arcênio, Gabriel, Henrique, José Reinaldo, Karine, Luiz Ivan, pelo valoroso apoio durante o desenvolvimento desta pesquisa.

À Douglas Aguiar Oliveira, pelo apoio prestado no desenvolvimento deste trabalho.

À Edroaldo de Matos, pela confiança ao disponibilizar seu banco de dados, informações fundamentais para a realização deste estudo.

Aos ex-colegas da Infaz/Serrinha, pelo apoio e incentivo durante a realização deste curso.

Aos colegas da RFB/Secat/Feira, em especial a Erivaldo, Heliomar, Paulo César e Walternei, pelo incentivo e apoio durante o desenvolvimento da pesquisa.

Aos moradores dos assentamentos subnormais, em especial a Maria Marques (Invasão Avenida Anchieta), Dilza e Rosivalda (Conjunto Paulo Ganem Souto), Rita (Fonte de Lili), Alda e Sulamita (Invasão da Rocinha), Maria Conceição e José Santos (Invasão Renascer), Solange (Invasão Juca Campelo) e Marlene e Rejane (Invasão Tanque do Urubu), pela convivência, confiança e apoio recebido durante a realização deste estudo.

À equipe da Becker, em especial à Maria Auxiliadora, pelo apoio recebido ao longo da realização do curso.

Aos amigos, Antonio Carlos Machado, Carlos Alberto Silva Cerqueira, Dilton Coutinho Fonseca, José Moreira Dias, Marcílio Tavares Costa e Paulo Sérgio Ramos Barros, pelo companheirismo e incentivo ao longo da realização deste estudo.

Em especial, aos amigos e companheiros de longas jornadas, Antônio Carlos da Costa Santos, Carlos Alberto Oliveira Brito e João Batista de Cerqueira, pela amizade, apoio, confiança e incentivo em todos os momentos, principalmente, durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Às demais pessoas que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho.

LISTA DE SIGLAS

ACAFS	Associação Comunitária dos Amigos de Feira de Santana
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CIA	Centro Industrial de Aratu
CIS	Centro Industrial do Subaé
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CPFS	Conjunto Penal de Feira de Santana
EDUFBA	Editora da Universidade Federal da Bahia
FANSF	Fundação de Amparo ao Menor de Feira
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FJP	Fundação João Pinheiro
FUFS	Fundação Universidade de Feira de Santana
HBB	Programa Habitar Brasil - Banco Interamericano de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIP	Índice de Incidência de Pobreza
MC	Ministério das Cidades
OGU	Orçamento Geral da União
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDLI	Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PIB	Produto Interno Bruto
PBPC	Programa Benefício de Prestação Continuada
PBF	Programa Bolsa Família
PEMAS	Projeto sobre Planejamento Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais
PIA	População em Idade Ativa
PLANOLAR	Plano Municipal de Habitação Popular

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PROINTER	Programa de Industrialização do Interior
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento de Feira de Santana
SIC	Secretaria da Indústria e Comércio do Governo do Estado da Bahia
SM	Salário Mínimo
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UN-HABITAT	Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas
UNIFACS	Universidade Salvador
URBIS	Habitação e Urbanização da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Crescente Fértil	47
Figura 2	Área de cortiço na periferia de Londres – ilustração de Gustave Doré – 1874	61
Figura 3	Vista do centro de Londres – 1851	62
Figura 4	Bairro pobre próximo às fábricas de Londres - 1872	63
Figura 5	Bairro pobre na periferia de Londres - 1875	64
Figura 6	Capitanias Hereditárias no Brasil	76
Figura 7	O povoamento brasileiro – século XVI	78
Figura 8	Tomada aérea de Feira de Santana - 2004	103
Figura 9	Vaqueiro com traje encourado em sua montaria	109
Figura 10	Capela de São José das Itapororocas - atual Distrito de Maria Quitéria	111
Figura 11	Núcleo original da fazenda Santana dos Olhos d'Água - século XVIII	113
Figura 12	Igreja de Nossa Senhora de Santana - século XIX	117
Figura 13	Tronco da estrada de ferro ligando Feira de Santana a Cachoeira - 1940	119
Figura 14	Trecho antigo da estrada de rodagem ligando Feira de Santana a capital da Província - trafegado por boiadas e tropas	120
Figura 15	Caminhão conduzindo passageiros de Lapa e Berimbau para Feira de Santana em um dia de feira, passando pelo arraial de Limoeiro - 1930	121
Figura 16	Acidente com veículos na rodovia que ligava Feira de Santana a Salvador – 1940	122
Figura 17	Feira livre de Feira de Santana - 1920	123
Figura 18	Feira do gado da Gameleira -1920	124
Figura 19	Fachada do Curral Modelo – 1950	125
Figura 20	Curral Modelo com visão das áreas interna e externa - 1950	126
Figura 21	Mercado Municipal –1915	128
Figura 22	Entrada da cidade de Feira de Santana pela BR - 324	130
Figura 23	Território de Identidade “Portal do Sertão”	131
Figura 24	Redes de lugares centrais e área de atuação de Feira de Santana	132
Figura 25	Imagem por satélite do município de Feira de Santana - 2007	133
Figura 26	Mapa da localização geográfica de Feira de Santana	134
Figura 27	Região Econômica do Paraguaçu	135
Figura 28	Localização geográfica da região Econômica do Paraguaçu no território do	

	estado da Bahia	136
Figura 29	Mesorregião Centro-Norte da Bahia	137
Figura 30	Localização do município de Feira de Santana na Macrorregião de Salvador	138
Figura 31	Mapa de localização do sistema viário de Feira de Santana	139
Figura 32	Localização dos distritos do município de Feira de Santana	141
Figura 33	Localização geográfica de Feira de Santana na região Semi-Árida, inserida no Polígono das Secas.	142
Figura 34	Rua Direita (atual Conselheiro Franco) - 1900	145
Figura 35	Rua do Meio (Dr. Manoel Victorino, atual Marechal Deodoro) - 1908	146
Figura 36	Avenida Senhor dos Passos – 1904	146
Figura 37	Praça do Mercado – 1920	147
Figura 38	Rua de Aurora (atual Felinto Bastos) - 1923	147
Figura 39	Praça da Igreja dos Remédios - 1923	148
Figura 40	Praça Fróes da Mota – 1919	148
Figura 41	Localização geográfica do município de Feira de Santana	149
Figura 42	Espaço urbano da cidade de Feira de Santana	152
Figura 43	Centro Industrial do Subaé	153
Figura 44	Campus da Universidade Estadual de Feira de Santana, com dois módulos em construção – 2000	157
Figura 45	Centro de Abastecimento de Feira de Santana - 2003	162
Figura 46	Cortiço no Rio de Janeiro – 1870	165
Figura 47	Evolução da população urbana de Feira de Santana	167
Figura 48	Ocupação irregular de uma área de terra na localidade “Curva do Atola” no bairro Santo Antonio dos Prazeres	180
Figura 49	Localização dos bairros de Feira de Santana	181
Figura 50	Localização dos assentamentos subnormais de Feira de Santana	186
Figura 51	Tomada aérea da Invasão Avenida Anchieta	187
Figura 52	Invasão Avenida Anchieta – esgoto lançado a céu aberto	190
Figura 53	Invasão Avenida Anchieta – vias de acesso	191
Figura 54	Tomada aérea do Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto	194
Figura 55	Moradores do Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto recebendo da Prefeitura Municipal de Feira de Santana material para construção ou	

	expansão da moradia em regime de mutirão ou autoconstrução	195
Figura 56	Reunião dos moradores do Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto	197
Figura 57	Tomada aérea da Fonte de Lili	200
Figura 58	Situação de moradia da população na Fonte de Lili antes do início da intervenção urbanística – 2003	201
Figura 59	Fonte de Lili - casas construídas com recursos do programa Habitat Brasil BID	202
Figura 60	Tomada aérea da Invasão da Rocinha	206
Figura 61	Tomada aérea da Invasão Renascer	210
Figura 62	Invasão Renascer - esgoto lançado sem tratamento no canal próximo à localidade	211
Figura 63	Invasão Renascer - condições precárias das moradias	212
Figura 64	Tomada aérea da Invasão Juca Campelo	215
Figura 65	Invasão Juca Campelo - qualidade da moradia da população	216
Figura 66	Lagoa Juca Campelo - moradias em seu entorno	217
Figura 67	Invasão Juca Campelo - esgoto lançado a céu aberto	218
Figura 68	Invasão Juca Campelo - condições precárias de moradia	219
Figura 69	Tomada aérea da Invasão Tanque do Urubu	222
Figura 70	Invasão Tanque do Urubu	223

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Capitanias Hereditárias no Brasil	75
Quadro 2	Vilas e cidades criadas entre os séculos XVI e XVIII (até 1720)	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Evolução da população mundial e brasileira em milhares de habitantes no período de 1800 a 2000	68
Tabela 2	População urbana de cidades relacionadas no período de 1872 a 1900	87
Tabela 3	População brasileira em milhões de habitantes no período de 1940 a 2050	91
Tabela 4	Taxa de urbanização brasileira no período de 1872 a 2005	92
Tabela 5	Taxa de urbanização brasileira por região no período de 1950 a 2005	94
Tabela 6	População da Paróquia de São José das Itapororocas - 1835	116
Tabela 7	Densidade demográfica do município de Feira de Santana no período de 1940 a 2008	155
Tabela 8	Evolução da população de Feira de Santana no período de 1940 a 2008	158
Tabela 9	Participação dos municípios baianos com população superior a 100.000 habitantes em relação ao estado da Bahia - 2008	159
Tabela 10	Crescimento da população de Feira de Santana no período de 1940 a 2008	160
Tabela 11	Número de áreas e domicílios em assentamentos subnormais em Feira de Santana – 2001	170
Tabela 12	Moradias situadas em área de risco e proteção ambiental em Feira de Santana – 2001	170
Tabela 13	Distribuição de lotes para construção de moradias pelo Planolar em Feira de Santana no período de 1988 a 1992	171
Tabela 14	Áreas subnormais em loteamentos irregulares em Feira de Santana	174
Tabela 15	Áreas subnormais em favelas de Feira de Santana	175
Tabela 16	Conjuntos habitacionais e condomínios construídos através de cooperativas em Feira de Santana, no período de 1972 a 1991	176
Tabela 17	Conjuntos habitacionais financiados pela Caixa Econômica Federal em Feira de Santana, no período de 1987 a 2004	177
Tabela 18	Conjuntos habitacionais construídos pela Urbis em Feira de Santana, no período de 1968 a 19861	178
Tabela 19	Distribuição da renda mensal dos chefes de família por classes de renda em Feira de Santana	179
Tabela 20	Comparativo de pobreza e desigualdade na Bahia, Feira de Santana e cidades selecionadas	183

Tabela 21	Ligação domiciliar de esgoto sanitário na Invasão Avenida Anchieta	189
Tabela 22	Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão Avenida Anchieta	192
Tabela 23	Nível de escolaridade da população residente na Invasão Avenida Anchieta	193
Tabela 24	Distribuição da renda mensal por família residente no Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto	196
Tabela 25	Nível de escolaridade da população residente no Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto	198
Tabela 26	Distribuição da renda mensal por família residente na Fonte de Lili	203
Tabela 27	Nível de escolaridade da população residente na Fonte de Lili	204
Tabela 28	Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão da Rocinha	208
Tabela 29	Nível de escolaridade da população residente na Invasão da Rocinha	209
Tabela 30	Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão Renascer	213
Tabela 31	Nível de escolaridade da população residente na Invasão Renascer	214
Tabela 32	Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão Juca Campelo	219
Tabela 33	Nível de escolaridade da população residente na Invasão Juca Campelo	220
Tabela 34	Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão Tanque do Urubu	224
Tabela 35	Nível de escolaridade da população residente na Invasão Tanque do Urubu	225
Tabela 36	Procedência dos moradores dos assentamentos subnormais de Feira de Santana	229
Tabela 37	Faixa etária dos moradores dos assentamentos subnormais de Feira de Santana	230
Tabela 38	Tempo de moradia nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	231
Tabela 39	Número de pessoas por domicílio nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	233
Tabela 40	Nível de escolaridade da população residente nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	235
Tabela 41	Distribuição da renda familiar nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	236
Tabela 42	Tipo de emprego do pessoal dos assentamentos subnormais de Feira de Santana	237
Tabela 43	Oferta de trabalho em Feira de Santana	238

Tabela 44	Pessoas que trabalham nas famílias residentes nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	239
Tabela 45	Homicídios ocorridos em Feira de Santana no período de 2004 a 2008	241
Tabela 46	Segurança e violência nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	243
Tabela 47	Fatores que promovem a criminalidade e a violência nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	244
Tabela 48	Condições de vida dos moradores dos assentamentos subnormais de Feira de Santana	246
Tabela 49	Serviços de uso coletivo nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	247
Tabela 50	Utensílios domésticos usados pelas famílias residentes nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	248
Tabela 51	Organização Comunitária nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	250

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Relação entre a população brasileira e a população mundial e sua evolução no período de 1800 a 2000	69
Gráfico 2	Evolução urbana de cidades selecionadas no período de 1872 a 1900	87
Gráfico 3	Evolução da população brasileira no período de 1940 a 2050	92
Gráfico 4	Taxa de urbanização brasileira no período de 1872 a 2005	93
Gráfico 5	Evolução da taxa de urbanização brasileira por região no período de 1950 a 2050	94
Gráfico 6	Evolução da densidade demográfica do município de Feira de Santana no período de 1940 a 2008	155
Gráfico 7	Evolução da população de Feira de Santana no período de 1940 a 2008	159
Gráfico 8	Participação dos municípios baianos com população superior a 100.000 habitantes em relação ao estado da Bahia - 2008	160
Gráfico 9	Crescimento da população de Feira de Santana no período de 1940 a 2008	161
Gráfico 10	Distribuição da renda mensal dos chefes de família por classes de renda em Feira de Santana	179
Gráfico 11	Comparativo do Índice de Pobreza na Bahia, Feira de Santana e cidades selecionadas	183
Gráfico 12	Comparativo do Índice de Gini na Bahia, Feira de Santana e cidades selecionadas	184
Gráfico 13	Ligação domiciliar de esgoto sanitário na Invasão Avenida Anchieta	190
Gráfico 14	Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão Avenida Anchieta	192
Gráfico 15	Nível de escolaridade da população residente na Invasão Avenida Anchieta	193
Gráfico 16	Distribuição da renda mensal por família residente no Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto	196
Gráfico 17	Nível de escolaridade da população residente no Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto	198
Gráfico 18	Distribuição da renda mensal por família residente na Fonte de Lili	203
Gráfico 19	Nível de escolaridade da população residente na Fonte de Lili	204
Gráfico 20	Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão da	

	Rocinha	208
Gráfico 21	Nível de escolaridade da população residente na Invasão da Rocinha	209
Gráfico 22	Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão Renascer	213
Gráfico 23	Nível de escolaridade da população residente na Invasão Renascer	214
Gráfico 24	Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão Juca Campelo	220
Gráfico 25	Nível de escolaridade da população residente na Invasão Juca Campelo	221
Gráfico 26	Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão Tanque do Urubu	224
Gráfico 27	Nível de escolaridade da população residente na Invasão Tanque do Urubu	225
Gráfico 28	Procedência dos moradores nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	229
Gráfico 29	Faixa etária dos moradores nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	231
Gráfico 30	Tempo de moradia nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	232
Gráfico 31	Número de pessoas por domicílio nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	233
Gráfico 32	Nível de escolaridade da população nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	235
Gráfico 33	Distribuição da renda familiar nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	237
Gráfico 34	Tipo de emprego do pessoal nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	238
Gráfico 35	Oferta de trabalho em Feira de Santana	239
Gráfico 36	Pessoas que trabalham nas famílias nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	240
Gráfico 37	Homicídios ocorridos em Feira de Santana no período de 2004 a 2008	242
Gráfico 38	Média mensal dos homicídios ocorridos em Feira de Santana no período de 2004 a 2008	242
Gráfico 39	Evolução dos homicídios ocorridos em Feira de Santana no período de 2004 a 2008	243
Gráfico 40	Segurança e violência nos assentamentos subnormais de Feira de	

	Santana	244
Gráfico 41	Fatores que promovem a criminalidade e violência nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	245
Gráfico 42	Condições de vida dos moradores nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	246
Gráfico 43	Serviços de uso coletivo nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	248
Gráfico 44	Utensílios domésticos usados pelas famílias residentes nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	249
Gráfico 45	Organização Comunitária nos assentamentos subnormais de Feira de Santana	251

RESUMO

O presente trabalho objetiva avaliar a urbanização em Feira de Santana e o surgimento na cidade dos assentamentos subnormais, cujo extrato populacional situa-se numa faixa de renda solvável que não permite o acesso ao aluguel ou a aquisição da casa própria pelas atuais regras do mercado imobiliário que, numa visão capitalista de maximização do lucro e eliminação do risco, opta por operar com uma classe de maior poder aquisitivo, com livre acesso aos agentes financeiros que, preferencialmente, em função de economia de escala e da seletividade ao crédito, sempre disponibilizam recursos, inclusive do Fundo de Amparo ao Trabalhador para atender a esse segmento de mercado. Assim, numa sociedade capitalista, concentradora de riquezas, que adota como estratégia a exploração da mais-valia, da manutenção de baixos salários, de um grande contingente de reserva de mão-de-obra sem colocação e carente de renda para sobreviver, contribui para aumentar o nível de pobreza e da desigualdade social, cujos reflexos são denotados pelo aumento da violência, da criminalidade, do tráfico de drogas, dentre outros, relativamente a uma população estigmatizada por preconceitos sociais. Feira de Santana, que a partir da década de 1970, vem passando por um processo acelerado de urbanização, sem recursos financeiros adequados para implementar ações efetivas de planejamento urbano, principalmente quanto à questão habitacional, tornou-se o espaço apropriado para o aparecimento de assentamentos subnormais, em áreas públicas ou privadas, em várias delas de proteção e preservação ambiental, ou seja, locais sem infraestrutura, desprovidas de equipamentos e de serviços de uso coletivo. Enfim, sem as condições de habitabilidade humana, expostos a riscos naturais, esses locais são ocupados pela maioria da população pobre do município, por serem desvalorizados e não despertar o interesse dos operadores imobiliários. Fato constatado através da pesquisa em sete dessas comunidades, cujos resultados foram analisados qualitativa e quantitativamente, com apoio em estudos diversos sobre as questões em foco. O estudo inclui uma abordagem sobre as cidades e o processo histórico da urbanização, discute a urbanização brasileira, caracteriza o município de Feira de Santana e, por último, detém-se nas condições adversas defrontadas pelos moradores dessas áreas, espaços de uma cidade que concentra a segunda maior população do estado da Bahia, e é denominada de “Portal do Sertão”.

Palavras-chave: assentamentos subnormais, cidades, exclusão social, pobreza, urbanização.

ABSTRACT

This work objective is to evaluate Feira de Santana's urbanization and the emerging of subnormal settlements in the city, which population extract is set in a solvent income gradient and it doesn't allow the access to rental or the acquisition of a house because of the actual rules imposed by the housing market, in a capitalist view of profit maximization and risk elimination, choose to operate with high acquisitive power classes, with free access to financial agents that, preferably, based in a economy of scale and credit selectivity, always share resources, including the *Fundo de Amparo ao Trabalhador* program that is supposed to provide aid to lower classes. Thereby, in a capitalist society, that concentrates wealth, it adopts a strategy of surplus value exploitation, low salaries maintenance, and a large mass of work force reserve without reposition that needs money to survive, contributes to raise the level of poverty and social inequality, which reflexes are noticed by the raise of the violence, criminality, drug trade and other problems, related to a population that is stigmatized and full of social prejudices. Feira de Santana, since the 70's, have gone past an accelerated urban process, without adequate financial resources to implement effective actions of city planning, primarily those related to the housing question, it became the adequate place to subnormal settlements appearing, in public areas or private ones, many of them areas of environment protection and preservation, that is, places without infrastructure, with lack of equipment and public use services. Places that don't offer the adequate conditions of human settlement, exposed to natural risks, they become occupied by the biggest part of the poor people of the county, for being underestimated and for not evoking the housing operators' interest. Verified fact in a research developed in seven communities, which results were qualitative and quantitatively analyzed, supported by various studies about the focused questions. This study includes an approach about the cities and the historical process of urbanization, discuss the Brazilian urbanization, characterizes the county of Feira de Santana and finally profiles the adverse conditions faced by the inhabitants of these locations, spaces of a city with the second largest population of Bahia state, and it is entitled "Portal do Sertão".

Keywords: subnormal settlements, cities, social inequality, poverty, urbanization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I	45
1 A CIDADE E A URBANIZAÇÃO	45
1.1 A importância da cidade no processo histórico da urbanização	46
1.1.1 A cidade na Idade Antiga	48
1.1.2 A cidade na Idade Média	54
1.1.3 A cidade na Idade Moderna	57
1.1.4 A cidade na Idade Contemporânea	58
CAPÍTULO II	72
2 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA	72
2.1 Características da urbanização brasileira no período colonial	73
2.2 Características da urbanização brasileira no século XIX e início do século XX	83
2.3 Aspectos atuais da urbanização brasileira	88
2.3.1 A urbanização das regiões brasileiras	93
2.3.1.1 Região Sudeste	96
2.3.1.2 Região Nordeste	97
2.3.1.3 Região Norte	99
2.3.1.4 Região Centro-Oeste	100
2.3.1.5 Região Sul	101
CAPÍTULO III	103
3 O MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA	103
3.1 A origem e a evolução do município de Feira de Santana	104
3.2 Feira de Santana, o “Portal do Sertão”	130
3.3 A urbanização de Feira de Santana	144
CAPÍTULO IV	165
4 OS ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS DE FEIRA DE SANTANA	165
4.1 O surgimento e a evolução dos assentamentos subnormais	167

4.2 Características dos assentamentos subnormais	182
4.2.1 Invasão Avenida Anchieta	187
4.2.2 Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto	194
4.2.3 Fonte de Lili	199
4.2.4 Invasão da Rocinha	205
4.2.5 Invasão Renascer	210
4.2.6 Invasão Juca Campelo	215
4.2.7 Invasão Tanque do Urubu	221
4.3 Indicadores de exclusão social nos assentamentos subnormais	226
4.3.1 Procedência dos moradores dos assentamentos subnormais	228
4.3.2 Faixa etária dos moradores dos assentamentos subnormais	230
4.3.3 Tempo de moradia nos assentamentos subnormais	231
4.3.4 Condições de moradia nos assentamentos subnormais	232
4.3.5 Nível de escolaridade dos moradores nos assentamentos subnormais	234
4.3.6 Nível de renda e condições de emprego dos moradores nos assentamentos subnormais	236
4.3.7 A violência e criminalidade nos assentamentos subnormais	240
4.3.8 Condições de vida dos moradores nos assentamentos subnormais	245
4.3.9 Organização Comunitária nos assentamentos subnormais	249
CONSIDERAÇÕES FINAIS	252
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	266
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	279
ANEXOS	284

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização brasileiro, desde o seu início há cerca de 50 anos até os dias atuais, vem sendo marcado por uma acentuada segregação social que se reflete espacialmente no contraste entre as áreas reguladas, dotadas de infraestrutura e, por vezes, subutilizadas, em que residem as classes de rendas média e alta, e as áreas públicas e privadas na periferia da maioria das cidades brasileiras, são ocupadas por inúmeros assentamentos subnormais, habitados pela população de baixa renda, o que a impossibilita de participar do mercado imobiliário formal.

Feira de Santana, cidade que surgiu do entrecruzamento de estradas, com características socioantropológicas múltiplas e multifacetadas, é um dos exemplos desse padrão de urbanização, desafiador para o poder público municipal. A falta ou má aplicação de recursos, diante dos custos relevantes, impedem a implementação de ações que permitam controlar o ordenamento do uso e da ocupação do solo, de forma a assegurar a prestação de serviços de uso coletivo com qualidade à população residente nos assentamentos subnormais, em grande parte, localizados na periferia da cidade, em áreas de risco sujeitas a intempéries naturais.

Nas três últimas décadas do século XX, o processo de urbanização no Brasil manteve-se acelerado. Em 2005, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2005), 84,2% da população brasileira habitavam aglomerações classificadas como urbanas. Indicador inferior ao apresentado pelo município de Feira de Santana que, em 1996, já tinha atingido 87,5%, com estimativa de 92,4%, em 2008.

Os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹ demonstram que a população urbana brasileira vem sofrendo significativo aumento. Em 1940, 12,8 milhões de pessoas moravam nas cidades. Em 1980, após quarenta anos, o contingente populacional passou para 110 milhões. Enquanto a estimativa da população para 2009, é de 191,4 milhões de habitantes.

De acordo com o IBGE (2006), nesse mesmo período, 70% do Produto Interno Bruto (PIB) e 75% dos domicílios favelados do Brasil concentravam-se nas aglomerações e regiões metropolitanas, quadro revelador de uma má distribuição de renda, que conduz ao crescimento da pobreza e da exclusão social.

¹IBGE. *Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000. Contagens e Estimativas da população 1996, 2006, 2008, 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940 – 2009.

Os indicadores que vêm de ser mencionados mostram que a rápida urbanização da população brasileira ocorreu de forma desigual e não promoveu, na mesma intensidade, a oferta de emprego necessária para absorver a mão-de-obra que, em busca de trabalho, migrava para as cidades. Segundo Bógus (2004, p. 287),

nas últimas décadas têm se verificado grandes alterações na dinâmica populacional brasileira, que é resultante tanto do processo de transição demográfica, já experimentada pelas sociedades urbano-industriais do Primeiro Mundo, como de sua inserção no contexto da globalização e do processo de reestruturação produtiva. Observa-se que a transição demográfica, iniciada no Brasil apenas nos anos 50, deverá estar concluída no começo do século XXI, constituindo uma das mais rápidas e importantes mudanças da nossa sociedade, com implicações nos diferentes setores do planejamento, iniciou-se com uma acentuada queda da mortalidade – ainda na década de 1940 -, que embora apresentando desequilíbrios regionais, foi ganhando uma certa homogeneidade ao longo das décadas seguintes.

Os dados do IBGE (2006) também indicam, para a primeira década do século XXI, a tendência de redução na taxa de crescimento populacional para um patamar médio de 1,2% ao ano, em decorrência da eficácia dos métodos anticoncepcionais e da inserção mais efetiva da mulher no mercado de trabalho, exigindo mais tempo de dedicação ao preparo profissional, o que contribui para a diminuição do número de filhos por casal.

Na perspectiva de Bógus (2004), as mudanças no perfil demográfico da população brasileira, ao promoverem implicações na distribuição espacial, eliminam três mitos: o da explosão demográfica; a do país jovem e o da explosão das grandes cidades. Observando-se que:

o quadro de grande mobilidade espacial e de alta concentração metropolitana que ainda caracterizou os anos 90, apesar das previsões contrárias em fins da década passada, provocou nas áreas urbanas, sobretudo nas metrópoles, um agravamento da espacialização da pobreza com a manutenção da segregação e da exclusão, particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nessas áreas, em especial, a elevada concentração de pobres nas periferias urbanas tem levado a um agravamento das condições de vida, o que está intimamente relacionado às dificuldades de inserção no mercado de trabalho numa situação de crise (BÓGUS, 2004, p. 315).

Fica assim caracterizada a limitação da inserção daqueles que buscam empregos nos centro urbanos e, principalmente, nas áreas metropolitanas, o que obriga essa população desempregada e sem renda a buscar as periferias, que se transformam no *habitat* dos excluídos pela constante reprodução produtivista e a dinâmica da economia que se torna cada vez mais globalizada e incapaz de absorver toda a oferta de mão-de-obra.

Essa situação, para Bógus (2004), promove uma polarização social entre aqueles detentores de riqueza e aqueles que vivem na pobreza, o que contribui para que as grandes cidades apresentem um “caráter dual”, pelo fosso existente entre as classes sociais.

Na década de 1990, continuaram a se manifestar os processos de periferização, quando se pode observar que “existe uma relação entre sua expansão e consolidação e o grau de estruturação e complexidade da própria metrópole” (BÓGUS, 2004, p. 317). Situação que vem ocorrendo no município de Feira de Santana.

No entendimento de Bógus (2004, p. 317),

caso se confirme para as próximas décadas a tendência de redistribuição espacial da população no território nacional, com a desaceleração do crescimento metropolitano e a dinamização de novas áreas fora do contexto das metrópoles, será fundamental a atuação do Estado na renovação nas formas de gestão dos municípios, tendo em vista a democratização dos espaços das cidades.

Nas décadas de 1990 e 2000, quando a população urbana brasileira cresceu numa taxa média de 2,7%, paralelamente evoluiu o déficit habitacional que, de acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP, 2001, 2006, 2009), em 2000 correspondia a 7,2 milhões de domicílios e continuava a se expandir, passando para 7,9 milhões em 2005, sofrendo em 2007 um decréscimo para 6,273 milhões.

A expansão do déficit habitacional no Brasil é um fato preocupante, tendo em vista a inexistência de políticas habitacionais que possam se adequar à realidade das famílias brasileiras. Para a FJP (1995, 2005, 2008), devido à concentração e à conseqüente elevação dos indicadores de pobreza no país, esse problema atinge em maior profundidade as famílias com renda média mensal de até três salários mínimos, situação em que Feira de Santana se insere.

O déficit habitacional brasileiro se concentra nas áreas urbanas e com maior relevância nas regiões metropolitanas, em 2007, correspondia a 5,180 milhões de moradias, o equivalente a 11,1% do estoque de domicílios particulares permanentes no país (FJP, 2009).

Esse contingente populacional é mais carente de moradia, haja vista a limitação entre a renda e a capacidade de compra do imóvel, fica excluído do mercado imobiliário, que só opera com um extrato de renda mais elevado, pela economia de escala e a lucratividade que é oferecida.

Com o crescimento da pobreza urbana, aliada a incapacidade das famílias de baixa renda de adquirir uma moradia adequada no mercado e a insuficiente construção de habitações de interesse social promovido pelo poder público, agravaram-se os problemas –

habitacionais, urbanos, ambientais e sociais gerados pelo crescimento das invasões de terras e ocupações ilegais do solo urbano, provocando o surgimento e o desenvolvimento de assentamentos informais em todo o País.

O IBGE (2008) com base nos dados apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2007), registra que 54 milhões de pessoas, o equivalente a 34,5% da população urbana, ainda vive em condições de moradias precárias. Estima que 12,3 milhões de habitantes, o que representa 7,8% dessa população, residem em domicílios com densidade superior a três pessoas por cômodo usado como dormitório.

Os indicadores obtidos através de estudos do IBGE (2006) apontam que a “exclusão, apartação e segregação socioespacial” são frequentes em nossas cidades, que passam por um processo acelerado de urbanização e periferização, decorrentes da reestruturação produtiva com abrangência econômica e financeira em curso no país, que impacta na estrutura do emprego urbano, contribuindo para a aceleração do fluxo migratório do campo para a cidade em todas as regiões brasileiras.

Estudos da Secretaria Municipal de Planejamento de Feira de Santana (SEPLAN, 2001)², relatam que, em 2001, os 50 assentamentos subnormais³ (favelas e loteamentos irregulares) se encontravam, em sua maioria, localizados na periferia, em áreas de preservação ambiental ou de mananciais hídricos susceptíveis a inundações e alagamentos em épocas de chuvas intensas.

Esses assentamentos constituem espaços que não dispõem de infraestrutura e são habitados, em quase sua totalidade, por famílias de baixa renda, cujo poder aquisitivo não é suficiente para alugar um imóvel, adquirir ou construir moradias em locais mais próximos do centro da cidade ou do seu local de trabalho, situação que contribui para aumentar os problemas fundiários, cada vez mais evidentes, principalmente para às cidades do porte de Feira de Santana.

A dificuldade do acesso e uso do solo urbano ao longo do tempo, pelos mais pobres, principalmente a partir da década de 1980, culminou com a proliferação de assentamentos urbanos subnormais em Feira de Santana. Esse quadro tem se agravado em face da

² FEIRA DE SANTANA. Secretaria Municipal de Planejamento. *Diagnóstico preliminar de Feira de Santana: plano estratégico municipal para assentamentos subnormais* – Pemas, 2001.

³ Os assentamentos subnormais, segundo o IBGE (2000), podem ser enquadrados em: invasão, loteamento irregular ou clandestino em áreas invadidas, e loteamentos irregulares ou clandestinos regularizados em período recente. Portanto, o que caracteriza um assentamento subnormal é a ocupação desordenada, ocorrida sem que tenha havido posse da terra ou título de propriedade.

inaplicabilidade ou da inadequação das políticas e de instrumentos de planejamento e gestão urbana⁴.

Na ótica de Santos (1996, p. 95),

com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. São elementos de diferenciação, mas em todas elas problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são genéricos e revelam enormes carências.

Em complemento aos problemas acima identificados, acrescente-se a crônica insuficiência de investimentos em habitação, serviços, equipamentos e infraestrutura urbana tem-se um déficit de água, de esgoto, acúmulo de lixo, falta de transporte, de equipamentos urbanos e habitacionais.

Maricato (2006, p. 222), ao analisar os dados censitários do IBGE, afirma que:

os domicílios em aglomerados subnormais – que correspondem ao conceito de favela – constituem 3,7% dos domicílios brasileiros, o que é bastante subestimado como todos sabemos. Embora os dados sobre a precariedade habitacional careçam de muito rigor, o que por si só já é revelador, há estudos que merecem credibilidade e fornecem números sobre a inadequação habitacional no Brasil.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2003) estima que, em 2020, haverá cerca de 1,4 bilhão de pessoas morando em favelas em todo o mundo, com uma perspectiva de, na América Latina e Caribe, habitarem 162 milhões, o que reforça a necessidade de todos os países estabelecerem políticas sociais voltadas à melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

A ONU (2003), a partir do relatório publicado pelo Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-HABITAT, 2003a), intitulado o “Desafio das Favelas”, faz uma radiografia sobre o processo evolutivo das favelas em todo o mundo, e aponta uma perspectiva sombria e assustadora, caso não ocorra uma melhor distribuição, paralela à geração de emprego e renda, cuja solução não ocorrerá em curto espaço de tempo.

⁴ Consultar:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. *Feira de Santana: seu passado, seu presente, seu futuro*. Feira de Santana: UEFS, 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Perfil empresarial de Feira de Santana*. Feira de Santana: Sebrae, 1998.

FEIRA DE SANTANA. *Plano de desenvolvimento local integrado – PDLI*, 1968.

FEIRA DE SANTANA. *Plano diretor de desenvolvimento urbano de Feira de Santana*. Feira de Santana: PDDU, 2000.

FEIRA DE SANTANA. *Plano diretor de desenvolvimento urbano de Feira de Santana*. Feira de Santana: PDDU, 2006.

A ONU (2003) projetou que o mercado habitacional formal do Terceiro Mundo não oferece mais do que 20% do estoque de residências, o que leva as pessoas de baixa renda a morarem em barracos construídos de forma precária, ou a recorrerem a locações informais, a loteamentos clandestinos ou às calçadas, dentre outros. Esse problema está presente em Feira de Santana, cidade cujo crescimento vem se processando de forma incontrolável.

Segundo Davis (2006, p. 27), “o mercado imobiliário ilegal ou informal, forneceu terrenos para a maioria dos acréscimos ao estoque de residências na maior parte das cidades do hemisfério sul nos últimos trinta ou quarenta anos”, ação que não foi suficiente para solucionar os problemas de moradia da população pobre dessas localidades.

Os pesquisadores do projeto Observatório Urbano da ONU advertem que:

dois bilhões de favelados em 2030 ou 2040 é uma possibilidade monstruosa, quase inconcebível, mas a pobreza humana por si só superpõe-se às favelas e excede-as. A pobreza urbana do mundo chegará a 45% ou 50% do total dos moradores das cidades. A principal causa do aumento da pobreza e da desigualdade nas décadas de 1980 e 1990 foi a retirada do Estado (DAVIS, 2006, p. 155-158).

Na ótica de Davis (2006, p. 33), “os autores de o Desafio das Favelas conservam a definição clássica de favela, caracterizada por excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia”, todavia, não apresentaram alternativas viáveis para a melhoria dessa situação.

Assim, embora corresponda a apenas 6% da população urbana dos países desenvolvidos, os favelados representam 78,2% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos, o que equivale a, pelo menos, um terço da população urbana mundial.

Davis (2006) aponta que não é nos bairros pobres do centro da cidade que a maioria dos “pobres urbanos” do mundo mora e que, as zonas da periferia dos grandes centros são tão extensas que se faz premente desenvolver estudos na perspectiva de gerar alternativas que possibilitem ao menos minimizar os problemas de toda ordem com que os habitantes dessas áreas se defrontam.

Nas duas últimas décadas, os estudos sobre a urbanização brasileira vêm focalizando uma série de questões, algumas novas e outras já conhecidas que, segundo Matos (2005, p. 72), “insistem em não desaparecer, talvez por se situarem no campo dos fundamentos teóricos ou por sugerirem reinterpretações à luz de novas evidências”.

As contribuições de vários pesquisadores, como, economistas, sociólogos, geógrafos, planejadores, arquitetos e urbanistas, sofreram uma sensível evolução, colocando em

evidência, “facetas insuspeitas da problemática urbana, as quais, muito provavelmente, não ganhariam materialidade sem o exercício da transdisciplinaridade” (MATOS, 2005, p. 72).

Conforme Souza e Rodrigues (2004, p. 20), “o planejamento urbano tem sido duramente criticado tanto por intelectuais marxistas quanto por conservadores”, verificando-se atualmente um forte consenso entre os estudiosos desse tema, no sentido que, a partir da década de 70, o mundo todo começa a passar por transformações tanto de ordem social quanto econômica.

As pesquisas voltadas para a dinâmica populacional e o processo de urbanização no Brasil evidenciam um fenômeno relevante: os estudos urbanos atualmente no país têm mais importância do que os estudos voltados para “o espaço rural”, que, sociologicamente, é uma questão que afeta a minoria de nossa população.

Os estudos sobre a urbanização, no caso específico da população brasileira, demonstram que, na mudança social, o fator demográfico é estratégico. Na análise sociológica, fica evidenciado que o processo da divisão social do trabalho, aliada a sua evolução, provoca transformações em nossa sociedade as quais, para alguns autores consideram radicais.

Krugman et al (2002, apud BRANDÃO, 2004, p. 59) afirmam que:

atualmente os temas urbanos passam pelas políticas de gestão empreendedora de um espaço urbano dado, utilizando-se mais as lentes do *marketing*, da competitividade da administração (privada), dos cenários prospectivos estratégicos, do que as da sociologia, do urbanismo, da economia política, entre outros. Os temas regionais passam mais pelos estudos da convergência de renda entre regiões, o equilíbrio espacial, as economias de escala, o papel da inovação, das distorções geradas pela ineficiente intervenção estatal etc.

Segundo Katzman (2001 apud RIBEIRO, 2005, p. 49),

a literatura também aponta a relação entre pobreza e as tendências à desestruturação social no plano da comunidade, isto dos bairros, em que se estabelecem na fase anterior do capitalismo as bases materiais e sociais e institucionais locais de proteção social que amorteceriam os efeitos do pauperismo inerente ao capitalismo.

Os avanços nos meios de comunicação, principalmente na informatização, num processo de virtualidade, exercem uma ação direta na relação “espaço/tempo”, reduzindo ou, em alguns casos eliminando as distâncias físicas, alterando as relações e os vínculos sociais. Atualmente, a proximidade de moradores de lugares distantes ou mesmo isolados é facilitada, bem diferente da época em que os relacionamentos se davam muito mais pelos contatos informais ou, segundo Weber (1974), por relações de vizinhança nos termos tradicionais.

Vários estudos argumentam que o crescimento da pobreza e da miséria na cidade se relaciona diretamente com a concentração da riqueza. Na ótica de Carvalho (2000, p. 48), “a consequência desse processo é o surgimento de uma cidade fragmentada em blocos formais, que têm base na produção capitalista, e blocos informais, que têm base na produção espontânea”. Para Sposito (1997), as áreas periféricas com grandes adensamentos populacionais e que não dispõem de infraestrutura e serviços básicos, a exemplo de água encanada, energia, rede de esgoto, transporte, escola, ficam entregues ao descaso e dependentes das políticas públicas.

Para Maricato (1982, p. 83-84),

a formação da periferia urbana antecede o advento da nova fase da industrialização no país, porém como está seu crescimento, sua reprodução se farão em escalas e velocidades nunca antes constatados. O afastamento das injunções do jogo político aberto em meados da década de 60 que obrigava uma troca de favores entre eleitor e candidato, característica da política clientelista, só veio acentuar a tendência de minimizar a atuação para com a reprodução da força de trabalho, e conseqüentemente minimizar a aplicação de recursos em infra-estrutura, equipamentos urbanos e habitações relativas ao assentamento residencial dessa força de trabalho em meio urbano.

A literatura que presta apoio teórico a esta pesquisa aponta que o surgimento de assentamentos subnormais nas cidades brasileiras pode ser explicado por fatores distintos, dentre os quais, os estudiosos destacam: a) o fluxo migratório derivado da falta de ações efetivas de fixação do homem no meio rural; b) o empobrecimento da população; c) a falta de planejamento do uso do solo como de políticas habitacionais para os segmentos de baixa renda; d) a ausência de infra-estrutura básica. Esse fato, alguns autores o definem como “marginalidade avançada” (WACQUANT, 2001).

Segundo Ribeiro (2004, p. 27),

a reflexão sobre as relações entre o fenômeno urbano e a formação da ação coletiva das classes sociais não é estranha a nossa sociologia. Desde os anos 1970, com efeito, vários pesquisadores buscaram entender as singularidades da estrutura social brasileira a partir da compreensão das particularidades da nossa urbanização decorrentes da combinação entre efeitos das mudanças sociais ocasionadas pela industrialização e da estagnação das regiões agroexportadoras.

A literatura acerca do impacto da globalização no processo de urbanização das grandes cidades dos países desenvolvidos é extensa. Pesquisadores, como, Marcuse, 1989, 1997; Mollenkopf e Castells, 1992; Sassen, 1991, assinalam que “as transformações da estrutura produtiva das economias urbanas estariam levando à dualização da estrutura de classes da fase

fordista, em razão da exacerbação social em termos da distribuição da riqueza e da dualização do mercado de trabalho” (RIBEIRO, 2004, p. 28).

As reflexões de Dubet e Lappyrtonnie (1992); Wacquant (2001); Wilson (1990), baseadas em seus trabalhos empíricos sobre a segregação urbana,

têm chamado a atenção para o fato de a concentração territorial dos trabalhos transformados em subproletários, precarizados e abandonados pelas políticas sociais, constituir um mecanismo de desconstrução dessa “comunidade viva” surgindo em seu lugar um território não apenas da carência, mas também: a) do isolamento social promovido pela estigmatização dos bairros pobres (...); b) da destituição do bairro e da família – na primeira escala, pela desertificação social e pelo abandono do Estado (...); c) da transformação da segregação e da discriminação em um *habitus* [...] (apud RIBEIRO, 2004, p. 33).

O sistema capitalista busca sempre dar continuidade ao ciclo de produção e circulação do capital para a obtenção da mais-valia e a maximização da riqueza. A concentração da riqueza, característica primordial do sistema, entre outras variáveis, promove a expansão urbana não-planejada, que leva à supervalorização dos espaços centrais, forçando a retirada daquela população que não consegue acompanhar o processo evolutivo.

Na visão capitalista da maximização de riquezas, as atividades produtivas atuam como determinantes na conformação dos espaços, impondo à população, principalmente nas periferias, seus objetivos esperados, que estão alicerçados no constante retorno aos capitais investidos, a uma taxa superior à remuneração ofertada pelo sistema financeiro.

Assim, segundo Carlos (1997, p. 28),

é no espaço urbano que se reproduz a contradição. É, sobretudo, a divisão social do trabalho que diferencia o campo da cidade e que joga quem foi expropriado de seus meios de vida na convivência com os que se apropriam do espaço. É, portanto, teia viva de relações sociais e, no caso da cidade orgulhosamente capitalista, é também expressão imediata de uma forma de exploração social e econômica.

A valorização ou supervalorização de determinados espaços urbanos, hoje em dia, é um fato corriqueiro nas cidades de médio e grande porte. No entendimento de Gottidiener (1997, p. 200),

forças políticas e ideológicas são igualmente importantes na produção do espaço. [...] já que a interseção dessas forças sociais envolve um processo contingente, muitas vezes com resultados contenciosos, a produção de espaço é bem mais apreendida como complexa articulação entre estrutura e ação, que está sempre em movimento.

Ao analisar a dinâmica da construção dos espaços urbanos, Carlos (1997, p. 69) afirma que “o desenvolvimento das forças produtivas produz mudanças constantes e, com essas, a modificação do espaço urbano. Essas mudanças são hoje cada vez mais rápidas e profundas, gerando novas formas de configuração espacial, novo ritmo de vida, novo relacionamento entre as pessoas, novos valores”.

De acordo com Ribeiro (2005), observa-se a reconfiguração da natureza e a composição da pobreza urbana, a decomposição das estruturas sociais, e a transformação das relações entre os pobres urbanos e o restante da sociedade.

Santos (1996, p. 9) afirma que “alcançamos neste século, a urbanização da sociedade e a urbanização do território, depois de longo período de urbanização social e territorial seletiva”. Enquanto para Guldin (2001 apud DAVIS, 2006, p. 19), “a urbanização deve ser conceituada como transformação estrutural e intensificação da interação de todos os pontos de um contínuo urbano-rural”.

Assim, “o perfil urbano se torna complexo, com a tendência à onipresença da metrópole, através de múltiplos fluxos de informação que se sobrepõem aos fluxos de matéria e são os novos arcabouços dos sistemas urbanos” (SANTOS, 1996, p. 9).

No entendimento de Vainer (2003, p. 30),

a era em que vivemos é marcada pelo embate entre duas utopias urbanas . De um lado tem-se a utopia da cidade empresa, da cidade mercadoria, da cidade negócio. Com essa utopia afirma-se a cidade do *marketing*, a cidade consensual que repudia qualquer debate aberto e teme o conflito. De outro, tem-se a utopia da cidade democrática. Em vez de dominada pelo mercado e pela mercadoria, é dirigida pela política. Nela, o conflito, em vez de ser temido, é desejado, pois é visto como elemento fundamental da transformação da cidade. Nela os cidadãos não são vistos nem como espectadores das realizações de um prefeito iluminado, nem como simples consumidores da mercadoria urbana. Seus habitantes são pensados como cidadãos em construção, que, ao se construírem, constroem também a cidade.

Para Lojkin (1981 apud COPANS, 2005, p. 79), “a política urbana é uma forma de regulação social destinada a resolver a contradição entre a necessidade de socialização das forças produtivas – que a aglomeração urbana representa – e as leis da acumulação capitalista que impõem limites à cooperação dita desenvolvida”.

O enfoque teórico nas ciências sociais sobre os problemas urbanos tem sido visto como uma resultante dos fenômenos sociais que, paulatinamente, vão se tornando cada vez mais complexos. No entanto, para Santos (1996, p. 11), “a urbanização brasileira não haja

merecido muitos estudos de conjunto, seja pela abrangência interdisciplinar ou mesmo por uma visão de território tomado como um todo”.

Wirth (1979) analisa o fenômeno urbano com modo característico, sendo possível abordá-lo empiricamente, segundo três perspectivas interligadas:

- como estrutura material formada sobre a base de uma população, uma tecnologia e uma ordem ecológica;
- como sistema de organização social comportando uma estrutura social característica, uma série de instituições sociais e um modelo típico de relações sociais;
- como um conjunto de atitudes e de idéias bem como aglomerado de pessoas, envolvidas em formas – tipo de comportamento coletivo, manifestado a partir da inter-relação da estrutura material e o sistema de organização social.

A grande cidade torna-se, para Santos (1996, p. 9-10), “um pólo de pobreza (a periferia no pólo...), o lugar com mais força e capacidade de atuar e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas”. Enquanto, para Ribeiro (2004, p.35), “o padrão de organização espacial das cidades tem sido veículo e palco da dramatização social da crise da ordem social brasileira”.

Na análise de Santos (1996, p. 10),

ao longo do século XX, mas sobretudo nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo lócus passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade. O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos. A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregos e o terciário associa formas modernas e formas primitivas que remuneram e não garantem a ocupação.

Desse modo, “o nível de urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidade a ser analisada à luz dos sub-processos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos [...]” (SANTOS, 1996, p. 11),

No dizer de Vianna (1966, p. 55 apud SANTOS, 1996, p. 17),

[...] o urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. Toda nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças últimas de nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável de nossa sociedade no período imperial.

Segundo Santos (1996, p. 17-18), foi de fundamental importância a pesquisa desenvolvida por Reis Filho (1968), que aborda a evolução de um processo social compreendendo o período de 1500 a 1720, em que destaca três principais etapas de organização do território brasileiro:

A primeira fase, “entre 1530 e 1570 [...], cujo ponto de maior intensidade estaria compreendido entre os anos de 1530 e 1540” [...]. Entre a fundação do Rio de Janeiro em 1567 e a de Filipéia da Paraíba em 1585, há um intervalo que apenas ocorre à instalação de Iguape. O segundo período fica “entre 1580 e 1640, anos de dominação espanhola, com dois pontos de maior intensidade, os anos 1610 e 1620, com a fundação de uma vila e três cidades e entre 1630 e 1640 com a fundação de nove vilas, [...] com a existência de uma urbanização sistemática na costa norte, em direção à Amazônia” (p. 79). Num terceiro momento, entre “1650 e 1720, foram fundadas trinta e cinco vilas. Elevando-se duas delas a categoria de cidades: Olinda e São Paulo. Ao fim do período, a rede urbana constituída por respeitável conjunto de sessenta e três vilas e oito cidades”.

Pesquisadores asseguram que o processo de urbanização começa a se desenvolver a partir do século XVIII. Para Bastide (1978, p. 56), a “casa da cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho, que só vai à propriedade rural no momento do corte e da moenda da cana”. Enquanto para Santos (1996, p. 19), “[...] foi necessário ainda mais um século para que a urbanização atingisse a sua maturidade no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje”.

Na ótica de Santos (1996, p. 26), “o Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos, [...] não sendo interdependentes”.

O forte movimento de urbanização que se verifica a partir do fim da segunda guerra mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização (SANTOS, 1996, p. 31).

Santos (1996, p. 60) afirma que “mais recentemente, todas as áreas do País experimentam um revigoramento do seu processo de urbanização, ainda que em níveis e formas diferentes, graças às diversas modalidades do impacto da modernização sobre o território”.

Davis (2006, p. 13) observa que a “Terra urbanizou-se ainda mais depressa do que previra o Clube de Roma em seu relatório de 1972, *Limits of Growth* [Limites do crescimento], sabidamente malthusiano”. Como enfatizou Guldin (2001 apud DAVIS, 2006,

p. 19), a “urbanização deve ser conceituada como transformação estrutural e intensificação da interação de todos os pontos de um contínuo urbano-rural”.

O processo de urbanização no Terceiro Mundo, para Davis (2006), apresentou, entre 1960 e 1993, um crescimento anual de 3%. Fato que surpreendeu muitos especialistas, contrariando os modelos econômicos ortodoxos, que previam uma desaceleração do processo migratório em decorrência da recessão da economia, que afetava em maior magnitude as áreas urbanas.

A dinâmica da urbanização no Terceiro Mundo recapitula e confunde os precedentes da Europa e da América do Norte no século XX e início do século XXI. De Karl Marx a Max Weber, a teoria social clássica acreditava que as grandes cidades do futuro seguiriam os passos industrializantes de Manchester, Berlim e Chicago (DAVIS, 2006, p. 22).

A maioria dos pobres urbanos do mundo não mora mais em bairros pobres no centro da cidade. “Desde 1970, o maior quinhão do crescimento populacional urbano mundial foi absorvido pelas comunidades faveladas da periferia das cidades do Terceiro Mundo (DAVIS, 2006, p. 46)”. No Hemisfério Sul, o crescimento das favelas vem ocorrendo numa velocidade maior do que o verificado nos países desenvolvidos.

Para Souza e Rodrigues (2004, p. 43),

historicamente, as favelas são vistas pelas elites brasileiras como algo que polui a paisagem e, ainda por cima, é um antro de vagabundos e marginais sociais (e mais recentemente, genericamente – assim manda o preconceito -, de traficantes de drogas). São lugares onde não haveria lei, não haveria uma verdadeira cultura, não haveria civilidade. Lá reinariam o caos, a promiscuidade, a ilegalidade, a falta de higiene. Os favelados são, para muitos indivíduos de classe média, parasitas que não pagam impostos. Enfim, os favelados são há décadas, uma espécie de pesadelo das elites urbanas.

Lencioni (2005, p. 51) afirma que “a favela é a expressão da cidade possível porque existe como a identidade negativa da metrópole. O espaço metropolitano, portanto, é a identidade destas especialidades contraditórias, que identificam a prática espacial”.

Na perspectiva de Davis (2006, p. 37), “existem provavelmente mais de 200 mil favelas, cuja população varia de algumas centenas a mais de 1 milhão de pessoas em cada uma delas”. Comparativamente, no município de Feira de Santana existem 50 favelas, num universo populacional de 591 mil habitantes, com um terço desse extrato vivendo em situação de precariedade.

Esse fato é preocupante ao se levar em conta que:

os pobres urbanos têm que resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a

distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança. Para alguns, como muito moradores de rua, a localização próxima do – digamos, em feira livre ou em estação de trem – é ainda mais importante do que o teto. Para outros, o terreno gratuito, ou quase isso, compensa viagens épicas da periferia para o trabalho no centro. E para todos a pior situação é um local ruim e caro sem serviços públicos nem garantia de posse. Na maior parte do Terceiro Mundo o reaproveitamento de moradias é menos comum que os cortiços e as residências construídas para aluguel (DAVIS, 2006, p. 39 - 43).

Como explica Tony Hodges, da unidade de Informações do *Economist*, (DAVIS, 2006, p. 109),

entre 80% e 90% dos moradores urbanos vivem em assentamentos ou construções que não têm situação legal claramente definida. [...] O problema é ainda mais grave para os moradores das favelas das áreas periurbanas, onde reside hoje a maioria dos habitantes das cidades. Nesses assentamentos informais, um número imenso de invasores, muito deles deslocados ou migrantes das áreas rurais, não tem documentos legais e, portanto, nenhuma garantia de posse. Em consequência, vive em permanente temor do despejo [...].

No Hemisfério Sul, nas décadas de 1960 e 1970, as ditaduras militares encaravam as favelas como obstáculos ao “aburguesamento urbano” e à segurança pública. Após o golpe militar de 1964, verificou-se um acentuado processo de remoção das favelas e assentamentos irregulares, considerados na época como invasões, utilizando para tal fim a força policial (DAVIS, 2006).

Sobre esse aspecto, Caldeiras (2000, p. 253), afirma que a “segurança é um dos principais elementos da publicidade e obsessão de todos os envolvidos”. Enquanto para Silva (2005, p. 29), “os questionamentos sobre o modo de vida urbana e discussões abordando os limites e esgotamento das cidades e da metrópole são recorrentes”.

De acordo com Silva (2005, p. 32),

no país, as conquistas da modernidade foram impostas pela supremacia do mercado criando uma falsa idéia de inclusão. No plano das desigualdades, a concentração de renda se destaca e, no espaço brasileiro, evidência os mundos distintos dos ricos e remediados em contraponto às vastas e miseráveis extensões das periferias urbanas, além da pobreza rural.

Lencioni (2005, p. 43) registra que “a referência à hierarquia urbana, a ênfase dada a ela busca alertar para a importância em se completar o arcabouço teórico relativo à análise espacial, visto que se constitui num aspecto muitas vezes pouco referido”.

A formação da propriedade privada da terra, fundamento do processo de urbanização brasileira envolve, desde os seus primórdios, a violência. O resultado desta acumulação de propriedade nas mãos de um único proprietário será a produção do não-proprietário e a posterior distribuição desta propriedade na forma de loteamento (LENCIONI, 2005, p. 47).

Assim, para Lencioni (2005, p. 50), “a posse desvincula-se do domínio jurídico da propriedade inviabilizando a realização da forma social da propriedade privada capitalista. A violência, portanto, aparece como inerente a forma. Nas palavras de Marx, a violência não é extra-econômica”.

Compans (2005) afirma que, a partir da metade da década de 1970, nos países centrais, as ações governamentais direcionadas para organização do espaço urbano vêm passando por transformações, objetivando uma maior flexibilização tanto nos programas de investimentos quanto nas normas jurídicas, geralmente contidas em planos diretores de ordenamento físico-territorial, para aquelas cidades com população superior a vinte mil habitantes.

Onde se observa “daí que a nova fronteira da gestão urbana consiste em situar cada cidade em condições de enfrentar a competição global da qual depende o bem estar dos seus cidadãos” (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 31).

A reconstrução de um Estado flexível e dinâmico articulado em seus diferentes níveis parece ser a única possibilidade histórica de superar as tendências dissolventes da sociedade da informação inscrita na dicotomia entre fluxos de poder e o particularismo da experiência, ao introduzir uma nova perspectiva na gestão das cidades (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 31).

Enquanto para Azevedo e Guia (2000), a partir da década de 1950, solidifica-se nas principais capitais brasileiras um processo de conurbação decorrente da intensificação dos fluxos migratórios campo-cidade.

Segundo Santos (1996, p. 10),

um gasto público crescentemente orientado à renovação e à reabilitação urbana e que sobretudo interessa aos agentes socioeconômicos hegemônicos, engendra a crise fiscal da cidade; e o fato de que a população não tem acesso aos empregos necessários, nem aos bens e serviços essenciais, fomenta a expansão da crise urbana. Algumas atividades continuam a crescer, ao passo que a população se empobrece e observa a degradação de suas condições de existência.

Para Brasileiro (1982, p. 53-54),

a ideologia do progresso, a crença na desejabilidade do desenvolvimento concebido nos moldes das sociedades de industrialização avançada, não parece ter sofrido ainda entre nós qualquer revés mais sério, pelo menos nas altas esferas de decisão. Continuamos a perseguir um modelo de desenvolvimento de base urbano-industrial, apoiado na grande indústria, agora com um pouco mais de atuação à agricultura e com grande ênfase na exportação.

Sabe-se que, desde o tempo da colonização, existiam as desigualdades nas taxas de acumulação de capital entre as diversas regiões do Brasil. Tais desigualdades não poderiam

ser reduzidas livremente pelas forças do mercado numa perspectiva neoliberalista, e sua continuidade implicava uma disfunção sistêmica, ameaçaria o equilíbrio e a harmonia do Estado e da sociedade brasileira.

Segundo Carneiro (2002), a concentração territorial do desenvolvimento só começaria a ser modificada, de fato, nos anos 1960 e 1970, quando políticas creditícias e fiscais aliadas a programas de modernização da infraestrutura de transportes e energia privilegiaram as regiões Norte e Nordeste e, mais tarde, permitiram o aproveitamento da fronteira agrícola do Centro-Oeste.

No final dos anos 1970, com o esgotamento das fontes de recursos para financiar os gastos e investimentos públicos promovidos com o endividamento interno e externo, somando-se a esse fato a revolução científica e tecnológica ao longo dos anos 1980 e 1990, quando se desencadeou uma radical globalização dos processos produtivos, verificou-se a proliferação dos assentamentos urbanos informais e precários na periferia dos centros urbanos.

Para Motta (2004, p. 141),

a precariedade das condições de habitação, de infraestrutura e de serviços públicos nas áreas urbanas informais, a insuficiência de ações dirigidas à regularização administrativa, urbanística e jurídica dessas áreas, e a falta de segurança da posse da terra urbana constituem problemas cruciais que devem ser enfrentados na gestão das cidades. Diante desse quadro, os municípios vêm contribuindo para aumentar a provisão de habitação para a população pobre mediante a execução de programas e diversas modalidades de intervenção, tais como melhorias habitacionais, mutirão, autoconstrução, autogestão, cestas básicas de materiais de construção, urbanização de favelas e construção de novas unidades habitacionais.

Enquanto na visão de Silva (2005, p. 33), “a ausência de uma política habitacional abrangente gera um número expressivo de ‘sem teto’, população de rua e área de risco, acentuando os problemas ambientais urbanos”.

A vontade política é o fator por excelência das transformações sociais. Assim para Santos (1996, 9. 126),

nesse particular, as tendências que assume a urbanização neste fim de século aparecem como dado fundamental para admitirmos que o processo irá adquirir dinâmica política própria, estrutural, apontando para uma evolução que poderá ser positiva se não for brutalmente interrompida.

Rodrigues (2003, p. 285), afirma que:

a dinâmica mundial e local alterou a realidade e a ética: agora, favela é local perigoso em virtude da violência, das drogas e do tráfico. Se antes era lugar

do voto clientelista hoje é lugar de outra clientela, a dos traficantes. Qual é a função e o papel do Estado na vida de violência e drogas nas favelas, ou melhor, na vida cotidiana.

Esses espaços denominados “marginais descumprem quase todas as normas, inclusive, às vezes, a sagrada norma da propriedade, de forma tal que habitualmente são rotulados como espaços caóticos, desestruturados, irregulares, ilegais” (ROBIRA, 2005, p. 17). Onde ainda se pode observar que:

a manutenção de parte da população em condições de precariedade, criminalizada socialmente e guetizada urbanisticamente, permite alimentar facilmente aos cidadãos “normalizados” com medo e insegurança; estes sentimentos, por sua vez, constituem valiosos recursos econômicos e políticos para a produção e a gestão, respectivamente da segurança (ROBIRA, 2005, p. 18).

A aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, Lei 10.257 (BRASIL, 2002), possibilita aos governantes um maior espaço para ação e implementação de políticas públicas. Segundo Teixeira (2006, p. 183),

esta Lei regulamentou as disposições constitucionais relativas à exigência do cumprimento da função social da propriedade urbana e definiu novas condições para avanços na legislação municipal, dirigida à garantia do direito a moradia e à construção de uma cidade mais humana, ambientalmente saudável e acessível a todos.

Silva (2005, p. 30) adverte que os instrumentos urbanísticos contidos no Estatuto da Cidade, são os tributáveis, jurídicos e urbanísticos e privilegiam, fundamentalmente, os aspectos fundiários urbanos.

Na análise de Silva (2005), essa Lei incorpora vários instrumentos legais inovadores que estão direcionados para a melhoria da qualidade de vida das cidades, com a normatização das formas de utilização do solo, que permita um maior controle das ações de iniciativas do poder público e do setor privado.

Ribeiro (2004, p. 36) afirma que “o modelo de gestão e o estilo de política pública nos bairros populares são mecanismos bloqueadores da transformação dos seus habitantes em cidadãos, portanto, em atores da polis”.

Enquanto para Menegat (2005, p. 117-118),

o dilema dos sem-propriedade tem raízes profundas não apenas na gênese e estruturação do modelo hegemônico de produção da riqueza social mas, indissociavelmente, na gênese e estruturação do modelo correlato de apropriação que se tornou hegemônico no mundo ocidental. Medidas voltadas à retomada do crescimento econômico e à diminuição do desemprego não representam, necessariamente, o enfrentamento da questão

social, pois impõem o enfrentamento simultâneo da questão da segregação socioespacial.

A partir do início da década de 1970, as desigualdades socioespaciais vêm se aprofundando, observando-se o crescimento dos sem-propriedade em territórios ocupados clandestinamente nas periferias dos centros urbanos brasileiros, fato evidenciado em Feira de Santana.

Para Silva (2005, p. 33), “a ausência de uma política habitacional abrangente gera um número expressivo de ‘sem teto’, população de rua e área de risco, acentuando os problemas ambientais urbanos”.

Ao analisar os aspectos habitacionais em nosso país, Motta (2004, p. 140-141) conclui:

os resultados da avaliação de políticas urbanas e habitacionais no Brasil revelam que a política e a gestão urbana podem ser aprimoradas mediante a aplicação de instrumentos adequados à situação econômica e social da população, bem como pelo envolvimento de diferentes atores – formais e informais no processo de desenvolvimento urbano. Por outro lado, a falta de métodos de análise apropriados a prática do planejamento urbano e a formulação e aplicação dos seus principais instrumentos pode ser um impedimento para gestão urbana satisfatória.

Segundo Motta (2004, p. 114), “os fluxos migratórios são intensificados campo-cidade a partir da década de 1950, consolidando-se em torno das principais capitais um processo de conurbação”.

O papel minimalista dos governos nacionais na oferta de moradias foi reforçado pela atual ortodoxia econômica neoliberal definida pelo FMI e pelo Banco Mundial. Os Planos de Ajustes Estrutural (PAEs) impostos às nações endividadas no final dos anos 70 e na década de 1980 exigiram a redução dos programas governamentais e, muitas vezes, a privatização do mercado habitacional (DAVIS, 2006, p. 71).

Na visão de Oliva (2005, p. 73), “a cidade por sua vez é um conjunto de máxima concentração e de máxima diversidade de objetos geográficos que favorece e acomoda grandes contingentes populacionais em distância mínima e atua como estimuladora de relações sociais”, fato confirmado neste estudo.

Os referenciais de apoio buscam explicar as inter-relações dos fatores que contribuem para a reprodução do espaço urbano e territorial do município de Feira de Santana que, nas quatro últimas décadas do século XX, em razão do intenso processo de urbanização, é responsável por um novo arranjo espacial da cidade.

Os resultados que aqui se apresentam têm como suporte os dados extraídos da pesquisa quantitativa e qualitativa desenvolvida no período de outubro de 2007 a setembro de

2008, com 300 famílias em 7 assentamentos subnormais, de um universo de 50 comunidades cadastradas em Feira de Santana pelo Pemas (2001).

Ao longo dos capítulos, além de Tabelas e Gráficos, foram incluídas fotografias, com a função de recuperar, para o leitor, imagens antigas e recentes de locais que, no decorrer do tempo, sofreram modificações, ou não mais existem. Constituem registros de uma cidade, Feira de Santana, cujo núcleo surgiu no século XVIII, às margens de um caminho de boiadas, no entorno de uma pequena igreja, num local denominado de Olhos d' Água, que cresceu e expandiu-se devido a duas feiras: uma de gado e outra que comercializava os mais diversificados tipos de mercadorias, que vieram a se tornar as mais importantes da Bahia e do Norte e Nordeste brasileiro.

Esta tese, composta de quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais, é fruto de uma pesquisa realizada em assentamentos subnormais e que, constrói-se em torno do tema “A urbanização e os assentamentos subnormais de Feira de Santana”.

Assentamentos subnormais é a denominação adotada pelo Programa Habitat Brasil II (2008a), para as populações que residem em situação de precariedade em invasões, favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, e que será utilizada ao longo de todo este texto.

No primeiro capítulo, procede-se a análise sobre a cidade e a urbanização, com base em considerações sobre: 1) a importância da cidade no processo histórico da urbanização, desde o momento em que o homem abandona a situação de nômade e passa a fixar moradia em terras férteis no sul da Mesopotâmia; 2) o surgimento, a evolução e a importância da cidade que, no período denominado pelos historiadores de Antiguidade, desempenhara um importante papel político-religioso; 3) a cidade no período medieval que se estende do século V ao XV, retratando a desarticulação na rede urbana, quando da dispersão da população para o campo, que passa ter predominância sobre as cidade, que naquele momento não mais exercia a função político-administrativa, bem como a de centro de produção e de comercialização; 4) a cidade na Idade Moderna, período que abrange os séculos XV e XVIII, quando ocorreu a transição do feudalismo para o capitalismo que tem como principais marcos: a formação dos Estados nacionais modernos, o renascimento cultural, a expansão marítima, a descoberta de novos territórios, as reformas e contra-reformas cristãs, o colonialismo, o surgimento das monarquias absolutistas, o iluminismo, dentre outros; 5) a cidade contemporânea, quando se discutem as grandes mudanças ocorridas na cidade, e no seu processo de urbanização, a partir do século XVIII, diretamente vinculadas à Revolução Industrial, a principal responsável pelo desencadeamento do processo de urbanização que vem ocorrendo de modo expressivo e atualmente de forma acelerada principalmente em países denominados periféricos.

No segundo capítulo, discute-se o processo brasileiro de urbanização, enfocando-se: 1) as características da urbanização brasileira no período colonial que se estende do século XVI ao início do século XIX. Refere-se ao espaço de tempo em que predominou a economia de base agroexportadora, com utilização da mão-de-obra escrava, preponderando, inicialmente, a exploração da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro, com maior intensidade na Bahia e em Pernambuco, e, posteriormente, a exploração de materiais preciosos, que promoveu, juntamente com a pecuária, a interiorização do País; 2) a urbanização a partir do século XIX e início do século XX, destacando-se o processo evolutivo da população brasileira, período em que predominou a exploração da lavoura cafeeira, ocorreu a mudança da Família Real de Portugal para o Brasil, o que implicaria profundas mudanças no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. Com a abolição da escravatura, verificou-se um grande fluxo de imigrantes europeus para trabalhar nas fazendas de café, ocorrendo o assalariamento da mão-de-obra, o desenvolvimento dos transportes com a introdução da ferrovia e o crescimento urbano aliado à industrialização, etc.; 3) o processo de urbanização das cidades brasileiras, que começa a se efetivar a partir de 1930 no governo Vargas e se intensifica, sobretudo, após o início da industrialização do país ocorrido a partir da década de 1950, devido à aceleração do processo de industrialização brasileiro consequente à "política desenvolvimentista" do governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), principalmente com a implantação da indústria automobilística, que contribuiu para acelerar o processo de urbanização inicialmente no triângulo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e, posteriormente em todas as regiões do País.

No terceiro capítulo, faz-se uma abordagem sobre o município de Feira de Santana acerca dos seguintes aspectos: 1) origem do município, que está vinculada à sesmaria de Tocós, ao comércio de gado e à exploração da pecuária introduzida na Bahia, no século XVI, por Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil. Atividade que se expandiu pelo interior da Bahia seguindo o curso do vale do Rio São Francisco, direcionando-se para Sergipe, Pernambuco, Piauí, Minas Gerais e Goiás. Esse processo deu lugar ao surgimento de fazendas e caminhos de boiadas interligando o litoral ao Sertão. Feira de Santana viria então tornar-se a segunda cidade mais importante do estado da Bahia; 2) localização de Feira de Santana. A cidade pertence ao Território de Identidade "Portal do Sertão", integra 17 municípios, com uma população estimada de 911.184 habitantes, é um pólo urbano dominante de um complexo de regiões, abrangendo parte do Recôncavo, do Paraguaçu, do Nordeste da Bahia, da região de Irecê, do Piemonte da Diamantina e da parte do Litoral Norte, estendendo-se até as áreas de influência de cidades pólos, como, Jequié e Vitória da

Conquista, no Sudoeste, Ilhéus e Itabuna, no Sul da Bahia, Juazeiro e Petrolina, no São Francisco. Mantém uma característica cosmopolita, traço marcante e presente desde os primórdios de seu desenvolvimento urbano, o qual se relaciona, diretamente, às atividades econômicas desenvolvidas nas áreas: comercial, serviços e industrial; 3) o processo de urbanização de Feira de Santana onde se destaca que, a partir de 1940, a população do município que ainda era predominantemente rural, em decorrência das rodovias (não-pavimentadas) construídas pelo Governo Federal, Feira de Santana tornou-se um pólo de convergência entre a Capital e o interior do Estado e outras regiões brasileiras. Situação que promoveu o fortalecimento do comércio e da economia locais e induziu a instalação de pequenas unidades fabris caseiras, que passaram a processar produtos da região para atender a demanda que, a cada dia, se tornava crescente.

A partir de 1950, em decorrência da integração de Feira de Santana graças ao sistema rodoviário, e da sua condição de grande centro comercial e pecuário do Semi-Árido baiano, a cidade tem crescido em ritmo acelerado, com um afluxo de migrantes de todas as regiões baianas e do Brasil, principalmente do Nordeste. Esses movimentos migratórios são os responsáveis pela acelerada ocupação das áreas em torno dos anéis viários de Feira de Santana e das margens das rodovias, através de invasões, loteamentos populares, e aglomerados habitacionais de comércio, que formam hoje os 44 bairros da cidade, em sua maioria, constituídos por população de baixa e média renda, gerando, com isso, uma elevada densidade demográfica na sua sede, com taxa de crescimento de 39,4%, no período intercensitário 1980 - 1991 e de 13,4%, entre 1991 - 1997, em grande parte decorrente dos fluxos migratórios que têm a cidade como destino. Conseqüentemente, distorções sociais se avolumaram na medida em que muitas famílias de retirantes fixam moradia na periferia de Feira de Santana habitando em condições adversas e possibilitando a concentração de grandes bolsões de miséria e de pobreza.

No quarto capítulo, descrevem-se os assentamentos subnormais de Feira de Santana, com enfoque nas variáveis que promoveram o seu surgimento, a sua evolução e a exclusão social a que é submetida a população residente em 7 comunidades, das 50 cadastradas pela Seplan (2001), em situação de subnormalidade, habitando invasões em áreas públicas ou privadas, loteamentos irregulares e clandestinos. Segundo a mesma fonte, estimava-se que, em 2000, residiam nessa condição cerca de 23.500 famílias, correspondendo, aproximadamente, a um contingente de 116.000 pessoas, o equivalente a 24,1% da população da época, que era de 480.949 habitantes. Indicador que reflete uma situação de gravidade em termos sociais e de ocupação do espaço territorial para o município desde que mais da metade

desse contingente populacional ocupa áreas consideradas insalubres ou de proteção ambiental. A partir de 1970, com o aumento do fluxo migratório, começam a surgir problemas de moradia em Feira de Santana, que não estava devidamente preparada para receber o novo contingente populacional.

A falta de recursos financeiros, a deficiente infraestrutura, a qualidade, ou a ausência de equipamentos de serviços de uso coletivo observadas na época contribuíram para que a questão da moradia passasse a representar uma das formas mais visíveis de exclusão social. Habitando assentamentos subnormais localizados em periferias distantes do centro da cidade, sem qualquer apoio institucional, sem infraestrutura, encontra-se significativa parcela da população composta de pessoas sem nada que as faça reconhecidas como indivíduos, como cidadãos, em vez de marginais.

Ora resta convidar o leitor a continuar a leitura deste texto, que não tem a pretensão de abranger todas as variáveis que interferiram, ou interferem, no processo de urbanização de Feira de Santana e que, ao mesmo tempo, contribui para a formação dos assentamentos subnormais que vêm proliferando de forma crescente na segunda maior cidade do estado da Bahia, num grave quadro de exclusão social.

CAPÍTULO I

1 A CIDADE E A URBANIZAÇÃO

No desenvolvimento de estudos sobre a urbanização, pela relevância de que esse fenômeno se reveste, torna-se fundamental buscar entender a importância e o papel que a cidade exerce como parte integrante desse processo, por interferir direta ou indiretamente no modo de vida de cada cidadão residente nos centros urbanos, que atualmente convive com todos os tipos de problemas - moradia, trânsito, educação, saúde, poluição do meio ambiente, tráfico de drogas, violência, dentre outros, - que crescem em escala incontrolável e sem perspectiva de solução em curto e em médio prazo.

Avaliar a relevância e a complexidade que a cidade representa no contexto contemporâneo deve apoiar-se na compreensão e na discussão de sua origem, sua trajetória e do seu papel no processo histórico da urbanização.

No que tange à questão da origem, será tomado como ponto de partida o momento em que, para os historiadores, o homem abandona a situação de coletor e nômade dependente da caça, da pesca e de outros recursos existentes na natureza e começa a cultivar a terra na produção de alimentos e a domesticar os animais, passando a ter uma moradia fixa no sul da Mesopotâmia, território que, posteriormente, veio a ser denominado de Suméria.

Vários autores, entre eles, Sposito (1997, p. 11), fazem referência a essa questão, ao destacar que “o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas outras cidades de antes, transformadas, destruídas, e construídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos engendradas pelas relações que promovem estas transformações”, que se estendem até os dias atuais.

Seguindo uma linha de pensamento mais ou menos idêntica, Mumford (1998, p. 9) observa que “se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre suas funções originais, aquelas que delas emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas”, devido à complexidade e à relevância que no contexto se inserem.

Segundo Wirth (1976, p. 90), “da mesma forma como o início da civilização ocidental é assinalado pela fixação permanente de povos anteriormente nômades na bacia do Mediterrâneo, assim também o início do que pode ser considerado marcadamente moderno em nossa civilização é caracterizado pelo crescimento das grandes cidades” que, ao longo do tempo, vêm passando por várias transformações.

Enquanto para Simmel (1976, p. 21-22), “as cidades são em primeiro lugar, sede da mais alta divisão econômica do trabalho [...]. Na medida de sua expansão, a cidade oferece mais e mais as condições decisivas da divisão do trabalho [...]”, que se integra na sua organização econômica e socioespacial.

No entendimento de Park (1976, p. 27), “entretanto, a cidade não é apenas uma unidade geográfica e ecológica; ao mesmo tempo, é uma unidade econômica. A organização econômica da cidade baseia-se na divisão do trabalho [...]”, visão que se identifica com a de Simmel, acima exposta.

Na análise de Pedrão (2002, p. 152), “[...] a formação da cidade começa com a incorporação de equipamentos, desde a implantação de habitações e de ruas, até a de equipamentos especializados para consumo coletivo, que resultam na separação entre o consumo possível na cidade e o possível fora dela [...]”, onde a parcela daqueles que não têm acesso a propriedade a cada dia se eleva, num processo contínuo de segregação social.

Para compreender a importância da cidade no processo histórico da urbanização, Sposito (2008, p. 13) adverte que “[...] é preciso, finalmente, ir além da regressão no tempo, à busca de sua gênese, e proceder a uma análise das diferentes manifestações urbanas no mundo presente”, que se tornam cada vez mais complexas e com intervenções mais efetivas dos movimentos sociais urbanos.

1.1 A importância da cidade no processo histórico da urbanização

Os historiadores apontam a existência de aglomerados sedentários formados por aldeias com relativa densidade populacional antes da era Cristã, no Egito e na Mesopotâmia, entre 4000 e 3500 a.C, na China, 3000 a.C e, na Índia, 2500 a.C., com extensão na bacia do Mediterrâneo e na América das civilizações pré-colombianas.

Embora as primeiras cidades tenham aparecido há mais de 5.500 anos, o processo de urbanização moderno teve início no final do século XVIII, em consequência da Revolução Industrial, desencadeada inicialmente na Inglaterra e, posteriormente, em outros países europeus e nos Estados Unidos.

Nos países subdesenvolvidos, a urbanização se intensifica a partir da metade do século XX. Os dados disponibilizados pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2007) sobre a situação da população mundial projetavam que “até 2008, pela primeira vez, mais da metade da população do globo – 3,3 bilhões de pessoas – estará vivendo em cidades”, fato que veio a se concretizar, e a tendência é aumentar cada vez mais esse contingente.

Ao desenvolver uma análise sobre a urbanização da humanidade, Davis (1972, p. 14), afirma que “[...] antes de 1850, nenhuma sociedade poderia ser descrita como predominantemente urbana”. Conforme dados censitários referentes a esse período, essa condição só veio a ser atingida no final do século XIX pela Grã-Bretanha. Todavia, atualmente, todas as nações industrializadas apresentam um elevado grau de urbanização.

Na perspectiva histórica, onde é a região atualmente conhecida como Oriente Médio, continente da Eurásia Central, no denominado “Crescente Fértil”⁵ (Figura 1), a partir do crescimento populacional dessas aldeias, apareceram as primeiras cidades (inicialmente formadas por diversas tribos e aldeias, que se agrupavam para se defender de povos rivais) e em consequência, as primeiras estruturas da sociedade humana (LOPES, 2001).



Figura1: Crescente Fértil.

Fonte: Atlas Histórico, 2006.

Essa região, margeada pelos vales dos rios Nilo, no Egito, Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia, Amarelo, na China e o Indo, na Índia, localizada entre montanhas e deserto, apresentava uma boa fertilidade do solo, era adequada para a exploração agrícola, a criação de

⁵ Termo criado pelo arqueólogo James Henry Breasted da Universidade de Chicago.

animais e para a piscicultura. Além de servir como meio de transporte (de mercadorias e pessoas) e de comunicação entre os povos que habitavam aquele espaço territorial.

1.1.1 A cidade na Idade Antiga

A cidade na Antiguidade desempenhava um importante papel político-religioso. Mesmo tendo surgido numa região de clima semi-árido, localizada próximo a rios, vales e planícies, proporcionava, para a época, as condições ideais de moradia para seus habitantes, bem como para o desenvolvimento da agricultura, da caça, da pesca e da criação de animais.

Na observação de Lopes (2001, p. 5), é a partir dessa nova situação “que a humanidade começou o grande processo de implantação do mundo construído sobreposto ao ambiente natural”. Enquanto no entendimento de Kramer (1969, p. 11),

foi a Mesopotâmia que viu erguerem-se os primeiros centros urbanos da humanidade, com a sua vida opulenta, complexa e variada, em que a lealdade política não era mais em relação à tribo ou ao clã, mas em relação à comunidade como um todo; onde os alterosos Zigurates, ou templos-torres, se lançavam para o céu, fazendo o coração do cidadão palpitar de medo, maravilhamento e orgulho; onde a arte e a engenhosidade técnica, a especialização industrial e a iniciativa comercial encontraram ambiente para crescer e expandir-se.

Naquele período, segundo Childe (1978), ocorreram duas revoluções: a primeira, denominada revolução agrícola, em que o homem começou a adotar processos racionais na agricultura utilizando-se da irrigação, do arado para remover o solo, da seleção de sementes, da escolha da estação para a realização do plantio de algumas culturas, tendo como resultante a obtenção de um maior volume de produção, com a geração de excedente agrícola, o que promoveu a sua sedentarização.

Enquanto a segunda, caracterizada por revolução urbana, foi consequência da primeira, e decorreu da incipiente divisão social do trabalho, com o desenvolvimento de outras atividades que não eram vinculadas ao campo, pelos novos habitantes das aldeias, cujo contingente populacional começou a evoluir e que, posteriormente, se tornariam povoados, vilas e cidades.

Fato importante mencionado por Childe (1981) é que a revolução agrícola marca o início da nossa história, com o surgimento de uma nova espécie de sociedade humana, ao se verificar que o homem mudou o seu estilo de vida, de nômade para sedentário. Passariam a ser local de habitação as aldeias próximas às áreas de exploração agrícola, onde havia diferenciação na participação de cada agricultor no desenvolvimento do processo produtivo.

Ao longo do tempo, os agricultores adquirem um maior domínio sobre a natureza, e devido ao avanço nos meios de produção, com a promoção do aumento da produtividade, o excedente da produção passa a gerar ganhos nas relações entre produtores e mercados. Childe (1981, p. 104) considera que “o excedente produzido concentrava-se, na realidade, nas mãos de uma classe relativamente reduzida”, a quem cabia a responsabilidade pela organização política, administrativa, econômica e religiosa.

Naquele momento, começa a surgir a especialização de atividades, como exemplo, os “chefes caçadores” que, por sua bravura, força e coragem, assumem a condição de líderes das aldeias, tornando-se, posteriormente, governadores, reis, imperadores e faraós.

Nota-se um deslocamento para a cidade de uma parte da população que habitava no campo e cuja presença no local de produção era dispensável. Esses novos habitantes passam a desenvolver atividades administrativas, comerciais, de serviços, bem como religiosas e políticas dentre outras, promovendo nesses núcleos urbanos uma nova configuração socioespacial (COSTA, 1982).

Os historiadores também argumentam que a agricultura propiciou o desenvolvimento da economia e a melhoria das condições de vida da população. Com a riqueza acumulada, e em decorrência do crescimento populacional, os detentores de grandes fortunas e, conseqüentemente, do poder, passaram a investir na construção de residências, edifícios públicos, templos religiosos, palácios, castelos e outras obras exuberantes, promovendo, dessa maneira, o surgimento das cidades, que foram erigidas dentro de muralhas com características de fortalezas e que delimitavam áreas fronteiriças. Naqueles locais, era exercitado o poder político, econômico, administrativo e religioso.

Com o crescimento da cidade, começa a disputa por terras e bens materiais, como forma de permitir o aumento da acumulação de riquezas, fato que promove constantes guerras e conflitos entre povos vizinhos, na busca do domínio e da expansão de novos espaços em todo o território do Oriente Médio.

Tais conflitos promoviam um elevado índice de mortalidade entre os guerreiros envolvidos nas batalhas e dos habitantes da cidade que sofriam o ataque inimigo, cujos vencedores, além de esmagar a população vencida adotando todos os tipos de barbaridade, destruíam a maioria das edificações, no entanto preservavam os templos, as divindades e os sacerdotes.

A cidade que ainda naquele momento mantinha uma forte vinculação com o campo passou a ter uma estrutura mais complexa. Para Benevolo (1997, p. 26), “a cidade, centro motor desta evolução, não só é maior do que a aldeia, mas se transforma numa velocidade

muito superior. Ela assinala o tempo da nova história civil [...]”, e vem sofrendo uma constante evolução, assinalando cada vez mais a sua importância no contexto urbano.

As transformações ocorridas no espaço territorial e nas sociedades estão associadas com a urbanização, relacionam-se com a melhoria das técnicas e condições de trabalho no campo, ao permitirem aos agricultores uma elevação no volume de produção, gerando excedentes agrícolas que passaram a ser comercializados na cidade, cujos recursos vieram a se transformar em poder militar e, posteriormente, em poder político.

De acordo com Kramer (1969, p. 17), “o gradual desenvolvimento e apuro das técnicas de lavar, houve no curso dos milênios uma enorme proliferação de povoados, aldeias e cidades, por todo o mundo antigo, e especialmente na Mesopotâmia setentrional”, estendendo-se por todo o globo terrestre.

Enquanto na visão de Castells (2000, p. 42) “a partir deste momento um sistema de divisão e de distribuição se desenvolve, como expressão e desdobramento de uma capacidade técnica e de um nível de organização social”, promovendo um aumento de produção e de produtividade que inicialmente se expande por todos os países desenvolvidos e, em seguida, para os países em desenvolvimento.

Para Childe (apud CASTELLS, 2000, p. 42), os primeiros aglomerados urbanos se caracterizavam por:

existência de especialistas não produtivos trabalhando em tempo integral (padres, funcionários, “operários de serviços”); população de tamanho e de densidade suficiente; arte específica; uso da escrita e dos números; trabalho científico; sistema de impostos que concentra o excedente da produção; aparelho de Estado; arquitetura pública (monumentos); comércio com o exterior; existência de classes sociais.

Enquanto para Castells (2000, p. 42-43), a cidade, como o local em que se instala a estrutura político-administrativa de uma sociedade em constante processo de desenvolvimento técnico e social, verifica-se a existência “1) de um sistema de classes sociais; 2) de um sistema político permitindo ao mesmo tempo o funcionamento do conjunto social e o domínio de uma classe; 3) de um sistema institucional de investimento, em particular no que concerne à cultura e à técnica; 4) de um sistema de troca com o exterior”, a partir de uma articulação em forma de rede, com interações e relações econômicas, financeiras, tecnológicas e sociais entre outras, não apenas em níveis regionais, intrarregionais, nacionais, como em todo o mundo, no atual contexto de globalização.

Também, observa-se que, devido à complexidade de sua estrutura, segundo Weber (2004, p. 409), o surgimento de uma cidade deve em princípio vincular-se:

a) a existência de uma sede senhorial-territorial, sobretudo uma sede principesca, como centro, para cujas necessidades econômicas ou políticas trabalham as indústrias, com especialização da produção, e o comércio adquire bens [...]. b) a realização de uma *troca de bens* não apenas ocasional mas regular, na localidade, como componente *essencial* das atividades aquisitivas e da satisfação das necessidades dos moradores: a existência de um mercado [...].

Assim, a partir de características diferenciadas, Weber (2004) identificou as concentrações urbanas como: a cidade de consumidores, a cidade de produtores e a cidade mercantil, todas com funções específicas.

Weber (2004) vinculava a noção de cidade à localidade, mais especificamente, um assentamento repleto de moradias, em que algumas situações se encontravam de forma geminada, onde se destacavam a quantidade de moradias, a transação regular de bens e serviços e a diversificação de funções.

Cada tipologia de cidade definida por Weber (2004 apud FREITAG, 2006, p. 5) tem por função principal:

ser sede do governo, por aí instalar-se a moradia do “príncipe”, rei, monarca, presidente etc.: ser uma cidade meramente consumidora, sem produção própria, como cidades de aposentados, pensionistas. Estudantes (“cidades universitárias”, como Heidelberg e outras); ser essencialmente industrial, produtora, como Manchester, Chicago, Detroit, Volta Redonda; ser uma cidade de mercado, exportadora, ou portuária como Hamburgo e as cidades da liga hanseática na Alemanha, como Marselha, na França.

A relação entre a cidade onde se localizava a produção artesanal e o comércio, tendo assim o campo como produtor e fornecedor de alimentos, não ocorria de maneira uniforme, tornando-se um complexo de fenômenos que, na ótica de Weber (2004), denominou-se “economia urbana”, a qual não deve ser entendida de forma estática e, sim, numa perspectiva dinâmica, considerando os aspectos físicos, econômicos, políticos, sociais, culturais, dentre outros, da organização espacial.

Como já citado antes, na ótica de Singer (1990), por ser a sede do poder e, conseqüentemente, da classe dominante, a cidade, que ao surgir não possuía uma produção própria, com o seu crescimento estabeleceu a divisão do trabalho, subordinou o campo que se tornaria o seu fornecedor de alimentos, outras matérias-primas e mão-de-obra (para o desenvolvimento de atividades não-especializadas), dessa condição, passaria a ser importador de produtos fabricados na cidade, situação que se mantém até os dias atuais.

Todavia, apesar do predomínio da cidade, mesmo com o passar do tempo, o campo, não perdeu a sua importância ao se considerar que:

- a cidade por não ser autossuficiente, depende do campo para a sua sobrevivência;

- a dependência da cidade em relação ao campo, quanto ao fornecimento de produtos primários, torna-se mais relevante à medida que se eleva o seu grau de urbanização.

Nessa perspectiva, mesmo com as limitações que lhe são impostas, o campo, que precedeu a cidade, não depende dela para a sua sobrevivência.

Na análise de Singer (1990, p. 12) “a criação da cidade requeria uma acumulação prévia, entendida não como a formação de um estoque inicial [...], mas como um fluxo permanente de um excedente alimentar do campo à cidade”, para atender as exigências de uma economia de mercado que passa a sofrer influências do novo modo de produção com base capitalista.

Na discussão entre a relação campo x cidade procedida por Singer (1990, p. 13), que tem alguma semelhança com a Teoria da Mais-Valia desenvolvida por Marx⁶,

a produção do excedente alimentar é uma condição necessária mas não suficiente para o surgimento da cidade. É preciso ainda que se criem instituições sociais, uma relação de dominação e de exploração enfim, que assegure a transferência do mais-produto do campo à cidade. Isto significa que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de classes. Pois, de outro modo, a transferência de mais-produto não seria possível. Uma sociedade igualitária, em que todos participam do mesmo modo na produção e na apropriação do produto, pode, na verdade, produzir um excedente, mas não haveria como fazer com que uma parte da sociedade apenas se dedicasse à sua produção, para que outra dela se apropriasse.

Ao longo do tempo, com as transformações sociais e econômicas ocorridas, observa-se que a cidade passou a ser menos dependente do campo, vindo a se tornar centro de transformação de produtos também não-agrícolas. Para Singer (1990, p. 17), “[...] neste processo, parte do mais-produto, que ainda continua vindo à luz com valor de uso, transformou-se na mão de uma nova classe dominante, em valor de troca, em mercadoria”, que passa a ser determinada pelas forças de mercado.

Considerando que as relações comerciais também ocorriam no âmbito externo, segundo parecer de Singer (1990, p. 18),

nesta fase, a cidade deixa de ser meramente a sede da antiga classe dominante para tornar-se o centro de uma nova classe rival de mercadores, usuários, especuladores, coletores de impostos etc. Não se trata de capitalistas ainda, pois sua existência depende, no fundo, da simbiose entre as novas e velhas relações de exploração. A grande maioria da população vive no campo e produz um excedente alimentar que é, em grande parte ainda, apropriada pela velha classe dominante, a qual passa, no entanto, a aliená-lo em troca dos produtos de luxo trazidos do exterior pelos mercadores [...].

⁶ Para um melhor entendimento, consultar MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

Nesse contexto, ainda na ausência de uma economia monetária, as relações entre produtores, mercadores e consumidores se tornaram mais complexas, observando-se, dessa forma, um maior fluxo de pessoas transacionando mercadorias, promovendo assim um aumento na aglomeração urbana e, conseqüentemente, a expansão da divisão social do trabalho, cuja limitação era o tamanho do mercado.

Na visão de Singer (1990, p. 18), “a cidade rompe esta última barreira, ao aglomerar num espaço limitado uma numerosa população”, que passam a conviver com problemas econômicos e sociais dentre outros.

Os historiadores registram que, com o passar do tempo, algumas cidades chegaram a atingir um contingente populacional elevado para aquela época. Na Grécia antiga, a população de Atenas atingiu cerca de 250.000 habitantes.

Enquanto Roma, capital do Império Romano, para Benevolo (1997, p. 163), “nesta cidade viveram, até o século III d.C., de 700.000 a 1.000.000 de habitantes; a maior concentração humana até agora realizada no mundo ocidental”. Cabendo ainda observar que, em decorrência da expansão desse Império, outras cidades surgiram no norte da África, no Oriente Próximo, na Grécia, na Gália e na Bretanha, contando com um relevante contingente populacional.

Entre todos os impérios, o Romano foi o que mais contribuiu para o processo de urbanização na Antiguidade, devido à concentração de poder e à unificação das cidades-estados em impérios (fato que não foi apenas restrito ao Império Romano) que se tornaram disseminadores de aglomerados urbanos, como forma de manter a supremacia militar nas regiões conquistadas.

Para Singer (1990, p. 20), “o Império Romano talvez tenha sido a mais ampla economia urbana pré-industrial que jamais existiu, entendendo-se por economia urbana uma organização da produção de trabalho entre o campo e a cidade e entre diferentes cidades”, formando grandes concentrações populacionais.

Todavia, segundo Benevolo (1997, p. 251), esse quadro evolutivo sofreu uma ruptura com a invasão dos “territórios norte-ocidentais do Império Romano – Itália, Gália, Germânia e Bretanha” que teve o seu poder central esfacelado pelos povos bárbaros oriundos do norte e do leste da Europa, ocorrendo assim o fim do período histórico conhecido como Antiguidade, sendo procedida pela Idade Média, em cuja fase inicial, por um período considerável, a urbanização sofreu um retrocesso.

A desintegração de Roma, na visão de Mumford (1998, p. 263), “foi o resultado final de seu supercrescimento, que resultou numa falta de função e numa perda de controle dos

fatores econômicos e agentes humanos que eram essenciais à continuação de sua existência”. Onde se observa que, após a queda do Império Romano, a Igreja continuou sendo uma instituição influente e poderosa.

Na visão de Sjoberg (1972, p. 47), “com o colapso do Império Romano, suas cidades declinaram acentuadamente, tanto a capital [...] como muitas cidades fronteiriças, algumas a ponto de desaparecer completamente”, verificando-se naquele momento a desintegração do seu poder central.

Enquanto Castells (2000, p. 43), em acordo com a análise desenvolvida por Sjoberg (1972) afirma:

então, é lógico que a queda do Império Romano no Ocidente ocasiona quase o desaparecimento da forma socioespacial da cidade, pois tendo as funções político-administrativas centrais sido substituídas pelas dominações locais dos senhores feudais, não houve outro fundamento social a encargo das cidades a não ser o das divisões da administração da Igreja ou a colonização e a defesa das regiões fronteiras [...].

1.1.2 A cidade na Idade Média

Durante o período medieval que se estende do século V ao XV, com a desarticulação inicial da rede urbana, ocorre a dispersão da população para o campo, de onde passa a tirar o seu sustento.

No sistema feudal, cuja forma de produção era basicamente agrícola, o campo passa a ter predominância em relação às cidades que, naquele momento, não mais exerciam a função político-administrativa, bem como a de centro de produção e de comercialização.

A partir do século VII, quando os árabes interrompem o fluxo comercial através do Mediterrâneo, são desarticuladas as atividades econômicas das cidades que ainda tinham conseguido manter sua importância após a queda do Império Romano do Oriente.

Acentua-se, então, a migração de um imenso contingente populacional para a área rural, o que contribuiu para gerar problemas de ordem espacial e de ocupação, tendo em vista que parte dessa população não teve condições de desenvolver suas atividades no campo, sem outras alternativas, retornava ao seu local de origem.

Essa população migrante ou retorna à localidade de origem ou opta por estabelecer sua moradia em outro local, fundando assim novas aldeias as quais posteriormente se transformam em vilas e em novas cidades. No primeiro caso, os antigos laços sociais são

retomados, enquanto no segundo, são estabelecidos novos laços sociais. Na ótica de Castells (2000, p. 43-44),

a cidade da Idade Média renasce a partir de uma nova dinâmica social inserida na estrutura social precedente. Mais concretamente, ela se edifica pela reunião de uma *fortaleza* preexistente, em torno da qual se organizara um núcleo de habitação e serviços, e de um mercado [...]. Nesta base organizam-se as instituições político-administrativas próprias à cidade, que conferem-lhe uma coerência interna e uma autonomia maior frente ao exterior. É esta especificidade *política* da cidade que faz dela um mundo próprio e define suas fronteiras enquanto sistema social. A ideologia de pertencer à cidade, prolongada até a sociedade industrial avançada, encontra seu fundamento histórico neste gênero de situação (grifos do autor).

Na Idade Média, subsistiram dois tipos de aglomerados: as cidades episcopais e os burgos. Segundo Sposito (1997), nas cidades episcopais, localizavam-se os centros de administração eclesiástica, com um papel econômico de pequena relevância, devido à abrangência do mercado se restringir ao âmbito local. Enquanto nos burgos, por suas características de fortificação, residiam os senhores feudais e seus servos.

No período compreendido entre os séculos V e IX, as cidades medievais passaram por um período de estagnação. Com a retração da atividade comercial, a cidade perdeu importância econômica deixando de ser o centro de trocas e de produção artesanal.

No entanto, nesse espaço de tempo, novas atividades surgiram promovendo com elas uma divisão social do trabalho e a diversificação das classes sociais. A partir de então, para Benevolo (1997, p. 259) “cresce assim a massa de artesãos e dos mercadores, que vivem a margem do poder feudal”, os quais tinham por sustentação os latifúndios e a exploração servil.

A partir do século X, a economia européia começa a retomar o seu crescimento. Eis que ocorre um aumento da produção agrícola, com reflexos diretos nas atividades industriais e comerciais, quando passam a ter maior relevância devido ao elevado aumento da população que passou de 22 milhões em 950 para 550 milhões em 1350 (BENEVOLO, 1997).

Com o passar do tempo a cidade adquire novas funções e as relações sociais se estruturam em torno da igreja e das corporações de ofícios – guildas de construtores e artesãos⁷, elementos formadores da cidade medieval.

⁷ As guildas, corporação artesanal ou corporações de ofício, eram associações de artesãos de um mesmo ramo, isto é, pessoas que desenvolviam a mesma atividade profissional, que procuravam garantir os interesses de classe em regulamentar a profissão. Ocorreram na Europa durante a Idade Média e mesmo após. Cada cidade tinha sua própria corporação de ofício. Essas corporações tinham como finalidade proteger seus integrantes.

De acordo com Mumford (1998, p. 286), “o movimento das cidades, a partir do século X, é uma história de velhas colônias urbanas a se transformarem em cidades mais ou menos autogovernadas e de novas colônias a se constituírem sob os auspícios do senhor feudal, dotados de privilégios e direitos [...]”, que a maior parte da população não alcançava.

Lefebvre (2006, p. 4) afirma que “a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. Ela integrou os mercados quase nômades, relegados para fora da cidade”, promovendo o surgimento de nova rede de cidades que se interligavam por estradas, por vias fluviais e marítimas, mantendo entre si uma efetiva relação comercial e financeira.

No período que antecedeu à queda do Império Romano, o contingente populacional das cidades era elevado, o mesmo não ocorria com as cidades do período medieval que eram menos populosas.

Segundo Mumford (1998, p. 284), “no fim do século XII, por exemplo, Paris tinha cerca de 100.000 habitantes; e ao fim do século XIII, algo em torno de 240.000. Em 1280, Florença tinha 45.000 habitantes, e, em 1339, cerca de 90.000, ao passo que [...] Bruges e Ghent mostravam números comparáveis”. Ou, conforme se pode depreender, os centros avançados da época eram em sua maioria de porte médio.

Enquanto para Benevolo (1997, p. 262), “o desenvolvimento das cidades promove e acelera as mudanças nos campos. A cidade mercantil importa víveres, matérias-primas e exporta produtos da indústria e do comércio [...]”. Cabendo assim ao campo, continuar a produzir em maior quantidade para atender a demanda da cidade que cada vez mais se eleva com o crescimento da sua população.

Lefebvre (2006, p. 5), afirma que:

as cidades medievais no apogeu de seu desenvolvimento, centralizaram as riquezas; os grupos dirigentes investem improdutivamente uma grande parte dessas riquezas na cidade que dominam. Ao mesmo tempo, o capitalismo comercial e bancário já tornou *móvel* a riqueza e já constituiu circuito de trocas, redes que permitem as transferências de dinheiro. Quando a industrialização vai começar, com a preeminência da burguesia específica (os “empresários”) a riqueza já deixou de ser principalmente imobiliária. A produção agrícola não é mais predominante, nem a propriedade da terra. As terras escapam aos feudais e passam para as mãos dos capitalistas urbanos enriquecidos pelo comércio, pelo banco, pela usura. Segue-se que a “sociedade” no seu conjunto, compreende a cidade, o campo e as instituições que regulamentam as suas relações, tende a se constituir em *rede de cidades*, com uma certa divisão do trabalho (tecnicamente, socialmente, politicamente) feita entre essas cidades ligadas por estradas, por vias fluviais e marítimas, por relações comerciais e bancárias. [...]. O que se levanta sobre essa base é o Estado, o poder centralizado. Causa e efeito dessa centralização

particular, a centralização do poder, uma cidade predomina sobre as outras: a capital. (grifo do autor)

Para Singer (1990, p. 22), “pode-se interpretar deste modo o surgimento do capitalismo no seio da sociedade feudal, [...] no centro dinâmico de uma economia urbana, que lentamente se reconstitui na Europa, a partir do século XIII [...]”. Pelo que se pode concluir que o “renascimento urbano que marca o último período da Idade Média, teve base territorial no próprio aglomerado medieval, que não possuía caráter urbano” (SPOSITO, 1997, p. 31).

1.1.3 A cidade na Idade Moderna

De acordo com Mumford (1998, p. 376), “entre os séculos XV a XVIII, tomou forma na Europa um novo complexo de traços culturais. Tanto a forma quanto o conteúdo da vida urbana, em conseqüência, foram radicalmente alterados [...]” e perduraram por muito tempo.

Foi ao longo desse período denominado pelos historiadores de Idade Moderna que ocorreu a transição do feudalismo para o capitalismo, que tem como seus principais marcos: a formação dos Estados nacionais modernos, o renascimento cultural, a expansão marítima, a descoberta de novos territórios, as reformas e contra-reformas cristãs, o colonialismo, o surgimento das monarquias absolutistas, o iluminismo e a independência norte-americana.

A partir do século XVI, para Mumford (1998, p. 386-387), “as cidades que mais rapidamente aumentavam de população, superfície e riqueza eram aquelas que abrigavam uma corte real: a fonte do poder econômico [...]. À medida que os grandes Estados do mundo moderno tomavam forma, as capitais continuavam a monopolizar a população [...]”, a exercer uma maior influência no espaço territorial.

A formação dos “Estados nacionais absolutistas” foi muito importante para o processo de urbanização. Na opinião de Sposito (1997, p. 38), “a necessidade de ampliar as condições para o desenvolvimento do capitalismo impulsionou o empreendimento de grandes navegações marítimas. Promovia-se com isso a expansão colonial e a criação de novos monopólios comerciais”. Inclusive nessa fase expansionista ocorreram, entre outras, a conquista do território brasileiro pelos portugueses, que efetivamente, somente a partir de 1530, iniciaram o processo de colonização na costa litorânea brasileira.

Os referidos Estados, a partir da introdução do capitalismo enquanto modo de produção, promovem, em relação as cidades européias, a evolução do adensamento populacional com a aceleração do processo de urbanização.

No final do século XVI, Londres tinha 250.000 habitantes, Nápoles, 240.000, Milão mais de 200.000, Paris, 180.000, Lisboa, Antuérpia e Amsterdam, mais de 100.000, Palermo e Roma, 100.000. Enquanto no término do século XVIII, Londres registrava mais de 800.000 habitantes, Paris, 600.000 e Nápoles ultrapassava 430.000 (MUMFORD, 1998).

No período em foco, verifica-se o predomínio do capitalismo comercial, quando para Singer (1990, p. 22) “estabelece, finalmente, uma divisão do trabalho interurbana no plano mundial, assegurando um amplo e contínuo desenvolvimento das forças produtivas”, ocorrendo naquele momento a revolução da manufatura, cada vez mais dependente do capital comercial, que se direciona de fora para dentro da cidade.

A produção manufatureira prevaleceu do século XVI até metade do século XVIII na Europa e ainda existe em áreas atrasadas de países subdesenvolvidos. Entre suas características principais, destacavam-se a especialização e a divisão do trabalho, através da utilização de equipamentos com pequeno grau de mecanização. As atividades eram desenvolvidas por grupos de trabalhadores que detinham o domínio das atividades fabris que se complementavam na elaboração do produto final.

1.1.4 A cidade na Idade Contemporânea

Nos meados do século XVIII, com o avanço científico, o uso de novas formas de energia, da maquinaria, e da mão-de-obra assalariada, em substituição à produção manufatureira, surge um novo modo de produção subordinada ao capital, através da figura de um novo investidor capitalista, que passa a mecanizar o processo fabril, a utilizar a energia disponível e a remunerar os fatores de produção – mão-de-obra e matéria-prima, na perspectiva da maximização do lucro.

Para Singer (1990, p. 24),

o resultado deste processo – a moderna unidade de produção, na fábrica – é necessariamente um fenômeno urbano. Ela exige, em sua proximidade, a presença de um grande número de trabalhadores. O seu grande volume de produção requer serviços de infraestrutura (transporte, armazenamento, energia, etc.), que constituem o cerne da moderna economia urbana. Quando a fábrica não surge já na cidade, é a cidade que se forma em volta dela. Mas é, em ambos os casos, uma cidade diferente. Em contraste com a antiga cidade comercial, que impunha ao campo o seu domínio político, para explorá-lo mediante uma intrincada rede de monopólios, a cidade industrial se impõe graças a sua superioridade produtiva [...].

Observa-se, pois, que as grandes mudanças ocorridas nas cidades e no seu processo de urbanização a partir do século XVIII estão diretamente vinculadas à Revolução Industrial,

a principal responsável pelo desencadeamento do processo de urbanização que vem ocorrendo de modo expressivo e na atualidade de forma acelerada sobretudo em países denominados periféricos ou de “industrialização retardada” (PEDRÃO, 2002).

Essa revolução, cujo início ocorreu na Inglaterra, foi viabilizada a partir do avanço e da melhoria dos conhecimentos técnicos e científicos, em conjunto com o desenvolvimento de tecnologias cada vez mais sofisticadas na produção industrial, inclusive no domínio de práticas agrícolas com maior grau de tecnificação. Quando, no alvorecer (primeiro quartel) do século XIX, esse país já mantinha a liderança da economia mundial e o domínio do mercado externo.

Para Singer (1990, p. 26), “durante todo este período, a economia urbana inglesa permaneceu como centro dinâmico de um sistema internacional de divisão do trabalho que tinha o campo da maior parte dos outros países como grande área periférica”, cuja economia apoiava-se num modelo econômico, concentrador de riquezas e promotor da exclusão social.

No século XIX, o domínio da produção industrial que pertencia à Inglaterra se expande para os Estados Unidos, a Alemanha, a França e a Bélgica, estendendo-se, no final desse século, para a Rússia, o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia.

Singer (1990, p. 26) observa que as citadas economias urbanas também se industrializam, “passando a absorver, do campo dos seus próprios países e dos demais, matérias-primas e alimentos, fornecendo em troca bens industrializados”. A partir daquele momento, o meio rural passa a sofrer influência dos efeitos decorrentes do modo de produção capitalista em curso.

Naquele período, tem lugar uma reorganização do espaço geográfico dos países que passaram a incorporar o processo de “industrialização maquinofatureira”, devido às mudanças estruturais que ocorriam com o crescimento acelerado das cidades e da magnitude de suas relações econômicas, que já ultrapassavam as barreiras das fronteiras nacionais (SPOSITO, 1997).

O meio urbano, onde passa a residir um contingente cada vez crescente da população, toma um novo formato, tornando-se o centro econômico, administrativo, político e cultural do país, sediando as principais indústrias e as instituições financeiras, políticas e educacionais, entre outras.

Tomando por base a Grã-Bretanha, berço da Revolução Industrial, constata-se, segundo Engels (1986), que o crescimento populacional ocorrido nas cidades inglesas, ao iniciar o processo de industrialização, decorreu da migração da mão-de-obra do campo que se

sentia atraída pela crescente oferta de salários pelas indústrias, com remuneração superior àquela percebida nas atividades agrícolas.

As atividades fabris no início do processo de industrialização eram dependentes de um grande número de mão-de-obra. Assim, para Engels (1986, p. 25-26), “a rápida expansão da indústria exigia braços; por conseguinte, os salários subiram [...]” por um determinado período.

Todavia, essa situação começou a se alterar com o desenvolvimento de novos equipamentos, que contribuía para a redução do contingente mão-de-obra e dos salários, criando assim um exército de reserva de mão-de-obra desempregada que poderia ser utilizada quando se fizesse necessário. Isso não ficou restrito apenas à Grã-Bretanha, estendeu-se aos países anteriormente citados.

Devido à baixa remuneração paga à mão-de-obra para desempenhar uma carga de trabalho excessiva, que não era suficiente para a subsistência do trabalhador, o sistema capitalista de produção passou a obter lucros excessivos em decorrência da exploração da “mais-valia”.

Diante dessa situação, no caso do empregado que tinha família, a mulher e os filhos eram forçados a desenvolver outras atividades para tentar assegurar uma renda que permitisse atender às suas necessidades básicas.

O aviltamento dos salários colocava os operários dependentes cada vez mais dos capitais industriais que buscavam a maximização do lucro. Nesse contexto, em termos de benefício social, algumas indústrias construía casas em vilas operárias, que eram cedidas aos operários, de cujo salário era descontado o aluguel.

Sem essa alternativa, os operários se deslocavam para os centros urbanos localizados mais próximos das indústrias, passando a morar em habitações precárias, submetendo-se ao pagamento de aluguéis exorbitantes aos locadores imobiliários, para viverem em vielas, ou nas periferias das cidades (quando não encontravam um local para fixarem residências) em condições degradantes, sujeitando-se a todo o tipo de violência urbana⁸.

As vilas operárias construídas pelas indústrias nascentes para a moradia dos seus operários, que em sua maioria se localizavam próximo aos fatores de produção (matéria-prima, energia, mão-de-obra, meios de transportes), geralmente fora das cidades, ao longo do tempo, com o crescimento populacional, transformam-se em pequenas cidades e algumas delas, em grandes aglomerados urbanos.

⁸ Para maiores esclarecimentos, consultar ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global Editora, 1986.

Como resultado desse processo, segundo Sposito (1997, p. 55) “a cidade recebeu diretamente as conseqüências do rápido crescimento populacional imprimido pela Revolução Industrial, e sofreu, em nível de estruturação de seu espaço interno, muitas transformações”, provocando um aprofundamento na estratificação social.

A Revolução Industrial promoveu um acelerado desenvolvimento nos instrumentos de produção, concomitantemente com o crescimento da economia, que segundo Palanyi (1980, p. 51), se “[...] fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns”, com o surgimento de um exército de mão-de-obra de reserva, do subemprego, da fome, da violência e de outros problemas de cunho econômico e social.

Para Sposito (1997), o acelerado crescimento do contingente populacional verificado no século XVIII e metade do século XIX, ao promover a expansão territorial das cidades que eram carentes de infraestrutura, também acarretava a procura por novos espaços para acomodação da população migrante, que em busca de colocação nas indústrias, a cada dia se elevava (Figura 2).



Figura 2. Área de cortiço na periferia de Londres – ilustração de Gustave Doré - 1874.
Fonte: Hulton Archive – Getty Images, 1986.

O fluxo migratório então desenvolvido resulta num adensamento habitacional que, devido à especulação imobiliária, provoca a elevação de preços dos aluguéis, dos terrenos e das moradias, principalmente daqueles localizados nos núcleos urbanos que são negociados como mercadoria e cujo acesso se torna inacessível para a classe de baixa renda.

O adensamento populacional da área central provocava a escassez de moradia que, por falta de um adequado planejamento urbano e devido à qualidade das construções, agravava ainda mais a paisagem e a malha urbana da cidade (Figura 3).

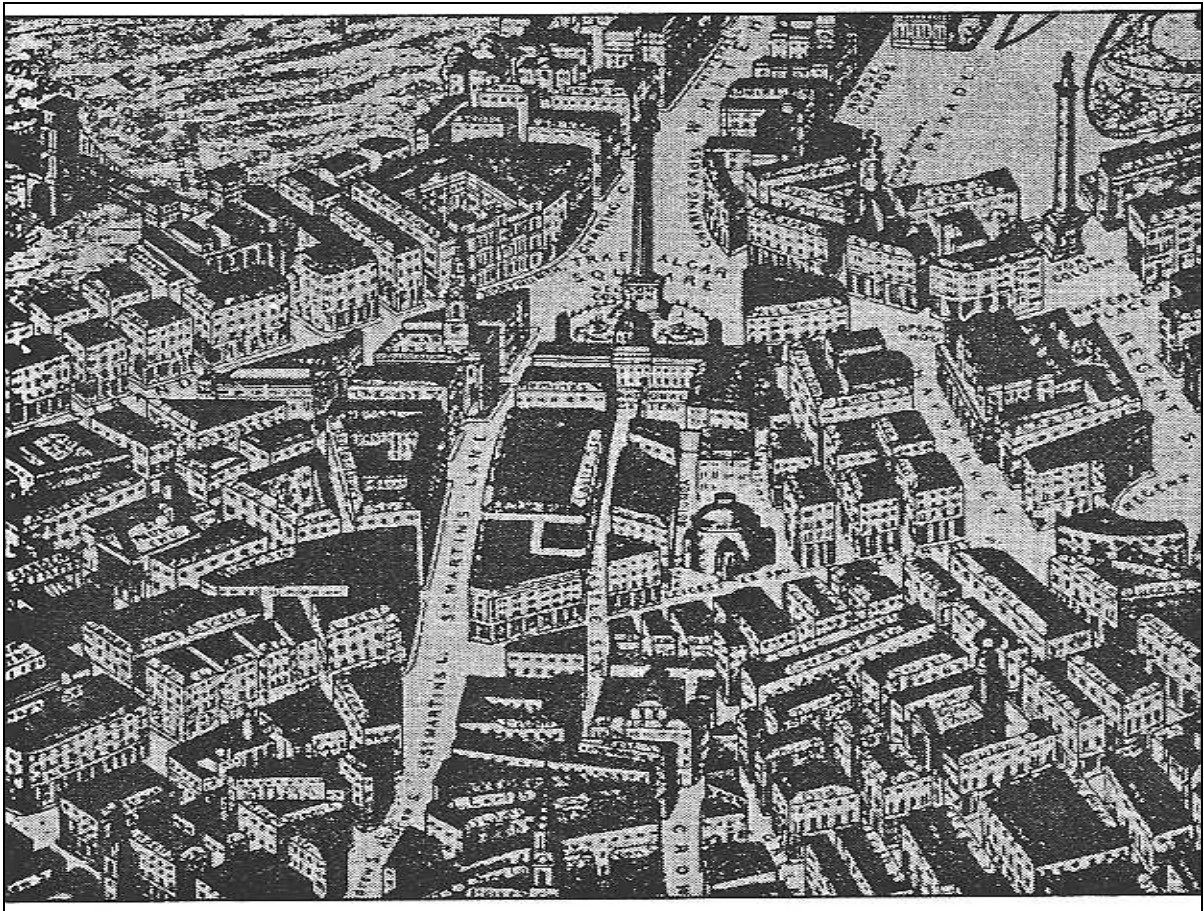


Figura 3. Vista do centro de Londres - 1851.

Fonte: Leonardo Benevolo – História da Cidade, 1987.

À população residente nos centros urbanos, inicialmente composta, em sua maioria, pelas classes de média e alta renda, juntar-se-ia a população migrante, o que provocaria conflitos e a separação espacial nesses locais entre as classes sociais.

Devido à degradação sofrida por essas áreas, e a falta de espaço para a construção de novas moradias, a maioria da população da classe abastada, por ter a capacidade de escolha, abandona suas residências e passa a morar em locais afastados do centro das cidades,

preferencialmente distantes das áreas onde são desenvolvidas as atividades produtivas e próximas àquelas com expressiva salubridade ambiental.

Enquanto isso, por absoluta falta de recursos financeiros e de outras opções de moradia, a alternativa possível para a classe trabalhadora é fixar-se em locais próximos ao emprego ou às atividades que lhes proporcionem a sobrevivência. Em algumas situações, é condicionada a estabelecer-se por meio de invasões, de preferência em áreas públicas e, às vezes, em áreas privadas ou de preservação ambiental, as quais, devido à deficiência dos serviços urbanos e às restrições legais dentro do mercado pela propriedade da terra urbana, não têm valor comercial para os investidores imobiliários (Figura 4).



Figura 4. Bairro pobre próximo às fábricas de Londres – 1872.

Fonte: Leonardo Benevolo – História da Cidade, 1987.

A falta de espaço nos centros urbanos provoca o surgimento de novas moradias nas periferias das cidades, em áreas desprovidas de infraestrutura. Para Blumenfeld (1972, p. 56), “o deslocamento da população do centro da cidade para uma periferia que constantemente se

afasta tem-se processado por mais de um século”, provocando alterações de ordem espacial e territorial (Figura 5).

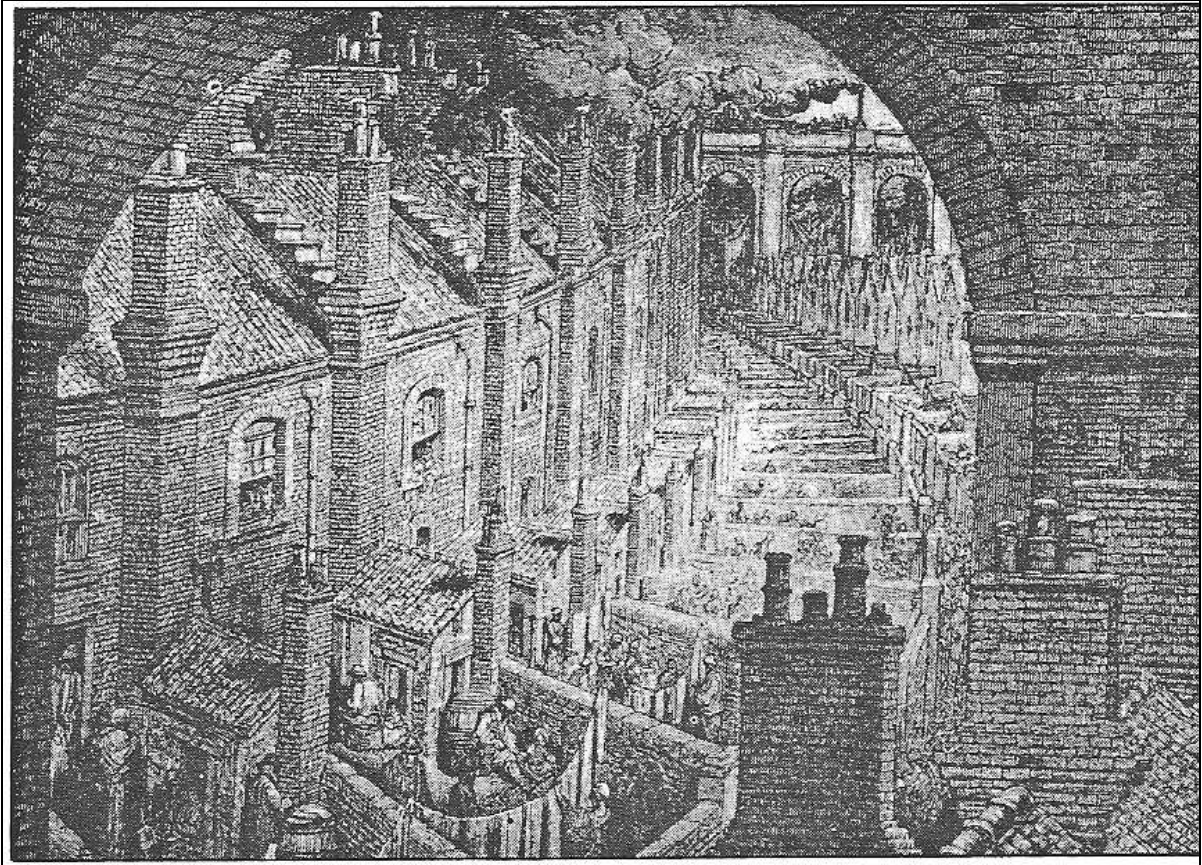


Figura 5. Bairro pobre na periferia de Londres – 1875.

Fonte: Leonardo Benevolo – História da Cidade, 1987.

Na visão de Sposito (1997, p.57-58), “a cidade era a própria desordem, e já na primeira metade do século XIX percebia-se a quebra de uma certa homogeneidade do seu padrão arquitetônico, e o fim da cidade como ambiente comum”, devido à ausência de um planejamento urbano e de uma legislação que regulasse o uso do solo e do espaço urbano.

O processo migratório em decorrência da busca de emprego nas indústrias promoveu um acelerado crescimento das cidades européias, principalmente em Londres. Engels (1986, p. 29) registra que “o recenseamento de 1841 indicava para a capital da Inglaterra 1.949.277 habitantes”, evoluindo, em 1892, para 3.500.000, contingente populacional relevante para a época, ao se levar em consideração o número de habitantes da Grã-Bretanha e dos demais países europeus.

Verifica-se assim que a crise habitacional enfrentada pela Grã-Bretanha e por outros países em processo de industrialização no final do século XVIII e até a metade do século XIX, para Engels (1979, p. 1),

[...] não reside no fato universal de a classe operária estar mal alojada e viver em moradias superlotadas e insalubres. Essa crise de alojamento não é particularidade do momento, não é tampouco um daqueles males que sejam próprios do proletariado moderno e o distinguiria de todas as classes oprimidas que o precederam; antes pelo contrário, todas as classes oprimidas de todos os tempos foram algum tanto igualmente atingidas. Para pôr fim a crise de habitação não há senão um recurso: eliminar pura e simplesmente a exploração e a opressão da classe trabalhadora pela classe dominante. O que se entende hoje por crise do alojamento é o agravamento particular das más condições de habitação dos trabalhadores como resultado do brusco afluxo da população rural rumo às grandes cidades; é um enorme aumento dos aluguéis; um amontoamento mais acrescido de locatários em cada casa e para alguns a impossibilidade de encontrar mesmo onde se alojar. E se essa crise da habitação provoca tanta discussão, é que ela não está limitada à classe operária, mas atinge igualmente a pequena burguesia.

A demanda da população por serviços básicos e infraestrutura (devido a não-intervenção do poder público, política defendida pelos defensores do liberalismo econômico), não era atendida pelo mercado. Ou seja: pela livre concorrência e a iniciativa privada, que geram assim, vários problemas urbanos, que se refletiram, segundo Sposito (1997, p. 58), “pela falta de coleta de lixo, de rede de água e esgoto, as ruas estreitas para a circulação, a poluição de toda ordem, moradias apertadas, falta de espaço para o lazer, enfim, insalubridade e feiúra [...] nas cidades, palco de transformações econômicas sociais e políticas”, que se tornavam ainda mais graves, devido à lógica do capitalismo industrial direcionada para a maximização do lucro, aliada a total ausência de um adequado planejamento urbano e de uma legislação voltada para o uso do solo e a proteção do meio ambiente.

No parecer de Engels (1979, p. 2-3),

a extensão das grandes cidades dá aos terrenos, sobretudo nos bairros do centro, um valor artificial, que cresce por vezes em enormes proporções; as construções que aí estão edificadas, em lugar de aumentarem este valor, pelo contrário o diminuem, pois já não correspondem às novas condições e são demolidas para serem substituídos por edifícios modernos.

Todavia, para Sposito (1997), esse quadro não teve uma longa duração. Devido às péssimas condições ambientais e sanitárias que se verificavam nas cidades industriais europeias, com a ocorrência do surto de cólera que se alastrou por toda a Europa a partir de 1830, atingindo outros países, inclusive algumas cidades brasileiras e baianas, entre elas, Feira de Santana, em 1855⁹.

A pressão social que começa a emergir nos países em processo de industrialização, com plena identificação às teses que na época eram claramente defendidas, dentre outros, por

⁹ Consultar POPPINO, R. E. *Feira de Santana*. Salvador: Editora Itapuã, 1968, capítulo XII – A saúde pública, em Feira de Santana, de 1860 a 1950, p. 264-275.

Proudhon¹⁰, em “advertência aos proprietários”, espalha-se por toda a Europa e provoca, em 1848, a revolução de Paris, que se tornou, para alguns historiadores, um marco na história do urbanismo moderno.

A partir da revolução de 1848, a França, com Napoleão III, a Alemanha, com Bismarck e a Inglaterra, com Disraeli, abandonaram a política de não-intervenção do Estado, pondo um fim nos regimes liberais em vigor.

O poder público contando com o apoio político-militar, somado aos interesses das indústrias e da pressão popular, passou a interferir na gestão dos espaços urbanos: investindo em obras de infraestrutura - redes de água e esgoto, gás, eletricidade e telefonia e melhorias nas vias de acesso com a construção de praças, calçamento de ruas, desenvolvimento do transporte coletivo urbano e de estradas-de-ferro.

Os Estados passaram a intervir direto na gestão das cidades, implementando ações de cunhos urbanísticos, entre as quais se destacam, segundo Benevolo (1987, p. 113),

os “grands travaux” de Haussmann em Paris (1853-1869) e de Anaspach em Bruxelas (1867-1871), a criação do Ring de Viena (1856), a ampliação de Barcelona (1859), a ampliação de Florença (1864-1877), as transformações e obras de saneamento da Grande Londres, onde entre 1848 e 1865 Joseph Bazalgette introduz novo sistema de colectores ao longo do Tâmsa, o Victória e o Albert Embankment, enquanto em 1863 se começa a construir a rede ferroviária metropolitana.

Diante desse novo quadro, segundo Ribeiro e Pechman (1985, p. 22), [...] “em todas as antigas cidades que passam a sediar a industrialização assistiremos a um intenso processo de renovação, visando adaptar o espaço urbano às novas necessidades econômicas e políticas, geradas pelo grande capital industrial [...]”, que devido ao avanço tecnológico e à implementação de novos métodos no processo produtivo, não promoveu o número de empregos necessário para atender a população que se deslocou do campo para a cidade em busca de uma ocupação, na perspectiva de uma melhoria na qualidade de vida.

Observa-se que, a partir do terceiro quartel do século XIX até o início do século XX, ocorreram profundas mudanças as quais promoveram transformações na “organização espacial”, alterando sensivelmente o quadro político, econômico e social das cidades, com seus espaços territoriais passando a ser diferenciados, de acordo com a lógica da estrutura capitalista.

¹⁰ Pierre-Joseph Proudhon (Besançon, 15 de janeiro de 1809 – Paris, 19 de janeiro de 1865), filósofo francês, considerado um dos principais teóricos do anarquismo, suas idéias influenciaram organizações de trabalhadores no mundo inteiro e contribuíram para a formação dos movimentos sociais que se manifestaram na Rússia, Itália, Espanha e França.

Segundo Pedrão (2002, p. 130), as transformações ocorridas entre os séculos XIX e XX, que modificaram a estrutura física das cidades, com “a substituição das cidades industriais sujas do começo do século XIX pelas cidades industriais ‘limpas’ do fim do século é o resultado de grandes investimentos em educação e controle social, realizado em escala de comunidades [...]”, e não pelos investimentos efetuados pelos detentores do capital industrial, que buscavam apenas a maximização de riquezas.

Torna-se visível que, após a consolidação do modelo de vida urbano direcionado pelo sistema industrial-capitalista, ocorreram profundas transformações no espaço urbano das cidades com a melhoria dos meios de transporte e da comunicação e a implantação de um sofisticado complexo viário, tornou-se possível identificar a segregação entre as funções do trabalho, moradia e lazer, passando a cidade a possuir territórios diferenciados, tendo na exclusão do uso do solo a principal característica da cidade industrial-capitalista.

Para Blumenfeld (1972, p. 54), “nos países adiantados do século XIX, o desenvolvimento do transporte marítimo e ferroviário e da comunicação pelo telégrafo tornou possíveis a expansão das cidades em grandes regiões e o seu aumento populacional [...]”, provocou mudanças no espaço urbano.

No citado período, para Sjoberg (1972, p. 49), também ocorreram “[...] transformações fundamentais na geografia social da cidade e em sua organização social; a cidade industrial é caracterizada por maior fluidez no sistema de classes, pelo aparecimento da educação e comunicação em massa e pelo afastamento da elite do centro para os subúrbios”, com a promoção da segregação social devido ao surgimento de bairros dos ricos e bairros dos pobres.

Na ótica de Follis (2004, p. 16), “a modernização urbanística tem como marco inaugural a grande reforma implementada na cidade de Paris [...]. A partir desse momento, Paris tornou-se um modelo urbano para muitas cidades de várias regiões do Mundo”. Algumas delas, atualmente pela estrutura que atingiram, são denominadas por Sassen (1998), de “cidades globais”¹¹, representadas no caso brasileiro, por sua maior metrópole a cidade de São Paulo.

O ritmo verificado na expansão e consolidação dos espaços urbanos fez com que essa dinâmica identificasse o século XX, como o século da urbanização e da explosão demográfica mundial, principalmente nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

¹¹ Cidades globais são aquelas que possuem uma relativa influência no cenário mundial, geralmente abrigam entidades, organizações, conferências internacionais, instituições financeiras, etc. Uma cidade global não se caracteriza pelo número de habitantes, desse modo, existem centros urbanos que aglomeram milhões de pessoas e não se destacam com essa condição, há também aquelas de pequeno porte de enorme importância no cenário mundial.

De acordo com o Relatório da Área de Desenvolvimento Urbano do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU, 2008b), a população urbana mundial, em 1800, alcançou 978,0 milhões de habitantes, evoluindo para 1.262,0 milhões em 1850, atingindo 1.650,0 bilhão em 1900, passando para 2.518,6 bilhão em 1950 e avançando para 6.070,5 bilhões em 2000. Enquanto a população brasileira, em relação à população mundial, em 1800, que era de 0,4%, passou para 3% em 1900, sofrendo uma redução para 2,8% em 2000.

Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU, 2008) e o IBGE (1900, 1950, 1980, 2000), ao longo do século XX, a população mundial quase triplicou, apresentando um crescimento de 267,9 %, enquanto a brasileira cresceu em 873,7%. Todavia, ao se analisar a evolução populacional do período, percebe-se que, a partir de 1950, houve uma tendência de involução no ritmo de crescimento populacional no mundo. Enquanto no Brasil tal fato só começa a ocorrer a partir de 1970. (Tabela 1 e Gráfico 1).

Tabela 1. Evolução da população mundial e brasileira em milhares de habitantes no período de 1800 a 2000.

Ano	Mundo	Brasil	Participação Brasil/Mundo	Evolução anual da população	
				Mundial	Brasileira
1800	978.000	3.666	0,4	-	-
1850	1.262.000	7.256	0,6	0,51	1,37
1900	1.650.000	17.438	1,0	1,05	1,77
1950	2.518.629	51.976*	2,1	1,91	2,21
1980	4.434.682	119.003	2,9	1,90	2,79
2000	6.070.581	169.799	2,8	1,58	1,79

Fonte: ONU - Área de Desenvolvimento Urbano do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, 2008b. IBGE - Censos demográficos, 1900, 1950, 1980, 2000.

* População ajustada pelo IBGE (2008).

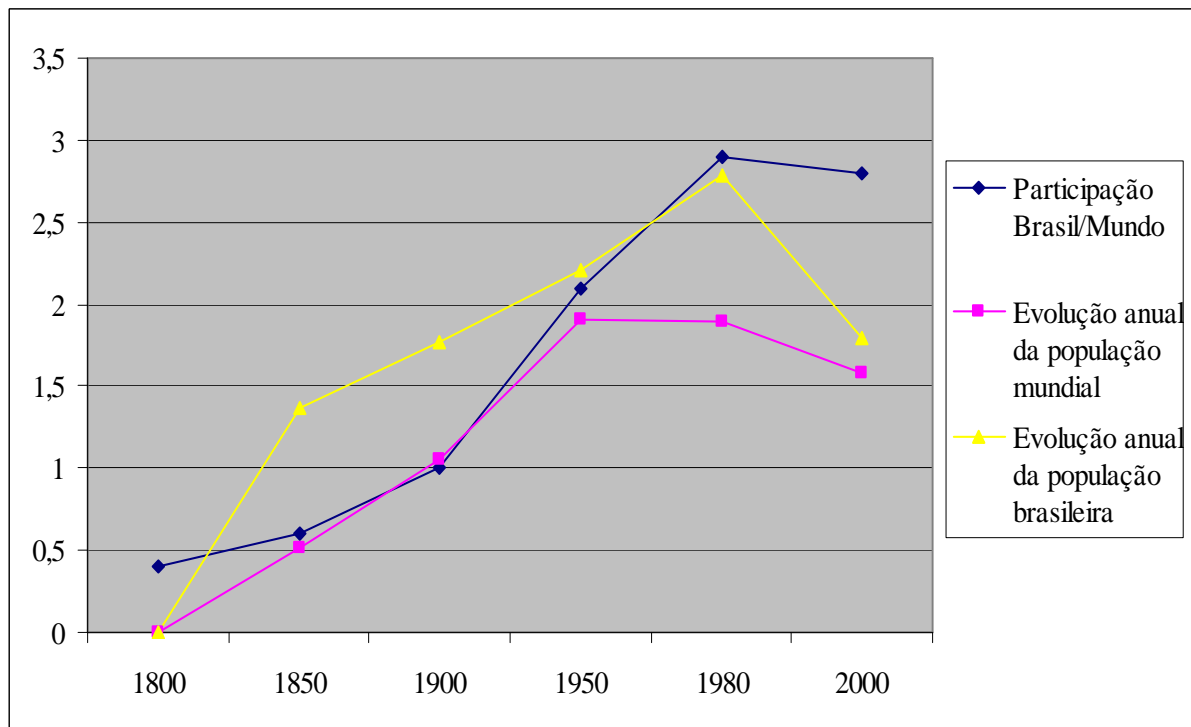


Gráfico 1. Relação entre a população brasileira e a população mundial e sua evolução no período de 1800 a 2000.

Fonte: ONU - Área de Desenvolvimento Urbano do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, 2008b. IBGE - Censos demográficos, 1900, 1950, 1980, 2000.

Apesar desse quadro favorável, representado pela diminuição do ritmo de crescimento demográfico da população mundial, que começa a se estabilizar, um fato é relevante, ao considerar que, devido ao ritmo acelerado da urbanização que vem ocorrendo em todos os países, mais de 75% da população residem em cidades dos países subdesenvolvidos, regiões menos privilegiadas do mundo que detêm apenas 20% da riqueza do planeta.

Para Landim (2003, p. 38), “no fim do século XX, a velocidade, a racionalização e a tecnologização são algumas das características da cidade contemporânea que parecem levar a uma virtualização do espaço urbano” e à aceleração de todas as atividades voltadas para o consumo e o mercado num contexto de economia global.

Segundo Sjoberg (1972, p. 48-49), “foi a revolução industrial que realmente provocou mudanças substanciais na vida das cidades [...]. O conhecimento adquirido com a aplicação do método científico é o fator que mais possibilitou a existência da cidade moderna [...]”. Enquanto para Pedrão (2002, p. 28), “a industrialização das cidades é a grande divisão entre a forma e o funcionamento das cidades modernas e as anteriores [...]”, que continuam em constante evolução em decorrência da expansão do capital, dos meios de comunicação, da tecnificação acelerada, dentre outras variáveis já mencionadas.

A revolução industrial é tida como a principal responsável pelo desencadeamento do processo de urbanização que se manteve de forma expressiva até a atualidade. Viabilizado pelo desenvolvimento de uma tecnologia complexa e sofisticada e pelo domínio de práticas agrícolas cada vez mais predatórias, esse fenômeno gerou um modelo baseado na acumulação de riquezas materiais disponibilizadas para os possuidores dos meios de produção.

Os investidores em capitais produtivos e os rentistas (DIAS, 2002) que, na lógica da maximização de resultados, são eficientes na geração de lucros e acumulação de riquezas, entretanto, são ineficientes com relação a sua distribuição, colocam o sistema capitalista sempre vulnerável a crises¹² de ordem econômica, financeira e social, refletindo cada vez mais no aumento da pobreza, da exclusão e da desigualdade social.

As cidades tanto dos países desenvolvidos quanto dos países em desenvolvimento se defrontam com problemas econômicos e socioculturais, tais como, a criminalidade, os atritos entre os diferentes grupos étnico-raciais e culturais e um dos principais deles: a pobreza.

Mesmo nas cidades dos países desenvolvidos cuja população desfruta um nível mais elevado de qualidade de vida, uma parte ainda considerável de seus habitantes vive abaixo da linha de pobreza. Indicador que é elevado no Município de Feira de Santana, a segunda maior cidade do estado da Bahia e trigésima primeira do Brasil (IBGE, 2009).

A criminalidade, outro grave problema presente nas cidades (principalmente dos países subdesenvolvidos), cujo crescimento tem sido incontrolável, vem evoluindo com o aumento da pobreza, e se apresenta sob várias formas: assassinatos, roubos, sequestros, tráfico e consumo de drogas, dentre outras. Atingindo principalmente a população mais jovem, que pela ausência de políticas públicas voltadas para a educação, cultura, geração de emprego e renda, como meio de sustentação, às vezes recorre ao crime, roubando, sequestrando ou se envolvendo com todos os tipos de violência.

No que se refere aos problemas étnico-raciais, desde a Antiguidade, as cidades por serem pólos receptores de pessoas de todas as etnias, com culturas, credos diferenciados e perspectivas de vida antagônicas estão suscetíveis a serem palco de desentendimento por fatores incontroláveis e que, por vezes, promovem conflitos e desarmonia social.

Assim, na visão de Lefebvre (2004, p. 11),

o fato, porém, é que tanto sociedades altamente industrializadas, como as da América do Norte e da Europa, quanto as que se devotaram visceralmente ao crescimento econômico através da industrialização valendo-se do socialismo como ideologia de Estado [...] convivem com as implicações do período

¹² Em 2008, a economia mundial ingressou em grave crise, provocando um número considerável de fechamento de empresas e de postos de trabalho.

industrial sem terem resolvido problemas precedentes, não conseguiram responder à problemática urbana por uma transformação capaz de colocar em primeiro plano a sociedade urbana.

Segundo a ONU (2008), 30% da população mundial que residem em cidades vivem na absoluta pobreza. Entre 20 milhões e 40 milhões de famílias não têm onde morar e por volta de 1 bilhão de pessoas habitam em favelas ou áreas irregulares. O crescimento desordenado das cidades promove graves consequências econômicas e sociais, sobretudo nos países em desenvolvimento, devido à rapidez do processo de urbanização e da carência de infraestruturas urbanas (sistema de transportes, de energia, de água, de esgoto, de saúde e de moradia) para atender a todos os habitantes.

Ainda para a ONU (2008), outro problema de profunda gravidade vincula-se à falta de postos de trabalho, o que leva 37% dos habitantes das cidades de países em desenvolvimento a trabalharem no setor informal. A esses problemas se somam: o trânsito caótico, a alta produção de lixo, a violência, a poluição atmosférica, do solo e das águas, dentre outros.

Conforme o citado relatório, no início do século XIX, menos de 5% da população residiam em aglomerados urbanos. No início do século XXI, mais de 50% da população mundial já vivem em cidades. Atualmente, três quartos dos habitantes dos países desenvolvidos moram em centros urbanos.

Entre os países em desenvolvimento, o adensamento populacional não é uniforme. Por exemplo, enquanto na América Latina e no Caribe a taxa de urbanização é tão elevada quanto a de países desenvolvidos, na Ásia e na África, o índice não passa de 38%, configurando que a urbanização no mundo não é homogênea.

Para os problemas urbanos, de qualquer modo, não existem soluções que se possam obter em curto prazo, e está sendo exigida, dos poderes públicos e de toda a sociedade organizada, a implementação de ações que promovam a melhoria da qualidade dos serviços de uso coletivo, bem como, sejam introduzidas políticas objetivando a geração de emprego e renda, numa perspectiva da desconcentração de riquezas e conseqüentemente da redução da pobreza.

CAPÍTULO II

2 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

Os dados censitários registram que, em 1850, mais de 50% da população da Inglaterra já eram urbanas, sendo o primeiro país do mundo a atingir essa situação. Todavia, a urbanização, na maioria dos países desenvolvidos, só veio ocorrer com mais rapidez a partir do último quartel do século XIX. Enquanto na maior parte dos países subdesenvolvidos a explosão urbana passa a ocorrer nos meados do século XX, de forma mais acelerada do que nos países desenvolvidos.

No que pese o processo de urbanização ter se iniciado com a Revolução Industrial, esse fenômeno não ocorreu de forma homogênea em todos os países. Numa análise sobre o Brasil, Centurião (1999, p. 11) admite que esse fato “[...] remete aos primeiros núcleos de povoamento do século XVI. A partir daquele momento, sua evolução foi determinada pelos processos de natureza política e econômica que conduziram o país como um todo”, centrado em um sistema patrimonialista, cujos reflexos são sentidos até os dias atuais.

Os dados censitários disponibilizados pela ONU (2008) apontam que, no século XX, o processo de urbanização se generalizou, ou seja, se espalhou por toda a superfície do planeta.

No entanto, até meados desse século, o fenômeno da urbanização era lento e circunscrito aos países que primeiro se industrializaram, os chamados países desenvolvidos. Enquanto nos países em desenvolvimento, principalmente nos da América Latina, a urbanização se intensificou a partir de 1950, graças ao crescimento da industrialização.

Especificamente com relação ao Brasil, segundo Maricato (2001, p. 15),

a urbanização da sociedade brasileira tem constituído, sem dúvida, um caminho para a modernização mas, ao mesmo tempo, tem contrariado aqueles que esperavam ver, nesse processo, a superação do Brasil arcaico, que, muitos supunham, estava vinculado à hegemonia da economia agroexportadora. O processo de urbanização recria o atraso através de novas formas, como contraponto à dinâmica de modernização.

Na perspectiva de Vergolino e Dantas (2005, p. 7), “o processo de urbanização brasileiro foi condicionado em grande parte pela concentração espacial das atividades econômicas, com o destaque para a atividade industrial, até o fim da década de 1960”, observando-se também a modernização das atividades agrárias que se ampliaram nas décadas seguintes.

2.1 Características da urbanização brasileira no período colonial

Os colonizadores portugueses, no período de 1500 a 1530, não se fixaram em terras brasileiras, optando apenas por efetuar a exploração do pau-brasil da Mata Atlântica onde existia, em grande abundância. A tarefa era executada pelos índios, os responsáveis pela derrubada das árvores, o corte em pequenas toras e o carregamento até os locais de armazenagem e, desses locais, até as caravelas, recebendo em troca quinquilharias (espelhos, apitos, chocalhos, e outros objetos), mera operação de escambo.

Durante aquelas três décadas, a Coroa portuguesa efetuou poucos investimentos no território brasileiro. Construiu algumas benfeitorias, caracterizadas mais por entrepostos de recepção do pau-brasil, do que por assentamentos urbanos, ao mesmo tempo em que percorreu a costa brasileira com o objetivo de defender o nosso território.

Nesse período, que é considerado pelos historiadores de fase pré-colonial, os holandeses, ingleses e franceses, por não reconhecerem a legitimidade do Tratado de Tordesilhas, também aqui extraíam o pau-brasil sem pagar nenhum tributo a Portugal.

De acordo com Mattoso (1992, p. 77), “nas primeiras décadas do século XVI houve uma exploração muito grosseira dos recursos naturais brasileiros, com pouca ou nenhuma preocupação de domínio efetivo das terras recém-descobertas, bem como total ausência de organização econômica ou administrativa”. Abrindo assim espaços para que outros países, como a Espanha, Holanda, França e Inglaterra, explorassem nossas riquezas naturais.

Os historiadores também registram que a exploração do pau-brasil não possibilitou a formação de núcleos de colonização, por ser uma atividade predatória e nômade, em constante deslocamento pelo litoral, à medida a sua área de extração se esgotava. Dessa forma, devido à extração indiscriminada, a reserva do pau-brasil em pouco tempo começou a se esgotar e passou a não ter mais valor econômico para exploração.

Na visão de Tavares (2001), a política expansionista adotada principalmente pela Espanha, Holanda, França e Inglaterra na conquista de novos territórios e a constatação da presença de embarcações financiadas por comerciantes franceses para escambo do pau-brasil, esses fatos levaram a Coroa portuguesa a decidir pela expansão para todo o território brasileiro da experiência colonizadora que vinha vivenciando nas ilhas de Madeira, em Cabo Verde e na Índia.

De acordo com Centurião (1999, p. 181), “no início da ocupação do continente americano, determinou D. Manuel que se erguessem feitorias nas terras do Brasil. Estas

deveriam servir para o tráfico dos produtos da terra, para arribada das naus da carreira das Índias e para o controle do entrelopo”¹³, a exemplo do que ocorria nas Índias Orientais.

Apesar da conquista do território brasileiro ter ocorrido em 1500, somente trinta anos após esse evento, o processo de colonização tem início com a expedição de Martim Afonso de Souza que, em janeiro de 1531, alcançou as costas desse vasto litoral, fundando, em 1532, a primeira vila brasileira denominada São Vicente no litoral paulista, que se tornaria uma capitania hereditária.

Naquele momento, segundo Centurião (1999, p. 190), “deu-se um passo importante para a consolidação da futura sociedade colonial, configurada desde o início nos moldes da monocultura, do escravagismo, e da grande propriedade”, a partir dessa expedição, iniciava-se de forma irreversível o processo de ocupação do território brasileiro.

Para Tavares (2001), a formação da população brasileira começa durante o período da colonização, ligada fundamentalmente à atividade açucareira. À população nativa, representada pelos indígenas, somam-se os colonos portugueses e os negros africanos¹⁴ (FURTADO, 1998; HOLANDA, 1984; PRADO JUNIOR, 1978).

No período em que ocorreu a conquista do Brasil, o Estado português encontrava-se em processo de expansão, mantendo colônias na Ásia e na África, áreas prioritárias em termos econômicos para esse país, que incorria em elevados gastos para mantê-las sob o seu domínio, situação que fragilizava as suas finanças.

Devido à distância entre Portugal e o Brasil, o início do processo de colonização foi retardado. A ausência de representantes do governo português no território conquistado, nas três primeiras décadas do século XVI, possibilitaria as várias incursões no solo brasileiro visando a exploração do pau-brasil e de outras riquezas naturais.

Tais incursões, realizadas por seus vizinhos europeus, provocaram, no governo português, receio pela perda do domínio desse espaço. Nesse sentido, mesmo estando com uma situação financeira fragilizada, como alternativa mais viável economicamente e que garantiria uma maior segurança contra às invasões de outros países, decidiu por dar início ao nosso processo de colonização.

¹³ Para FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975, este termo significa: “comerciante marítimo que, no período colonial, infringia os monopólios de Portugal e Espanha”.

¹⁴ As principais estimativas referentes à população indígena à época do descobrimento são muito diversas entre si, variando de 1 milhão a 3 milhões de indivíduos. O certo é que essa população declina rapidamente com a colonização, em função das doenças, da fome e das guerras de extermínio. Supõe-se, que, até independência, dois terços dos nativos haviam sido eliminados. Quanto à população escrava, as estimativas também são variadas. Calcula-se entre 3,5 milhões a 4 milhões de indivíduos trazidos da África para o Brasil pelo tráfico de escravos, sendo 1,5 milhão na sua última fase, entre 1800 e 1850.

Adotando o mesmo modelo implantado nas ilhas de Madeira e Cabo Verde (costa da África) e na Índia, o rei D. João III, entre os anos 1534 e 1536, resolveu dividir o território brasileiro em quinze faixas, que partiam do litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas (Quadro 1 e Figura 6).

Quadro 1. Capitánias Hereditárias no Brasil

Capitania	Limites aproximados	Donatário
Maranhão (1ª secção)	Extremo leste da Ilha de Marajó (PA) à foz do rio Gurupi (PA/MA)	João de Barros e Aires da Cunha
Maranhão (2ª secção)	Foz do rio Gurupi (PA/MA) e Parnaíba (PI)	Fernão Álvares de Andrade
Ceará	Parnaíba (PI) à Fortaleza (CE)	Antônio Cardoso de Barros
Rio Grande	Fortaleza (CE) à Baía da Traição	João de Barros e Aires da Cunha
Itamaracá	Baía da Traição (PB) a Igarauçu (PE)	Pero Lopes de Souza
Pernambuco	Igarauçu (PE) à foz do Rio São Francisco (AL/SE)	Duarte Coelho Pereira
Baía de Todos os Santos	Foz do Rio São Francisco (AL/SE) a Itaparica(BA)	Francisco Pereira Coutinho
Ilhéus	Itaparica (BA) a Comandatuba (BA)	Jorge de Figueiredo Correia
Porto Seguro	Comandatuba (BA) a Mucuri(BA)	Pero do Campo Tourinho
Espírito Santo	Mucuri (BA) a Cachoeiro do Itapemirim (ES)	Vasco Fernandes Coutinho
São Tomé	Cachoeiro do Itapemirim (ES) a Macaé (RJ)	Pero de Góis da Silveira
São Vicente (1ª secção)	Macaé (RJ) a Caraguatatuba (SP)	Martim Afonso de Sousa
Santo Amaro	Caraguatatuba (SP) a Bertioga (SP)	Pero Lopes de Sousa
São Vicente (2ª secção)	Bertioga (SP) a Cananéia/Ilha do Mel (PR)	Martim Afonso de Sousa
Santana	Ilha do Mel/Cananéia (PR) a Laguna (SC)	Pero Lopes de Sousa

Fonte: Tavares, 2001.



Figura 6. Capitanias Hereditárias no Brasil.
Fonte: Atlas Histórico, 2006.

As enormes faixas de terras, conhecidas como capitanias hereditárias, foram doadas a doze cidadãos da pequena nobreza de Portugal, pessoas de confiança do rei que receberam a denominação de donatários, a quem cabiam a função de administrar, colonizar, proteger e, ainda, desenvolver a região.

Em troca desses serviços, além das terras, os donatários desfrutavam de algumas regalias, como a permissão para explorar os recursos minerais e vegetais da região e, em contrapartida, 20% dos metais preciosos encontrados nas terras do donatário e 10% da receita adquirida com a comercialização dos produtos da terra seriam encaminhados para a Coroa portuguesa.

A Coroa portuguesa mantinha controle sobre as capitâneas através dos Forais, cujos contratos definiam os direitos, deveres e tributos que a população teria para com o rei e com o donatário, e da Carta de Doação que dava plenos poderes ao donatário, salvo sobre os impostos reais, que segundo Centurião (1999, p. 193), “por estes forais, e em atendimento a finalidade precípua do sistema de capitâneas, devia o donatário doar a terra que lhe coubesse por favor real na forma de sesmarias, as pessoas que mostrassem interesse no povoamento e aproveitamento das capitâneas”, com condições de explorá-las economicamente.

Os donatários se defrontaram com vários transtornos na administração das capitâneas que dificultaram a implantação do sistema, destacando-se: a distância de Portugal, as condições climáticas, os ataques indígenas, a falta de recursos e a extensão territorial. Assim, com exceção das capitâneas de Pernambuco e São Vicente, as demais não obtiveram sucesso (TAVARES, 2001).

Afirmam os historiadores que, apesar da autonomia devida aos donatários, de poder fundar vilas, poucas foram criadas. Também, observa-se que, durante o período de colonização, não houve por parte de Portugal o incentivo à fundação de cidades.

Esse fato fica evidente ao se verificar que, durante o século XVI, apenas três cidades foram fundadas por iniciativa da Coroa portuguesa: Salvador, em 1549, a primeira capital da Colônia, Rio de Janeiro, em 1565 e Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em 1585, posteriormente denominada Paraíba que, em 1930, passaria a ser identificada como João Pessoa.

O processo de povoamento no século XVI ocorreu de forma lenta (Figura 7), e os núcleos urbanos surgiram muito mais em função da necessidade do que de um planejamento. Eis por que, ruas sinuosas e mal calçadas dificultavam qualquer tipo de atividade comercial. Sem essa preocupação, as vilas e as cidades cresciam aleatoriamente.

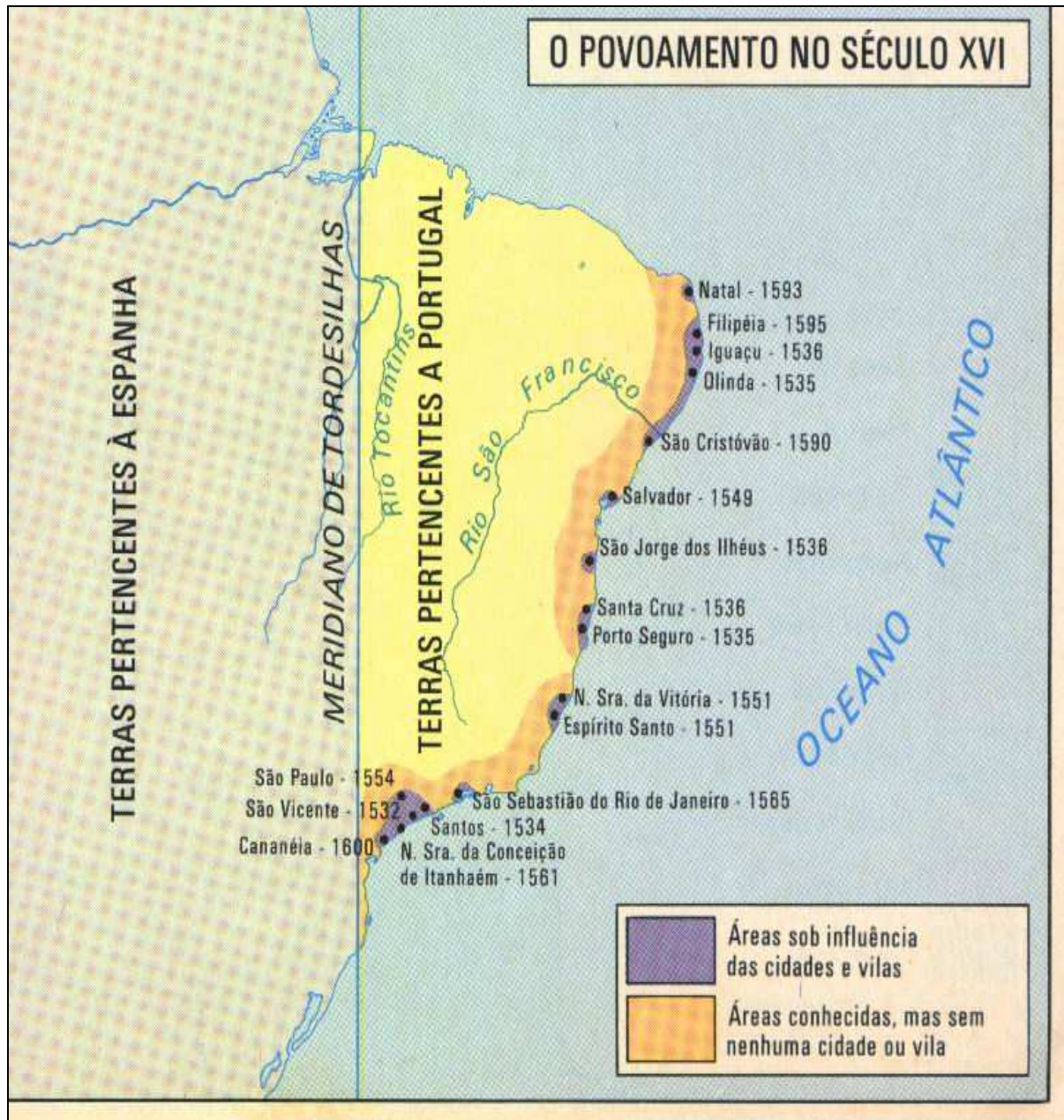


Figura 7. O povoamento brasileiro - século XVI.

Fonte: Atlas Histórico, 2006.

De acordo com a localização das capitanias hereditárias (Figura, 2), observa-se que os primeiros aglomerados urbanos foram fundados ao longo da costa do litoral brasileiro. Alguns em torno de fortificações, outros eram portuários e tinham uma importância secundária em relação aos engenhos que eram os núcleos de produção.

Para Costa (1982, p. 46), tal fato se justifica devido à necessidade de promover o “escoamento da produção econômica dirigida basicamente para o mercado externo”, que promoveria a sustentação da economia brasileira.

A política adotada pela Coroa portuguesa no povoamento do território brasileiro, inicialmente através das capitanias e, posteriormente, das sesmarias e dos morgados¹⁵, promoveu a distribuição desigual do espaço territorial. Essas áreas, sob o domínio dos grandes fazendeiros, vieram a se tornar latifúndios improdutivos, provocando marcas profundas na divisão de terras do Brasil, marcas que se estendem até os dias atuais.

Apesar de apenas duas capitanias terem obtido o sucesso esperado, do ponto de vista político, esse sistema atingiu, em parte, os objetivos propostos pela Coroa portuguesa, ao proteger o território sob o seu domínio, criando barreiras contra os ataques dos invasores na exploração dos recursos naturais, além de promover as condições que permitiram iniciar o processo de povoamento.

A decisão tomada pela Coroa portuguesa contribuiu para preservar o espaço territorial brasileiro, possibilitando um melhor uso do solo, inicialmente através da produção agrícola (açúcar, fumo e algodão) voltada para a exportação e, posteriormente, da extração do ouro e pedras semipreciosas. Os tributos arrecadados eram, em sua maior parte, enviados para Portugal.

Segundo Centurião (1999, p. 199), a criação das capitanias hereditárias atingiu o objetivo esperado pela Coroa portuguesa, considerando “o fato de ter sido através deste regime que se deu início, de maneira mais efetiva, ao incipiente processo de colonização das terras brasileiras”, ocorrida inicialmente ao longo do litoral.

De acordo com Cerqueira (2007) e Tavares (2001), em 1548, com o objetivo de ter um maior controle administrativo sobre a Colônia bem como de conservar e enobrecer as capitanias que foram mantidas até meados do século XVIII (1763), a Coroa portuguesa criou um novo sistema administrativo para o Brasil com a centralização do poder nas mãos de uma só pessoa: o governador-geral, com sede na capitania da Bahia de Todos os Santos.

A escolha dessa capitania para sediar o governo-geral, cuja atribuição coube a Tomé de Souza, nomeado em sete de janeiro de 1549, e cuja administração se estendeu até 1553, deveu-se a sua localização privilegiada, em um ponto médio do nosso litoral, o que facilitava a comunicação com as demais capitanias.

Para os historiadores, o governador-geral edificou, na capitania da Baía de Todos os Santos, a cidade de Salvador, a primeira capital do Brasil. Fundou engenhos, concedeu

¹⁵ Segundo FERREIRA (1975) as sesmarias representavam áreas devolutas de terras que os donatários das capitanias com o consentimento dos reis de Portugal cediam aos sesmeiros que se dispusessem a cultivá-las com o compromisso de proporcionar rendimentos em favor da Coroa portuguesa, com pagamento de dízimos e quintos da renda obtida. Enquanto os morgados, áreas de terra de dimensão inferior às sesmarias, os seus proprietários não podiam alienar ou dividir, e que em geral, por morte do possuidor, passava para o filho mais velho.

sesmarias, constituiu fortificações, edifícios públicos e a igreja matriz, além de incentivar a vinda de homens e mulheres para aqui constituírem famílias e produzirem alimentos para suprir a sede da capitania. Introduziu a lavoura de cana-de-açúcar nas proximidades da Capital e, objetivando desenvolver a pecuária nas sesmarias dessa capitania, importou gado bovino da Ilha de Cabo Verde.

De acordo com Schwartz (1989, p. 230), “as primeiras doações de sesmarias na Bahia, que impuseram a condição de que os engenhos fornecessem armas e defesa, [...] como um reconhecimento da função militar dos senhores de engenho pioneiros. [...] Era um símbolo de que sua posição na sociedade baiana era análoga à da nobreza de Portugal”, em relação à Colônia brasileira.

Em cumprimento às orientações da Coroa portuguesa, o governador-geral Tomé de Souza exigia que os sesmeiros fossem pessoas de posses, em condições de explorar a terra de forma econômica, promovendo a segurança em toda a área de seu domínio.

A administração de Tomé de Souza marca o início de um novo período da história do Brasil. Atribui-se, ao governo-geral (1549-1759), a responsabilidade por todo o processo de povoamento e colonização do território brasileiro, que para Tavares (2001, p. 102) tinha “[...] função tríplice: militar, política e administrativa”. Cabendo registrar que, após o término do governo-geral, todo o território brasileiro passou a ser administrado pelo representante da Coroa portuguesa, na figura do Vice-Rei.

Devido à vasta dimensão territorial do Brasil, a sua população encontrava-se dispersa ao longo do litoral, o que a colocava em situação vulnerável a ataques de outros povos que buscavam explorar as riquezas naturais existentes em abundância na Colônia.

O risco de invasão por outros países reclamava, da Coroa portuguesa, a instalação de núcleos urbanos ao longo do litoral como forma de defesa e proteção aos seus habitantes. O que não ocorria com a maioria dos países latino-americanos de colonização espanhola, que devido à menor dimensão territorial mantinha uma população concentrada em aglomerados.

Sobre o assunto, Costa (1982, p. 46) afirma que “a ampliação da rede urbana está ligada à política de ocupação desenvolvida em diferentes épocas”. O que é confirmado por Santos (1996), ao relacionar a criação de 70 aglomerados representados por vilas e cidades entre os séculos XVI e XVIII, sendo 18 no século XVI, 37 no século XVII e 15 no século XVIII (até 1720), de acordo com o Quadro 2.

Quadro 2. Vilas e cidades criadas entre os séculos XVI e XVIII (até 1720)

Local	Século XVI	Século XVII	Século XVIII
Rio Grande do Norte	1	-	-
Paraíba	1	-	-
Pernambuco	2	1	1
Sergipe	1	2	-
Bahia	4	5	1
Espírito Santo	2	1	-
Rio de Janeiro/Guanabara	1	6	-
São Paulo	6	10	1
Pará	-	4	-
Maranhão	-	2	1
Alagoas	-	3	-
Paraná	-	2	-
Santa Catarina	-	1	1
Piauí	-	-	1
Ceará	-	-	1
Minas Gerais	-	-	8
Total	18	37	15

Fonte: Reis Filho, 1968.

A economia brasileira de base agroexportadora, com utilização da mão-de-obra escrava¹⁶ nas propriedades rurais, tinha como principal suporte a exploração da cana-de-açúcar¹⁷, e era totalmente dependente de Portugal, que mantinha um efetivo controle das exportações.

Segundo Santos (1996 p. 17),

durante muitos séculos o Brasil como um todo é um país agrário “essencialmente agrícola” [...]. O Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata do Nordeste ensaiaram, antes do restante do território, um processo notável de urbanização e, de Salvador pode-se mesmo dizer que comandou a primeira rede urbana das Américas, formada junto com a capital baiana, por Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, centro de culturas comerciais promissoras no estuário dos rios do Recôncavo.

Para os historiadores, os centros urbanos que se desenvolveram em áreas especializadas na exploração da cana e no fabrico do açúcar, principalmente Salvador e Recife, se tornaram no período colonial os mais desenvolvidos do ponto de vista econômico, bem como em valores da nossa cultura moral, intelectual, religiosa, científica e artística.

¹⁶ A resistência apresentada pelos indígenas em trabalhar nas propriedades que exploravam o cultivo da cana-de-açúcar forçou os fazendeiros a importar a mão-de-obra escrava. Para maior detalhe, consultar TAVARES, L. H. D. *História da Bahia*. Salvador: Edufba, 2001.

¹⁷ Posteriormente, foram introduzidas as culturas do tabaco e do algodão, esta última em maior intensidade.

A exploração da cana-de-açúcar no período compreendido entre o século XVI e início do século XVIII constituiu-se no principal vetor de sustentação da economia brasileira. No entanto, a partir do segundo quartel do século XVII, o açúcar produzido nas Antilhas Holandesas começa a concorrer fortemente na Europa com o açúcar brasileiro, cujo mercado consumidor passou a reduzir a importação desse produto.

Os preços praticados no mercado europeu, com cotação inferior ao que era ofertado por nossos exportadores, contribuíram, portanto, para que o açúcar produzido no Brasil perdesse competitividade naquele mercado, o que induziu a decadência de sua produção, cuja recuperação, segundo Furtado (1998), só veio a ocorrer a partir do início do século XIX, com o aumento do consumo e dos preços desse produto no mercado internacional.

A queda de produção da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro provocou um quadro de crise na nossa economia, que só começou a ser minimizada no final do século XVII, com a expansão do ciclo econômico do ouro, quando a mineração passou a ser a principal atividade econômica da Colônia, instalando-se inicialmente nos ribeiros das terras que viriam a ser denominadas de Minas Gerais, posteriormente se estendendo para Goiás e Mato Grosso.

Ocorre assim, a partir das incursões das entradas e bandeiras, o início do processo de interiorização do território da Colônia brasileira, com a fundação de vilas e cidades para abrigar a população que trabalhava nas minas de ouro, entre elas: Vila Rica, em Minas Gerais, atual Ouro Preto, Vila Boa, em Goiás, atual cidade de Goiás.

A exploração da atividade mineradora transformou a sociedade brasileira do período colonial e contribuiu para alavancar o processo de urbanização que se encontrava latente, ao se considerar que provocou a transferência da capital da Colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. Além de promover o deslocamento do eixo produtivo do Nordeste, em que predominava o cultivo da cana-de-açúcar, para o Sudeste Aurífero, a fim de manter um controle mais efetivo das atividades de transporte de ouro, que se realizavam pelo porto desta última cidade.

O ciclo econômico do ouro promoveu um grande aumento na população brasileira. Segundo as estimativas da época, passou de 300.000 habitantes, em 1700, para 3.300.000, no início do século XIX, devido à população migrante oriunda de todas as partes da colônia se concentrar nas regiões auríferas¹⁸.

A exploração das minas em busca do ouro e de outros metais semipreciosos atraiu uma grande multidão de mineiros e aventureiros. O fluxo migratório aumentou, provocando a

¹⁸ Devido à fragilidade dos levantamentos estatísticos para a época, esses dados estão sujeitos a divergências com informações providas de outras bases de dados.

expansão dos negócios e estimulando o crescimento das relações comerciais com o aparecimento de novos empreendedores, artesãos, intelectuais, religiosos, funcionários públicos e outras profissões liberais.

A formação de vários núcleos habitacionais promoveu o surgimento de vilas que viriam a se tornar cidades, impulsionou, naquele período, o desenvolvimento das vias de comunicação por terra, permitindo a ligação de Minas Gerais com São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso e Bahia.

Nesse contexto, os Bandeirantes e os Jesuítas cumpriram um papel de fundamental relevância no processo de urbanização do interior do Brasil, com a sua ampliação além do Tratado de Tordesilhas.

Na sua ação desbravadora, os Bandeirantes penetraram no interior do território brasileiro, à procura de índios para escravizar, jazidas de ouro, prata e diamantes para sua exploração. Enquanto os Jesuítas, através da catequese, tinham por missão converter os índios à fé católica, bem como protegê-los do cativo, ação que não atingiu os resultados esperados pela Coroa portuguesa.

A exploração da atividade mineradora ocorreu de forma predatória. No final do século XVIII, devido ao esgotamento das jazidas e ao uso de equipamentos rudimentares sem condições de escavações mais profundas do subsolo, chegava ao fim o ciclo econômico da mineração e tinha início o ciclo econômico do café que perdurou até o terceiro decênio do século XX.

2.2 Características da urbanização brasileira no século XIX e início do século XX

A mudança da Família Real, de Portugal para o Brasil, no início do século XIX, com breve passagem pela Bahia, cuja comitiva era composta de acordo com as perspectivas históricas por um contingente aproximado de 15.000 pessoas, ocasionou profundas mudanças no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo consta na vasta literatura que faz menção ao assunto, na sua chegada ao Rio de Janeiro, D. João VI encontrou uma cidade em situação lastimável, sem planejamento urbano e saneamento básico, com ruas estreitas, sujas e apinhadas de escravos, ambulantes e "bugres", escravos responsáveis pelo despejo de dejetos naquela que viria a se denominar "baía de Guanabara".

As residências localizadas no centro do Rio de Janeiro, inclusive o "Paço Oficial", habitado pelo Vice-Rei, caracterizava-se por uma arquitetura pobre, sem adornos, ainda no

estilo colonial "porta e janela", sem mobiliário adequado para receber um monarca e, sobretudo, muito pequeno para abrigar a comitiva real.

Os historiadores registram que o Rio de Janeiro começa a passar por um processo de reestruturação com a chegada de D. João VI e sua comitiva. A cidade sofre várias transformações na sua paisagem urbana, o mesmo ocorrendo no cenário político, econômico e social da capital da Colônia.

Àquela época, foi efetuado um levantamento cadastral para identificar as residências que ofereciam condições apropriadas para serem habitadas pelos nobres funcionários graduados do governo, sendo os seus proprietários deslocados para outras áreas do centro urbano.

No primeiro momento, a retirada de moradores de suas residências para outras áreas da cidade gerou muita insatisfação e transtorno para aqueles que passaram a morar em situação de pleno desconforto em instalações precárias, localizadas inicialmente no centro, em estalagens e cortiços¹⁹, e posteriormente na periferia, estendendo-se em seguida, de forma incontrolada, para os morros.

Concluída essa fase de ajustamento, o referido monarca adotou medidas econômicas que favoreceram o desenvolvimento do Brasil. Entre as principais, destacam-se: a abertura dos portos às Nações Amigas, a criação do Banco do Brasil, o estímulo ao estabelecimento de indústrias no território brasileiro, construção de estradas, cancelamento da lei que não permitia a criação de fábricas no país, reformas em portos e instalação da Junta de Comércio.

No período em que a Família Real se estabeleceu no Rio de Janeiro, a cultura cafeeira era a base da economia brasileira, sendo também, da mesma forma que ocorria com a cana-de-açúcar, explorada com a utilização da mão-de-obra escrava.

Os historiadores afirmam que a exploração da cultura cafeeira foi introduzida no norte do Brasil, mais precisamente em Belém do Pará em 1727, pelo Sargento-Mor Francisco de Mello Palheta.

Para Maricato (1997, p. 24), de forma econômica, “seu cultivo teve início na Baixada Fluminense, logo se estendendo pelo vale do Paraíba”, tendo em vista que aquela região apresentava condições climáticas excepcionais: temperatura adequada e regularidade de chuvas, entre outras. Além de se localizar próxima de portos e dispor de uma oferta abundante

¹⁹ AZEVEDO, A. *O cortiço*. São Paulo: Editora Moderna, 1999, denuncia a exploração e as péssimas condições de vida dos moradores das estalagens ou dos cortiços, locais em que residiam, aproximadamente, 11% da população do Rio de Janeiro na época.

de mão-de-obra, em decorrência da desagregação da economia mineradora que naquele momento se encontrava em fase de extinção.

No início, a produção cafeeira estava voltada para o consumo interno. Todavia, devido ao crescimento da demanda nos mercados interno e externo, verificou-se um aumento de sua produção, em decorrência da expansão da área plantada.

Entretanto, o café só passou a ter importância no mercado internacional no final do século XVIII, em consequência da elevação de preços na Europa e nos Estados Unidos, grandes consumidores mundiais, devido à queda de produção ocorrida no Haiti, grande produtor mundial desse produto.

Nessa primeira fase de expansão da produção cafeeira, segundo Maricato (1997, p. 24), “são criadas as cidades de Vassouras, Areias, Bananal, Muriaé, Leopoldina, Juiz de Fora, Cataguases, Carangola, e seu declínio se dá juntamente com o da produção do café na região, no final do Império”, quando, ao mesmo tempo, começa a despontar em outras regiões do país o seu plantio em larga escala e com maior índice de produtividade.

O aumento do consumo mundial do café, com reflexo direto na sua demanda pelo mercado externo, para Maricato (1997, p. 24), induz a sua expansão na direção do “oeste paulista, no rumo das ferrovias” sendo criadas as cidades de Jaú, Ribeirão Preto e Bauru, que vieram a se tornar grandes centros urbanos²⁰.

O café vai se tornando o principal produto de nossa pauta de exportação. Em 1830, a receita obtida com a sua exportação já representava 18% do seu total, tornando-se o terceiro produto em importância na composição da balança comercial com o mercado externo, sendo apenas suplantado pelo açúcar e o algodão, alcançaria, em 1850, a liderança no *ranking* das exportações. Sendo oportuno frisar que, devido aos crescentes lucros auferidos com a sua exportação, as plantações de café se expandiram para outras regiões do interior paulista e o nordeste do Paraná.

O desenvolvimento da cultura do café promoveu mudanças profundas para o Brasil, destacando-se: 1) o desenvolvimento dos transportes, com a introdução da ferrovia; 2) mudança nos hábitos e costumes com a chegada em grande escala dos imigrantes; 3) o assalariamento da mão-de-obra; 4) a geração de uma classe empresarial que exercia forte

²⁰ Para melhor compreensão, consultar:

BIZELLI, E. A. *O processo de urbanização no interior paulista: um estudo de caso – a cidade de Fernandópolis*. São Paulo: 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BIZELLI, E. A. *Agentes e processos na urbanização paulista do extremo oeste e a cidade de Fernandópolis*. São Paulo: 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

influência na política e na economia brasileira; 5) a acumulação de capitais; 6) o fortalecimento da classe média; 7) o crescimento urbano paralelo ao início da industrialização.

Observa-se que naquele período as cidades brasileiras sofreram significativas mudanças, quanto à dimensão espacial e ao perfil arquitetônico. Ocorreu também o incentivo à fundação de vilas e cidades no interior das diferentes regiões brasileiras, induzido pela Revolução Industrial que ocorria naquele momento na Europa.

A partir de 1870, a região sul do Brasil passou a empregar assalariados e imigrantes estrangeiros. Com a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, foi legalmente oficializado o trabalho livre assalariado que passou a ser suprido pela mão-de-obra local (em sua maioria, pela população branca) e pelo imigrante europeu para trabalhar na exploração agrícola, principalmente nas fazendas de café localizadas no interior do estado de São Paulo, que contribuiu de modo significativo para a mudança dos hábitos e costumes da população das localidades onde se estabeleceu.

A característica geral mais relevante da urbanização desse período, para os historiadores, foi a integração estabelecida entre a exploração cafeeira e a articulação da ferrovia e portos, a qual desempenhou um papel central, estimulando o surgimento de várias cidades na região Sudeste, acima de tudo no Oeste do interior paulista com a expansão dos principais centros urbanos regionais, estendendo-se, também, para o Nordeste e outras regiões brasileiras.

Em razão do fortalecimento da economia cafeeira no Sudeste brasileiro, as cidades de Rio de Janeiro e de São Paulo tiveram um crescimento populacional superior às demais cidades brasileiras, ao mesmo tempo em que sofreram profundas transformações no seu espaço urbano.

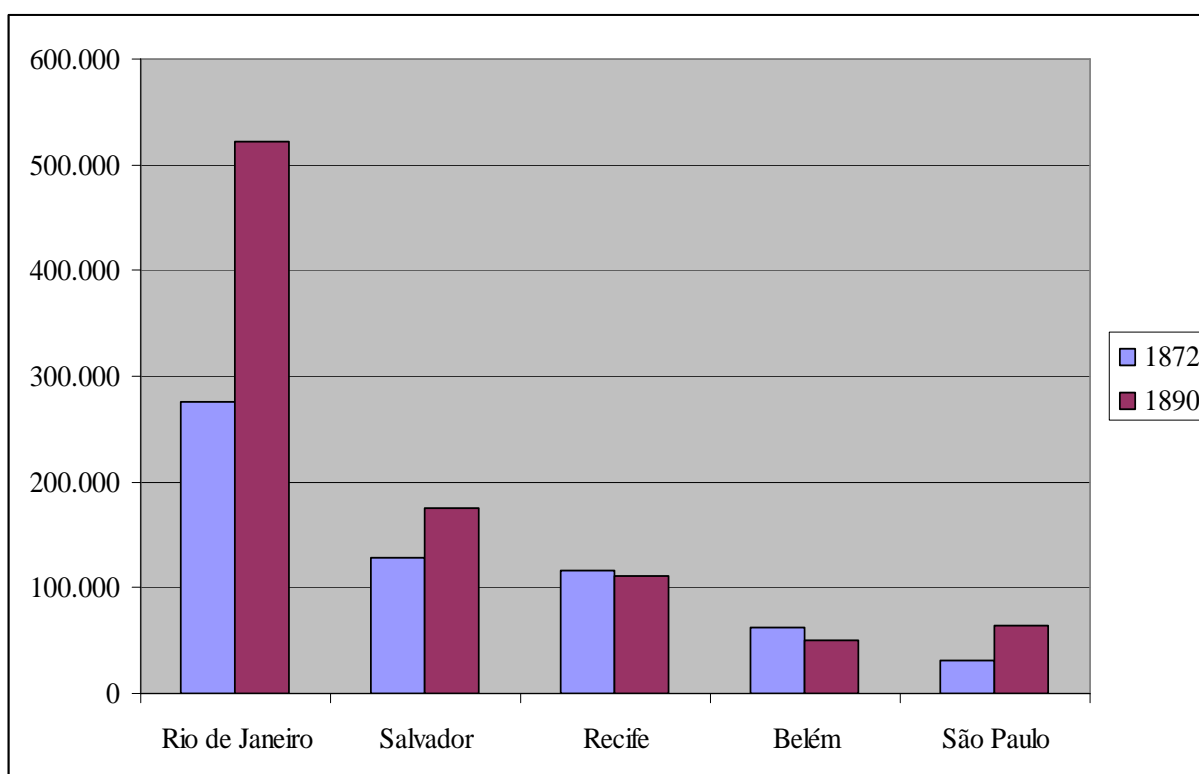
No período compreendido entre 1872 e 1900, a população do Rio de Janeiro, que era de 274.972 habitantes, passou para 691.656, registrando um crescimento de 151,5%. Enquanto São Paulo, quinta cidade brasileira, com 31.385 habitantes passou a ocupar a segunda posição, com um contingente de 239.820 pessoas, apresentando o espantoso crescimento de 664,1%, ultrapassando Salvador, Recife e Belém²¹ (Tabela 2 e Gráfico 2).

²¹ Dados apresentados por MARICATO, M. *Habitação e Cidade*. São Paulo: Atual Editora, 1997, p. 27.

Tabela 2. População urbana de cidades selecionadas no período de 1872 a 1900

Cidade/Período	1872 ²²	1890	1900
Rio de Janeiro	274.972	522.651	691.656
Salvador	129.109	174.412	205.813
Recife	116.671	111.556	113.106
Belém	61.997	50.064	96.560
São Paulo	31.385	64.934	239.820

Fonte: IBGE - Anuário estatístico do Brasil de 1912. Rio de Janeiro, 1916.

**Gráfico 2.** Evolução urbana de cidades selecionadas no período de 1872 a 1900.

Fonte: IBGE - Anuário estatístico do Brasil, 1912. Rio de Janeiro, 1916.

A cultura cafeeira promoveu a acumulação de capitais, o fortalecimento da classe média e o surgimento de uma classe empresarial cuja participação foi bastante ativa, prestando uma significativa contribuição aos nossos governantes na gestão da economia brasileira, e foi sem dúvida a mola propulsora da industrialização, bem como da urbanização do Brasil.

²² Até 1872 existem apenas estimativas sobre a população brasileira feitas por diversos autores, baseados nas fontes disponíveis: registros paroquiais, listas de moradores das capitâneas, censos provinciais, entre outras. Somente de 1872 em diante, é possível contar com os dados oficiais dos recenseamentos gerais, depois denominados de Censos demográficos, realizados regularmente a cada década, exceto nas de 1910 e 1930.

Em condição oposta àquela verificada no período de nossa colonização, a situação política e econômica no final do século XIX e início do século XX era favorável à fundação de cidades que surgiam de forma natural ao longo das ferrovias e estradas de rodagem em sua maioria não pavimentadas.

De acordo com o IBGE (1996), ao longo do século XIX, a população brasileira aumenta 4,8 vezes, passando de cerca de 3,5 milhões de habitantes, em 1800, para 17,4 milhões, em 1900.

Durante todo o século XIX, e primeira metade do século XX, os fatores que promoveram esse crescimento acelerado continuavam sendo principalmente externos: o tráfico de escravos africanos até 1850, e a forte imigração, entre 1870 e 1960. Nesse período, imigraram para o país cerca de 3,5 milhões de estrangeiros atraídos para a lavoura cafeeira do Sudeste e para as áreas de colonização pioneira do Sul.

2.3 Aspectos atuais da urbanização brasileira

Os historiadores apontam que as cidades brasileiras, com exceção de Belo Horizonte, Brasília, Goiânia, Boa Vista e Palmas, surgiram espontaneamente de pequenas comunidades ou povoados e, desde o início do processo de colonização, concentraram-se no litoral.

De acordo com os dados censitários disponibilizados pelo IBGE²³, a população brasileira, em 1900, correspondia a 17,4 milhões de habitantes, com 8,6% da população residindo nas cidades. Existiam apenas quatro cidades com mais de 100 mil habitantes: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife. Um século depois, a população passou para 169,7 milhões, com a população urbana representando 82,1% desse contingente populacional, que se concentra em menos de 200 cidades, com população superior a 100 mil habitantes.

Desde 1920, já se observa um rápido crescimento populacional das cidades, quando a taxa de urbanização era de 16%²⁴. A partir de 1930, em plena crise econômica mundial, tem início ao que Fernandes (1975) denominou de “revolução urbana no Brasil”.

Avaliando esse fenômeno, Maricato (2001, p. 17) considera que “o Estado passa então a investir decididamente em infraestrutura para o desenvolvimento industrial visando à substituição de importações”, durante o governo Getúlio Vargas (1930-1945), tendo assim início ao processo de industrialização e da urbanização da população brasileira, que começa a

²³ IBGE: *Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil, 1986. Anuários estatísticos do Brasil, 1993, 1996. Contagens da população, 1996a, 2007. Censo, 2000.* Rio de Janeiro: IBGE, 1986 – 2007.

²⁴ Idem

se deslocar do campo para a cidade em busca da melhoria nas condições de vida, que poderia ser conseguida com a obtenção dos empregos ofertados pelo parque industrial em processo de instalação, e da construção civil que passa por um momento de crescimento acelerado no Sudeste brasileiro

O Censo de 1940, o primeiro a dividir a população brasileira em rural e urbana, registra que 31,2% da população brasileira residiam em cidades, enquanto 68,8% encontravam-se no meio rural. Entre 1940 e 1950, sobretudo, no fim da segunda Guerra Mundial, em decorrência das alterações de natureza econômica e outros fatores diversos, a população urbana brasileira aumentou a taxas geométricas de 3,8% ao ano, contra 1,6% da população rural²⁵, que para Bizelli (1998, p. 11):

o grande salto expansivo de constituição e ampliação da rede urbana nacional teve como impulsionadores maiores o processo de industrialização implementado no pós-guerra de 1945 exigente, por sua vez, de uma integração nacional e do mercado e, de outro lado, as mudanças ocorridas na estrutura produtiva nacional implementadas nos anos 60 pelos governos militares.

Naquele período de governo, o poder público, a partir de um projeto desenvolvimentista, objetivando a integração nacional e a modernização do território na perspectiva de promover o crescimento acelerado da economia brasileira, passou também a intervir decisivamente na organização do seu espaço territorial, através de grandes projetos de infraestrutura em geral, os quais foram desenvolvidos com recursos captados no mercado internacional.

A implementação dessa política teve como principal reflexo o aumento do grau de endividamento externo do país, que cada vez mais se tornava vulnerável a crises internas e internacionais se estendendo até o final da década de 1970, quando o país passou a conviver com uma inflação galopante e uma profunda recessão, com reflexos no aumento do desemprego, da pobreza, da violência, da criminalidade e de outros problemas de ordem econômica e social.

Nas décadas de 1950 e 1960, devido ao crescimento do parque industrial e à modernização das atividades agrícolas, o processo de urbanização se intensifica. Em 1950, a população de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte representava 45% da população urbana. Quando em 1960, o censo já revelava uma população urbana de 44,9%, para uma

²⁵ IBGE: *Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil, 1986*. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

população rural de 55,1%, observando-se nesse período um acréscimo de 67,9%, em relação a 1950, na população urbana²⁶.

Na década seguinte, a taxa de urbanização continua crescendo aceleradamente, quando se registrou um alto fluxo migratório para a região Sudeste, cuja economia concentrava 81% da atividade industrial²⁷, fenômeno que também se observou em menor intensidade em outras regiões do país, devido à expansão das atividades industriais nos grandes centros, que passam a atrair trabalhadores das áreas rurais, que buscam na cidade a possibilidade de rendimentos maiores e melhores recursos nas áreas de educação e saúde, dentre outros.

Nos anos 1970, quando se reverteu essa situação, a população urbana totalizava 52,1 milhões de habitantes, contra 41,1 milhões de moradores nas áreas rurais, equivalendo, respectivamente a 55,9% e 44,1%²⁸, desse contingente populacional.

Os principais fatores que contribuíram para o crescimento acelerado da urbanização nos grandes aglomerados foram: os fluxos migratórios externos e internos, associados ao elevado crescimento vegetativo da população.

Entre 1970 e 1980, a expansão urbana mantém-se em níveis elevados, e no fim da última década, a população brasileira segundo o IBGE (2000) era de 119 milhões de habitantes, com 67,6% dos brasileiros residindo em centros urbanos²⁹.

Os grandes centros, por dispor de uma melhor infraestrutura, concentrar o maior número de fábricas, indústrias e de outras fontes geradoras de empregos, eram os que mais atraíam a mão-de-obra procedente do campo. Nesse espaço de tempo, só a capital de São Paulo recebeu, aproximadamente, 3 milhões de migrantes.

Nesse período, verifica-se que 40 milhões de pessoas, o equivalente a 33,6% da população da época, migraram do campo para a cidade, de um município para outro ou de uma região para outra do país³⁰. Esse fenômeno ocorrido no Brasil assume relevância no mundo contemporâneo, considerado um dos maiores êxodos populacionais da história da humanidade.

A partir da década de 1980, com a melhoria dos meios de transporte, da comunicação, da educação e da saúde, surgiram novas alternativas de ocupação e trabalho no campo, desvinculadas da agricultura, como, a prestação de serviços, construção civil, comércio, dentre outros, setores em pleno crescimento que, em algumas áreas, chegaram a oferecer

²⁶ IBGE: *Tendências demográficas, 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

²⁷ Idem

²⁸ Idem

²⁹ Idem

³⁰ idem

remuneração superior à ofertada na cidade, iniciativa que vem contribuindo para a diminuição do êxodo rural.

Entre 1991 e 2000, as cidades ganharam cerca de 20,7 milhões de habitantes. Em 1991, a taxa de urbanização era de 75,6%, passando para 81,2%, em 2000. No Censo de 2000 (IBGE, 2000), foram pesquisados 5.561 municípios. Desses, 90,4% estão compreendidos na faixa de até 50 mil habitantes.

Dos 14 centros urbanos brasileiros que apresentam população superior a um milhão de habitantes, constituem os seis mais populosos: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza e Belo Horizonte.

Conforme estudo desenvolvido pela ONU (2008), o Brasil apresentava, em 2005, uma taxa de urbanização de 84,2%, até 2050, a porcentagem da população brasileira que viverá em centros urbanos deverá pular para 93,6%.

Em termos absolutos, serão 237,7 milhões de pessoas morando nas cidades do país na metade deste século. Por outro lado, a população rural sofrerá uma redução ao passar de 29,4 milhões para 6,3 milhões, entre 2005 e 2050, conforme Tabela 3 e 4 e Gráfico 3 e 4.

Tabela 3 - População brasileira em milhões de habitantes no período de 1940 a 2050

Ano	População brasileira	População urbana	População rural
1940	41,2	12,9	28,3
1950	51,9	18,8	33,1
1960	70,1	31,3	38,8
1970	93,2	52,1	41,1
1980	119,0	80,4	38,6
1991	146,8	111,0	35,8
2000	169,8	138,0	31,8
2050*	244,0	237,7	6,3

Fonte: IBGE - Tendências demográficas, 2000.

* Projeção da ONU, 2008.

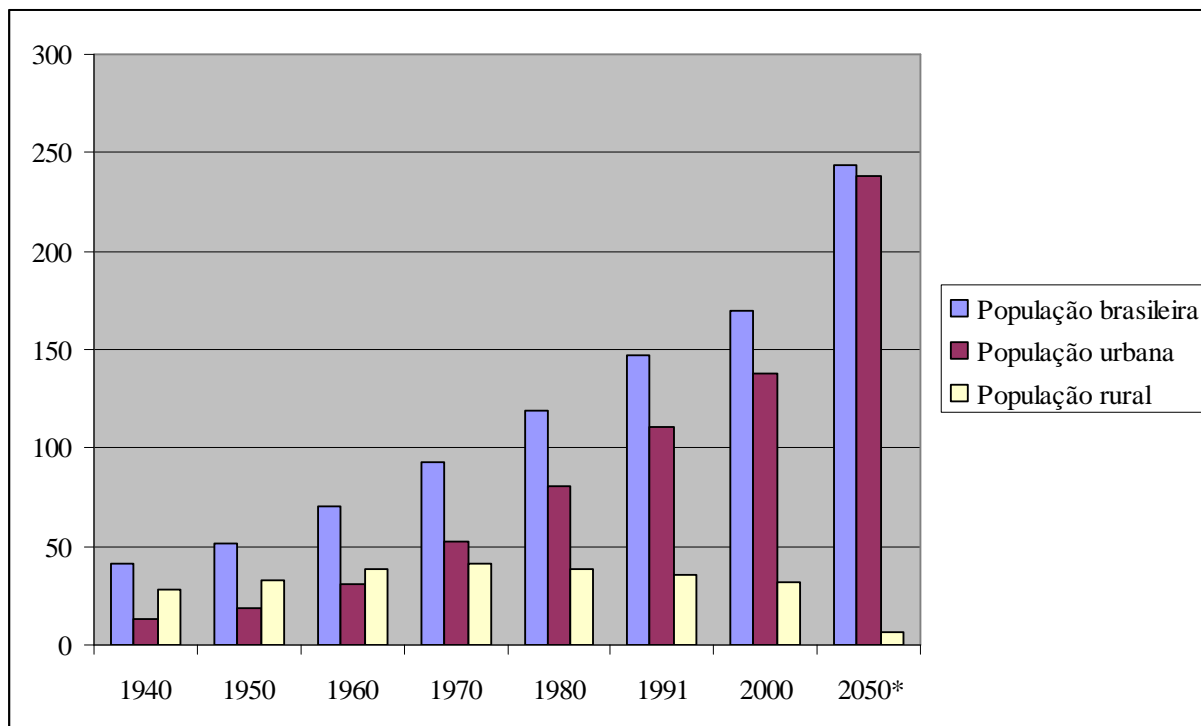


Gráfico 3. Evolução da população brasileira no período de 1940 a 2050.

Fonte: IBGE - Tendências demográficas, 2000.

* Projeção da ONU, 2008.

Tabela 4. Taxa de urbanização brasileira no período de 1872 a 2005

Ano	Taxa de urbanização
1872	5,9
1890	6,8
1900	9,4
1920	10,7
1940	31,2
1950	36,2
1960	45,1
1970	55,9
1980	61,1
1991	75,6
2000	81,2
2005*	84,2

Fonte: IBGE - Anuário estatístico do Brasil, 1968 e 1999. Censo, 2000.

* Dados projetados pelo autor, a partir das estimativas efetuadas pelo IBGE, em 2003.

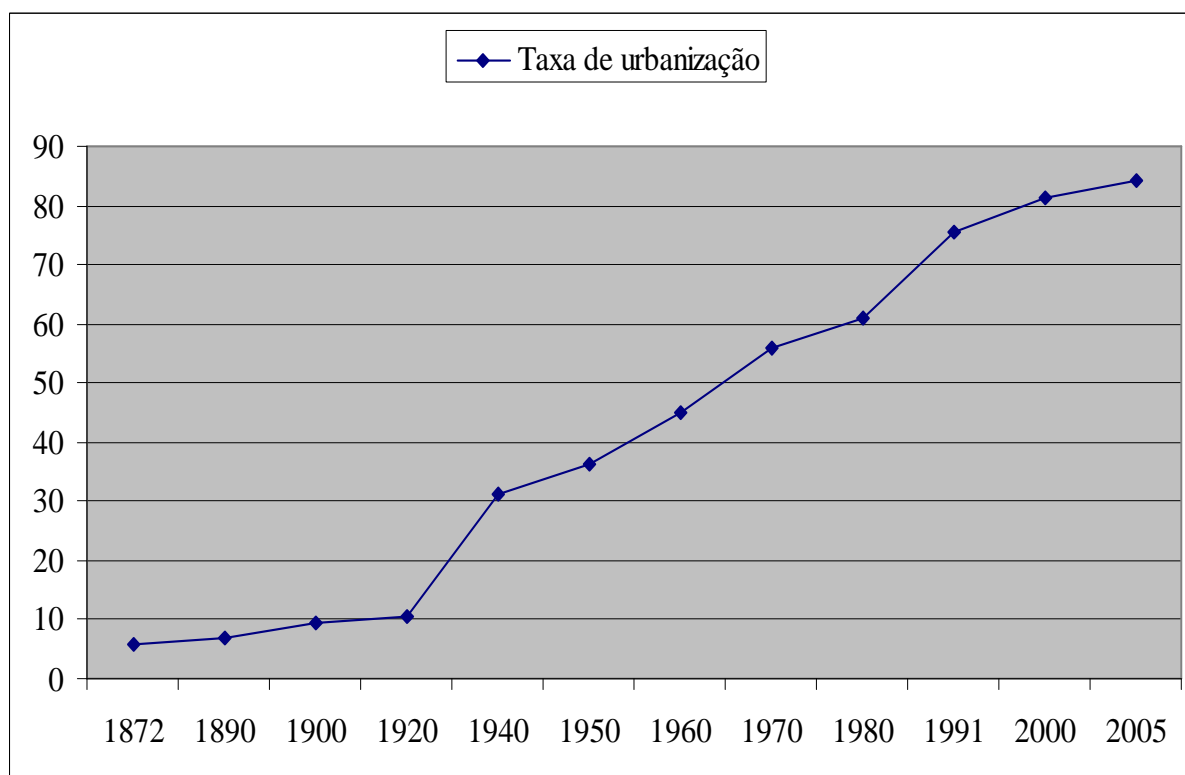


Gráfico 4. Taxa de urbanização brasileira no período de 1872 a 2005.

Fonte: IBGE - Anuário estatístico do Brasil, 1968, 1999. Censo, 2000.

* Dados projetados pelo autor, a partir das estimativas efetuadas pelo IBGE, 2003.

Em 2008, segundo estimativa da ONU (2008), o Brasil ocupava o quinto lugar entre os países mais populosos do globo terrestre, com aproximadamente 190 milhões de habitantes.

O processo de urbanização das cidades brasileiras começa a se efetivar a partir de 1930 e se intensifica, sobretudo após o início da industrialização do país, isto é, a partir da década de 1950, com a aceleração do processo de industrialização brasileiro ocorrido com a "política desenvolvimentista" do governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), principalmente com a implantação da indústria automobilística.

2.3.1 A urbanização das regiões brasileiras

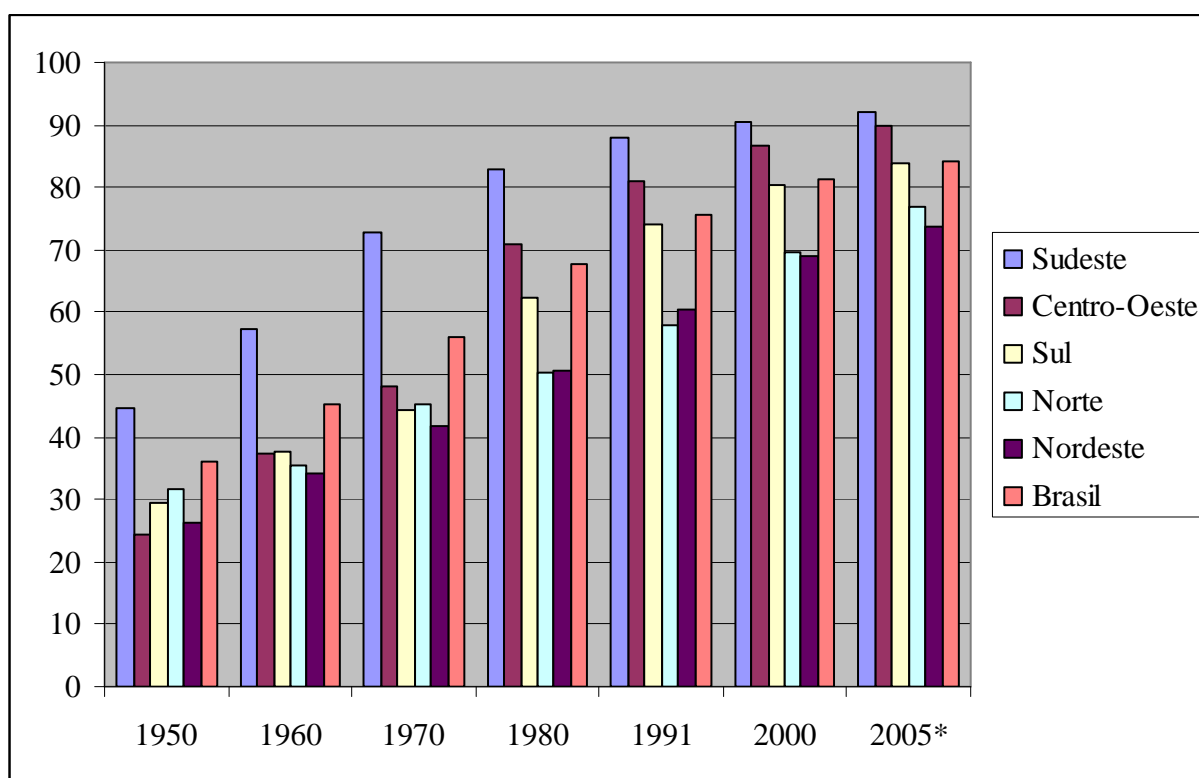
De acordo com o IBGE (2000), todas as cinco regiões brasileiras encontram-se urbanizadas, conforme se pode observar, a região Sudeste sempre foi a mais urbanizada, e a região Nordeste também se manteve como aquela que apresentou a menor taxa de urbanização no período de 1950 a 2005.

Tabela 5. Taxa de urbanização brasileira por região no período de 1950 a 2005

Região	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2005*
Sudeste	44,5	57,4	72,7	82,8	88,0	90,5	92,2
Centro-Oeste	24,4	37,2	48,0	70,9	81,0	86,7	89,8
Sul	29,5	37,6	44,3	62,41	74,1	80,5	83,9
Norte	31,5	35,5	45,1	50,3	57,8	69,7	76,8
Nordeste	26,4	34,2	41,8	50,5	60,6	69,0	73,8
Brasil	36,2	45,1	55,9	67,6	75,6	81,2	84,2

Fonte: IBGE - Anuário estatístico do Brasil, 1968, 1999. Censo, 2000.

* Dados projetados pelo autor, a partir das estimativas efetuadas pelo IBGE, 2003.

**Gráfico 5.** Evolução da taxa de urbanização brasileira por região no período de 1950 a 2005.

Fonte: IBGE - Anuário estatístico do Brasil, 1968, 1999. Censo, 2000.

Apenas setenta anos foram suficientes para alterar a relação entre a população rural e a população urbana brasileira. Esse espaço de tempo é muito curto, e um rápido crescimento urbano não ocorre sem o surgimento de graves problemas sociais. Destacam-se, dentre eles, o processo de favelização com a proliferação de moradias construídas em condições precárias na periferia, em locais insalubres ou de proteção ambiental, eventualmente associado à

transferência da população local ou de migrantes de moradias legalizadas, para residirem em locais em situação de irregularidade com relação à propriedade do solo urbano.

O relatório do Unfpa (2007) sobre a situação da população mundial em 2007, adverte para o cenário de concentração do crescimento urbano em cidades do mundo em desenvolvimento e chama a atenção para a consequente explosão das favelas, locais onde atualmente habitam 1 bilhão de pessoas, 90% das quais nos países em desenvolvimento, com relevância para a China e a Índia, cuja população equivale a 40% dos habitantes do Globo Terrestre.

Enquanto o Relatório do Programa UN-Habitat, órgão ligado à (ONU, 2008a), registra a existência de 16.433 favelas cadastradas no país, abrigando 52,3 milhões de habitantes, o equivalente a 28% da população brasileira, com a expectativa de atingir 55 milhões de pessoas em 2020.

Não é preciso fazer um grande esforço para verificar o quanto vem crescendo o número de favelados no país. Basta apenas visitar as áreas periféricas das grandes cidades, bem como daquelas de porte médio, que de acordo com o citado relatório, vêm apresentando um crescimento superior ao verificado nos grandes centros.

O processo acelerado de urbanização contribui para agravar ainda mais as carências de infraestrutura defrontadas pelas cidades, que não estão devidamente preparadas para disponibilizar a prestação dos serviços essenciais básicos e as condições mínimas necessárias de moradia à população migrante, que passa a conviver com uma série de problemas sociais e ambientais, entre os quais se destacam o desemprego, a criminalidade, a violência, o tráfico de drogas, a poluição do ar e da água, dentre outros, num claro processo de segregação social.

O relatório da Unfpa (2007) aponta que no futuro, devido às políticas oficiais restritivas adotadas por alguns países objetivando proibir ou desencorajar o deslocamento da população do campo para as cidades, a contribuição do migrante na promoção do crescimento urbano deixará de ser relevante e passará a depender do crescimento vegetativo das populações que nelas habitam. Situação que já começa a se observar em várias cidades brasileiras, inclusive em Feira de Santana.

Esse mesmo relatório coloca de forma bem clara que a urbanização acelerada produz a pobreza e coloca a população descrente quanto aos atos praticados pelo poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário por não cumprirem em sua plenitude as missões que lhe são devidas, promovendo assim um ambiente propício para a exploração e o abuso de toda ordem por parte de agentes inescrupulosos e que vivem ao arrepio da lei.

A realidade é que, em quase sua totalidade, as cidades, sem infraestrutura e sem espaços urbanos adequados, passaram a receber uma população migrante que se deslocava do campo em busca de emprego e renda como forma da promoção da melhoria da qualidade de vida, defrontavam-se com a realidade de não poder promover ocupação para todos.

Devido ao fato das indústrias operarem com processos tecnológicos avançados de produção e utilizar uma mão-de-obra mais especializada e em menor quantidade, não geravam o volume de emprego necessário para atender a uma demanda que era cada vez mais crescente.

Tal situação passou a ocorrer em todos os países em desenvolvimento, principalmente no Brasil que convive com um grande contingente de pessoas desempregadas, que preferem permanecer nas cidades, mesmo vivendo em condições precárias, expostas a todos os fatores de risco inerentes a essa situação, na expectativa de encontrar outras ocupações formais nas atividades comerciais ou de prestação de serviços, mesmo defrontando-se com diversos tipos de barreiras comuns na trajetória daqueles que, sem a devida formação e especialização profissional, buscam ocupação num mercado competitivo e restritivo.

Verifica-se nos grandes centros urbanos, a cada dia, o aumento do desemprego, do subemprego e de um contingente de pessoas que vivem na marginalidade em condições subumanas, forçadas a conviver com todo o tipo de violência e exclusão social.

2.3.1.1 Região Sudeste

É um fato comum ouvir no dia a dia a afirmação, não somente de pesquisadores da área, mas de boa parte de nossa população, que o Brasil é um país diferente dos demais. Sempre foi uma terra de contrastes e, nesse aspecto, não ocorrerá uma exceção: a urbanização do país não se distribui igualmente por todo o território nacional, tendo em vista que ela se concentra na região Sudeste, formada pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Conforme o IBGE (2008), apesar da região Sudeste ocupar apenas 10,9% do território brasileiro, a segunda menor em extensão territorial, em julho de 2008, habitavam nessa região 80,2 milhões de pessoas, o equivalente a 42,3% da população do país. Ocorrendo assim, em relação a 2000, um crescimento de 2,8%, cuja população era de 78 milhões de habitantes, com 90,5% residindo em cidades (Tabela 7).

De acordo com as estimativas populacionais dos municípios publicadas pelo IBGE (2008), é no Sudeste que se encontram as duas cidades brasileiras com maior contingente

populacional: São Paulo com 10,9 milhões de habitantes e o Rio de Janeiro com 6,2 milhões, o equivalente a 9% da população do país que foi estimada em 189,6 milhões de habitantes, em 2008.

Cabe observar que essas duas metrópoles se defrontam com os problemas mais graves decorrentes da urbanização, dentre eles, o desemprego, o trabalho informal, com a marginalização dos excluídos que habitam áreas sem infraestrutura (saneamento, água tratada, pavimentação, iluminação, policiamento e escolas), aliada à criminalidade (tráfico de drogas, prostituição, sequestros).

Ainda deve ser considerada a poluição ambiental, bem como outros fatores de risco, os quais tornam vulneráveis esses extratos da população atingidos com frequência por catástrofes naturais ou provocadas pela ação humana. Situação que se estende para todos os grandes centros metropolitanos, inclusive para as cidades de porte médio, como Feira de Santana, dentre outras.

Com relação aos aspectos habitacionais, segundo o estudo desenvolvido pela FJP (2009) para o Ministério das Cidades (MC), essa região, em 2007, apresentava um déficit habitacional de 2,3 milhões de moradias, cabendo à área urbana 95,6% desse total. As regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro participam com 26,5% do déficit nacional, tendo essa situação se agravado em relação a 2000, quando esse déficit era de 19,3%.

2.3.1.2 Região Nordeste

Deslocando-se o foco para o Nordeste, território abrangido por 50% do Polígono das Secas, de acordo com o IBGE (2008), a terceira região em dimensão territorial e o maior número de municípios do país, com uma população equivalente a 18,2% do contingente nacional, correspondendo a 53,1 milhões, a segunda população brasileira em 2008.

Essa região ainda mantém o último lugar no *ranking* em termos de urbanização, devido aos efeitos decorrentes do processo de colonização³¹, cuja economia de base agroexportadora inicialmente foi explorada pela mão-de-obra indígena e, posteriormente, pela mão-de-obra escrava durante os séculos XVI a XVIII, tendo como suporte econômico a monocultura da cana-de-açúcar em nível principal (FURTADO, 1998; HOLANDA, 1984; PRADO JUNIOR, 1978) e, em níveis secundários, o tabaco e o algodão.

³¹ O processo de formação da economia nordestina e, conseqüentemente, de seu povoamento, é fundamental no entendimento da organização espacial do sistema urbano regional.

Após a transferência do governo-geral de Salvador para o Rio de Janeiro no último quartel do século XVIII (1763), essa região passou por um longo período de estagnação, que se estendeu até a década de 1960, quando tem início o plano de integração nacional implementado pelo governo militar.

Na década de 1930, inicia o processo de integração do espaço econômico regional à dinâmica capitalista nacional, com o surgimento de um novo padrão de acumulação urbano-industrial, devido à consolidação do mercado interno.

No entanto, somente na década de 1970, com a instalação incentivada dos pólos industriais, a região Nordeste passa a se integrar às regiões mais desenvolvidas, como produtora de insumos básicos, estabelecendo novas articulações, com os processos e com a dinâmica do país.

A rede urbana nordestina surgiu como decorrência do mercado externo e foi se definindo com a formação das primeiras vilas com seus portos. Ainda no período colonial, Salvador e Recife ganharam importância regional e nacional. Dos seus portos eram escoados os produtos primários para o exterior, num período em que o mercado nacional ainda não estava articulado.

Atualmente, os maiores e mais importantes centros urbanos do Nordeste localizam-se no litoral, destacando-se Salvador, Recife e Fortaleza, cujo contingente populacional corresponde a 13,1% da região, é o resultado natural da importância das exportações de determinados produtos primários (açúcar, algodão, fumo, dentre outros) e industrializados diretamente para o mercado externo.

A evolução dos principais centros dinâmicos da região Nordeste tem significado fundamental no entendimento desse processo de adensamento habitacional predominantemente no litoral do seu território, com o surgimento das mais importantes cidades da Região, revelador da concentração populacional e das atividades econômicas nordestinas.

Enquanto para Cano (1985), a imposição de um padrão de acumulação urbano-industrial liderado pelo Centro-Sul direciona esse novo pólo em processo de crescimento no sentido da integração na nova divisão interregional do trabalho, principalmente, como mercado consumidor de produtos manufaturados desse pólo hegemônico da economia brasileira.

Assim, Salvador, Recife e Fortaleza são as três regiões metropolitanas em que, de acordo com o IBGE (2008), concentram-se não só as principais atividades econômicas,

políticas, administrativas e culturais, dentre outras, bem como um grande contingente populacional de 10,4 milhões de habitantes, o equivalente a 19,6% da população nordestina.

Essas metrópoles experimentaram um processo de adensamento populacional caracterizado pela frágil organização, no que concerne a distribuição da população e de seus serviços, onde se concentra o maior número de famílias em situação de extrema pobreza.

A análise histórica permite que se observe a estrutura sobre a qual se assentou o sistema urbano nordestino a partir de meados do século XX, quando a população passa a se urbanizar a taxas expressivas, a partir do deslocamento dos quadros rurais para os centros urbanos, provocando um grande adensamento populacional e outros problemas econômicos e sociais, em decorrência da falta de recursos e de infraestrutura das cidades.

De acordo com a FJP (2009), já se observa em 2007, a existência no Nordeste de um déficit habitacional de 2,1 milhões de moradias, resultado de um processo de exclusão que por longo tempo vem atingindo essa região, a mais pobre do Brasil, que convive com problemas de toda a natureza, com mais gravidade em relação a aqueles que são defrontados pelas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, bem próximo daqueles inerentes à região Norte.

Todavia, devido ao crescimento econômico que vem ocorrendo nas duas últimas décadas, e com perspectiva de continuar evoluindo, provavelmente a região Nordeste superará a região Norte em 2050, contrariando as previsões da ONU (2005).

2.3.1.3 Região Norte

Conforme os dados censitários apresentados pelo IBGE (2008), a região Norte é a mais rica em recursos naturais do Brasil, contando com o menor número de municípios entre todas as regiões do país, uma área de 3,9 milhões de km², uma população de 15,1 milhões de habitantes e uma densidade de 3,8 hab/km² em 2008.

Encontra-se aí localizada a maior e mais importante bacia hidrográfica do país e uma das maiores do mundo, a maior floresta do planeta, com uma rica biodiversidade. Mesmo assim, é a segunda região mais pobre do Brasil, mantendo indicadores quase equivalentes aos verificados no Nordeste. Nela vem ocorrendo uma grande devastação da fauna e da flora.

De acordo com o IBGE (2008), composta por sete estados, destacam-se como centros urbanos mais importantes, Manaus e Belém áreas metropolitanas, cujo contingente populacional corresponde a 26,2% da região, apresentando um grau de urbanização de 69,9%, o segundo mais baixo do País. No entanto, de acordo com os censos do IBGE (1991, 2000), nesse período, o crescimento urbano foi de 28,5%, o mais elevado entre as regiões brasileiras.

Entre os séculos, XIX e XX, devido à exploração extrativa do látex e da mineração, ocorreu um fluxo migratório intensivo para esse espaço, promovendo assim um adensamento populacional das cidades localizadas próximo às fontes onde ocorria a exploração dessas atividades.

Atualmente, a economia local baseia-se nas atividades industriais de extrativismo vegetal e mineral, inclusive de petróleo e gás natural, e a agricultura, além do turismo intrarregional e internacional. Cabendo observar, que além de sua inserção tardia na dinâmica econômica nacional, essa região tem como peculiaridade geográfica a floresta Amazônica.

No período compreendido entre 1991 e 2000, a região Norte apresentou a maior taxa de crescimento de urbanização entre todas as regiões do país, passando de 57,8% para 69,7%, correspondendo a uma variação de 20,6%, bem superior a 15% verificada no Nordeste.

Uma das questões decorrentes da acelerada urbanização das principais cidades dessa região reflete no adensamento populacional e na falta de espaço para construção de moradias, devido à formação de estoques de terrenos em áreas habitáveis como reserva de valor, cujo monopólio de propriedade pertence a grupo de agentes imobiliários, que frente a grande demanda por áreas para a construção de moradias nesses centros urbanos, elevavam substancialmente os preços dos solos, tornando-se inacessível o seu acesso a maior parte da população migrante³².

Assim, conforme a FJP (2009), observa-se nessa região a existência em 2007, de um déficit habitacional correspondente a 652,7 mil moradias. Sendo, desse total, 487,4 mil na área urbana, fruto de uma situação de exclusão social que se estende ao longo do tempo, com as mesmas especificidades dos problemas defrontados pela população excluída de outras regiões do país, em maior intensidade do que a vizinha região Centro-Oeste.

2.3.1.4 Região Centro-Oeste

A região Centro-Oeste, com a extensão de 1,6 milhões de km², a segunda em área territorial do Brasil detém a menor população entre todas as regiões brasileiras. No entanto, conforme o IBGE (2008), essa região, que se compõe de três Estados e o Distrito Federal, apresenta a segunda maior taxa de urbanização do país, com uma população de 13,7 milhões de habitantes, dos quais 86,7% viviam em cidades em 2008.

³² Os dados estatísticos apresentados por nossas instituições de pesquisa indicam que essa situação ocorre em todas as regiões do País.

O processo de urbanização dessa região, entre todas, é o mais recente e foi impulsionado com a fundação de Brasília em 1960, e a construção de rodovias que fazem a interligação da capital Federal com as demais regiões brasileiras.

A segunda mais rica em biodiversidade e recursos naturais do país, com a expansão de sua fronteira agrícola, a região Centro-Oeste passa por um acelerado processo de devastação de sua fauna e flora, o que tem sido considerado um dos maiores desastres ecológicos da nossa história, significando a destruição de um dos mais ricos ecossistemas do Brasil e do mundo.

Com o desenvolvimento do agronegócio, essa região desponta atualmente como o maior celeiro de produção agrícola nacional. A migração de produtores rurais, em maioria do Sul, para desenvolver a exploração agrícola e agropecuária, proporcionou o deslocamento de um grande contingente de mão-de-obra para trabalhar nessas atividades que se encontravam em fase de expansão, impulsionou a urbanização acelerada da região, em cujos centros urbanos são desenvolvidas atividades econômicas essencialmente de caráter agroindustrial.

O adensamento populacional provocado pela migração acarretou, para esses centros, um déficit habitacional considerável, que segundo a FJP (2009) era em 2007, de 436,9 mil moradias, com 390,4 mil na área urbana, equivalendo a 89,4% do seu total. Demonstrando também que a exclusão social é um fator endêmico e se estende ao longo do tempo, atingindo todas as regiões do país, seu grau de intensidade não é uniforme e sofre variação de cidade para cidade e de região para região.

Em termos comparativos, a região Centro-Oeste apresenta referente a sua população, um déficit habitacional de 3,9%, concentrando em Brasília, Goiânia, Campo Grande e Cuiabá, superior aos das regiões Sudeste e Sul, que absorveram o maior número de migrantes no século XX.

2.3.1.5 Região Sul

A região Sul, com apenas três Estados, ocupando segundo o IBGE (2008), uma área territorial de 576,4 mil km², e uma densidade populacional de 47,7 hab/km², é a segunda maior entre as cinco regiões do país, abriga 27,5 milhões de habitantes, o terceiro maior contingente populacional brasileiro em 2008.

Mesmo contando com uma economia vigorosa de base agroexportadora, de acordo com a FJP (2009), essa região convive com um déficit habitacional em 2007, de 703,2 mil moradias, sendo 617,3 mil nos centros urbanos.

Ressalta-se que a agropecuária continua a desempenhar importante papel na economia da região. Todavia, a mecanização da agricultura e da agroindústria aliada à concentração fundiária favoreceram a expulsão de famílias do campo para a cidade, e a consequência desse fluxo migratório reflete na formação de bolsões de miséria nas principais cidades da região, com maior concentração em Curitiba, Porto Alegre, Londrina e Joinvile.

Entre os principais fatores que contribuíram para o êxodo rural na região Sul destacam-se: a) o aumento do desemprego no campo em decorrência da modernização das técnicas de produção; b) a utilização de um maior volume de insumos químicos; c) a substituição do homem pela máquina; d) a estrutura fundiária concentradora, resultando numa carência de terras para a maioria dos trabalhadores rurais, que sem alternativa de ocupação na área rural se deslocava para os centros urbanos em busca de alternativas de emprego e renda, na perspectiva de melhoria da qualidade de vida, provocando adensamento populacional nas principais cidades da região.

A consequência mais imediata desse problema se reflete na expansão das cidades em direção às periferias onde o menor valor do solo, bem como dos aluguéis, permite, em algumas situações, no caso daqueles que conseguiram um emprego ou outra fonte de renda, o acesso a moradia, ou quando a situação financeira não permite atender a essa situação, como única alternativa, passam a ocupar, geralmente de forma irregular, áreas públicas ou privadas quando desocupadas e à espera de uma valorização imobiliária, um processo corriqueiro, não apenas nos centros urbanos da região em foco.

CAPÍTULO III

3 O MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

As cidades, ao longo da história, vêm desempenhando funções importantes no processo de ocupação do território brasileiro e atualmente exercem um novo papel num mundo globalizado.

Para Rolnik (2004, p.13), a história das cidades “[...] é marcada por eventos especiais ou corriqueiros que agem sob a mesma inércia dos edifícios e das tradições”, que continuam se expandindo ao longo do tempo.

A partir do surgimento de pequenos povoados ao longo do litoral e, posteriormente, no interior do país, as cidades têm se transformado em centros de controle político e administrativo, tornando-se sedes de governo locais, nos quais se realizam todos os tipos de operações comerciais, industriais, agrícolas, financeiras e de prestação de serviços, dentre outras, *status* em que Feira de Santana (Figura 8) se coloca, como uma das mais importantes cidades do Norte e Nordeste brasileiro.



Figura 8. Tomada aérea de Feira de Santana - 2004.

Fonte: Arquivo UEFS, 2000.

Atualmente, Feira de Santana e a maioria das cidades de porte médio do Brasil estão interligadas, formando extensas redes urbanas com núcleos dinâmicos de conexão integrando os circuitos econômicos, financeiros e culturais entre todas as localidades do Mundo.

A essas funções, somam-se outras mais recentes, associadas à circulação de capital, informação e tecnologia, que promovem um aumento das inter-relações e interdependências econômicas e financeiras entre os conglomerados empresariais, cidades, estados e nações (SOUZA, 2008).

Sposito (2004, p. 32), afirma que “a cidade, como fenômeno complexo e em movimento, é território de constantes transformações, mesmo que essas não sejam visíveis na observação imediata”, considerando que nos países do capitalismo periférico, a situação é bem diversa.

Para Salgueiro (2005, p. 102), “as grandes transformações verificadas nas paisagens urbanas nos últimos anos trazem construtores e produtores para a dianteira dos atores econômicos dominantes na cidade, os quais contratualizam com a administração local e impõem regras”, que em algumas situações passam a ser tomadas como referência, tal o caso de Feira de Santana, cujo poder econômico e político sempre desenvolveu ações no sentido da concentração de riquezas em poder de um grupo dominante, que pouca ou nenhuma preocupação tem em melhorar as condições de vida de um grande extrato da população que convive com a pobreza, num grave processo de exclusão social.

Constata-se que na maioria das cidades, sobretudo naquelas de grande e médio porte, entre as quais Feira de Santana, a concentração da pobreza, da violência, da criminalidade, do tráfico de drogas e de outros problemas de ordem econômica e social vem crescendo de forma descontrolada, provocando um sem-número de disfunções, a ponto de começar a gerar a descrença em todos os segmentos da sociedade, com relação à incapacidade dos poderes públicos em criar alternativas capazes de solucioná-los.

3.1 A origem e a evolução do município de Feira de Santana

A origem do município de Feira de Santana está vinculada à sesmaria de Tocós, ao comércio de gado e à exploração da pecuária introduzida na Bahia, no século XVI, por Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil. A atividade pecuária expandiu-se pelo interior do Estado, seguindo o curso do vale do Rio São Francisco, direcionando-se para Sergipe,

Pernambuco, Piauí, Minas Gerais e Goiás, fazendo surgir fazendas e caminhos das boiadas, interligando o litoral ao sertão³³.

Matrizes historiográficas registram que, antes do surgimento dos primeiros núcleos de povoamento que deram origem ao município de Feira de Santana, quando as primeiras famílias de origem européia se fixaram nessa área, habitavam na região: índios das tribos Aimoré e Paiaia³⁴, bem antes da abertura da “Estrada Real” que interligava o baixo e o alto sertão à histórica cidade de Cachoeira que juntamente com Salvador eram os principais aglomerados urbanos da província da Bahia na época da colonização portuguesa que, se estendeu por um longo período.

No entanto, a visão mais disseminada por vários historiadores, considera que o município de Feira de Santana surgiu na fazenda pertencente ao casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão³⁵, localizada a três léguas de São José das Itaporocas, após ser erguida uma capela em louvor a São Domingos e Santana, que era frequentada pela população local, por vaqueiros, tropeiros e viajantes, dentre outros, em pouso ou passagem com destino à vila de Cachoeira e à capital da Província.

Segundo Galvão (1982, p. 27), “razões sentimentais reclamam e conservam o culto à memória daquele casal que teve marcante contribuição para a vida religiosa e social da cidade. Todavia não foram eles os povoadores e muito menos os pioneiros”, responsáveis pelo surgimento do município de Feira de Santana que, devido a sua localização numa zona intermediária entre o litoral úmido e o semi-árido na região Nordeste brasileira que, sedia a mais importante cidade do interior do estado da Bahia.

Existem diferentes vertentes que buscam compreender a origem do povoamento e do surgimento do núcleo de colonização que precedeu a cidade de Feira de Santana, destacando-se: Alencar (1965, 1968); Amaral (1957); Boaventura (1955, 1989, 2006); Folly (1959); Galvão (1982); Gama (2002, 2009); Godofredo Filho (2004); Guimarães (s.d); Lopes (1963, 1970); Machado (1966, 1973); Moreira (1992, 1996, 1997); Pinto (1971); Poppino (1968); Sampaio (1977), dentre outros, além de várias pesquisas acadêmicas, compreendendo

³³ Para Tavares (2001), o termo sertão na Bahia refere-se à vasta área pastoril localizada no Polígono das Secas, que abrange a maior parte do interior do Estado, onde se observa baixa densidade demográfica. Genericamente, o sertão inclui quase que todo o Estado, com exceção da capital – Salvador e áreas circunvizinhas, tradicionalmente denominadas de Recôncavo.

³⁴ Artigo intitulado “Vida Feirense” – Folha do Norte. Feira de Santana, 3 de março de 1951.

³⁵ Essa fazenda, segundo Aldo Silva, foi uma das resultantes do desmembramento da sesmaria de Tocós, pertencente a Antônio Guedes de Brito no século XVIII.

Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado e Artigos em jornais e revistas especializados³⁶.

As primeiras notícias sobre o desbravamento da área que viria a se tornar o município de Feira de Santana datam de 1609, a partir da doação da sesmaria de Tocós³⁷ ao lusitano Antônio Guedes de Brito, um dos mais importantes criadores de gado da província da Bahia, que ao se estabelecer no local, deu início à exploração da pecuária e da agricultura de subsistência, principais atividades econômicas naquele período, possibilitou que famílias portuguesas se instalassem na região, começando assim o povoamento do morgado de São José das Itapororocas³⁸.

Outros registros remontam a 1558 e 1615. O primeiro refere-se a um arraial à distância de vinte e cinco léguas da capital da Colônia, e o segundo, prende-se à concessão pelo governo-geral, de quatro léguas quadradas de terra, na serra das Itapororocas³⁹, a Miguel Ferreira Feio, entre os Rios Pojuca, Jacuípe e Subaé, área que foi anexada em 1616, ao morgado de São José das Itapororocas, atual distrito de Maria Quitéria, pertencente nesse período a Cachoeira (GALVÃO, 1982; GUIMARÃES, s.d).

³⁶ ANDRADE, C. M. P. de. *Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990. CRUZ, R. C. da. *A inserção de Feira de Santana (Ba.) nos processos de integração produtiva e de desconcentração nacional*. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. FREITAS, N. B. *Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970-1976*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998. LIMA, Z. J. de. *Lucas Evangelista: o Lucas de Feira, estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996. MEDEIROS, S. S. *A água em Feira de Santana – uma análise do bairro da rocinha*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995. MORAIS, A. A. V. de. *Santana dos Olhos D'Água – resgate da memória cultural e literária de Feira de Santana (1980-1930)*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998. OLIVEIRA, A. M. C. dos S. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008. OLIVEIRA, E. E. *O desigual combinado: habitação social e processo de periferização urbana em Feira de Santana*. Dissertação (Mestrado em Análise Regional). Universidade Salvador. Salvador, 2004. OLIVEIRA, M. L. S. *Múltiplos olhares sobre intervenções públicas em assentamentos subnormais no município de Feira de Santana*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Salvador. Salvador, 2005. PORTO, C. de M. *Uma política de memosyne: Feira de Santana – 1940-1945*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

³⁷ Com relação ao processo de doação, consultar Centro de Estudos Feirenses da Universidade Estadual de Feira de Santana e Arquivo Público do Estado da Bahia (Arqueb):

a) Registro de Carta de Sesmaria de João Peixoto Viegas. Livro de Provisões Reais n° 257, 1654 – 1664 – Códice 257;

b) Registro de Carta de Sesmaria de João Peixoto Viegas das terras de Itapororocas, Jacuípe e Água Fria. Livro de Provisões Reais n° 257, 1654 – 1657 – Códice 257.

³⁸ GALVÃO, R. de A.. Os povoadores da região de Feira de Santana. In: *Sitientibus*: revista da Universidade Estadual de Feira de Santana. Ano I, n. 1, jul./dez. 1982, p. 27, aponta que o registro do morgado pode ser acompanhado através de escrituras, registros paroquiais e notícias.

³⁹ Segundo SAMPAIO, T. *O Tupi na geografia Nacional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1987. A palavra Itapororocas significa “pedras que caem fazendo barulho”. Para Oliveira (2008, p. 38), o povoado de São José das Itapororocas situava-se em meio à estrada para o alto sertão e era pouso obrigatório do caminho para o São Francisco ou para as minas de ouro de Jacobina

No entanto, para Galvão (1982, p. 27), profundo estudioso da historiografia de Feira de Santana, “teria havido outras concessões, em 1619, a João Peixoto Viegas⁴⁰ [...] e os seus descendentes dominariam com latifúndios encravados nas terras da Casa da Ponte com a instalação de currais em seu morgado da casa de São José das Itaporocas”, que posteriormente viria a se transformar no distrito de Maria Quitéria.

Na citada propriedade, os Viegas passaram a explorar a atividade pecuária, construíram currais para o abrigo temporário do gado e outras instalações que se faziam necessárias para mantê-la. Posteriormente, essa área foi expandida, com a aquisição a João Lobo de Mesquita de outras glebas que compreendiam as terras de Jacuípe e Água Fria, ocorrendo assim, a ampliação da área do município de Feira de Santana.

A exploração pecuária foi incentivada por Tomé de Souza que, ao trazer bovinos oriundos das ilhas de Cabo Verde, logo após a sua chegada à Bahia, reservou uma extensa área de terras, doando-a a Francisco Dias D’Ávila, que veio a se tornar um dos maiores criadores de gado da capitania da Bahia.

Segundo Tavares, (2001, p. 107-108),

data de 1551 a notícia mais antiga da importação de gado para a Bahia, vacas e novilhos vindos da ilha de Cabo Verde e distribuídos a Garcia D’Ávila (duas vacas), Diogo Moniz Barreto (um novilho), Antônio de Freitas (uma vaca) em pagamento por trabalhos realizados na construção da cidade. Garcia D’Ávila levou o seu gado para Itapagipe, transferindo em data desconhecida para a sesmaria que o governador lhe concedeu após a que fora doada ao conde de castanheira. Conhecida como do Rio Vermelho. Essa sesmaria foi o começo da grande propriedade da Casa da Torre, que o próprio Garcia D’Ávila fundou. Os seus currais de Tatuapara já teriam duzentas cabeças de gado nos finais dos anos de 1550.

Com a expansão do plantio da cana-de-açúcar e a proibição da exploração da pecuária na região do Recôncavo pelo governo-geral, a alternativa viável para dar continuidade a essa atividade, que na época não dependia de grande volume de recursos para o seu desenvolvimento e utilizava pouca mão-de-obra, seria utilizar terras apropriadas para pastagens, próximas à fontes d’água no interior da província da Bahia.

Os criadores de gado encontraram no interior da província, em direção ao norte, às margens do Rio São Francisco, terras em abundância próximas a esse grande manancial d’água, e formaram grandes pastagens. À medida que aumentavam as suas manadas, impulsionavam cada vez mais a exploração da atividade pecuária no interior do estado da Bahia.

⁴⁰ Português de origem que chegou a Bahia por volta de 1540.

A exploração da pecuária no interior do sertão baiano requeria dos proprietários das fazendas um forte espírito aventureiro para combater os ataques dos gentios⁴¹, além de outras graves dificuldades defrontadas no pastoreio dos animais na fase de engorda, e posteriormente na condução das boiadas, com destino a Feira de Santo Antônio do Capuame⁴², a primeira feira e o primeiro mercado pecuário da Bahia, mais conhecida por “Feira de Capuame”.

A “Feira de Capuame”, criada por iniciativa de Francisco Dias D’Ávila, um dos ocupantes do Castelo da Torre (situado em um dos distritos de Mata de São João), estava localizada numa região com vasta área de pastagem, a uma longa distância das propriedades em que ocorria a exploração da atividade pecuária no interior do estado da Bahia, com a Lei 2150 de 26 de abril de 1928, veio a se transformar no atual município de Dias D’Ávila, que faz parte da Região Metropolitana de Salvador (CALMON, 1927).

O vaqueiro, com traje encourado e montado em vistoso cavalo⁴³ (Figura 9), defrontava-se com vários problemas durante a condução das boiadas que era tocada a pé, até o local de destino, numa longa e cansativa jornada, sujeita a todos os tipos de intempéries, ficavam condicionadas a constantes paradas em locais seguros com boas pastagens, fontes de água para nutrir e saciar a sede dos animais, bem como daqueles que formavam a comitiva (MOREIRA, 1992).

⁴¹ Os fazendeiros na busca desenfreada por terras férteis para a exploração da pecuária na região de Feira de Santana e no interior do sertão baiano, grande parte da população indígena foi dizimada.

⁴² A “Feira de Capuame” de acordo com ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª edição. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982. foi a primeira feira de gado da Capitania, fundada por Francisco Dias D’Ávila, em 1614. Localizava-se na Paróquia de Santo Amaro de Pitanga, próximo ao atual município de Camaçari. Durante o século XVII e grande parte do século XVIII, foi a feira mais importante na comercialização de gado, perdendo essa primazia para as feiras de Nazaré das Farinhas e de Conceição da Feira, que, posteriormente, no início do século XX, foram suplantadas pela feira de gado de Feira de Santana (ANDRADE, 1990).

⁴³ Os vaqueiros exerceram um papel de fundamental relevância no desenvolvimento da exploração da atividade pecuária em Feira de Santana e em outras localidades no interior do sertão baiano e nordestino.



Figura 9. Vaqueiro com traje encourado em sua montaria.

Fonte. Arquivo UEFS, 2000.

A região em que se realizava a “Feira de Capuame” apresentava as condições propícias para a exploração da cana-de-açúcar, a principal fonte de renda da Colônia na época.

Dessa forma, segundo Oliveira (2008), com a expansão da cultura da cana-de-açúcar nas terras férteis de Capuame, no final do século XVIII, a feira de gado dessa localidade perdeu importância e foi redirecionada para outros locais, entre eles, Conceição da Feira, Nazaré das Farinhas e Feira de Santana, que veio a se tornar, no século XIX (1828), a mais importante feira de gado do estado da Bahia e uma das mais importantes do País. Tal condição, segundo Poppino (1968, p. 56) é resultante de três variáveis:

primeiro, porque estava situada no caminho mais direto entre o Recôncavo e as imensas pastagens do Mundo Novo, Jacobina e do médio São Francisco. Em segundo lugar, porque o povoado estava rodeado de excelentes pastagens naturais. A terceira razão de vital importância para uma zona sujeita a secas periódicas, é que a região era atravessada por dois rios e por numerosos riachos. Salvo nos períodos de seca prolongada, o suprimento de água dessa área bastava para milhares de cabeças de gado.

As instalações construídas pela família Viegas, principalmente os currais de gado, devido à localização privilegiada das propriedades junto a aguadas e pastos em abundância, se transformaram em parada obrigatória para pouso das boiadas, ou ponto de apoio para os transeuntes, vaqueiros, tropeiros e viajantes oriundos de outras regiões com destino à capital

do Estado, tendo por passagem o porto da cidade de Cachoeira, à margem do Rio Paraguaçu, um grande entreposto comercial.

Os estudiosos sobre a historiografia de Feira de Santana registram que o pouso dos tropeiros e dos vaqueiros com suas boiadas, bem como de outros viajantes oriundos do Norte do sertão com destino ao porto de Cachoeira, gerava ingresso de recursos e contribuía para o aumento do patrimônio familiar do casal João Peixoto Viegas e Joana de Sá Peixoto, o qual foi distribuído ainda em vida, vindo a ser dilapidado por seus descendentes que hipotecaram léguas de terras às Irmandades de Salvador, à Santa Casa de Misericórdia da Bahia e ao Convento Santa Clara do Desterro.

Naquele local, existiam vários estabelecimentos de propriedade de comerciantes portugueses que negociavam com diversos tipos de mercadorias e que mantinham um intensivo fluxo de negócios, atendendo a demanda de todo o mercado do Recôncavo baiano.

Com base nas informações dispostas por Galvão (1982, p. 26), tem-se conhecimento de que o morgado de São José das Itapororocas possuía dimensões grandiosas conforme consta, “em escritura de doação e outorga, a viúva João Peixoto Viegas (1659) declarava que, em vida, o casal fizera partilha de bens e ainda restaram muitas terras. Transferia ao filho, padre José Peixoto Viegas, a fazenda Santa Luzia, com seiscentas braças, à margem do Jacuípe, e mil de fundos”. Ou que,

uma verdadeira dinastia se instala com os Peixoto Viegas, com vínculo oficial do Morgado da casa de São José das Itapororocas. Instituindo nos últimos anos do século XVII, pode ser acompanhado através de escrituras, registros paroquiais e outras notícias, com revelações de prestígio e decadência, na contingência humana de avós potentes e netos esbanjadores, hipotecando léguas de terras à Santa Casa de Misericórdia da Bahia, ao Covento da Santa Clara do Desterro e a irmandade de Salvador. Foram, portanto, os desbravadores e povoadores das bacias do Jacuípe e do Pojuca.

De 1619 a 1795, desde os irmãos João Peixoto Viegas e Felipe Peixoto, durante cento e cinquenta longos anos, a região de Feira de Santana foi povoada, colonizada, partilhada de currais ou de engenhos de açúcar, sobretudo com a cultura e a exportação do fumo, pelos Viegas, que ocuparam sempre as melhores terras, mantiveram a hegemonia sobre a terra e o meio em regime quase feudal (GALVÃO, 1982, p. 26-28).

Ainda sobre os Peixoto Viegas, Galvão (1982, p. 28), afirma que:

Joana de Sá Peixoto, viúva de Peixoto Viegas, por escritura pública de 02 de janeiro de 1702 [...], confirma a venda das terras da Lagoa do Capim, Pindoba (Instituto do Fumo e Universidade), Canavieiras (Pampalona) e Mangabeira (Cidade Nova) a Manoel Ribeiro Ribas, morador no Iguape [...]. Ainda em 1777, sua filha, Maria Madalena de Sá e Melo, era chamada em juízo a prestar contas dos bens do Morgado. Restavam os seguintes bens: “Sítio de Canavieira” (parte), o terreno da povoação de São José, onde se

encontra a capela que serve de freguesia, em uma casa de sobrado construída sobre esteios, onde ela residia, [...], os sítios das fazendas “Formiga, Supipira, Oiteiro do ‘Bordom’, Saco das Pedras e Gravatá.

Devido à população residente no morgado de São José das Itapororocas professar o catolicismo, a família Viegas contando com o integral apoio e incentivo da Igreja Católica, construiu uma capela⁴⁴ (Figura 10) para a oração da família e dos demais moradores da localidade. Para Poppino (1968), após a instalação da paróquia, a capela foi elevada à dignidade de igreja paroquial.



Figura 10. Capela de São José das Itapororocas - atual Distrito de Maria Quitéria.

Fonte: Arquivo Hugo Navarro da Silva – Memória Fotográfica de Feira de Santana, 1994.

De acordo com Poppino (1968, p. 19), “[...] a nova paróquia que se estendia por mais de vinte léguas ao norte e ao oeste do Rio Jacuípe chamou-se de S. José das Itapororocas”, cuja população já era significativa para a época. Foi elevada a essa condição em 1696, pelo arcebispo do Brasil, dom João Franco de Oliveira.

Ao longo do tempo, com a chegada de novas famílias a São José das Itapororocas, verificou-se o aumento da população do morgado, que se localizava à margem da estrada por onde transitavam as boiadas oriundas do sertão baiano, do Piauí, Goiás, Minas Gerais e

⁴⁴ Conforme Galvão (1982, p. 26) “a Paróquia de São José das Itapororocas constava do Relatório de 1694, enviado ao Vaticano pelo Arcebispo Dom João Franco de Oliveira, depois da visita pastoral ao São Francisco”.

regiões circunvizinhas, com destino a Salvador e outras localidades, passando pela vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, que posteriormente veio a receber a denominação de Cachoeira, a cidade mais importante do Recôncavo baiano da época.

Para Poppino (1968, p. 19), “[...] a área agora ocupada pelo município de Feira de Santana, achava-se sob a supervisão das autoridades temporais e espirituais da cidade de Salvador, capital da Província, desde os fins do século dezessete” e que viria a se tornar o segundo mais importante centro urbano do estado da Bahia.

Assim, com o crescente afluxo de pessoas, caravanas de tropeiros, “vaqueiros encourado” e aumento do prestígio político bem como religioso de São José das Itapororocas, instalaram-se pequenas feiras livres e de gado nas cercanias de quatro fazendas, uma delas, a fazenda Santana dos Olhos d’Água, situada no eixo onde atualmente localiza-se a cidade de Feira de Santana.

O morgado de São José das Itapororocas⁴⁵ encontrava-se localizado numa área de terra cuja propriedade pertencia a Antônio Guedes de Brito, que a transferiu para João Peixoto da Veiga. Segundo Galvão (1982) e Guimarães (s.d), com o falecimento de João Peixoto da Veiga, após várias operações de compra e doações, uma vasta extensão de terras da sesmaria foi revertida à Coroa portuguesa, que a redistribuiu entre fazendeiros da região.

Dentre as propriedades vendidas ou doadas, encontrava-se a fazenda do casal Brandão, com dimensão de uma légua de comprimento por meio de largura, contando com várias nascentes d’ água.

Na propriedade que passou a ser denominada Fazenda Santana dos Olhos d’Água, em cuja sede foi construída a residência da família Brandão (Figura 11), situava-se a principal via comercial de gado, onde vaqueiros, tropeiros e viajantes faziam pouso, por onde passava uma das estradas de boiada, que iniciava em Cachoeira e se bifurcava em Jacobina com destino aos estados do Piauí, Minas Gerais e Goiás.

⁴⁵ Para MOREIRA, V. D. Caminhos históricos da Feira de Santana: origens e secularidades. In: *Sitientibus*: revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, n.10, p. 185-198, jul./dez. 1992, São José das Itapororocas contava com terras reconhecidamente férteis para o cultivo do fumo e, por isso mesmo, privilegiadas por Ordem Régia para o exercício legal dessa cultura.



Figura 11. Núcleo original da fazenda Santana dos Olhos d'Água - século XVIII.
Fonte: Arquivo Foto A. F. Magalhães, s.d.

No limiar do século XVIII, na área dos Olhos d'Água⁴⁶ foi erguida uma capela na propriedade do casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão, mais precisamente no sítio Alto da Boa Vista, às margens da antiga “Estrada Real”, que fazia a ligação entre Cachoeira e Feira de Santana e o interior do Sertão baiano.

No entorno da capela, ergueram-se casebres de rendeiros e senzalas de escravos, verificando-se um aumento da população. Nesse local, teve início uma feira de gado⁴⁷ que dinamizou as relações econômicas da área, favorecendo o povoamento da região e o surgimento de uma feira livre⁴⁸, que posteriormente seriam as duas mais importantes da Bahia, do Nordeste e Norte do país.

Historiadores afirmam que, devido às estradas principais (caminhos das boiadas) passarem pela localidade, nessa época já ocorria um intenso movimento de tropeiros oriundos de regiões vizinhas do alto sertão da Bahia e de outros estados para comercializar seus

⁴⁶ Essa região não corresponde somente à área da cidade assim denominada atualmente. Feira de Santana, naquele momento histórico, possuía inúmeros mananciais que abasteciam a cidade e os viajantes.

⁴⁷ A feira de gado de Feira de Santana surge depois que a área da “Feira de Capuame”, no norte do Recôncavo, onde se realizava a comercialização do gado proveniente do interior, foi incorporada à atividade canavieira.

⁴⁸ Nessa feira, que se tornou muito famosa com o tempo, era negociada toda sorte de produtos; de culturas da região – farinha, milho, feijão, amendoim, abóbora... – e caças em geral, a produtos de outras províncias e até mesmo do exterior.

produtos que eram transportados em lombo de animais. Assim como, boiadeiros conduzindo boiadas com destino ao Porto de Cachoeira e à capital da Província costumavam parar para descansar ou pernoitar, nas proximidades da nova capela.

Em 1819, a localidade já tinha sido elevada à condição de povoado com a denominação de Santana dos Olhos d'Água. O seu surgimento está relacionado diretamente com o comércio de gado, bem como a sua localização privilegiada entre o limiar do litoral e do tabuleiro sertanejo com vasta pastagem recortada pelos rios Jacuípe, Pojuca e Subaé, que em decorrência da excelência do seu clima, oferecia as condições apropriadas para a exploração da agricultura e da pecuária.

Para Godofredo Filho (2004, p. 11),

a salubridade do clima foi outro dos principais fatores de fixação do homem, fazendo que, no século XIX, este pedaço de sertão viesse a ser uma espécie de sanatório para anêmicos e doentes do peito: igualmente, a posição do lugarejo, permitindo-lhe tornar-se ponto ideal de interseção de grandes estradas, erigiu-se em razão de seu progresso constante, de sua fama, de sua riqueza. E favoreceu-lhe a preponderância nos negócios de gado em pé, pois a feira de Feira, por longas décadas, acorriam para ser vendidas boiadas de várias regiões do Estado, e também do Piauí, de Minas e de Goiás [...].

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI, 1968, p. 98), as pastagens férteis, com aguadas disponíveis e uma posição geográfica estratégica “exerceram uma grande atração, passando o povoado a constituir o ponto de pouso dos tropeiros, dos viajantes e das boiadas procedentes do sertão baiano [...]”, com destino aos principais mercados consumidores do Recôncavo baiano e da capital da Província.

Segundo os historiadores, naquele período, duas estradas economicamente importantes convergiam para o município: a Real, que ligava o Porto de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira a Feira de Santana, Riachão do Jacuípe, Jacobina e Juazeiro; e a Estrada das Boiadas, que ligava Feira de Santana a Salvador, tornando-se, após vários anos, uma rodovia federal que se passou a denominar BR-324, uma das mais importantes do país.

A criação e o comércio de gado contribuíram significativamente para o desenvolvimento do município de Feira de Santana no início do seu povoamento, cujas atividades relacionam-se diretamente à configuração geográfica da região, pois, devido à abundância de água e de vastas pastagens, muitos boiadeiros transitavam pela área a fim de abastecerem suas tropas.

A conquista do sertão nordestino, área na qual se insere o município de Feira de Santana, foi em grande parte, uma obra da pecuária que, por ser uma atividade

economicamente viável e proibida a sua exploração no Recôncavo, foi se deslocando para o interior da Bahia, seguindo o curso do Rio São Francisco.

No período colonial, as tropas tangendo gado foram abrindo trilhas e semeando currais, pousadas, feiras e povoados promovendo a interiorização por várias regiões brasileiras, inclusive no sertão nordestino, onde ocorreram as primeiras doações de sesmarias para a exploração da pecuária.

Nessas circunstâncias, o gado logo se transformou no principal meio de transporte de pessoas, de carga nos engenhos canavieiros e nas minas, além de se constituir numa importante fonte de suprimento alimentar da população da província.

Fontes historiográficas registram que, naquele período, o consumo da carne bovina alterou os hábitos alimentares e enriqueceu a dieta baseada na mandioca da população do município de Feira de Santana e de outras regiões do Nordeste.

A criação de gado gerava para os fazendeiros de Feira de Santana duas fontes de renda: a primeira com a comercialização de carne e seus derivados, e a segunda, com relação ao couro, como produto de exportação.

Além de fonte de renda, segundo Pinto (1971) e Sampaio (1977), o aproveitamento do couro, como matéria-prima na fabricação de utensílios domésticos, também contribuiu para propagar e caracterizar o modo de vida do sertanejo, promovendo o folclore nordestino que incorporou cantigas como o aboiado, o bumba-meu-boi além de narrativas em verso sobre proezas e domas de bois bravos e vaqueiros valentes.

Assim, recuperar as marcas da convivência entre os pioneiros e seus rebanhos em um tempo em que o Sertão e o longínquo Pampa no Sul do Brasil eram dois lados da mesma vastidão vai ajudar a apontar as razões para a permanência da criação animal, como importante atividade econômica e elemento colonizador, ainda no final de século XIX.

De acordo com Tavares (2001, p. 156), “as missões religiosas foram outro fator auxiliar para a ocupação do Nordeste baiano. [...] Nas distâncias e solidões do sertão baiano surgiram fazendas e povoados que evoluíram sob condições diversas dos engenhos de lavouras do recôncavo”. Devendo também ser considerado, que o descobrimento do ouro em Jacobina, com extensão para a Chapada da Diamantina, representou novo estímulo para o povoamento dessa região.

Com o passar do tempo e devido ao crescimento do comércio local, as pessoas começaram a construir casas, surgindo novas ruas e mais vias de circulação possibilitando que, em 13 de novembro 1832, o governo imperial decretasse a emancipação política do

Arraial de Santana dos Olhos d'Água que até então pertencia à Paróquia de São José das Itapororocas, ratificando uma vocação e notoriedade político-econômica em ascensão.

Apesar de ter sido elevado à condição de Freguesia em 1696, para Poppino (1968, p. 98), “por ser sede da paróquia e da matriz, o povoado de São José das Itapororocas gozava de grande prestígio, mesmo depois que Feira de Santana o alcançasse em população e em importância econômica”. A população da Paróquia em 1935 era de 14.836 habitantes e ocupava 2.651 residências distribuídas em sete capelas⁴⁹ (Tabela 6).

Tabela 6. População da Paróquia de São José das Itapororocas - 1835.

Capela	Habitantes	%	Residências	%
Santana da Feira	2.872	19,4	634	23,9
Santa Bárbara	2.856	19,2	490	18,5
São José das Itapororocas	2.682	18,1	433	16,3
Bom Despacho	1.927	12,9	328	12,4
São Simão	1.601	10,8	236	8,9
Limoeiro	1.492	10,1	223	8,4
Bonfim de Feira	1.406	9,5	307	11,6
Total	14.836	100,0	2.651	100,0

Fonte: Poppino (1968, p. 96). Adaptado pelo autor.

Para Spinola e Spinola (1998, p. 90) “inicialmente, o território de Feira de Santana era formado pelas freguesias de São José dos Campos das Itapororocas (hoje Maria Quitéria), Santana do Camisão e Santíssimo Coração de Jesus do Perdão. Esta última passou a fazer parte do município de Purificação dos Campos (atual Irará)”, cuja área territorial era bastante superior à atual.

O município foi se estendendo, em pouco tempo, surgiram novos povoados, além de uma pequena Capela na Fazenda Muchila, onde hoje é a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora de Santana (Figura 12).

⁴⁹ Segundo MATTOSO, K. M. de Q. *Bahia século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p.137, “a capela [...] era uma instituição de caráter religioso, feita para expressar a piedade de seus fundadores, que destinavam as rendas de certa área territorial para a construção e conservação de um templo”.



Figura 12. Igreja de Nossa Senhora de Santana - século XIX.

Fonte: Arquivo Hugo Navarro da Silva – Memória fotográfica de Feira de Santana, 2004.

Poppino (1968, p. 106-107) registra que:

no período que decorreu entre 1833 e 1860, a vila continuou a se expandir como um centro comercial do sertão baiano, mas, exceto em relação ao seu tamanho, diferia pouco dos arraiais espalhados pelo interior da Província. Casas de adobe de um andar, rodeadas por casebres, espalhavam-se ao acaso, junto à capela do século dezoito de Santana dos Olhos d'água. Poucas ruas, tortas e sem pavimento e algumas praças estendiam-se entre edifícios. A rua principal não passava de um trecho da estrada-mestra que unia Juazeiro à Cidade do Salvador. Em 1860 viam-se aqui e ali sobrados de dois andares e outras estruturas mais progressistas no distrito comercial, ao norte da matriz; duas das artérias principais haviam sido parcialmente pavimentadas e os responsáveis pelo progresso do lugar começaram a dirigir a sua atenção para as necessidades mais prementes da vila. Muitos anos se passariam ainda antes que a vila se tornasse conhecida pelas ruas largas e retas, pelas casas bem pintadas e pelas altas árvores, que dão sombra.

Com base em levantamentos cadastrais do território do município, ficou constatado que diversos bairros existentes na cidade de Feira de Santana se encontram localizados em áreas de terra que pertenceram à família Viegas.

Para os historiadores, os litígios políticos constantes, coordenados por grupos políticos locais formados em sua maioria por fazendeiros e religiosos, contra o poder constituído e controlador da vizinha Cachoeira, finalmente conseguiram sensibilizar o governo imperial no

Rio de Janeiro e, em 16 de Junho 1873, fundou-se a Cidade Comercial de Feira de Santana. Santana porque era, e é, a padroeira da cidade, avó materna de Jesus, e Feira, devido à característica marcante do comércio semanalmente realizado nos logradouros e vias públicas.

Embora seja voz corrente, o município de Feira de Santana não surgiu na fazenda do casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão que, em 1732, fez uma doação de 200 braças de terras, no Alto da Boa Vista, para construção da Capela de Sant'Ana e São Domingos, 113 anos após João Peixoto Viegas ter implantado o povoado de São José das Itapororocas.

A Capela construída no Alto da Boa Vista era circundada por mananciais com a denominação de olhos d'água, daí o nome: Capela Santana dos Olhos d'Água. Na verdade, a povoação que se formou no Alto da Boa Vista, denominada de "Povoação de Sant'Anna dos Olhos d'Água", cresceu mais que as outras já existentes ou, até mesmo, que a primeira, São José das Itapororocas.

Segundo Galvão (1982) e Moreira (1992), Antonio Guedes de Brito, Miguel Ferreira Feio e João Peixoto Viegas foram os pioneiros como proprietários de terras, adquiridas ou doadas pelo governo-geral. Assim, coube à família Viegas o mérito pela fundação do primeiro povoado, o arruado de São José de Itapororocas. Enquanto Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão foram os precursores da cidade de Feira de Santana que, antigamente, chamava-se "povoado de Sant'Anna dos Olhos d'Água".

Gradativamente, o povoado de Sant'Ana da Feira passou a assumir a condição de importante núcleo comercial, vindo a se tornar o "Empório do Sertão Baiano". Destacando-se na primeira metade do século XIX em razão da grande feira de gado realizada nas terças-feiras de cada semana a que compareciam em torno de três a quatro mil frequentadores e que, em 1828, já se firmava como a mais importante da Província.

O crescimento do município não ocorreu de forma acelerada, sofreu limitações, em virtude das deficiências nas ligações viárias entre Feira de Santana e a capital da Província, Cachoeira, Santo Amaro da Purificação, São Félix, Nazaré das Farinhas e Muritiba, por ordem, as principais cidades da época.

A inexistência de estradas (mesmo que não-pavimentadas) e de ferrovias tornava bastante elevado o custo com transporte de pessoas, animais e mercadorias, com reflexos diretos no fluxo comercial entre Feira de Santana e esses municípios.

Consequentemente, a economia do município passou por um longo período de estagnação. Sua expansão tem início com a implantação de um tronco ferroviário em 1876, com uma extensão de 48 quilômetros, ligando Feira de Santana a Cachoeira, (Figura 13).

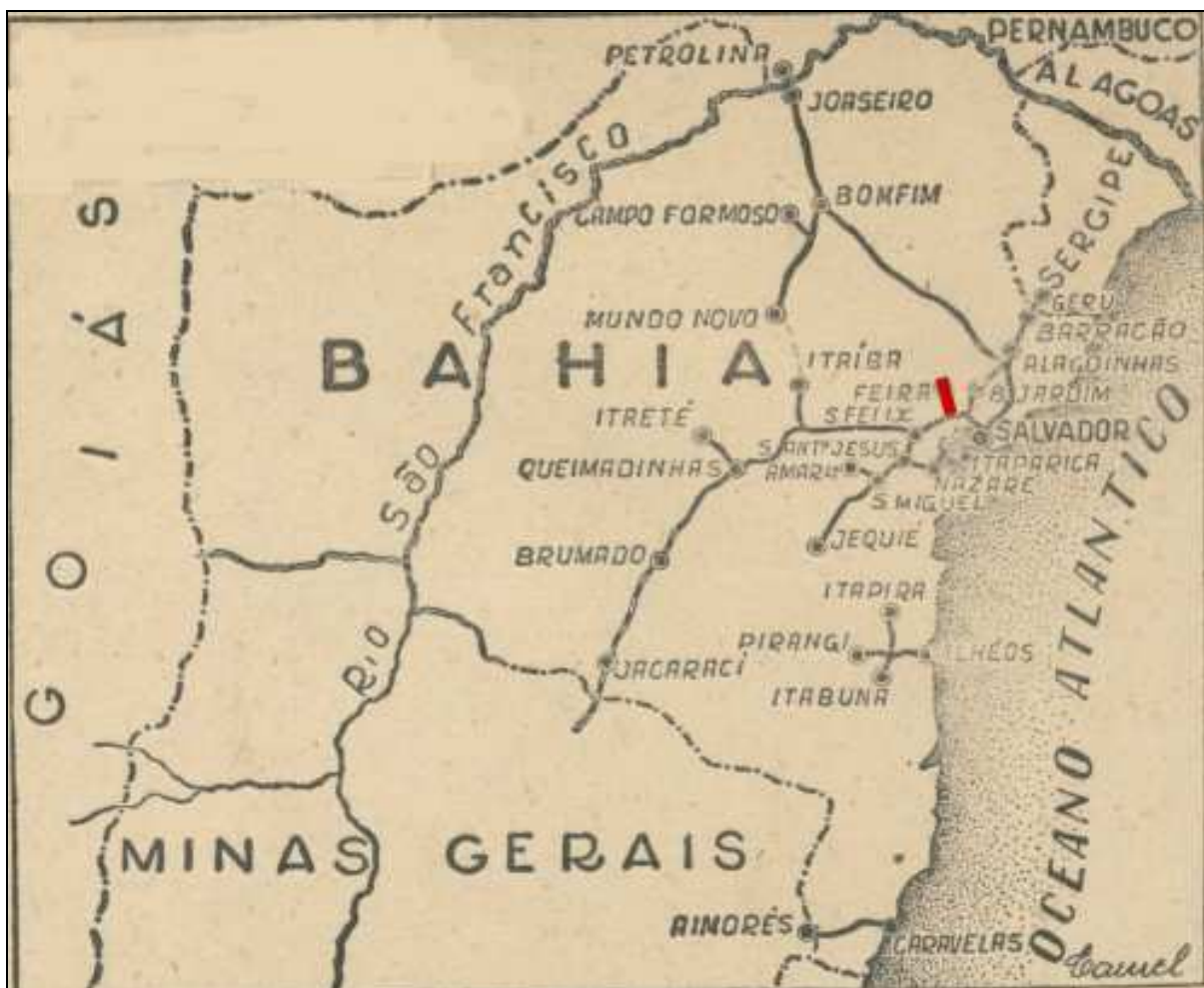


Figura 13. Tronco da estrada de ferro ligando Feira de Santana a Cachoeira - 1940.

Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 1950.

A instalação desse tronco ferroviário contribuiu para a expansão da cidade no sentido norte - sul, ao mesmo tempo em que promoveu o crescimento do fluxo comercial e de pessoas entre Feira de Santana, Cachoeira, São Félix e a capital da Província, devido ao barateamento do custo com transporte e a diminuição do tempo com o deslocamento entre essas cidades.

Os custos com transporte na época eram elevados. Isso sem levar em consideração o risco incorrido pelos tropeiros conduzindo as tropas e vaqueiros tocando as boiadas. O trecho de Antonil (1982, p. 202), bem ilustra a situação:

quem quer que entrega a sua boiada ao passador, para que a leve das Jacobinas, [...] até a Capuame, que é jornada de quinze ou dezesseis até dezessete dias, lhe dá por paga do seu trabalho um cruzado por cada cabeça da dita boiada; e este corre com os gastos dos tangedores e guias; e tira da mesma boiada a matalotagem da jornada. De sorte que, se a boiada constar de duzentas cabeças de gado, dão-se-lhe outros tantos cruzados, se com todas chegar ao seu destino. Porém, se no caminho algumas fugirem, tantos cruzados se diminuem quantas são as reses que faltam. Aos índios que das Jacobinas vêm para Capuame se dão quatro até cinco mil reis, e ao homem que com o seu cavalo guia a boiada, oito mil reis. Sendo as distâncias

maiores, cresce proporcionalmente a paga a todos. E, por isso, do rio de São Francisco acima, vindo para Capuame, alguns dos que tomam a sua conta trazer boiadas alheias querem seis ou sete tostões por cada cabeça, e mais, se for maior a distância.

As denominadas estradas: Real e das Boiadas (cujos percursos já foram citados) não passavam de meros caminhos que apenas permitiam o tráfego de pessoas a pé ou em lombos de animais, a passagem de boiadas e de carros-de-boi, utilizados principalmente no transporte de cargas, que perdurou até 1917 (Figura 14).



Figura 14. Trecho antigo da estrada de rodagem ligando Feira de Santana a capital da Província – trafegado por boiadas e tropas.

Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal de Feira de Santana, s.d.

Em 1859, teve início a construção da primeira estrada carroçável entre Feira de Santana e Santo Amaro no Recôncavo baiano, cuja obra foi concluída durante a seca de 1859 - 1861 (POPPINO, 1968).

Segundo Poppino (1968, p. 205), “de 1917 a 1938, verificou-se a construção pelo Estado, pelo Município e pelos particulares de muitas novas estradas de rodagens”, o que permitiu uma melhoria nos meios de comunicação e promoveu considerável aumento no fluxo

de pessoas e mercadorias, inicialmente entre Feira de Santana e as cidades circunvizinhas e, posteriormente, outras localidades dentro e fora da Bahia (Figura 15).



Figura 15. Caminhão conduzindo passageiros de Lapa e Berimbau para Feira de Santana em um dia de feira, passando pelo arraial de Limoeiro – 1930.

Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal de Feira de Santana, s.d.

Assim, para Poppino (1968), a partir de 1938, devido ao novo sistema de rodovias planejado pelo Governo da União e do Estado, Feira de Santana tornou-se o foco de convergência, que fazia ligação direta entre Salvador com o interior da Bahia e outras regiões brasileiras (Figura 16).



Figura 16. Acidente com veículos na rodovia que ligava Feira de Santana a Salvador – 1940.
Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal de Feira de Santana, s.d.

De acordo com Poppino (1968, p. 28), “a introdução do automóvel e do caminhão ocasionou uma revolução na construção de estradas na Feira de Santana e no Estado da Bahia”, assegurando ao município o papel de principal entreposto comercial do interior da Bahia.

Ainda Poppino (1968, p. 195) registra: “entre 1860 e 1950 Feira de Santana elevou-se à categoria de principal centro comercial do interior da Bahia. Essa posição era devida principalmente ao desenvolvimento das comunicações ferroviárias e rodoviárias, que ligavam o município às outras regiões do Estado”, promovendo um aumento no fluxo de mercadorias e pessoas que se dirigiam para a cidade em busca de comercializar seus produtos na feira livre, bem como adquirir ou vender bovinos na feira de gado que ocorria semanalmente e contribuía para o crescimento da economia local.

Durante décadas, Feira de Santana se destacava no âmbito nacional por ter uma das maiores feiras ao ar livre do Brasil (Figura 17). Semanalmente, deslocava-se para o município um grande contingente de pessoas formado entre outros por produtores rurais, pecuaristas, camelôs, para comercializar seus produtos.



Figura 17. Feira livre de Feira de Santana - 1920.

Fonte: Arquivo Antônio Moreira, s.d.

De acordo com Santo (2003), no início, a feira livre ocorria aos domingos (provavelmente em função da missa que acontecia naquele dia). Passou a se realizar nas terças-feiras até dezembro de 1854 e ocupava apenas a Praça João Pedreira.

Todavia, devido à interferência do padre Ovídio de São Boaventura, foi transferida para o dia de segunda-feira e continuou a se expandir, ocupando as ruas Marechal Deodoro, Sales Barbosa, Libânio de Moraes, Pedro Francisco, Benjamim Constant, as avenidas Senhor dos Passos e Getúlio Vargas.

A vila de Feira de Santana, na década de 1850, já se destacava como um centro econômico de relevância na província da Bahia, devido à magnitude de suas feiras livre e de gado que ocorriam semanalmente, com uma dimensão que ultrapassava as fronteiras da Bahia, tornando-se uma referência, com repercussão em todo o país e no exterior.

As feiras atraíam para o município um grande contingente de pessoas: a) os feirantes para vender e ao mesmo tempo adquirir mercadorias, b) os moradores da localidade para adquirir produtos alimentares e outros bens de uso doméstico, c) enquanto os visitantes

(turistas brasileiros e estrangeiros), além de conhecer a cidade, daqui levavam lembranças e outros produtos que lhes despertavam interesse.

O movimento da vila nos dias das feiras, livre e de gado, era intenso. Nas várias artérias do centro da cidade, as pessoas se reuniam não apenas com o intuito de compra e venda de mercadorias. Mas, também, para encontrar amigos e parentes, levar e trazer notícias, discutir os problemas regionais e fazer novas amizades, num espaço que era plural, livre e democrático.

Na segunda metade do século XIX, com o término da feira de gado de Capuame, Feira de Santana começa a despontar como um grande entreposto comercial. A feira de gado ilustrada na Figura 18, que se realizava semanalmente no Campo da Gameleira, também passou a comercializar produtos agrícolas e outros tipos de mercadorias procedentes dos municípios circunvizinhos e de outras regiões, veio a se tornar uma das mais importantes feiras livres do país.



Figura 18. Feira do gado da Gameleira - 1920.

Fonte: Arquivo Arlindo da Silva Pitombo – Memória fotográfica de Feira de Santana, 1994.

A feira do gado ocorria em currais⁵⁰ que passaram a ser denominados de “Campo do Gado”, cuja principal finalidade era a de abrigar a boiada, também servia como local de encontros das pessoas envolvidas na comercialização, além de atrair todo o tipo de visitante, desde o negociante até o turista em busca de novidades que então eram expostas.

Inicialmente, esses currais localizavam-se na área central da vila. A precariedade das suas instalações não oferecia nenhuma segurança à população residente em seu entorno, que ficava sempre vulnerável a riscos de toda natureza.

Os campos de gado e posteriormente os “Currais Modelo” (Figuras 19 e 20) por mais de um século exerceram papel de fundamental relevância como agente promotor do crescimento do comércio e da economia de Feira de Santana. Para se ter uma idéia da sua importância, segundo Poppino (1968), “em 1950, mais de 115 mil cabeças de gado passaram pela feira”. Estima-se, pois, que aproximadamente 35 mil cabeças de gado foram abatidas para consumo no município, e as demais se destinaram para Salvador e outras cidades do Recôncavo baiano.



Figura 19. Fachada do Curral Modelo - 1950.

Fonte: Arquivo Hugo Navarro da Silva – Memória fotográfica de Feira de Santana, 1994.

⁵⁰“Inicialmente, os currais eram primitivos ou rudimentares, feitos de qualquer maneira, só para prender os animais” ALMEIDA, O. D. de. *Dicionário da Feira de Santana*. Feira de Santana: Santa Rita, 2006, p. 39.



Figura 20. Curral Modelo com visão das áreas interna e externa - 1950.

Fonte: Arquivo IBGE - Feira de Santana – Memória fotográfica de Feira de Santana, 1994.

Assim, para Bahia (1986, p. 30),

a feira com o Currais se transforma, passando de um centro de pequenos negócios, de pequenos serviços, de intercâmbios artesanais a um enorme entreposto com seu mercado de produtos agrícolas e pastoris, seu grande comércio e sua nascente indústria com os estabelecimentos de beneficiamento de fumo, do algodão, do couro. O gado descortina essa nova era comercial e industrial, os Currais Modelo dão à cidade o aspecto de uma nova província de ouro que para chegar ao ápice só espera o fim da rodagem para o Sul.

Almeida (2006, p. 39) afirma que a “feira do gado e a feira livre, nasceram simultaneamente, bem entrosadas entre si. Boiadas, oriundas das variegadas regiões vizinhas e também das longínquas terras de Minas, Goiás e Piauí, acorriam ao Porto de Cachoeira para serem negociadas e conduzidas a Salvador”, a capital da província da Bahia.

Em Feira de Santana, desde o início da primeira feira de gado até os dias atuais, cinco campos de gado foram instalados: o primeiro, no Alto da Boa Vista, o segundo, nas Gameleiras, o terceiro, no local em que atualmente funciona o Ginásio Municipal, o quarto, na Avenida Maria Quitéria e o quinto, a oito quilômetros do centro da cidade na zona além do bairro Pampalona (ALMEIDA, 2006).

A dimensão política, econômica e social que o município desfrutava era de tal magnitude que despertou o interesse da Família Imperial em conhecê-lo. O que veio a ocorrer, quando da excursão que Imperador D. Pedro II e a Imperatriz Tereza Cristina com sua comitiva visitaram as províncias do Norte do Império, passando por Feira de Santana entre os dias 6 e 7 de novembro de 1859.

A raiz do nome da *urbe* sempre esteve associada ao comércio, ou seja: a feira, local em que na época se realizavam todos os tipos de operações comerciais. Ao longo de sua história, a sede do município recebeu várias denominações: Feira de Santana dos Olhos d'Água, no século XVIII, grafando-se também Feira de Sant'Ana, Feira de Sanct'Ana, Feira de Santa Ana e Feira de Santa Anna.

No século XIX, na condição de vila, denominara-se primeiro de Feira de Santana, depois Santana da Feira. Em 1873, nomeada Cidade Comercial de Feira e, cinquenta anos depois, através do decreto 7.470 de 8 de julho de 1931, foi cognominada Feira, no governo do presidente Getúlio Vargas. Por fim, recebeu a designação de Feira de Santana, pelo Decreto Estadual 11.089, de 30 de novembro de 1938, topônimo que se mantém, até os dias atuais, sendo tal fato considerado como uma vitória da tradição.

Segundo Morais, et al. (2000), o município de Feira de Santana, terra de tropeiros, comerciantes e viajantes, conduzindo nos seus caminhos o vai-e-vem de pessoas e mercadorias na sua vocação comercial, reproduz, como forte traço cultural, a religiosidade, presente no dia a dia da sua população, que em sua maioria professa a fé católica, tendo a cidade como padroeira Nossa Senhora de Santana, origem do seu nome.

A história desse município, desde seus primórdios, foi fortemente direcionada pelas atividades comerciais desenvolvidas por seus habitantes e viajantes de outras paragens, como sugerem as designações recebidas.

Para Poppino (1968, p. 306), “pode-se afirmar que o comércio representava, em sentido amplo, a própria razão do existir de Feira de Santana [...]”. Todavia, o que a fizera progredir como centro comercial líder do interior do Estado, foi a sua localização privilegiada num entroncamento das principais estradas entre a costa e o sertão da Bahia. O que leva Boaventura (1989, p. 401) a declarar que:

[...] na civilização pastorícia, o comércio de Feira de Santana era refletor do progresso, da civilização luzidia do litoral, seu entreposto frente às terras esquecidas do mar, a espalhar pelos matos afora, pela vastidão do norte, do nordeste, todo o fastígio das grandes cidades, que ela conhecia e captava primeiramente.

O comércio de Feira de Santana apresentava um ritmo constante de crescimento, ocorrendo o mesmo com a feira livre, que segundo Guimarães (s.d), ocupava uma área 8,2 km² e abrigava aproximadamente seis mil feirantes, que comercializavam os mais diversificados tipos de mercadorias sem o devido ordenamento.

Semanalmente a feira livre proporcionava um espetáculo grandioso, com a participação de aproximadamente 40.000 pessoas. Segundo Oliveira (2008), naquele local assistia-se a apresentação dos animadores, ou seja, os cantadores, repentistas e contadores de “causos”, os cordelistas, os malabaristas, os comedores de fogo e os circences que proporcionavam um clima de magia para os seus frequentadores: a população local, visitantes e feirantes. A construção do Mercado Municipal, em 1915, (Figura 21), constituiu um empreendimento significativo no espaço ocupado, livre e soberanamente pela feira.

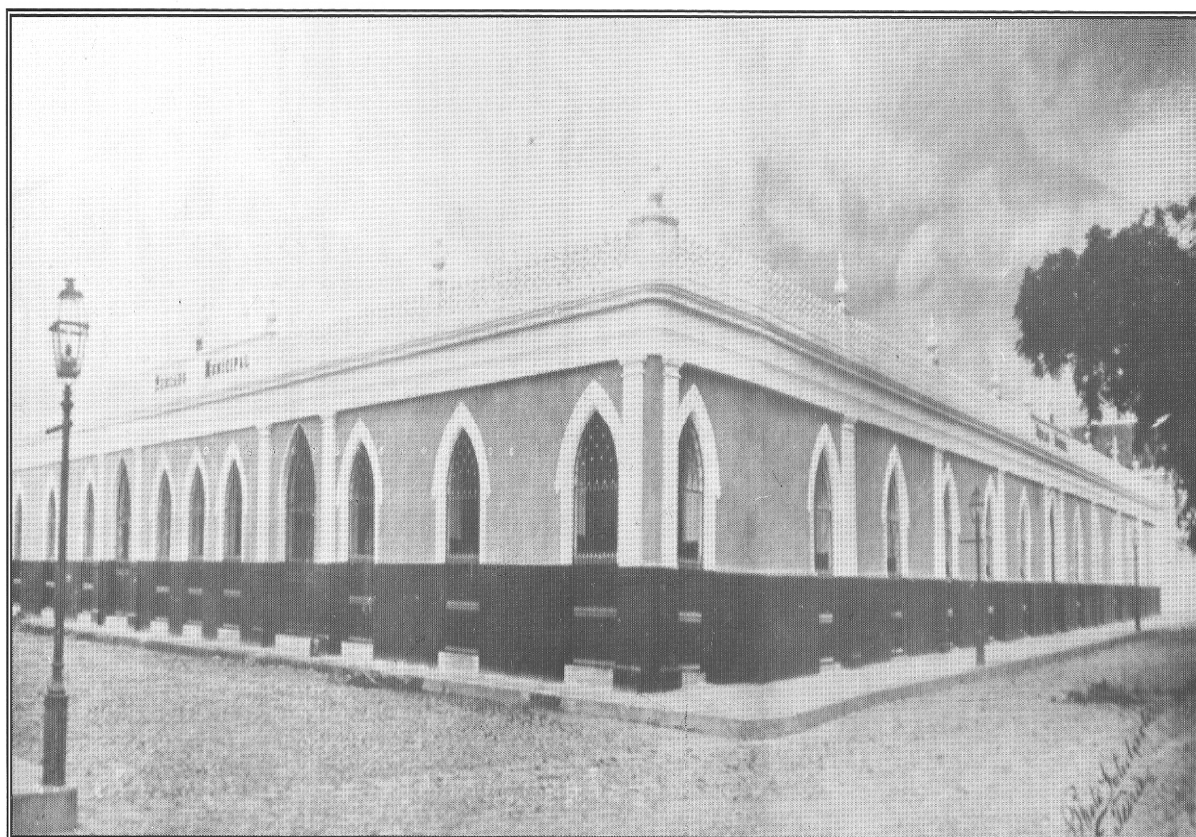


Figura 21. Mercado Municipal - 1915.

Fonte: Arquivo Raimundo Gama - Memória fotográfica de Feira de Santana, 1994.

Para Oliveira (2008, p. 48), “a grande feira livre era mais que um local para as trocas comerciais: era um ambiente de sobrevivências, de celebração, de costumes, do estabelecimento de redes de solidariedades”, e a cidade industrial, em acelerado processo de urbanização, exigia a sua transferência do centro para outro local.

Essa relação especial está na base da formação da identidade da *urbe* e da imagem que a população local e de outras localidades fazem acerca do espaço urbano feirense, percebido não só como “Princesa do Sertão”, mas como local de amplas possibilidades comerciais.

A denominação “Princesa do Sertão”, homenagem feita por Ruy Barbosa em 1919 a Feira de Santana quando de sua visita à cidade da heroína Maria Quitéria, inspirou a maestrina Georgina de Mello Lima Erismann na composição do Hino à Feira que, naquela época, já vislumbrava que a “jovem princesinha do sertão” seria grande e majestosa, tendo como principal vetor a pujança de sua feira livre, que alavancava o comércio, o qual por muito tempo foi e continua sendo a mola propulsora do seu crescimento.

Segundo dados historiográficos, alguns fatos se destacam com relação ao município de Feira de Santana:

- João Peixoto Viegas se instala, em São José das Itapororocas, em meados do Século XVII. A partir da sua fixação no local, constrói a primeira casa, um sobrado de cal e pedra, e a primeira Igreja, esta em homenagem a São José.
- Em 1696, São José das Itapororocas passou a condição de freguesia. Como Paróquia e Matriz foi termo da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira.
- O casal de descendência portuguesa: Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão, compra a fazenda Olhos D'Água, entre 1705 e 1710 e doa 100 braças em quadra de terra, para edificar uma capela, no alto da Boa Vista, na abrangência das Praças Mons. Galvão e Padre Ovídio, próxima à Estrada Real.
- Feira de Sant'Anna torna-se povoado em 1819.
- Através do decreto de 13 de novembro de 1832, o povoado foi elevado à condição de vila, desmembrando-se do município de Cachoeira.
- A Assembléia Provincial, em 1841, eleva o município à condição Curato.
- Em 1846, ocorre a criação da Paróquia de Santana.
- Em 1855, o presidente da Província, Álvaro Tibério Moncorvo Lima, através da Lei Provincial nº 552, elevou o município à condição de comarca⁵¹.
- Em 1859, D. Pedro II visita Feira de Sant'Anna a fim de conhecer as famosas feiras livre e de gado.
- A Lei Provincial nº 1320, de 16 de junho de 1873, concedeu foros de cidade à sede municipal, com denominação de "Cidade Comercial de Feira de Sant'Anna".
- Em 1931, no governo de Getúlio Vargas, de forma inopinada, a cidade ganha o nome de “Feira”.
- Em 1938, provavelmente, em decorrência de pressões exercidas pela população do município, a cidade passa a se chamar definitivamente: “Feira de Santana”.

⁵¹ De acordo com Poppino (1968, p. 18), durante o período colonial e no Império a Bahia compreendia comarcas, termos, municípios, freguesias e capelas. Essas denominações, que se referem a divisões e subdivisões políticas, judiciárias e eclesásticas da Província, muitas vezes se chocavam, por imperfeitamente fixadas. As divisões políticas mais amplas eram chamadas de comarcas e se subdividiavam em municípios [...].

3.2 Feira de Santana, o “Portal do Sertão”

Atualmente, Feira de Santana é denominada de “Portal do Sertão” (Figura 22), depois de, ao longo do tempo, ter recebido vários cognomes. O jurista Ruy Barbosa a denominou "Princesa do Sertão"; o historiador Pedro Calmon a reconhecia como "Porta Áurea da Bahia"; a heroína Maria Quitéria a identificava por "Cidade Patriótica"; o Pe. Ovídio de São Boaventura a caracterizava por "Cidade Escola", a Poetisa Georgina Erismann a eternizou como "Cidade Formosa e Bendita", enquanto o presidente Jânio Quadros identificou-a como uma "Cidade Progresso".



Figura 22. Entrada da cidade de Feira de Santana pela BR – 324.

Fonte: Foto do autor, 2008.

De acordo com a SEI (2006) e o IBGE (2008), o município pertence ao Território de Identidade “Portal do Sertão” e integra 17 municípios, com uma população estimada de 911.184 habitantes.

Esse território, do qual Feira de Santana é o principal município (Figura 23), delimita o Recôncavo e o Semi-Árido fazendo a convergência de perfis notoriamente bem delineados pelos costumes e tradições presentes na vida de sua população. Entre os referidos municípios, ocorre um intenso fluxo de pessoas e mercadorias.

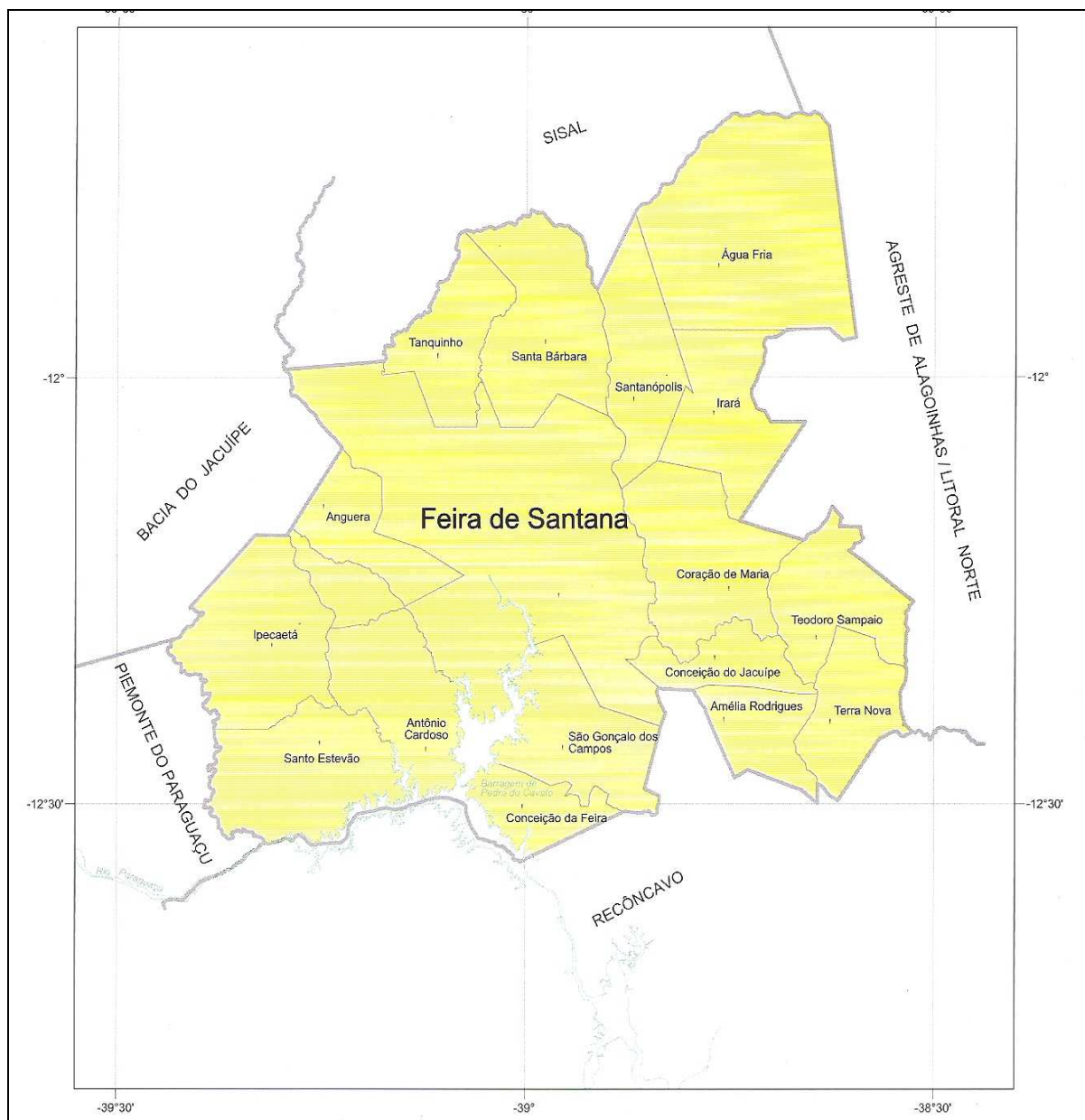


Figura 23. Território de Identidade “Portal do Sertão”.

Fonte: Câmara de Dirigentes Lojistas de Feira de Santana (CDL) - Anuário estatístico de Feira de Santana, 2008.

A cidade Feira de Santana, de acordo com a divisão espacial das Regiões de Influência das Cidades (Regic) adotada pelo IBGE (1987, 2003, 2008), foi classificada como de porte médio não metropolitano e capital regional, abrangendo 96 municípios com uma população estimada de 3.035.969 habitantes, ocupando 27,9% da área territorial do estado da Bahia (Figura 24).

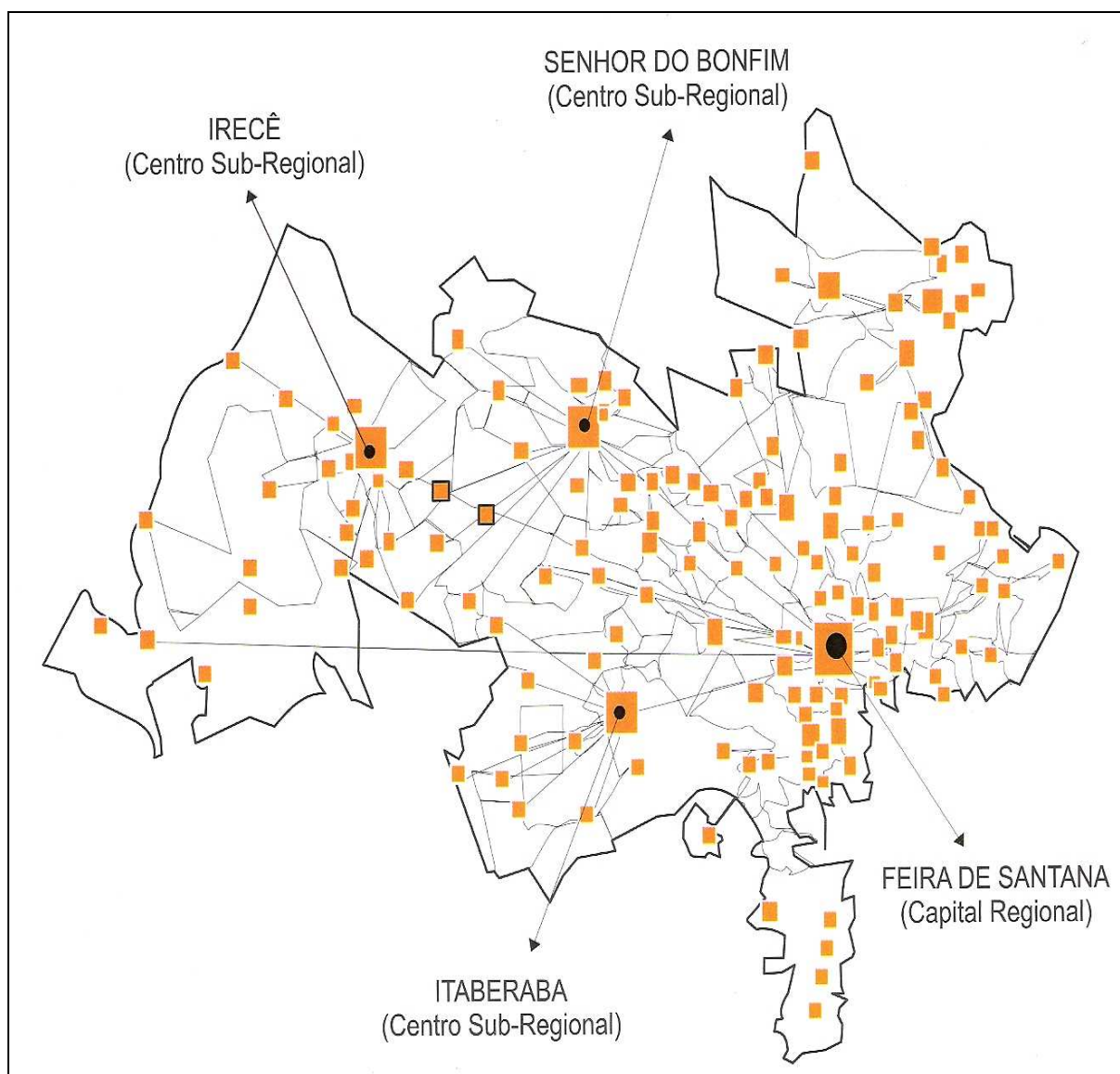


Figura 24. Redes de lugares centrais e área de atuação de Feira de Santana.
Fonte: CDL - Anuário estatístico de Feira de Santana, 2008.

Contando com um contingente estimado pelo IBGE (2009), de 591.707 habitantes, o município de Feira de Santana ocupa o trigésimo primeiro lugar em concentração populacional no Brasil e o segundo lugar em número de habitantes no estado da Bahia, com uma densidade demográfica de 434,2 hab/km², distribuída em uma área de 1.362,88 km², sendo 111 km² na sede (Figura 25).



Figura 25. Imagem por satélite do município de Feira de Santana - 2007.

Fonte: Arquivo Observatório Antares, 2007.

A área do município, quando da sua constituição, era de 12.000 km². Todavia, em decorrência de desmembramento de áreas que foram incorporadas a outros municípios, a sua extensão territorial sofreu uma sensível redução ao se levar em conta a área atual.

De acordo com o IBGE (2008), o município encontra-se localizado na microrregião limítrofe à do Recôncavo e àquela do Agreste de Alagoinhas, em uma região planáltica dos tabuleiros semi-áridos do Nordeste baiano, a uma altitude máxima de 257 metros, situando-se entre 12° 15' 25" de latitude Sul e 38° 57' 53" de longitude Oeste do Meridiano de Greenwich, a uma distância de 108 km de Salvador, capital do Estado, pela BR 324.

Feira de Santana limita-se com seguintes municípios: ao Norte com Candéal, Santa Bárbara e Tanquinho, ao Sul com Antônio Cardoso e São Gonçalo dos Campos, ao Leste com Conceição do Jacuípe, Coração de Maria e Santanópolis e ao Oeste com Anguera, Ipecaetá e Serra Preta (Figura 26).

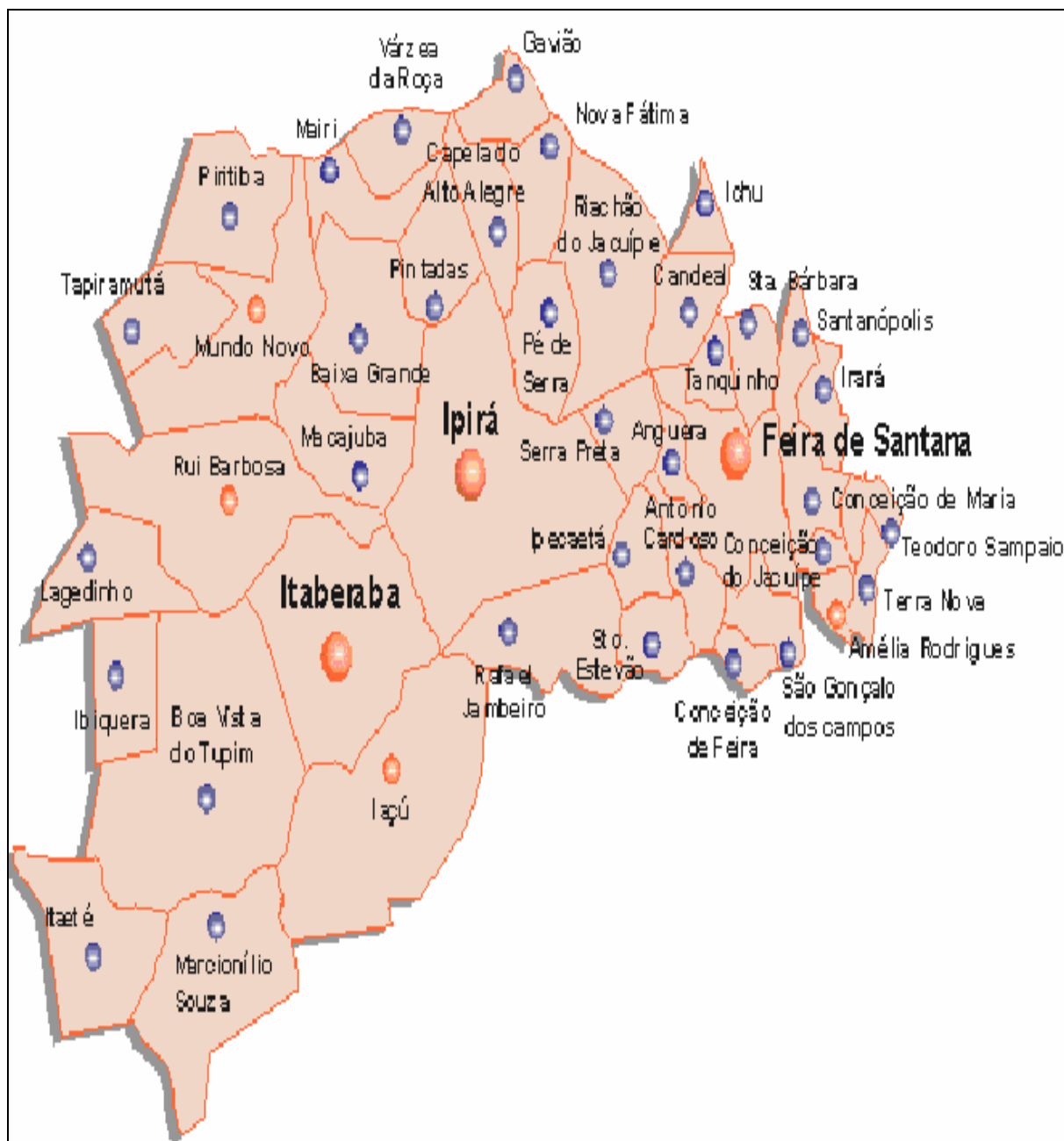


Figura 27. Região Econômica do Paraguaçu.

Fonte: IBGE, 2008.

Segundo Spinola e Spinola (1998), a região Econômica do Paraguaçu, na qual se destaca o município de Feira de Santana, localiza-se num espaço territorial privilegiado (Figura 28), e após a região Metropolitana de Salvador, responde pela segunda economia regional do Estado, com uma amplitude de vínculos econômicos e relação de negócios que abrangem, praticamente, todas as regiões baianas, os estados nordestinos e o Sudeste do País.

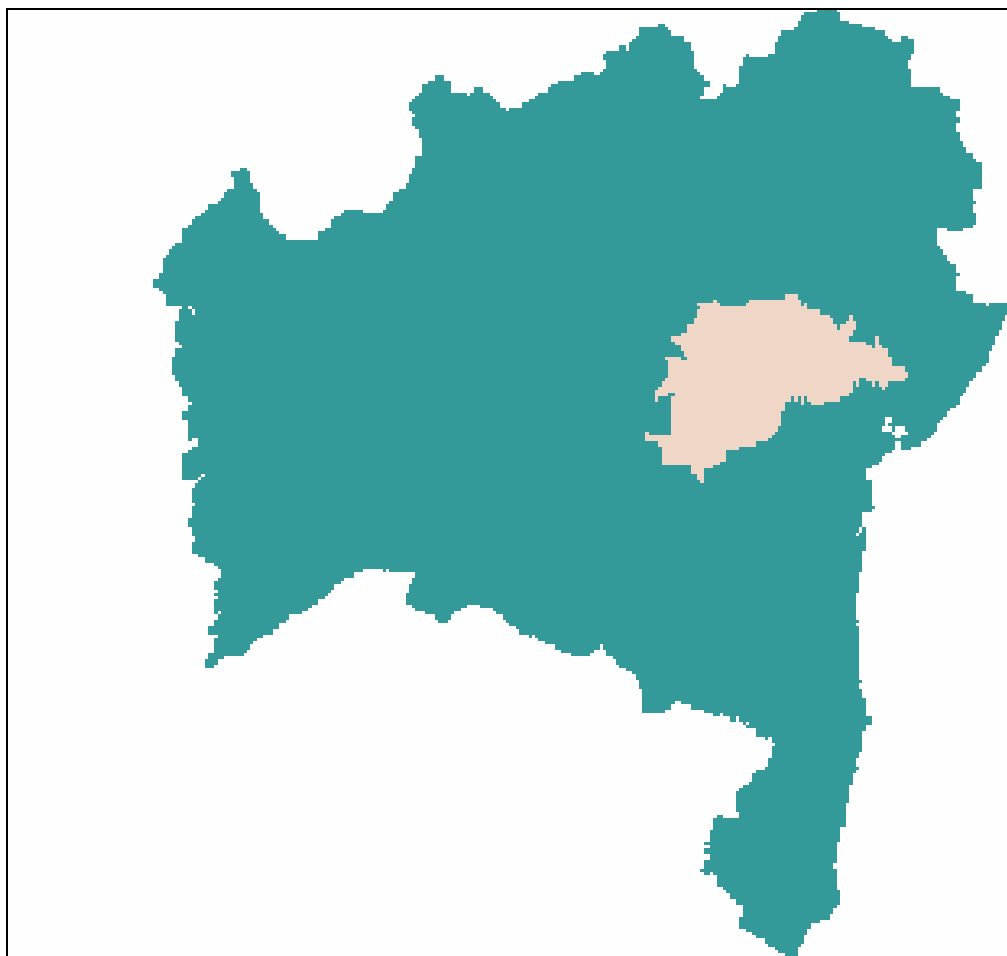


Figura 28. Localização geográfica da região Econômica do Paraguaçu no território do estado da Bahia.

Fonte: IBGE, 2008.

Conforme os critérios de divisões geoeconômicas adotados pelo governo do estado da Bahia, a microrregião de Feira de Santana (Figura 30) integra 24 municípios com uma área de 12.602,61 km², uma população estimada pelo IBGE (2008) de 1.020.000 habitantes e uma densidade demográfica de 75,6 hab./km².

Essa microrregião é a mais importante entre as que fazem parte da mesorregião Centro-Norte da Bahia⁵² (Figura 29) que agrega uma população estimada pelo IBGE (2008), de 2.224.075 habitantes, distribuídos por 80 municípios, com uma área de 85.213,60 km², uma densidade demográfica de 26,1 hab./km², representando o segundo Produto Interno Bruto (PIB) do estado da Bahia.

⁵² A mesorregião do Centro-Norte baiano é uma das mais importantes do estado da Bahia.

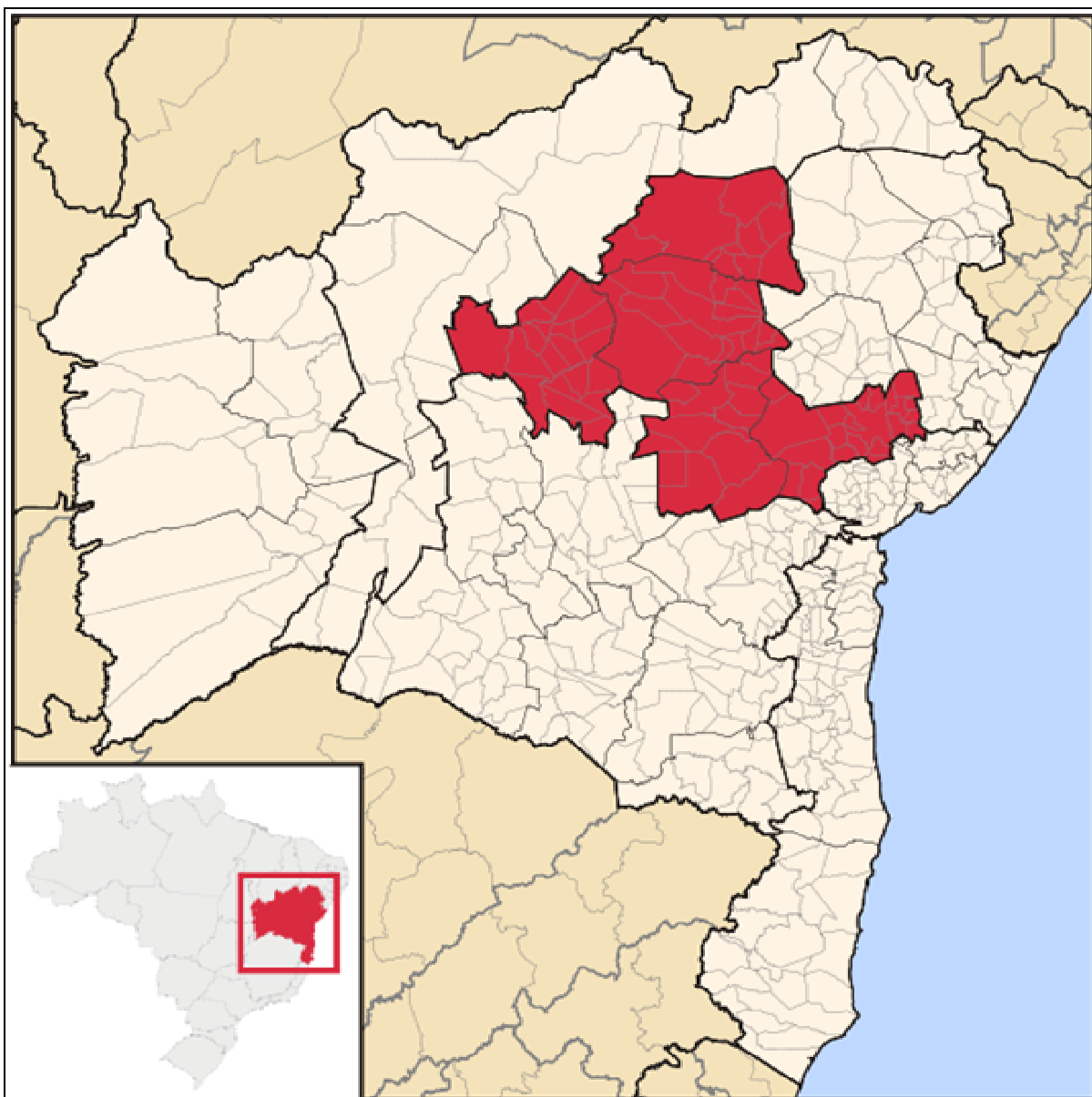


Figura 29. Mesorregião Centro-Norte da Bahia.

Fonte: IBGE, 2008.

Cabe ainda observar que, segundo a SEI (2008), o município de Feira de Santana também faz parte da Macrorregião de Salvador (Figura 30), a mais importante do Estado, com um PIB em 2006, de R\$ 55,2 bilhões, representando 57,1% do total da Bahia (IBGE, 2008). Conta com uma população de superior a 4,5 milhões de habitantes. Além de se constituir no segundo centro político e econômico da Bahia.

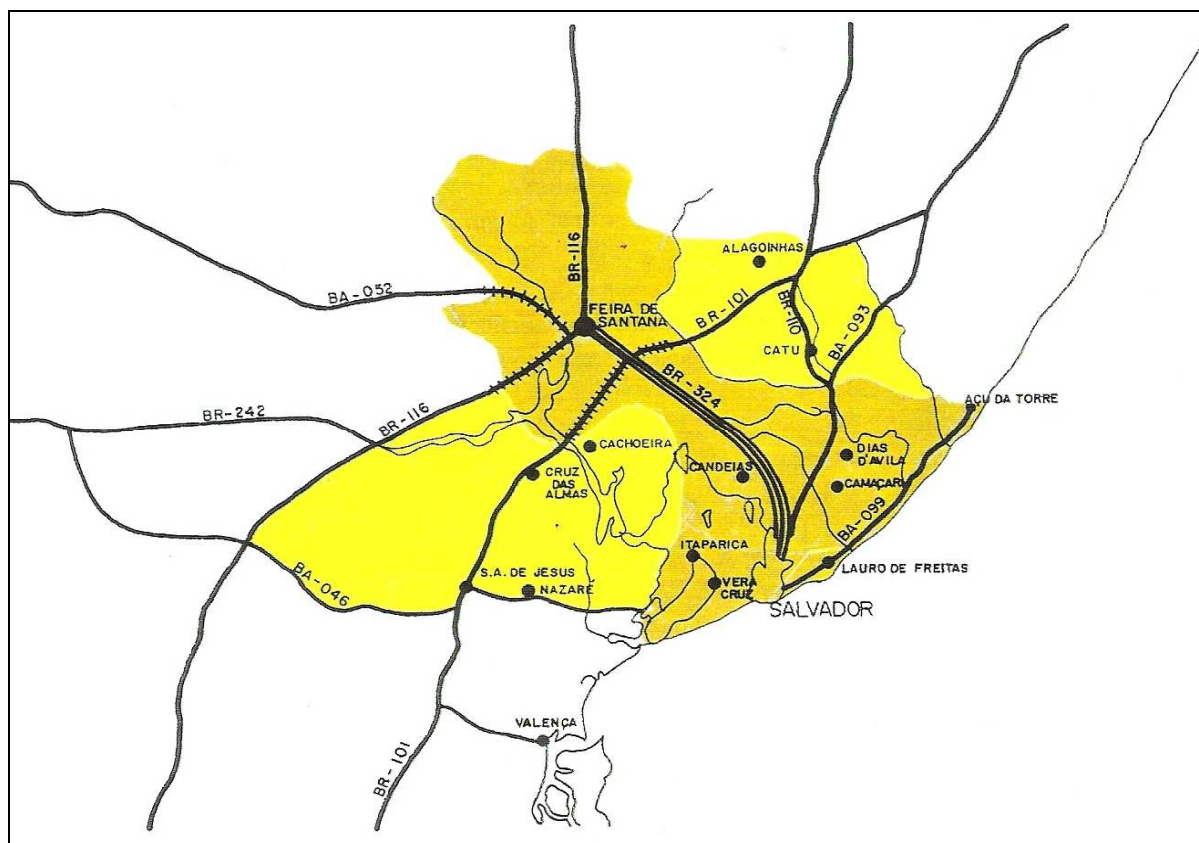


Figura 30. Localização do município de Feira de Santana na Macrorregião de Salvador.
Fonte: PDDU, 2000.

Nesse espaço, Feira de Santana passou a expandir o seu território geográfico. Onde se observa que a área de influência mais direta do município compreende um espaço contínuo de 99.538 km², abrangendo uma população superior a 3,5 milhões de habitantes em 2007 (25% do total estadual), respondendo por aproximadamente 11% da população dessas três áreas, correspondendo a 17,7% do território baiano (IBGE, 2008).

O município de Feira de Santana é um pólo urbano dominante de um complexo de regiões, abrangendo parte do Recôncavo, do Paraguaçu, do Nordeste da Bahia, da região de Irecê, do Piemonte da Diamantina e, da parte do Litoral Norte, estendendo-se até as áreas de influência de cidades pólos como Jequié e Vitória da Conquista, no Sudoeste, Ilhéus e Itabuna, no Sul da Bahia; Juazeiro e Petrolina no São Francisco (SPINOLA e SPINOLA, 1998).

Essa característica cosmopolita da cidade é traço marcante e presente desde os primórdios de seu desenvolvimento urbano, o qual se relaciona diretamente às atividades econômicas desenvolvidas na área.

De acordo com análise desenvolvida pela SEI (2006), Feira de Santana localiza-se num eixo polarizador do sistema rodoviário do estado da Bahia cujas vias principais são a

BR-242, que liga a cidade ao Oeste do Estado e à capital Federal; a BR-101, na direção Norte/Sul com traçado paralelo ao litoral; e a BR-116, que liga o estado de Pernambuco ao Sudoeste baiano, em direção a Minas Gerais.

Outras rodovias federais e estaduais a exemplo da BR-407, BR-110, BR-415, BA-052, BA-099 e BA-001, rodovia litorânea, atendem ao tráfego de longa distância ou ligam as sedes municipais como parte de um sistema combinado que se complementa. Conforme ilustra a Figura 31, a cidade de Feira de Santana é passagem obrigatória para quem transita entre o Norte, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil.

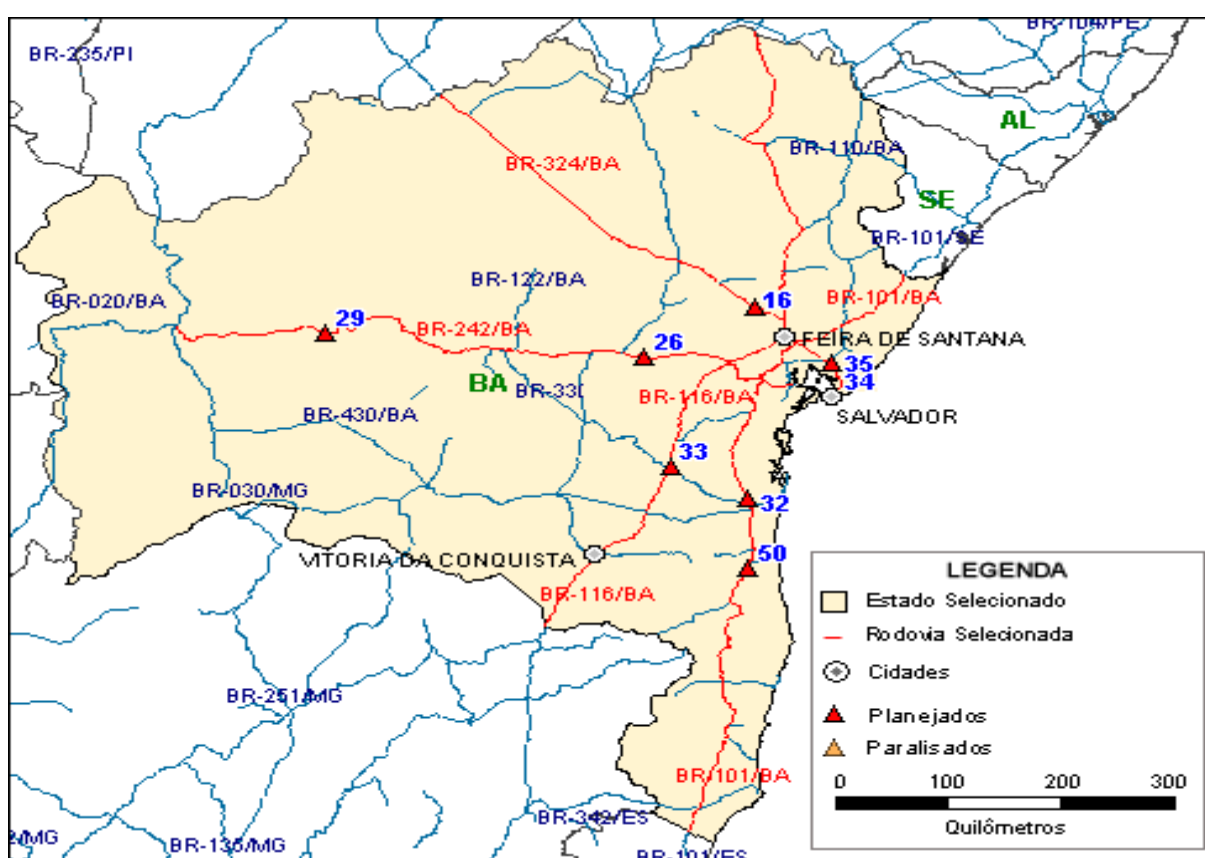


Figura 31. Mapa de localização do sistema viário de Feira de Santana.

Fonte: SEI, 2006.

O município de Feira de Santana na história político-administrativa da Bahia é de origem relativamente recente e foi criado pela resolução provincial de 09 de maio de 1833⁵³, com a denominação de Villa do Arraial de Feira de Sant'Anna, a partir do desmembramento do povoado de Santana dos Olhos d'Água⁵⁴ (nome ligado a suas origens) do município de

⁵³ Resolução do Conselho do Governo da Província da Bahia que tinha como presidente Joaquim José de Vasconcelos, denominado de Visconde de Mont'Serrat, conforme TAVARES (2001, p. 290).

⁵⁴ Nome ligado às suas origens devido à existência de várias nascentes de água no local.

Cachoeira em 18 de setembro de 1833, que territorialmente, compreendia as Freguesias de São José das Itapororocas⁵⁵, Santana do Camisão e Santíssimo Coração de Jesus do Perdão. Sendo que as duas últimas freguesias foram depois desmembradas pela resolução provincial de 20 de abril de 1855, vindo a formar os atuais municípios de Ipirá e Irará, respectivamente.

Os historiadores apontam que, nos quarenta anos seguintes à emancipação, a Villa do Arraial de Sant'Anna apresentou uma relativa expansão econômica e social, já ostentando, em 1872, o quinto maior contingente populacional da Bahia⁵⁶, condição que motivou as lideranças locais a reivindicar junto ao presidente da província a sua elevação a cidade, fato ocorrido em 16 de junho de 1873, através da Lei Provincial nº 1320⁵⁷.

O município atualmente é constituído, além da sede, por 08 distritos: Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro, Humildes, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria, Matinha e Tiquaruçu (Figura 32), com marcos divisórios determinados pela Lei nº 628 de 30 de dezembro de 1952.

Segundo os censos demográficos – agregadores de setores do IBGE (1980, 1991, 2000), a população dos distritos, com exceção da sede e de Maria Quitéria, entre 1980 e 2000, sofreu uma redução de 7.473 habitantes, passando de 63.061 para 55.588.

O distrito de Maria Quitéria, a partir de 2008, teve a sua população reduzida, devido ao desmembramento de parte da sua área territorial, para criação do distrito de Matinha⁵⁸, que de acordo com o citado Decreto, incorporou as comunidades de Olhos D'Água das Moças, Candeal II, Santa Quitéria, Moita da Onça, Vila Menilha, Baixão, Tupy, Alto do Tanque, Tanquinho, Alto do Canuto, Alecrim Miúdo, Jacu, Capoeira do Rosário, Candeia Grossa e Jenipapo.

⁵⁵ Atualmente denominado de Maria Quitéria em homenagem a Maria Quitéria de Jesus, soldado do exército brasileiro, nascida no sítio do Licurizeiro, no arraial de São José das Itapororocas, BA, que se distinguiu nas lutas pela consolidação da independência, inclusive tomando parte em várias batalhas contra os portugueses.

⁵⁶ Naquela época, o eixo Cachoeira – São Félix, cidades interligadas pelo Rio Paraguaçu no Recôncavo, era o centro regional mais dinâmico do Estado da Bahia, mantendo o monopólio do transporte de mercadorias e pessoas entre o interior e a capital, pela Baía de Todos os Santos.

⁵⁷ Segundo CERQUEIRA, J. B de. *Assistência e caridade: a história da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana*. Feira de Santana, BA: UEFS, 2007, p. 83.

⁵⁸ Após consulta popular na forma de Plebiscito, o distrito de Matinha foi criado pelo Decreto nº 7.462, de 21 de fevereiro de 2008. Fica localizado na porção Leste, tomando-se por eixo a BR – 116 – Norte do Município de Feira de Santana.

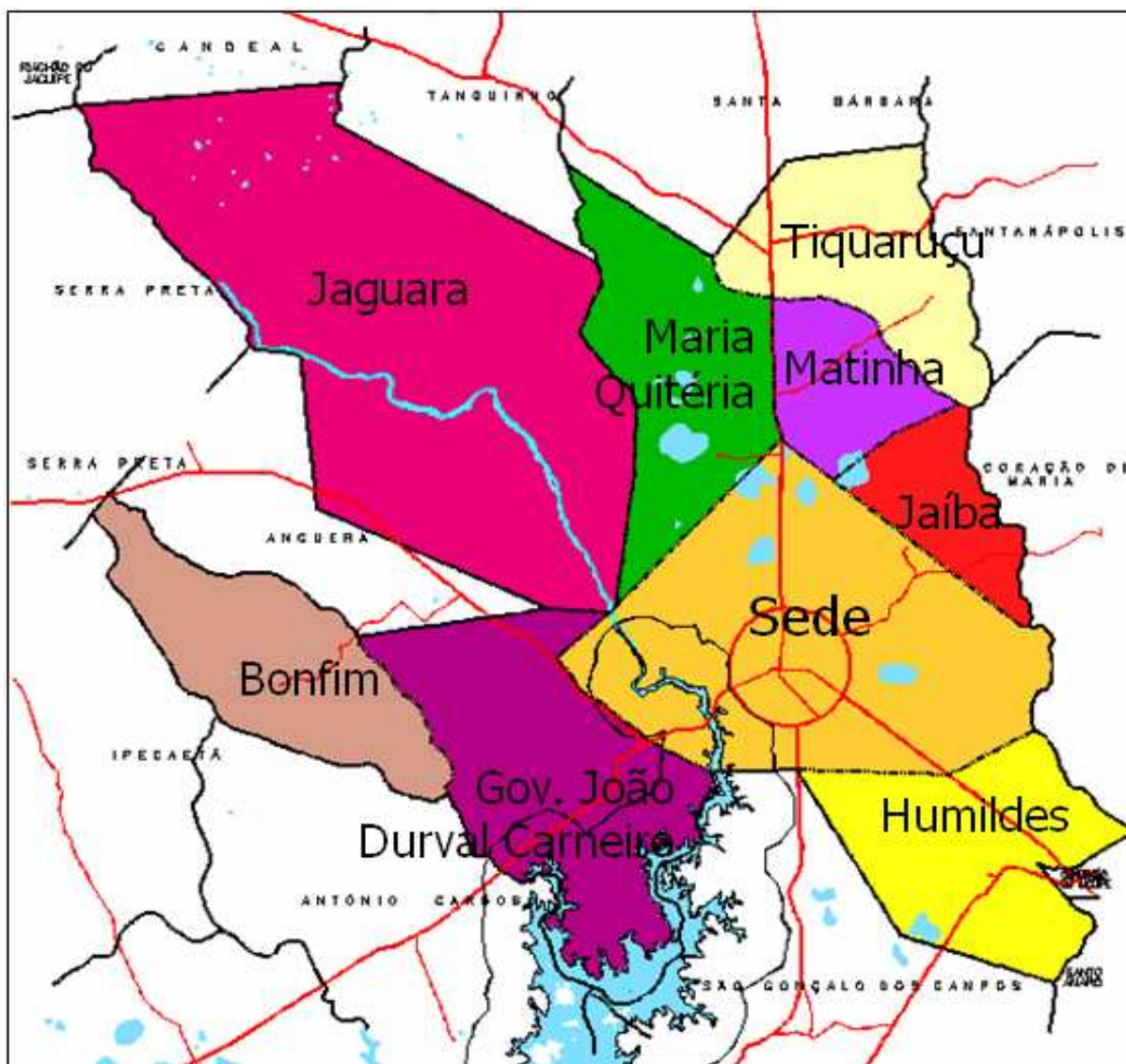


Figura 32. Localização dos distritos do município de Feira de Santana.

Fonte: Seplan, 2008 (Elaborado pelo Departamento de Estatística, sob a orientação do autor).

O município de Feira de Santana se destaca como o entroncamento mais importante do Norte e Nordeste do Brasil. Apesar de 96% da sua área territorial (Figura 33), com exceção do distrito de Humildes, está inserido na região do Semi-Árido (no Polígono das Secas)⁵⁹.

⁵⁹ Segundo o IBGE (2005), o Semi-Árido, no estado da Bahia, é formado por 264 municípios, compreendendo uma área de 388.274 km², com uma população de 6.316.846 habitantes. O que significa dizer que essa área corresponde a 70% do Estado e 48% da sua população.



Figura 33. Localização geográfica de Feira de Santana na região Semi-Árida, inserida no Polígono das Secas.

Fonte: CDL - Anuário estatístico de Feira de Santana, 2008.

A região do Semi-Árido que integra o Polígono das Secas sempre conviveu e convive com calamidades decorrentes das longas estiagens, necessitando com frequência de apoio governamental em todas as esferas, para amenizar os problemas econômicos, financeiros e sociais, os quais refletem de forma direta em toda a economia regional e principalmente na economia do município Feira de Santana.

Calamidade pública decorrente da seca no Nordeste sempre foi uma constante, e a solução para esse problema secular não ocorrerá com as intervenções paliativas implementadas pelos poderes públicos. Tempo passando, e o povo que habitava essa região constantemente a reivindicar favores, submetendo-se ao atendimento assistencialista de programas formulados com o objetivo de gerar um modelo de dependência em relação às políticas públicas governamentais.

Leve-se em consideração que, às vezes, a aplicação dos recursos destinados a esses programas é efetuada inadequadamente (isso sem contar com a burocracia e os desvios), por atender aos interesses dos políticos locais, como forma de fomentar a indústria da seca⁶⁰.

Os longos períodos de estiagem que afetam com frequência a região Semi-Árida na qual Feira de Santana se localiza não é um fato recente. Os médicos e naturalistas Johann Baptiste Von Spix e Carls Friedrich Von Martius, em visita à Bahia e de passagem pelo município com destino a São José das Itaporocas em 1º de março de 1819, defrontaram-se com uma terrível seca que dizimou grande parte do rebanho bovino e afetou a produção agrícola com a perda de safras. O fenômeno contribuiu para a suspensão temporária da feira livre, que ocorria semanalmente.

Na época, teve lugar um esvaziamento do povoado de São José das Itaporocas, com a retirada de boa parte dos seus moradores para outras localidades, transformando-o num local vazio, com aspecto tenebroso, o que fez com que Spix e Martius (1981, p. 203) denominassem o atual município de Feira de Santana de [...] “miserável povoado⁶¹. Os moradores deste miserável povoado já nos mostravam o tipo perfeito do Sertanejo”, uma avaliação de certa forma precipitada, por não ter sido observado que grande parte de seus habitantes se retiraram para outras regiões, devido aos horrores de um inclemente período de seca (MOREIRA, 1992).

A localização e a proximidade à capital do Estado colocam Feira de Santana como um dos municípios do interior baiano mais procurados pela população migrante para fixar residência em busca de ocupação, bem como, da melhoria da qualidade de vida.

Feira de Santana não dispõe de infraestrutura adequada nem de equipamentos especializados para consumo coletivo que permitam atender as necessidades dessa população. O município enfrenta assim, um alto grau de dificuldade na resolução desse problema, e isso implica o crescimento do desemprego e do subemprego, o aumento da violência, da

⁶⁰ Para maiores esclarecimentos, consultar CASTRO, J. de. *Geografia da Fome*. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.

⁶¹ Relato efetuado por SPIX, J. B. V; MARTIUS, C. F. V. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820 / Reise in Brasilien / Tradução por Lúcia F. Lahmeyer*. São Paulo: Itaitaia, Edusp, 1981, v. 2, p. 203.

criminalidade e do tráfico de drogas entre outros⁶². A cada dia, torna-se mais viável, o crescimento do nível de exclusão social entre seus habitantes.

Apesar de conviver com tais problemas, a cidade de Feira de Santana, após a região Metropolitana de Salvador, é o maior entreposto comercial do interior da Bahia. Sendo, portanto, local de confluência de mercadorias e pessoas de diferentes partes da Bahia e de outras regiões do Brasil.

O raio de influência do município alcança um espaço geográfico de, aproximadamente, cem municípios, abrangendo as regiões do Recôncavo, Paraguaçu e Nordeste da Bahia.

3.3 A urbanização de Feira de Santana

O desenvolvimento de Feira de Santana conforme Oliveira (2000, p. 192) alicerçou-se na feira livre realizada semanalmente e que, “[...] com seus tantos negócios e negociantes [...] desenharam e estimularam a nascente configuração da trama urbana de Feira de Santana”, que se tornou o maior centro comercial do interior da Bahia.

A organização espacial da cidade, contudo, está vinculada diretamente com a pecuária e com o comércio de gado, atividades que contribuíram significativamente para o seu crescimento, com reflexo direto no seu processo de urbanização.

Ao lado da criação de gado, a atividade comercial ocupa posição de destaque nesse processo. Aproveita da forte influência dessa atividade sobre a vida econômica e sobre a mentalidade dos moradores feirenses foi, a vila de Feira de Santana, em 1873⁶³, (originalmente conhecida como Povoação de Sant’Ana) ter seu nome alterado para Comercial Cidade da Feira de Santana⁶⁴.

De acordo com PDLI (1968, p. 98), “Feira de Santana surgiu no século XVIII, no entroncamento de antigos caminhos de gado que ligavam o sertão à capital da Província. [...] Santana dos Olhos d’Água, transformou-se na maior e mais próspera cidade do interior do Estado da Bahia”, e uma das mais importantes do Norte e Nordeste do Brasil.

Nesse período, a vila que contava com aproximadamente 4.000 habitantes, crescia e expandia o seu espaço na área central em torno da Rua Direita (atual Conselheiro Franco); a

⁶² Por várias décadas a região do Semi-Árido vem se defrontando com o descaso administrativo dos poderes público, com a prevalência do clientelismo, a perseguição, o descaso e a corrupção de grupos políticos hegemônicos que se alternam no poder camuflando o coronelismo ainda presente nas práticas dos seus herdeiros.

⁶³ Ano em que a vila de Feira de Santana foi elevada ao *status* de cidade.

⁶⁴ Esta denominação foi mantida até 1931, quando a cidade passa a ser chamada simplesmente como Feira. Posteriormente, em 1938, seu nome passa a ser o utilizado atualmente – Feira de Santana.

Rua do Meio (Manoel Victorino e atual Marechal Deodoro), a Avenida Senhor dos Passos e a Praça do Mercado (atual João Pedreira) onde ficava localizada a feira livre; a Rua da Aurora (atual Felinto Bastos), a Praça da Igreja dos Remédios e da Praça Fróes da Mota, ilustradas nas Figuras 34 a 40. Cabendo observar que, posteriormente, surgiram os bairros Tanque da Nação, Olhos d'Água, Sobradinho, Ponto Central, Tomba, Pedra do Descanso, Cruzeiro entre outros (FALCÃO, 1993).



Figura 34. Rua Direita (atual Conselheiro Franco) - 1900.

Fonte: Hugo Navarro da Silva – Memória fotográfica de Feira de Santana, 1994.

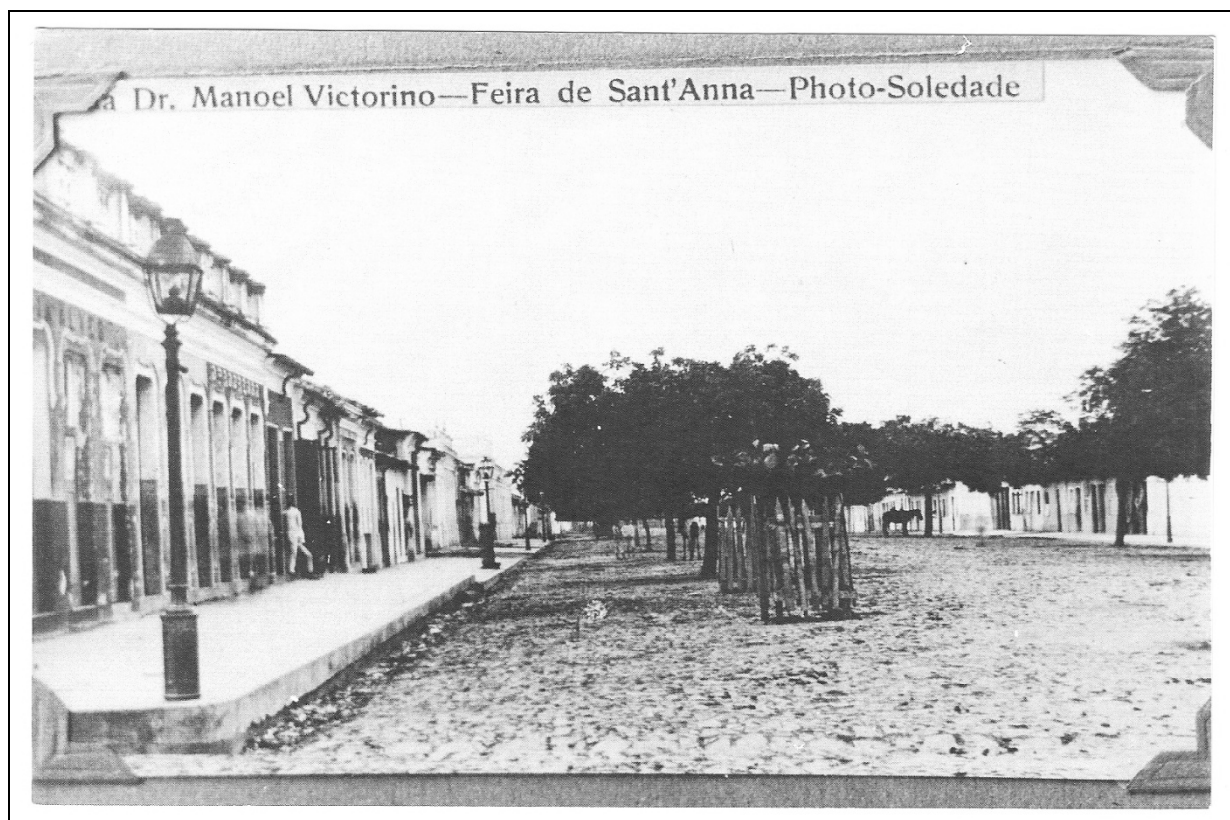


Figura 35. Rua do Meio (Dr. Manoel Victorino, atual Marechal Deodoro) - 1908.

Fonte: Arquivo Photo Soledade, s.d.



Figura 36. Avenida Senhor dos Passos - 1904.

Fonte: Arquivo Raimundo Gama – Feira de Santana em postais, 2009.

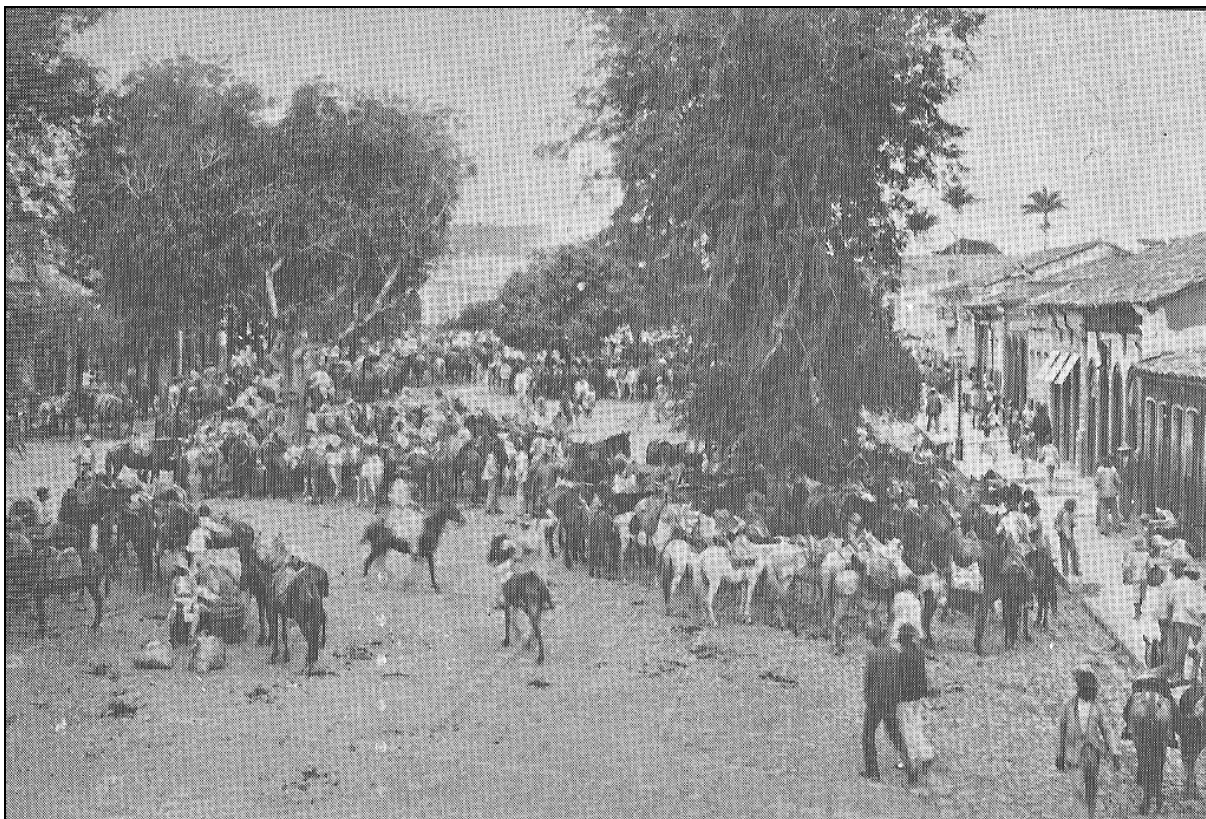


Figura 37. Praça do Mercado - 1920.

Fonte: Arquivo Antônio Carlos S. Marques - Memória fotográfica de Feira de Santana, 1994.



Figura 38. Rua de Aurora (atual Felinto Bastos) - 1923.

Fonte: Arquivo Hugo Navarro da Silva - Memória fotográfica de Feira de Santana, 1994.



Figura 39. Praça da Igreja dos Remédios - 1923.

Fonte: Arquivo Hugo Navarro – Memória fotográfica de Feira de Santana, 1994.

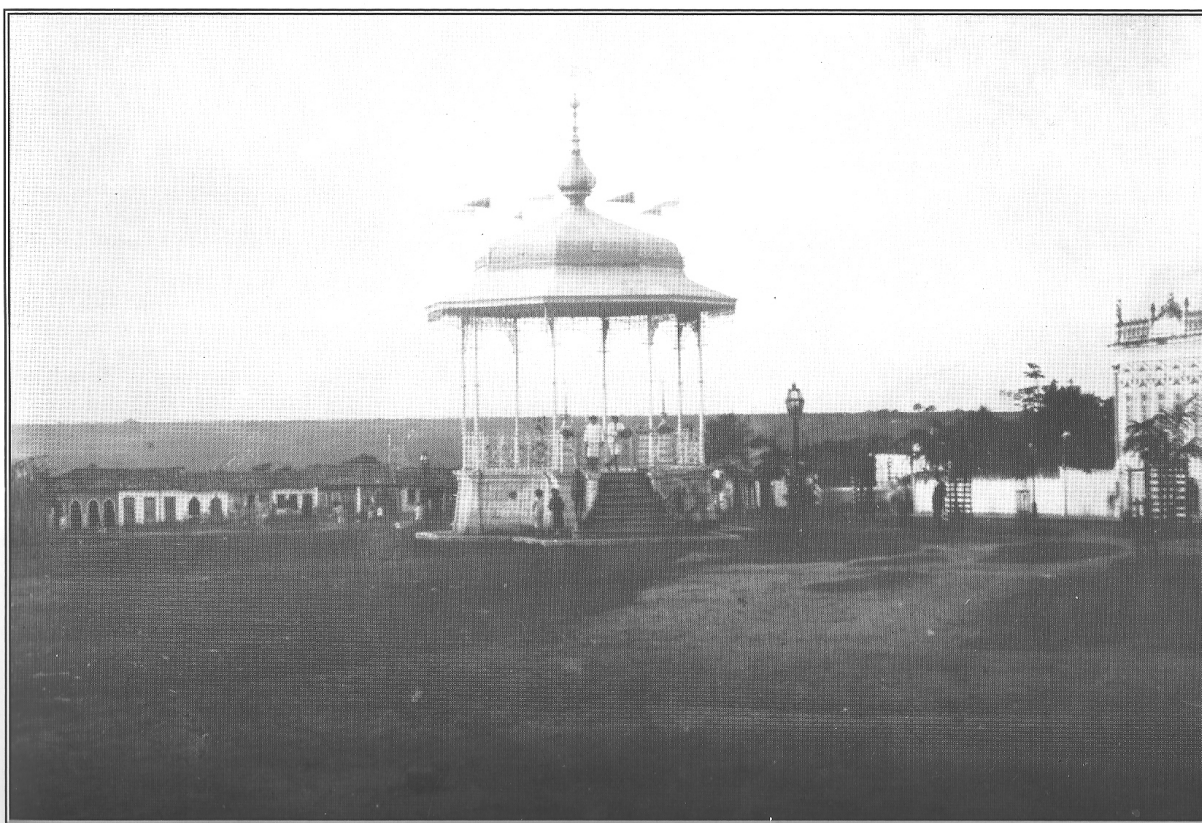


Figura 40. Praça Fróes da Mota - 1919.

Fonte: Arquivo Raimundo Gama – Memória fotográfica de Feira de Santana, 1994.

Ao analisar a posição geográfica do município (Figura 41) e a sua importância como grande entreposto comercial, Poppino (1968, p. 11), afirma que:

a posição geográfica de Feira de Santana, a meio caminho entre a costa e o interior, reflete-se na economia do município. Tal como o sertão propriamente dito, a criação de gado está grandemente desenvolvida e por muitas décadas a cidade sustentou a fama de uma das mais concorridas feiras de negócios de gado do Brasil. Ao mesmo tempo, a combinação da topografia típica, com diferentes solos e chuvas moderadas permitiu uma ampla variedade de produção agrícola tropical e semi-tropical, em Feira de Santana. A população crescente do município exige um consumo local cada vez mais pronunciado de gado e de produtos agrícolas, enquanto a proximidade das cidades costeiras assegura aos criadores e agricultores um mercado imediato para os excedentes.

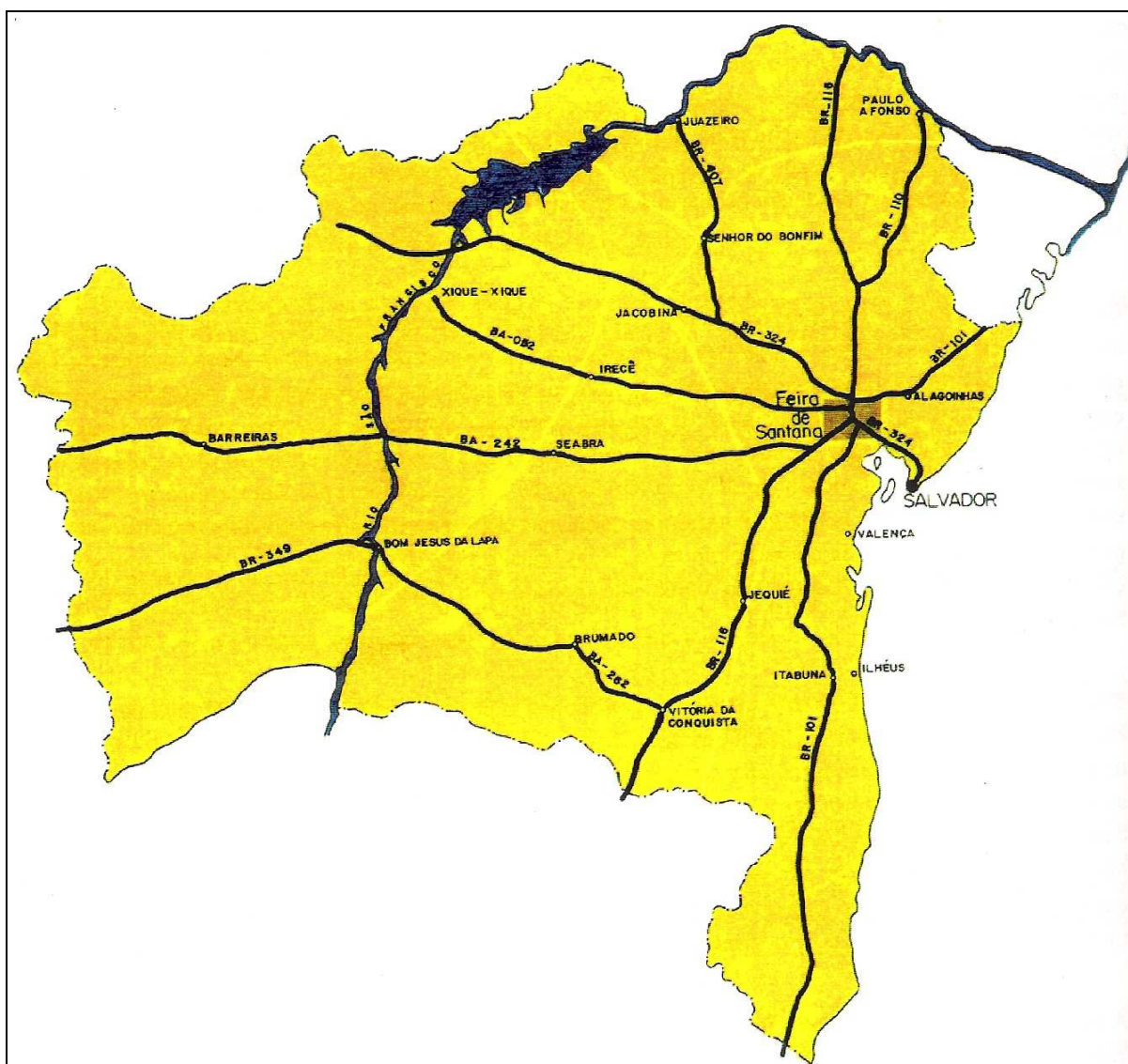


Figura 41. Localização geográfica do município de Feira de Santana.

Fonte: SEI, 2003.

Numa retrospectiva sobre o processo da urbanização do município, Sampaio (1977, p. 11) afirma que a “cidade de Feira de Santana foi construída com inteligência. Seu traçado é quase perfeito. Isto não foi difícil, devido ao imenso planalto que se apresentou aos primeiros construtores. De ordinário, as ruas partiam do Largo da Matriz, em direção ao norte, terminando na Praça Fróes da Mota e circunvizinhas”, cujo traçado possibilitou o surgimento de longas e largas avenidas, a exemplo da Getúlio Vargas, Senhor dos Passos e Maria Quitéria, dentre outras.

Na década de 1930, a feira de gado, que se solidificava como agente promotora do crescimento do comércio e da economia do município, funcionou como principal indutor para o início do processo de urbanização da cidade. Segundo Oliveira (2000, p. 17):

aconteceram mudanças fundamentais na cidade de Feira de Santana durante os anos finais do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Essas transformações, articuladas entre si, produziram novidades em termos de modelos de sociabilidade, gerando um novo padrão de comportamento público e uma nova *urbe* (grifo nosso).

A partir de 1940, como resultado da construção pelo governo Federal, de rodovias (não-pavimentadas), Feira de Santana tornou-se um pólo de convergência entre a Capital com o interior do Estado e com outras regiões do país⁶⁵.

As novas rodovias além de encurtar distâncias, promoviam a redução dos custos com transportes de mercadoria e também diminuíam o tempo gasto com deslocamentos de pessoas para Salvador, tendo por passagem obrigatória Feira de Santana, que passou a ser o mais dinâmico entreposto comercial do interior do estado da Bahia e maior entroncamento rodoviário do Norte e Nordeste brasileiro.

Nessa condição, o município de Feira de Santana passou a atrair um fluxo intenso de pessoas decididas a residir na cidade. Algumas com o intuito de buscar emprego. Outras para comercializar seus produtos, ou instalar empresas. Situação que promoveu o fortalecimento do comércio e da economia da cidade e induziu a instalação de pequenas unidades fabris caseiras que passaram a processar produtos da região para atender a demanda que a cada dia se tornava crescente.

Entre as décadas de 1940 e 1960, segundo informes dos censos do IBGE (1940, 1960), verificou-se em Feira de Santana a instalação de 254 estabelecimentos industriais de pequeno

⁶⁵ No final do século XIX, as lideranças locais e a Câmara do Município de Feira de Santana, juntamente com o governo da Província, já tinham despertado para a carência da construção de estradas e passaram a construir algumas estradas carroçáveis objetivando melhorar a comunicação entre a Capital e as demais regiões do estado da Bahia.

porte, com investimentos em sua maioria de origem local, cuja produção era direcionada para o mercado local e regional.

De acordo com os censos que vêm de ser especificados, em 1940 existiam 49 indústrias em Feira de Santana. No final da década seguinte, foram identificados 180 empreendimentos industriais. Atingindo 293 estabelecimentos em 1960, que em sua maioria, pela inexistência de um parque industrial, funcionavam no centro da cidade e em outros locais próximos às áreas residenciais.

Ainda com base nos referidos censos, esses empreendimentos por serem de pequeno porte, tinham uma capacidade limitada de absorção de mão-de-obra. Conforme Cruz (1999, p. 203), “em 1960, Feira de Santana era o segundo município baiano em número de estabelecimentos industriais. [...], entretanto, tinha o quarto maior número de pessoal ocupado da Bahia [...]”. Essas indústrias absorviam um contingente de 2.051 pessoas, com média de sete empregos por estabelecimento.

O censo realizado pelo IBGE (1960) registra, para o município de Feira de Santana no ano de 1960, uma população de 141,8 mil habitantes. Desse total, 71,8 mil residiam na área rural, enquanto 69,9 mil localizavam-se na área urbana, existindo assim uma pequena predominância da primeira em relação à segunda.

Verifica-se, portanto, que em uma década a população urbana do município cresceu em 92,1%, passando de 69,9 mil para 134,3 mil habitantes. O mesmo não ocorreu com o número de domicílios, que aumentou seu estoque em apenas 28,9%, sendo alterado de 27,6 mil para 35,6 mil unidades.

O número de habitantes por moradia que, em 1960, era de 4,1 pessoas por domicílio, em 1970 passou para 5,4, ocorrendo dessa forma um grande adensamento populacional que se limitava à parte interna do Anel de Contorno (Figura 42).

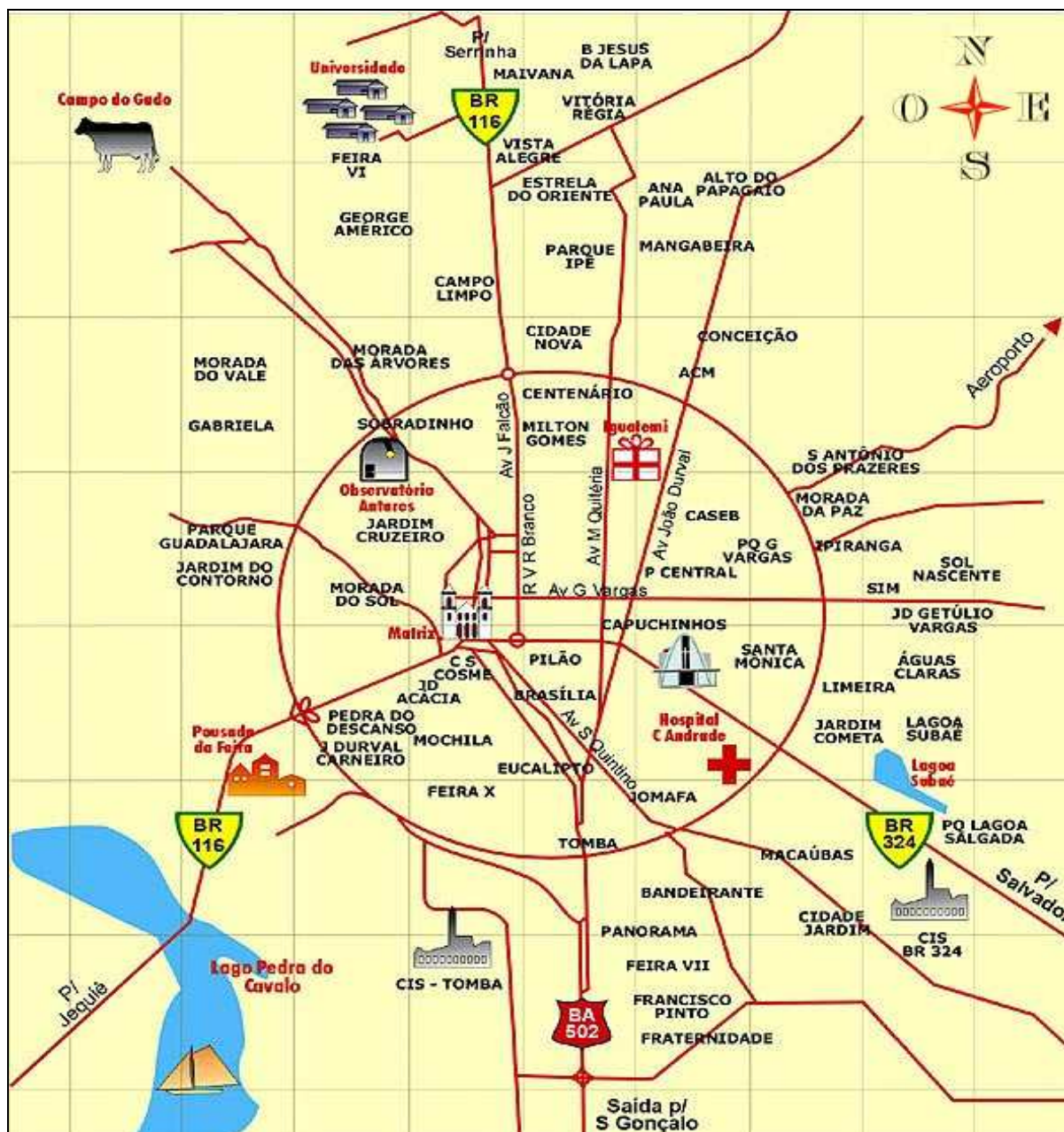


Figura 42. Espaço urbano da cidade de Feira de Santana.

Fonte: Seplan, 2006.

A partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, o governo federal passou a implementar uma política voltada para a desconcentração da economia, objetivando a integração nacional, adotando como principais instrumentos os incentivos fiscais e financeiros, para atrair investidores privados, nacionais e internacionais. Essa era forma de alavancar o processo de industrialização do Norte e Nordeste, na perspectiva de diminuir as desigualdades entre as regiões geoeconômicas do Brasil, cujos recursos passaram a ser

administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)⁶⁶.

Na Bahia, foram criados vários pólos industriais. O primeiro deles foi o Centro Industrial de Aratu (CIA), cujo funcionamento teve início em 1966. Para Cruz (1999), em 1967, a Secretaria da Indústria e Comércio (SIC) do governo do estado da Bahia, institucionalizou o Programa de Industrialização do Interior (Prointer).

Durante meados da década de 1960 e início da década de 1970, Feira de Santana entrou em um processo de revitalização e crescimento industrial com a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS), ilustrado na Figura 43, hoje, um pólo produtivo de grande relevância para o município e demais regiões que compõem o Estado.



Figura 43. Centro Industrial do Subaé
Fonte: Seplan, 2006.

⁶⁶ Criadas nos governos dos presidentes Juscelino Kubitschek e Castelo Branco em 1959 e 1966, respectivamente. Extintas em 2001, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e recriadas pelas Leis Complementares 124 e 125 de 03 de janeiro de 2007, no governo Luis Inácio Lula da Silva.

Nesse parque industrial, estão instaladas empresas nacionais e multinacionais, que enviam seus produtos para todas as regiões brasileiras, alguns deles são direcionados para o mercado externo.

O crescimento demográfico urbano de 64,4 mil pessoas em uma década deve-se ao deslocamento da população rural do município para a cidade e de um elevado contingente de migrantes que, em busca de emprego, se deslocaram para Feira de Santana.

A falsa expectativa criada em torno da instalação do CIS em Feira de Santana, com respeito à geração de empregos, não se verificou, e a *urbe*, sem dispor de uma infraestrutura em condições adequadas para acomodar a população migrante, passou a conviver com vários tipos de problemas de ordem econômica e social, dentre eles, o da moradia, quando se começa a observar o crescimento desordenado da cidade face ao surgimento de novos bairros periféricos. A criação de assentamentos subnormais seria uma consequência desse processo.

A partir de 1960 até os dias atuais, os indicadores demográficos apontam que a cidade de Feira de Santana vem passando por um crescimento acelerado de sua população. Ao longo desse período (Tabela 7 e Gráfico 6), a densidade demográfica, que em 1960 era de 104 hab/km², passou para 428,8 hab/km² em 2008, ocorrendo uma evolução de 312,3%, ou seja: aproximadamente 3% ao ano (IBGE, 2008).

O crescimento populacional do município e de sua sede, até a década de 1960, processou-se paralelamente com a expansão da atividade comercial que tinha como principal vertente impulsionadora uma feira livre⁶⁷ realizada semanalmente, desde o seu início até 1854, às terças-feiras, mudando após algum tempo para os dias de domingo e, depois para as segundas-feiras até 1977.

O município, em 1970, concentrava uma população de 190 mil habitantes, com a maioria dos seus moradores, o equivalente a 70,6% residindo na área urbana, enquanto 29,4% da população habitavam na área rural.

⁶⁷ A feira livre que ocupava as principais artérias do centro da cidade durou de 1819 até 1977, quando foi transferida, na administração do Prefeito José Falcão da Silva, para o Centro de Abastecimento que funciona ininterruptamente todos os dias da semana.

Tabela 7. Densidade demográfica do município de Feira de Santana no período de 1940 a 2008.

Anos censitários	Densidade demográfica
1940	62,0
1950	79,8
1960	104,0
1970	139,4
1980	216,9
1991	302,4
1996	335,2
2000	357,8
2008	428,8

Fonte: IBGE - Censos demográficos, 1940 a 2000. Contagens da população, 1966a, 2008.

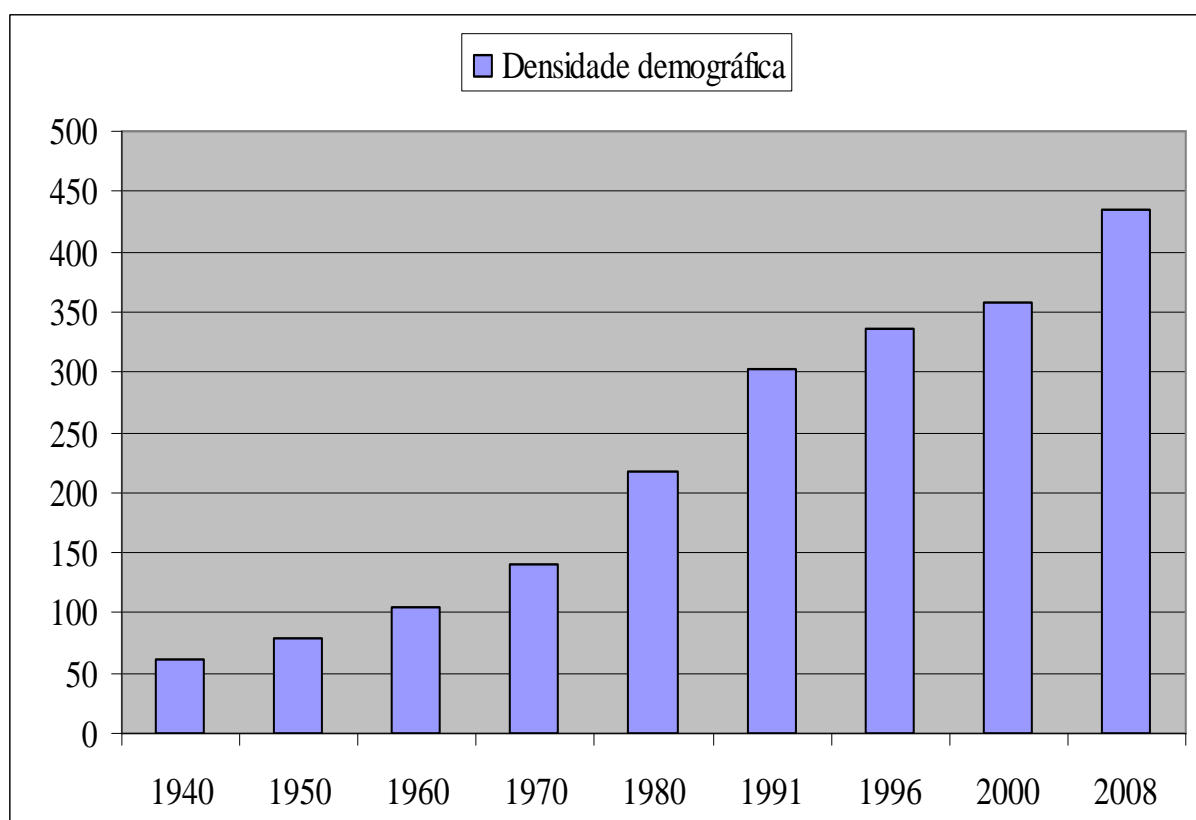


Gráfico 6. Evolução da densidade demográfica do município de Feira de Santana no período de 1940 a 2008.

Fonte: IBGE - Censos demográficos, 1940 a 2000. Contagens da população, 1966a, 2008.

Devido a sua importância como o principal centro urbano comercial, industrial e de prestação de serviços, depois da região Metropolitana de Salvador (SEI, 2005), Feira de Santana tornou-se um ponto de confluência de mercadorias e pessoas de diferentes regiões do Brasil.

A economia do município de Feira de Santana até o final da década de 1960 teve como vetor promotor do seu crescimento o setor primário e o setor terciário. No final dessa década, devido à instalação do CIS, a economia do município ganha um novo impulso e passa a atrair um elevado número de imigrantes em busca dos empregos que as indústrias recém-instaladas passaram a oferecer. Os quais não foram em quantidade suficiente para todos que demandavam por um emprego formal.

Além da instalação do CIS, outro fator que contribuiu significativamente para alavancar o crescimento do município e atuar como um dos agentes indutores do processo de urbanização do município foi à instalação da Faculdade de Educação de Feira de Santana, em 10 de abril de 1968, através do Decreto Estadual nº 20.647. O seu funcionamento foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação, mediante a Resolução 07/68, de 26 de agosto desse mesmo ano.

A Faculdade de Educação constituiu-se num marco na área do ensino em Feira de Santana e dos municípios em seu entorno. Assim, após um ano de instalada, devido ao desenvolvimento da cidade que despontava como pólo geoeconômico da região, e à crescente necessidade de formar profissionais de nível superior para atender a demanda promovida com a instalação do CIS, verificou-se a necessidade de sua ampliação e posterior transformação em uma Universidade. A Instituição destinava-se a atender as demandas não só locais, como também regionais, em termos de formação de profissionais especializados e capacitados para as áreas de ensino e técnico-profissional, com formação diferenciada e direcionada tendo em vista as exigências do mercado.

Em 24 de janeiro de 1970, pela Lei Estadual nº 2.784, foi criada a Fundação Universidade de Feira de Santana (FUFS), sob a vigência da Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a qual seria o agente responsável pela implantação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) ilustrada na Figura 44, que após seis anos, obteria em 27 de abril de 1976, através do Decreto Federal nº 77.496, a autorização para funcionamento.



Figura 44. Campus da Universidade Estadual de Feira de Santana, com dois módulos em construção - 2000.

Fonte: Arquivo UEFS, 2000.

Em dezembro de 1980, o governo do estado da Bahia publica as Leis Delegadas n° 11 e 12 de 29 de dezembro de 1980. A primeira extinguindo a FUFES e a segunda criando a UEFS, que foi reconhecida pela Portaria Ministerial n° 874/86 de 19 de dezembro de 1986 e reconhecida pelo Decreto Estadual n° 9.271 de 14 de dezembro de 2004.

A UEFS se tornaria um dos pólos de desenvolvimento regional e de atração de um público composto por pesquisadores, professores, estudantes (sozinhos ou acompanhados de seus familiares), profissionais liberais, empresas prestadoras de serviços e outras pessoas de várias regiões do país, com anseios os mais variados que, ao serem atendidos, provocaram mudanças e melhorias no cotidiano da população residente em Feira de Santana e de outras localidades.

A Universidade vem apresentando um crescimento expressivo, concentrando suas ações na mesorregião do Centro-Norte baiano, fazendo-se presente em cerca de 150 municípios, cumprindo um papel de fundamental relevância na formação de pessoas, no sentido de torná-las capazes de contribuir de forma cidadã para com o desenvolvimento econômico e social da sociedade baiana e brasileira.

As ações desenvolvidas e os resultados delas decorrentes credenciam a UEFS como uma das mais expressivas Instituições de Educação Superior do Estado da Bahia e do País.

Outro aspecto a ser observado é que, após a criação da Faculdade de Educação de Feira de Santana e com a sua posterior transformação em Universidade, várias Instituições Privadas de ensino superior foram instaladas na cidade, inclusive um Campus da Universidade Salvador (Unifacs).

Em vista desses empreendimentos, Feira de Santana se tornou, no interior do Estado, um centro de referência educacional, formando um contingente representativo de profissionais nos mais diversificados campos do conhecimento, de origem local ou de outras regiões que migraram para o município.

O fluxo migratório ocorrido no período de 1960 a 1970 (Tabela 8 e Gráfico 7), provocou um adensamento populacional na cidade que, sem a devida estrutura para receber tal contingente populacional, passa a conviver com problemas habitacionais, destacando-se entre eles: a proliferação de assentamentos subnormais, na sua maioria, em áreas não apropriadas para construção de moradias. Nesse período, a população urbana saltou de 49,3% para 70,6%, a cidade passou a abrigar mais 48.319 novos habitantes.

Tabela 8. Evolução da população de Feira de Santana no período de 1940 a 2008.

Anos	População total	População urbana	%	População rural	%
1940	83.268	19.660	23,6	63.608	76,4
1950	107.205	34.277	32,0	72.928	68,0
1960	141.757	69.884	49,3	71.873	50,7
1970	190.076	134.263	70,6	55.813	29,4
1980	291.504	233.905	80,2	57.599	19,8
1991	406.447	349.557	86,0	56.890	14,0
1996	450.487	393.943	87,5	56.544	12,5
2000	480.949	431.730	89,8	49.219	10,2
2008	584.497	538.614	92,2*	45.883	7,8

Fonte: IBGE - Censos demográficos, 1940 a 2000. Contagens da população, 1966a, 2008.

* Estimado pelo autor a partir dos dados extraídos do Censo do IBGE, 2000.

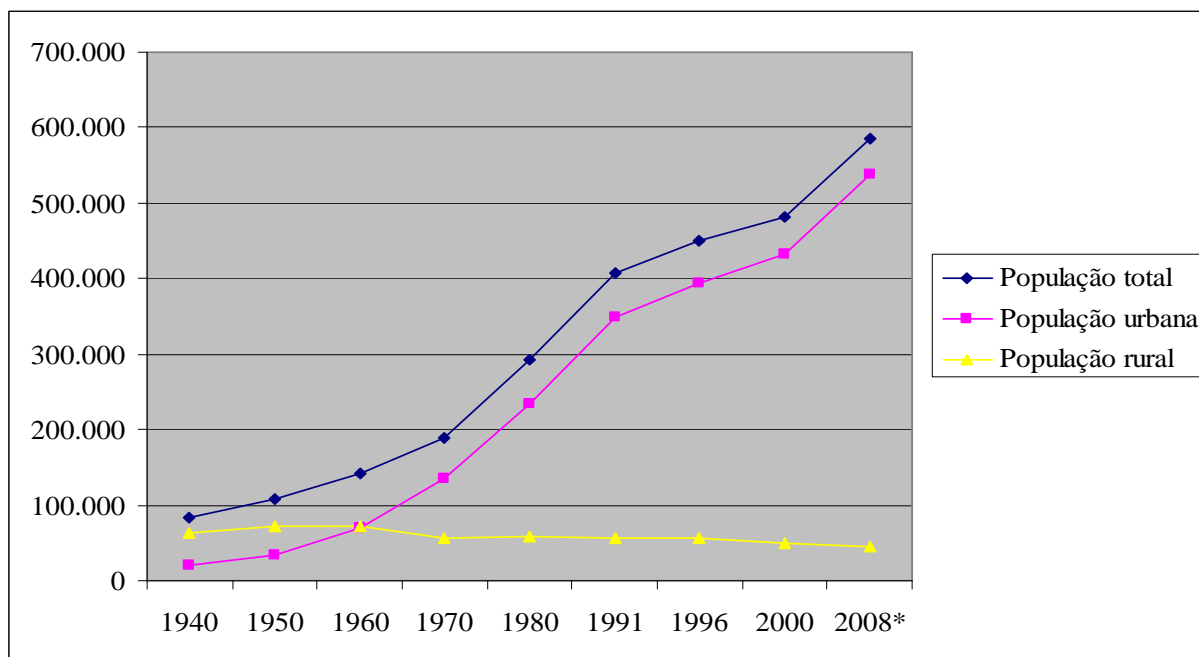


Gráfico 7. Evolução da população de Feira de Santana no período de 1940 a 2008.

Fonte: IBGE - Censos demográficos, 1940 a 2000. Contagens da população, 1966a, 2008.

* Estimado pelo autor a partir dos dados extraídos do Censo do IBGE, 2000.

Segundo o IBGE (2008), o município de Feira de Santana contribuía com a 4% da população do estado da Bahia (Tabela 9 e Gráfico 8).

Tabela 09. Participação dos municípios baianos com população superior a 100.000 habitantes em relação ao estado da Bahia - 2008.

Município	População	Participação no Estado (%)
Salvador	2.948.733	20,3
Feira de Santana	584.497	4,0
Vitória da Conquista	313.898	2,2
Juazeiro	237.627	1,6
Camaçari	227.955	1,6
Ilhéus	219.710	1,5
Itabuna	212.245	1,5
Lauro de Freitas	153.016	1,1
Jequié	150.351	1,0
Alagoinhas	137.202	0,9
Barreiras	135.650	0,9
Teixeira de Freitas	123.858	0,8
Porto Seguro	120.460	0,8
Simões Filho	114.649	0,8
Paulo Afonso	105.837	0,7
Municípios selecionados	5.785.688	39,9
Estado da Bahia	14.502.575	100,00

Fonte: IBGE - Estimativa da população, 2008.

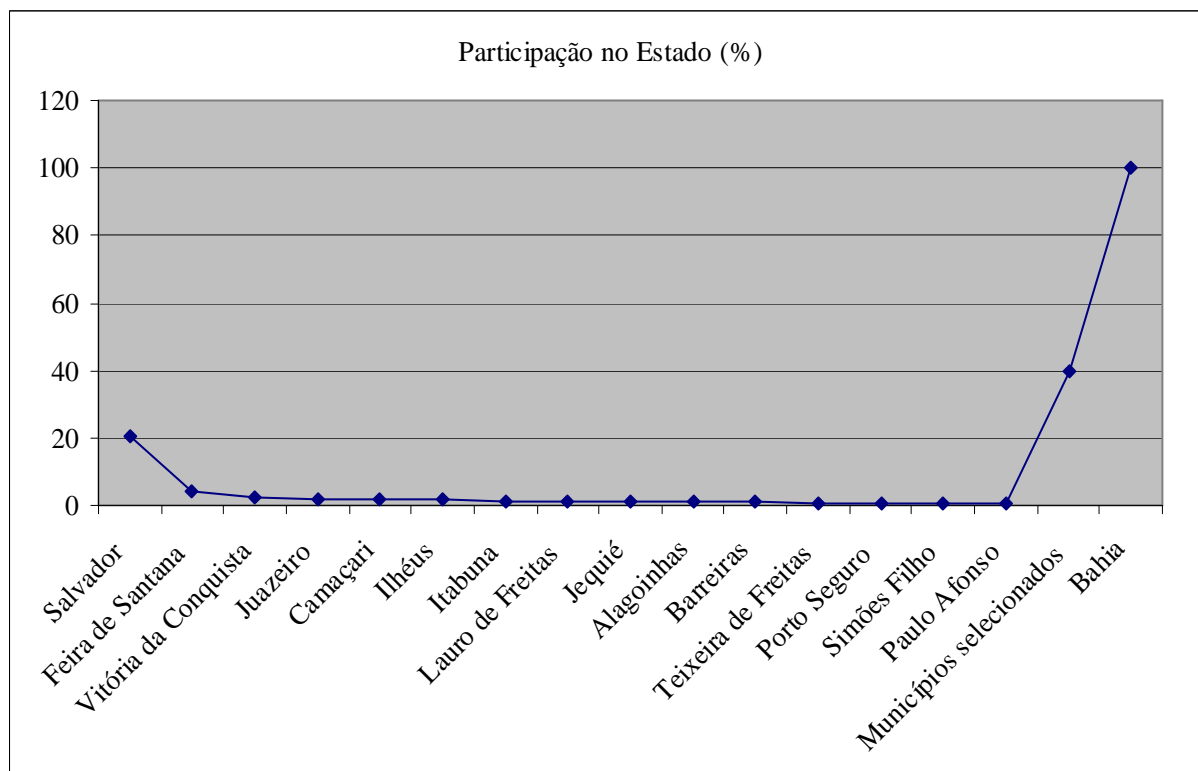


Gráfico 8. Participação dos municípios baianos com população superior a 100.000 habitantes em relação ao estado da Bahia - 2008.

Fonte: IBGE - Estimativa da população, 2008.

A partir de 1950, em decorrência da integração de Feira de Santana com o sistema de transportes rodoviário, e da sua condição de grande centro comercial e pecuário do Semi-Árido baiano, a cidade tem crescido em ritmo acelerado (Tabela 10 e Gráfico 9), com um afluxo de migrantes de todas as regiões baianas e do Brasil, principalmente do Nordeste.

De acordo com o IBGE (2000), no período compreendido entre 1991 e 2000, oriundas de outros municípios, em Feira de Santana, fixam residência 33,4 mil pessoas, o equivalente a 7,9% do contingente urbano de 431,7 mil habitantes.

Tabela 10. Crescimento da população de Feira de Santana no período de 1940 a 2008.

Local	1940/50	1951/60	1961/70	1971/80	1981/91	1992/96	1997/00	2001/08
Brasil	2,3	3,0	2,9	2,5	1,9	1,3	2,0	1,9
Bahia	2,1	2,0	2,4	2,3	2,1	1,1	1,0	1,3
Feira	2,6	2,8	3,0	4,4	3,1	2,1	1,6	2,5
Urbana	5,7	7,4	6,8	5,7	3,7	2,4	2,3	2,8
Rural	1,4	(0,1)	(2,5)	0,3	(0,1)	(0,1)	(3,4)	(0,9)

Fonte: IBGE - Censos demográficos, 1940 – 2000. Contagens da população 1966a, 2008.

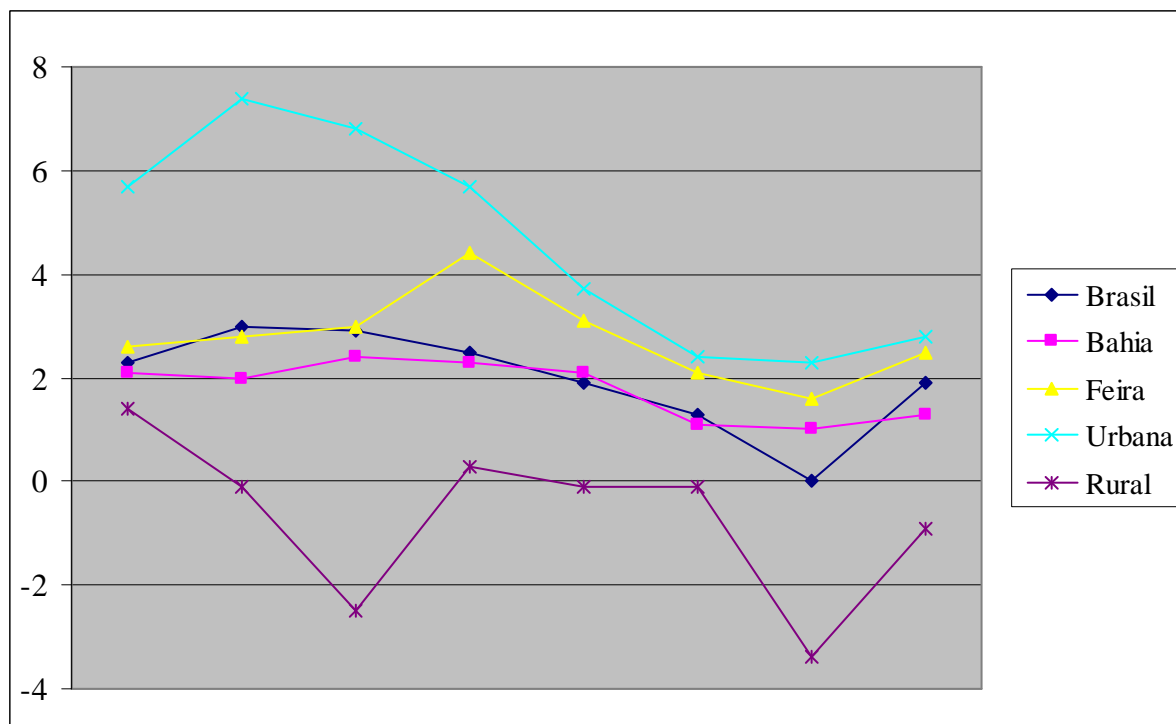


Gráfico 9. Crescimento da população de Feira de Santana no período de 1940 a 2008.

Fonte: IBGE - Censos demográficos, 1940 – 2000. Contagens da população, 1966a, 2008.

Esses movimentos migratórios são os responsáveis pela acelerada ocupação das áreas em torno dos anéis viários de Feira de Santana e das margens das rodovias, através de invasões, loteamentos populares, e aglomerados habitacionais de comércio, que formam hoje os 44 bairros da cidade⁶⁸, em sua maioria, constituídos por população de baixa e média renda, gerando com isso, uma elevada densidade demográfica na sua sede, com taxa de crescimento de 39,4% no período intercensitário 1980 - 1991 e de 13,4% entre 1991 - 1997, em grande parte decorrente dos fluxos migratórios que têm a cidade como destino.

Nesse fluxo migratório há, conseqüentemente, distorções sociais que crescem na medida em que muitas famílias de retirantes fixam moradia na periferia de Feira de Santana habitando em condições adversas, possibilitando a concentração de grandes bolsões de miséria e de pobreza.

Conforme registra Moreira (1996, p. 208), “o processo de urbanização acelerada e a transformação de valores e aspectos físicos de Feira de Santana culminaram com o fim da maior feira livre do Nordeste, cujas características persistem em parte, desde metade do século XVIII”. A partir daquele momento, Feira de Santana perdeu a primazia para Caruaru-PE, de ter a maior e mais importante feira do Norte e Nordeste do Brasil.

⁶⁸ A Lei Complementar nº 018, de 08 de julho de 2004, definiu o perímetro urbano e delimitou os bairros do distrito-sede de Feira de Santana.

Segundo Moreira (1996, p. 208), o poder executivo na época, afirmou que “a medida é justificada como um imperativo da dificuldade em controlar o movimento comercial que vai do sábado à segunda-feira, levando o simples ato de compras e vendas a um fator de identificação da sociedade” e que vinha atender a proposta contida no (PDLI) de 1968, elaborado pelo governo municipal da época.

Devido ao seu crescimento, a partir de sexta-feira já começavam a chegar à cidade os feirantes, que passavam a comercializar suas mercadorias já no sábado, suspendendo as atividades no domingo e retornando na segunda-feira, situação que perdurou até o mês de dezembro de 1977, quando ocorreu a sua transferência para o Centro de Abastecimento (Figura 45).



Figura 45. Centro de Abastecimento de Feira de Santana - 2003.

Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal de Feira de Santana.

A transferência da feira livre, do centro da cidade para o Centro de Abastecimento com localização no Parque Manoel Matias, gerou profundas discussões tanto de cunho favorável como desfavorável.

Para o presidente da Associação Comercial, José Alexandrino de Souza,

o que estamos verificando, na atual feira livre, é um problema muito sério, um atentado contra a saúde pública. A mudança da feira livre para o Centro de Abastecimento vai realmente trazer um desafogo para o centro comercial. A opinião da associação Comercial é de que a feira livre deve ser transferida para o Centro de Abastecimento. Não acredito que de imediato as vendas dos estabelecimentos comerciais aumentem, ao contrário, cairá o seu volume, ou seja, no período de adaptação, para que três ou quatro meses depois a situação fique equilibrada. Tenho certeza que as ruas e avenidas limpas e dasafogadas vamos faturar alto (MOREIRA, 1997, p. 317).

Enquanto para o advogado, professor e pesquisador Fernando Pinto de Queiroz:

de fato, antes de ser um fato econômico – tão importante que o nascimento da cidade e seu desenvolvimento vieram em consequência dele -, a feira livre de Feira de Santana é um fato social com características especiais: tem gente que vai para a feira para não fazer nada, simplesmente para estar lá para vivê-la. A população vive a feira, e nesse caso o viver a feira é mais uma atitude que uma necessidade econômica (MOREIRA, 1996, p. 211).
Se mudarem a feira para o Centro de Abastecimento o que sobrar para a cidade? A feira é o que a Feira de Santana tem de diferente e notável. Se perder isto, o que restará à cidade? Se a feira é a única coisa que a distingue dos demais? (MOREIRA, 1997, p. 320).

Seguindo essa mesma linha de pensamento, o poeta, pintor e arquiteto Juraci Dórea Falcão afirma “vão acabar a beleza e a poesia da feira, sufocada pela modernização” (MOREIRA, 1997, p. 320).

Segundo Moreira (1996, p. 206), na opinião dos barraqueiros, aqueles que irão sofrer de imediato os reflexos da mudança da feira, para “Manoel Alves, com uma barraca de hortigranjeiros, não crê na tranquilidade do pequeno comerciante no Centro. Já Antônio Demétrio, alojado no mercado, acha a medida oportuna, pois o estado atual de comercialização sem higiene e organização, é deprimente”, o que tornava oportuna a transferência.

Na opinião dos proprietários de casas comerciais, inicialmente haveria uma redução no volume de vendas. Todavia, o movimento comercial seria restabelecido paulatinamente, devido ao hábito da população local e de outras regiões em efetuar suas compras no centro comercial, cujas lojas oferecem os mais diversificados tipos de produtos.

A previsão dos proprietários das lojas concretizou-se. O comércio na área central foi restabelecido e continuou a se expandir na direção leste da Avenida Getúlio Vargas, passando a ocupar áreas que eram residências, cujos moradores se deslocaram para outras localidades, originando novos bairros dentro e fora do Contorno Rodoviário, que vem apresentando um grande adensamento populacional.

A transferência da feira livre para o Centro de Abastecimento provocou mudanças nos hábitos de compra da população de Feira de Santana e de regiões circunvizinhas, que passou,

com a chegada dos supermercados, a fazer compras nesses estabelecimentos que ofereciam, além de gêneros alimentícios, uma gama diversificada de produtos, a alternativa de vendas com cartão de crédito com a possibilidade de pagamento parcelado, além de disponibilizar vagas para estacionamento gratuito, dentre outras vantagens que traziam comodidade para a clientela.

Essa relação especial está na base da formação da identidade da *urbe* e da imagem que a população local e de outras localidades fazem acerca do espaço urbano feirense, percebido não só como “Princesa do Sertão”, mas, como local de amplas possibilidades comerciais.

Na década de 1980, os períodos extensos de seca e a falta de perspectiva para geração de emprego e renda impossibilitaram a permanência de muitas famílias em seus locais de origem, contribuíram para o êxodo populacional migratório do campo para a cidade, de pessoas ou famílias inteiras moradoras de pequenos municípios vizinhos, ou que vêm de outros estados em busca de ocupação objetivando melhorar a qualidade de vida, face às alternativas oferecidas pela cidade de Feira de Santana nos setores de serviço, comércio e indústria.

Para Jorge Amado (apud BOAVENTURA, 2006, p. 244), “Feira de Santana é uma capital. Não apenas porque o progresso que a anima deixou de ser, há muito, o lento caminhar das cidadezinhas do interior, dando-lhe dimensão metropolitana, mas porque essa cidade é a cabeça de uma região, é a porta de entrada e saída de uma civilização sertaneja do couro”, o “Portal do Sertão”.

CAPÍTULO IV

4 OS ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS DE FEIRA DE SANTANA

A subnormalidade habitacional para a camada mais pobre da população brasileira, principalmente na área urbana, não é um fato recente. Começa a se tornar mais evidente no início do século XIX, após a fixação, no Rio de Janeiro, em 1808, da Família Real e sua corte, acompanhada de uma comitiva de, aproximadamente, 15.000 pessoas.

A necessidade de abrigar os membros mais eminentes da comitiva em locais que apresentassem condições adequadas de moradia implicou a remoção de várias famílias para outras áreas da cidade, onde passaram a viver em condições precárias, dividindo cômodos com outras pessoas sem nenhuma relação de parentesco sujeitando-se à perda da privacidade. Os banheiros, sanitários e outras instalações eram utilizados de forma coletiva em habitações que ficariam conhecidas como cortiços (Figura 46).

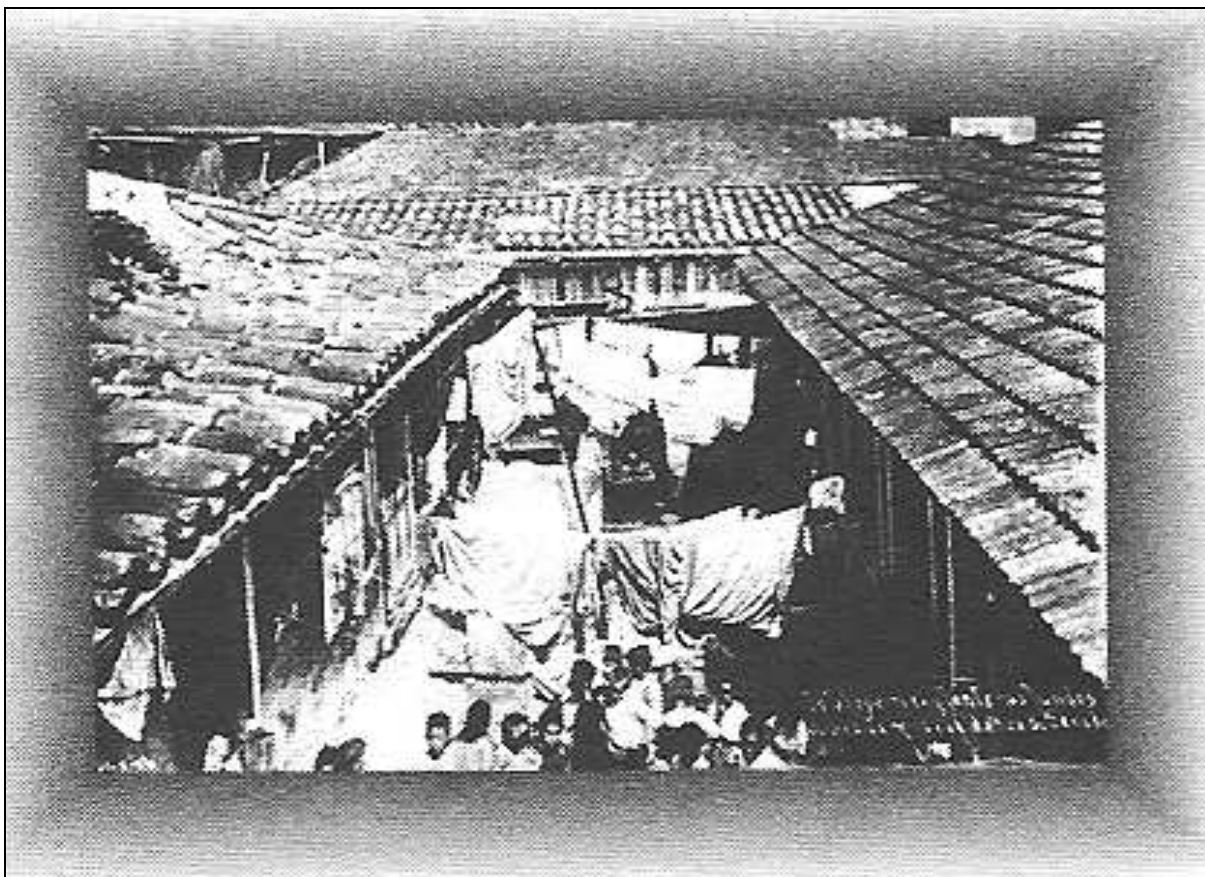


Figura 46. Cortiço no Rio de Janeiro - 1870.

Fonte: Aluísio Azevedo (1999) - O Cortiço.

Com o passar do tempo, à medida que a população da cidade do Rio de Janeiro crescia, aumentava o número de cortiços, dentre eles, o mais famoso, o “Cortiço Cabeça de Porco”.

Azevedo (1999) já denunciava a exploração e as péssimas condições de vida dos moradores dessas estalagens na década de 1870, nos quais habitavam 11% da população do Rio de Janeiro.

Os habitantes dos cortiços sofriam todos os tipos de discriminação, inclusive, eram acusados pelas autoridades sanitárias de serem os causadores de focos de doenças e epidemias. Segundo Azevedo (1999, p. 10), essas moradias coletivas recebiam várias denominações, dentre elas: “‘viveiros de larvas sensuais’ e ‘brejo de lodo quente e fumegante’, engendravam e acolhiam o crescente proletariado urbano, indispensável pelos serviços essenciais que prestavam à cidade, que se expandia econômica e demograficamente, porém sem oferecer suficientes moradias dignas”.

Azevedo (1999, p. 15) registra que,

em 1867, existiam no Rio de Janeiro 502 cortiços, onde moravam cerca de 15 mil pessoas. Em 1888, esse número já havia se elevado para 1.331, com 46 mil moradores. Os donos desses amontoados de casinhas eram geralmente comerciantes portugueses ou mesmo integrantes da aristocracia. No final do século XIX, o próprio conde d’Eu, por exemplo, marido da princesa Isabel, era proprietário de um enorme cortiço, conhecido como Cabeça de Porco, onde moravam mais de 4 mil pessoas.

Esse fenômeno tem sido discutido por vários pesquisadores, dentre eles, Azevedo (1999) em “O Cortiço”, de 1890, romance que, serviria de tema para um filme, dirigido por Francisco Ramalho Junior, em 1997.

A formação de cortiços e de outras moradias em condições precárias não ficou restrita à cidade do Rio de Janeiro, ocorreria em São Paulo, Belo Horizonte, Recife e em Salvador. Nos dias atuais, inumeráveis aglomerados urbanos continuam se formando no espaço brasileiro. Em Feira de Santana, por exemplo, segundo levantamento efetuado pelo Pemas (2001) foram cadastrados, em 2000, cinquenta assentamentos em situação de subnormalidade, constituídos por invasões em áreas públicas ou privadas, em loteamentos irregulares e clandestinos.

Segundo a mesma fonte, estimava-se que, em 2000, residiam nessa condição cerca de 23.500 famílias, correspondendo, aproximadamente, a um contingente de 116.000 pessoas, o equivalente a 24,1% da população da época, que era de 480.949 habitantes.

Esse indicador reflete uma situação de gravidade em termos sociais e de ocupação do espaço territorial para o município, porquanto mais da metade desse contingente populacional ocupam áreas consideradas insalubres ou de proteção ambiental.

4.1 O surgimento e a evolução dos assentamentos subnormais

O desenvolvimento da cidade até 1878 ocorreu no sentido norte, em torno do sítio Alto da Bela Vista seu núcleo original. Todavia, com a ligação do tronco ferroviário entre Feira de Santana e Cachoeira, em 1876, observou-se o redirecionamento desse crescimento no sentido sul, seguindo a linha férrea.

Posteriormente, devido ao aumento da população e a conseqüente demanda por novas áreas para a construção de moradias, o espaço territorial urbano também se expande na direção leste e oeste (Figura 47).

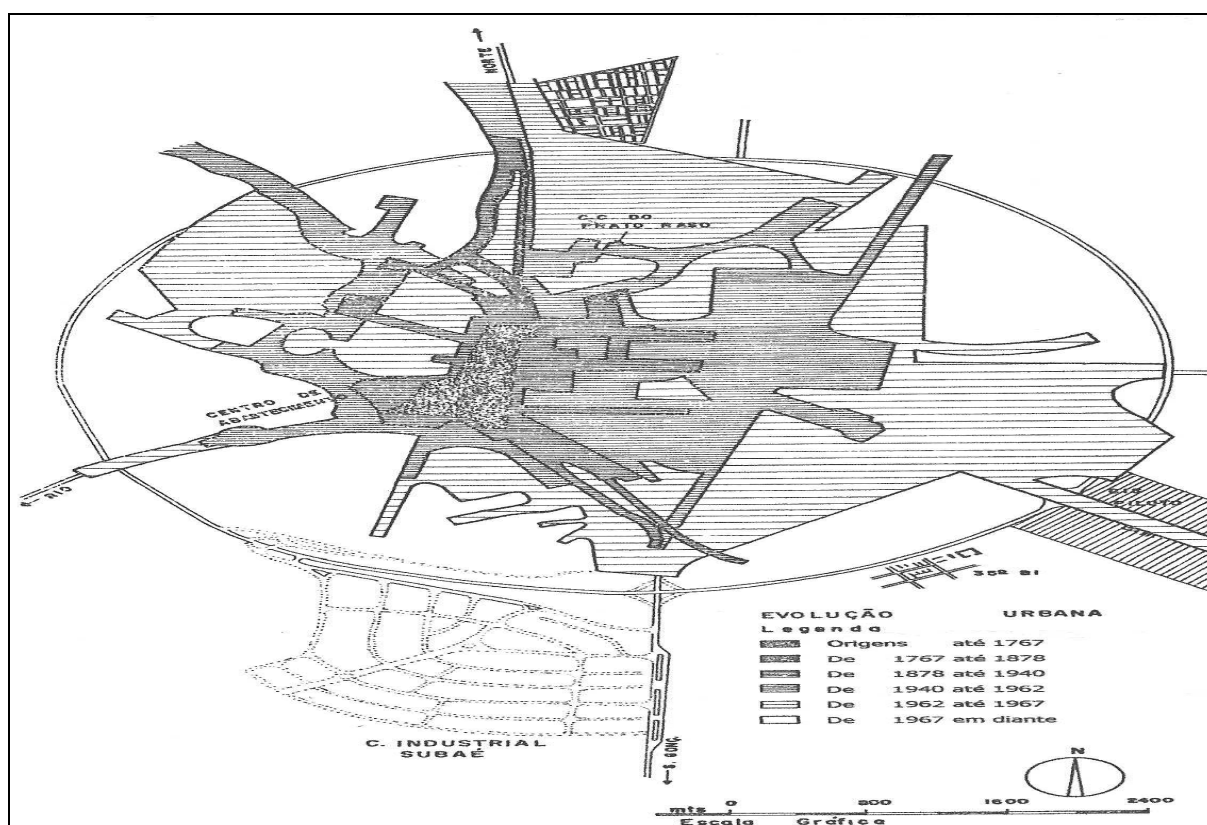


Figura 47. Evolução da população urbana em Feira de Santana.

Fonte: PDLI, 1968.

Desde a sua origem até o final da década de 1960, quando no município de Feira de Santana a população rural se igualava à urbana, que em sua maioria residia de forma

concentrada no centro da cidade, o espaço territorial urbano limitava-se ao atual Rodo-Anel, o Anel de Contorno, Avenida de Contorno ou Contorno Rodoviário.

A cidade crescia de forma concêntrica, com o aproveitamento das áreas mais próximas à zona central em que ficava localizada a área comercial. Observa-se que, até o final dessa década, os problemas defrontados pela cidade com relação à moradia não eram relevantes, embora a deficiência de infraestrutura com relação ao saneamento básico, transporte, calçamento, dentre outros, que existia naquele momento e em parte persiste até os dias atuais, principalmente em termos de saneamento básico e pavimentação de ruas.

Segundo Santo (2003), até 1968, Feira de Santana não disponibilizava de um instrumento de planejamento urbano. Por tal razão, a cidade crescia de forma espontânea, sem observância às Leis e Normas que regulam o uso e ocupação do solo⁶⁹.

Essa situação de anormalidade condicionou o governo municipal a elaborar o Plano de Desenvolvimento Local Integrado, um dos primeiros do país, cujo estudo teve início naquele mesmo ano.

Esse estudo orientou a implementação de várias ações no município. Além das ações voltadas para o planejamento urbano da cidade, o Plano identificou a necessidade da instalação de um Distrito Industrial, como forma de permitir a inserção e uma maior participação da economia de Feira de Santana no contexto regional e nacional.

Conforme já citado, a instalação do parque industrial em Feira de Santana passou a atrair grande número de migrantes de outras regiões e do próprio município, provocando um esvaziamento do campo.

Devido a sua topografia predominantemente plana, com poucas ladeiras e sem morros na área urbana, com um extenso local freático e lagoas, os empreendedores imobiliários não se sentiram incentivados a investir na construção de grandes edificações na cidade, cujo espaço territorial se espalhou horizontalmente em todas as direções, de forma desordenada.

Em decorrência do crescimento de malha urbana, vem acontecendo a anexação de áreas rurais ao perímetro urbano, promovendo um rápido processo de conurbação com os distritos de Maria Quitéria, Humildes, além da cidade de São Gonçalo dos Campos.

O crescimento de forma acelerada e na horizontalidade do espaço territorial da cidade é provocado, principalmente, pelo aumento da população migrante, geralmente de baixa

⁶⁹ Consultar:

FEIRA DE SANTANA. *Código de urbanismo e obras no município de Feira de Santana*. Lei nº 631 de 30 de julho de 1969.

FEIRA DE SANTANA. *Código de edificação do município*. Lei nº 632 de 09 de agosto de 1969.

FEIRA DE SANTANA. *Ordenamento do uso e da ocupação do solo*. Lei nº 1615 de 11 de novembro de 1992.

FEIRA DE SANTANA. *Código de meio ambiente*. Lei nº 1612 de 12 de dezembro de 1992.

renda, que sem recursos para alugar ou adquirir uma moradia em área mais próxima do centro da cidade ou do local do trabalho, de forma a possibilitar desenvolver qualquer atividade que proporcione uma fonte de renda, passou a se instalar na periferia, em locais sem infraestrutura, insalubres e de proteção ambiental, sem observar as leis ou normas de uso e ocupação do solo.

O município de Feira de Santana, apesar de dispor de todo um instrumental regulatório em relação ao uso e ocupação do solo, não tem conseguido implementar ações que inibam a ocupação desordenada dos espaços urbanos.

Assim, em consequência do desequilíbrio habitacional existente na cidade, com um déficit crescente, a cada dia observa-se o surgimento de novos assentamentos subnormais⁷⁰ nos vetores Norte e Sul, na área externa ao Contorno Rodoviário, em áreas não ocupadas pelos inúmeros Condomínios Fechados, edificadas para a moradia da classe média, público que, em função de maior nível de renda, tem acesso ao mercado imobiliário.

No período compreendido entre 1960 e 2000, segundo o IBGE (2008), a população urbana de Feira de Santana foi acrescida de um contingente de 361.846 habitantes. No mesmo espaço de tempo, o estoque de domicílio cresceu em 91.364 unidades, o suficiente para abrigar 365.456 pessoas, considerando uma média de quatro pessoas por família. Ocorreu assim um equilíbrio entre a oferta no estoque de moradias e o crescimento populacional.

Diante desses dados, surge o questionamento: como pode se falar em déficit de moradia, quando há um equilíbrio entre oferta e procura por habitações? Para esse questionamento tem-se a seguinte resposta: a existência do déficit habitacional em Feira de Santana se relaciona diretamente com o alto nível de incidência de pobreza existente no município, que segundo o IBGE, (2003), correspondia a 36,1%, em 2001, o equivalente a 173.815 pessoas, que em tese não tinham renda suficiente para alugar ou adquirir os 15.338 domicílios não-habitados (vagos, fechados ou de uso ocasional) que existiam em estoque em Feira de Santana.

Em 2001, conforme o Pemas (2001), foram cadastrados no município 50 assentamentos subnormais, com 23.524 domicílios, sendo 13.610 unidades em favelas e 9.914 unidades em loteamentos irregulares. Habitavam naqueles locais 67.097 pessoas, nas favelas, e 48.876 nos loteamentos irregulares, totalizando 115.973 habitantes (Tabela 11).

⁷⁰ O Programa Habitat Brasil BID define por ocupações irregulares os assentamentos subnormais: a irregularidade da titulação dominial, ocupações em terrenos ou edificações não próprios, titulação incompleta, assentamentos em áreas de risco, falta de infraestrutura adequada, dentre outros.

Tabela 11. Número de áreas e domicílios em assentamentos subnormais em Feira de Santana - 2001.

Subnormalidade	Quantidade	Nº domicílios	População	% em relação ao estoque de domicílios
Favelas	27	13.610	67.097	14,9
Loteamentos irregulares	23	9.914	48.876	10,8
Total	50	23.524	115.973	25,7

Fonte: Pemas, 2001.

A topografia de Feira de Santana apresenta-se pouco acidentada, com uma bacia hidrográfica formada por rios, riachos e lagoas, algumas delas em processo de extinção por soterramento para efeito de construção de moradias, que ficam sujeitas a desmoronamentos e desabamentos pela falta de uma adequada infraestrutura.

Segundo levantamento do Pemas (2001), o cadastramento atingiu 23 localidades em áreas de risco e proteção ambiental (Tabela 12), que apresentam insalubridade e contribuem para poluir os mananciais hídricos ainda existentes.

Tabela 12. Moradias situadas em área de risco e proteção ambiental em Feira de Santana - 2001.

Subnormalidade	Quantidade	Nº domicílios	População
Insalubre (lixões e alagados)	17	7.421	36.585
Proteção de mananciais	2	1.200	5.916
Área de preservação permanente	4	3.800	18.734
Total	23	12.421	61.235

Fonte: Pemas, 2001.

De acordo com o Pemas (2001, p. 10), a população inserida na faixa de renda de 0 a 3 Salários Mínimos (SM), não tinha “em geral, condições de ter acesso a moradia pelos mecanismos normais de mercado, seja pelo alto custo unitário da casa, seja pelo baixo nível de salário [...], sendo a sub-habitação um aspecto estrutural da formação social de Feira de Santana [...]”, situação que se estende por todo o País.

O Pemas (2001) registra que o governo municipal de Feira de Santana, através do Planolar, entre 1977 e 1982, construiu 600 unidades, que foram distribuídas em sete núcleos habitacionais populares: França, Caribe, Campo Limpo, Gabriela, Aviário, Jardim Icó, e Jardim Sucupira. De 1983 a 1987, foram construídas 496 unidades através do Projeto

Mutirão, distribuídas nos núcleos: Aviário, Santo Antônio dos Prazeres, Rocinha, Campo do Gado Novo, Campo Limpo e nos distritos de Maria Quitéria, Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro (Estrada do Feijão), Jaíba (sede e Mantiba), Humildes (sede e Limoeiro) Tiquaruçu e Jaguará, com área construída de 15 m² cada embrião. Entre 1988 e 1992, foram distribuídos 4.286 lotes (Tabela 13).

Tabela 13. Distribuição de lotes para construção de moradias pelo Planolar em Feira de Santana no período de 1988 a 1992.

Localização dos lotes	Quantidade
Aviário	359
Tomba	82
São João do Cazumbá	48
Alto do Papagaio	318
Jussara	309
Gabriela	195
Baraúna/Galiléia	198
Mangabeira I	193
Agrovila	336
Queimadinha	82
SIM	15
Rocinha	217
Novo Horizonte	96
Santo Antônio dos Prazeres II	123
Campo Limpo I, II, III	53
Jardim Acácia	50
Rua Nova	57
Conjunto Morada das Águas	19
Conjunto Morada das Árvores	10
Conceição	18
Conjunto Amazonas	176
Alto de Santana	63
Campo do Gado Novo	38
Arco-Íris	683
Distritos	263
Lotes avulsos	285
Total	4.286

Fonte: Pemas, 2001.

O mesmo relatório chama a atenção para o fato que a maior parte dos loteamentos irregulares foi criada pelo Plano Municipal de Habitação Popular (Planolar), com o objetivo de promover a ocupação de áreas públicas do município. Ação que foi implementada sem a adoção de um ordenamento e de infraestrutura básica nas áreas ocupadas.

De acordo com os dados apresentados pelo Pemas (2001), a maior parte dos assentamentos subnormais de Feira de Santana localiza-se na periferia, em áreas sem infraestrutura básica, de preservação ambiental ou de mananciais hídricos que, por sua vez, em época de chuvas intensas, estão susceptíveis a inundações e alagamentos.

Nesse mesmo período, num processo incontrolável de apropriação do solo urbano de domínio público (contando às vezes com a conivência ou aquiescência da prefeitura municipal) e privado, surgiram vários loteamentos, em sua maioria, irregulares ou clandestinos, cujos beneficiários foram apenas os agentes imobiliários.

Para se ter uma idéia da expansão do espaço territorial urbano de Feira de Santana, conforme o Pemas (2001), em duas décadas, a iniciativa privada lançou 649 loteamentos, disponibilizando 80.839 áreas para a construção de moradias. Desse total, 73,7% foram considerados irregulares ou ilegais. Estão localizados fora do Anel de Contorno 471 loteamentos, evidenciando o processo de ocupação de áreas consideradas rurais, onde predominavam fazendas e chácaras.

Assim, os proprietários fundiários na visão capitalista de acumulação de riquezas, de forma espoliativa, conscientes da valorização que sempre ocorre em áreas beneficiadas com investimentos em infraestrutura e serviços de uso coletivo para permitir as condições de habitabilidade de uma população, passaram a manter nesses loteamentos estoques de terrenos com fins especulativos. Desse modo, estariam restringindo por determinado tempo o acesso dessas áreas à população de menor poder aquisitivo, que forçosamente buscou outras áreas de terra com custo mais acessível para fixar suas moradias, com localização ainda mais distante do centro urbano e do local de trabalho.

Quanto a essa questão, Corrêa (1989, p.16) emite o parecer:

os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerado possível, especialmente uso comercial ou residencial de *status*. Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada do que a rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no *valor de troca* da terra e não no seu valor de uso (grifo do autor).

A propriedade fundiária da periferia urbana, sobretudo aquela da grande cidade, constitui-se no alvo de atenção dos proprietários de terras. Isto se deve ao fato de estar ela diretamente submetida ao processo de transformação do espaço rural em urbano.

Tal situação leva a admitir que, quando uma determinada área sofre valorização, começa o processo de “expulsão branca” daquele extrato da população de menor poder

aquisitivo (mais pobre), que, ao vislumbrar a perspectiva de auferir um ganho com a venda de sua moradia, dela se desfaz.

Assim procedendo, como primeira opção, na tentativa de manter os laços sociais constituídos na comunidade, busca adquirir uma casa de menor valor no mesmo local ou na proximidade. Quando essa pretensão não é satisfeita, tenta o aluguel. Caso não obtenha êxito, sai em busca de uma nova área para fixar residência, geralmente conseguindo em área ainda mais distante da qual habitava, às vezes, em condições precárias e de subnormalidade, no que tange a infraestrutura e serviços de uso coletivo.

Analisando essa questão, Corrêa (1989, p. 21) refere-se que, para os promotores imobiliários “na sociedade capitalista não há interesse das diferentes frações do capital envolvidas na produção de imóveis em produzir habitações populares. Isto se deve, basicamente, aos baixos níveis dos salários das camadas populares, face ao custo da habitação produzida capitalisticamente”, situação que é evidenciada em Feira de Santana e em todo o País.

Ainda na avaliação de Corrêa (1989, p. 22),

o capital não tem interesse em produzir habitações para as camadas populares. Numa sociedade onde parte ponderável da população não tem acesso à casa própria ou mesmo não tem condições de pagar aluguel, a estratégia dos promotores imobiliários é basicamente a seguinte:

(a) dirigir-se, em primeiro lugar, à produção de residências para satisfazer a demanda solvável: e

(b) obter ajuda do estado no sentido de tornar solvável a produção de residências para satisfazer a demanda não-solvável.

A existência de uma demanda solvável saturada e de uma não-solvável insatisfeita explica o interesse do capital imobiliário em obter ajuda do Estado, de modo a permitir tornar viável a construção de residências para as camadas populares: créditos para os promotores imobiliários, facilidades para desapropriação de terras, e créditos para os futuros moradores.

Kowarick (1993, p. 35) opina que: “como acumulação e especulação andam juntas, a localização da classe trabalhadora passou a seguir os fluxos dos interesses imobiliários”, situação vivenciada por grande parte da população de baixa renda de Feira de Santana.

Com relação às áreas subnormais em loteamentos irregulares cadastrados pelo Pemas (2001), de um contingente de 9.914 moradias, 1.791 delas se encontram localizadas em áreas alagadas (Tabela 14).

Tabela 14. Áreas subnormais em loteamentos irregulares em Feira de Santana.

Localidade	Área de risco	Nº habitações
Agrovila	-	213
Alto Santana	-	74
Alto do Papagaio	-	577
Arco-Íris	-	1.360
Conceição I (Nova esperança)	-	291
Conceição II	-	300
Campo Limpo I	-	45
Campo Limpo II (Rua Gonçalves Dias)	-	20
Campo Limpo III	-	18
George Américo	-	3.200
Campo do Gado Novo	-	315
Cidade Nova (Rua Gonçalves Dias)	-	80
Jardim Iço	-	10
Jardim Sucupira I	-	20
Jardim Sucupira II	-	40
Jussara I e II	-	900
Morada das Árvores	-	60
Mangabeira I, II, III, IV e VI	-	200
Tomba I e II (Ildes Fernandes e Conjunto Amazonas)	-	400
Subtotal 01	-	8.123
Aviário	Alagado	1.553
Baraúna/Gabriela	Alagado	188
Jardim Cruzeiro	Alagado	50
Subtotal 02		1.791
Total	-	9.914

Fonte: Pemas (2001).

Segundo o Pemas (2001), a quantidade de moradias em situação de subnormalidade localizada em favelas e loteamentos irregulares já atingiu um patamar de insustentabilidade o que é preocupante, devido à forma como vêm proliferando.

Das 27 áreas subnormais em favelas cadastradas pelo Pemas (2001), com um contingente de 13.610 moradias, 11 núcleos, com 4.630 residências, encontram-se localizados em áreas suscetíveis a inundações. Enquanto 07 núcleos, com 4.800 habitações, localizam-se em áreas de proteção de mananciais, de preservação ambiental e de alagado (Tabela 15).

Tabela 15. Áreas subnormais em favelas de Feira de Santana.

Localidade	Área de risco	Nº habitações
Estação Nova	-	80
Estrada de Terra Dura	-	150
Jussara	-	1.200
Irmã Rosa e Fonte do Mato (Jardim Acácia)	-	150
Novo Horizonte	-	800
Parque Panorama	-	400
Pau da Miséria	-	50
SIM	-	150
Subtotal 01	-	2.980
Avenida Canal	Inundação	700
Feira V	Inundação	80
Feira VI	Inundação	450
Feira VII	Inundação	100
Feira IX	Inundação	250
Feira X	Inundação	800
Gabriela I, II e III	Inundação	700
Jardim Cruzeiro	Inundação	150
Parque Ipê I e II	Inundação	400
Santo Antônio dos Prazeres	Inundação	500
Tanque do Urubu	Inundação	350
São João do Cazumbá	Inundação	150
Subtotal 02		4.630
7 de setembro (Buraco Doce)	Proteção de Manancial	600
Fonte de Lili	Proteção de Manancial	600
Subtotal 03		1.200
Prato Raso	Preservação Ambiental	1.500
Rocinha	Preservação Ambiental	1.500
Três Riachos	Preservação Ambiental	100
Santa Mônica I e II	Preservação Ambiental	700
Subtotal 04		3.800
Avenida Anchieta	Alagado	1.000
Subtotal 05		1.000
Total		13.610

Fonte: Pemas (2001).

A partir de 1970, com o aumento do fluxo migratório, começam a surgir problemas de moradia em Feira de Santana, que não estava devidamente preparada para receber esse novo contingente populacional devido à falta de recursos financeiros, à deficiente infraestrutura e à qualidade dos equipamentos de serviços de uso coletivo existentes na época.

Em busca de alternativas que amenizassem a questão, o município contou com o apoio dos governos Federal, através do Banco Nacional de Habitação (BNH), e Estadual, através da empresa de Habitação e Urbanização da Bahia (Urbis).

Conforme o Pemas (2001), em Feira de Santana, através do sistema cooperativo habitacional, entre 1972 e 1991, foram construídos 7 conjuntos habitacionais e 6 condomínios de casas e apartamentos com 3.456 unidades (Tabela 16).

Tabela 16. Conjuntos habitacionais e condomínios construídos através de cooperativas em Feira de Santana, no período de 1972 a 1991.

Nome	Construção	Tipo	Unidade
Conjunto Centenário	1972	Casa	291
Conjunto ACM	1977	Casa	178
Conjunto Milton Gomes	1978	Casa	203
Conjunto Morada das Árvores	1979	Casa	270
Conjunto João Paulo II	1980	Casa	410
Condomínio Vale dos Rios	1980	Apt°	126
Conjunto Morada do Sol	1981	Casa	340
Condomínio José Falcão da Silva	1983	Apt°	126
Condomínio J. J. Lopes de Brito	1985	Apt°	224
Condomínio Parque das Acácias	1988	Apt°	210
Condomínio Prisco Viana	1989	Apt°	168
Condomínio Cajueiro	1991	Apt°	360
Condomínio Parque Lagoa Grande	1991	Apt°	640
Total			3.456

Fonte: Pemas, 2001.

Oliveira registra que, no período de 1987 a 2004, a Caixa Econômica Federal (CEF) financiou em Feira de Santana a construção de 18 conjuntos habitacionais de casas com 8.409 unidades (Tabela 17).

Tabela 17. Conjuntos habitacionais financiados pela Caixa Econômica Federal em Feira de Santana, no período de 1987 a 2004.

Nome	Construção	Tipo	Unidade
Conjunto Francisco Pinto	1987	Casa	517
Conjunto Homero Figueiredo	1990	Casa	501
Conjunto Feira IX	1990	Casa	1.400
Conjunto Luiz Eduardo Magalhães	1990	Casa	219
Conjunto Oyama Fegueiredo	1990	Casa	161
Conjunto Viveiros	1991	Casa	1.720
Conjunto Arco-Íris	1991	Casa	499
Conjunto Alvorada	1991	Casa	500
Conjunto Luciano Barreto	1991	Casa	236
Conjunto Terra do Bosque	1993	Casa	70
Conjunto Chácara Mangabeira	1993	Casa	90
Conjunto Feira VII	1995	Casa	1.600
Residencial Princesa do Sertão - Ala Norte	2003	Village	160
Residencial Princesa do Sertão - Ala Sul	2003	Village	160
Residencial Princesa do Sertão - Ala Leste	2003	Village	160
Residencial Santa Efigênia	2003	Village	176
Residencial São Bartolomeu	2003	Village	176
Residencial Jardim Sucupira	2003	Village	64
Total			8.409

Fonte: Seplan, 2001 e CEF, 2006 (informação prestada pela instituição ao autor).

Contando com o apoio do governo do estado da Bahia através programa desenvolvido pela Urbis, de acordo com a Pemas (2001), no período de 1968 a 1986, foram construídos sete conjuntos habitacionais de casas, com 7.428 unidades. Para aquisição da unidade, a exigência era de um SM época (Tabela 18).

Tabela 18. Conjuntos habitacionais construídos pela Urbis em Feira de Santana, no período de 1968 a 1986.

Nome	Construção	Tipo	Unidade
Conjunto Feira I	1968/1969	Casa	639
Conjunto Feira II	1970/1971	Casa	1.027
Conjunto Feira III	1977/1979	Casa	565
Conjunto Feira IV	1980/1982	Casa	413
Conjunto Feira V	1983/1982	Casa	630
Conjunto Feira VI	1984/1983	Casa	530
Conjunto Feira X	1985/1986	Casa	3.624
Total			7.428

Fonte: Pemas, 2001.

Com base nos dados levantados na pesquisa de campo efetuada por este autor em 7 comunidades de Feira de Santana no período de outubro de 2007 a setembro de 2008, confrontados com os indicadores extraídos dos Censos e Contagens da População IBGE (1970, 1980, 1991 1996, 2008) e de pesquisa realizadas pelo Pemas (2001) e pela Conder (2008), SEI (2003, 2005, 2008b) dentre outros, verifica-se que o município de Feira de Santana se defronta com um grave problema da carência habitacional que afeta, principalmente, o extrato da população com faixa de renda entre 0 e 3 Salários Mínimos (SM).

Os dados que constam na Tabela 19 e no Gráfico 10 apontam uma variação na composição das classes de rendimento salarial entre 1991 e 2000. Em 1991, 87,5% da renda familiar da população de Feira de Santana se encontra na faixa de até 3 SM, passando para 80,5%. Ocorrendo assim uma melhoria na distribuição de renda desse extrato da população, cuja condição solvável é um fator impeditivo para adquirir ou alugar uma casa, ou comprar um terreno em área adequada para moradia, por não atender as exigências impostas pelo mercado imobiliário (proprietários fundiários e promotores imobiliários), que em decorrência de economia de escala, maior margem de lucro e menor risco, faz uma clara opção por operar com a classe de maior poder aquisitivo.

Tabela 19. Distribuição da renda mensal dos chefes de família por classe de renda em Feira de Santana.

Rendimento em (SM)	Classe de rendimento mensal						
	Até 1 SM	Entre 1 e 3 SM	Entre 3 e 5 SM	Entre 5 e 10 SM	Mais de 10 SM	Sem rendimento	Sem declaração
1991	68,0	19,5	3,5	2,1	0,1	3,6	2,5
2000	54,8	25,7	6,2	3,7	1,8	7,5	0,3

Fonte: IBGE - Censos demográficos, 1991, 2000.

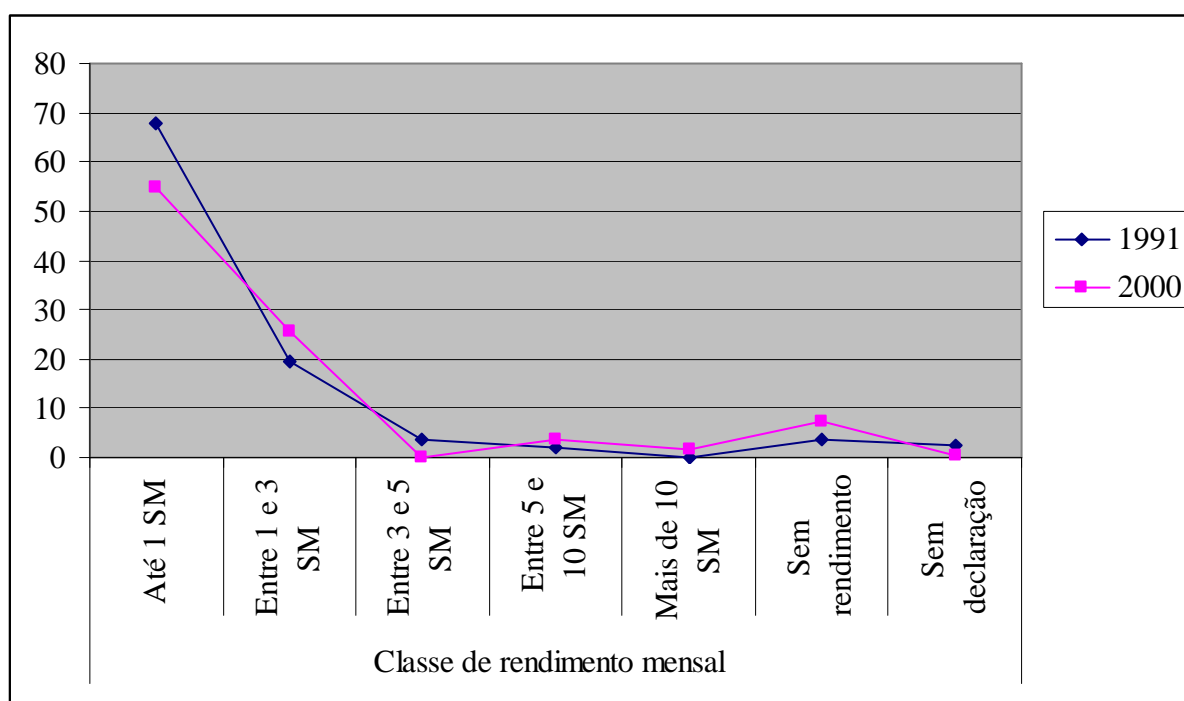


Gráfico 10: Distribuição da renda mensal dos chefes de família por classe de renda em Feira de Santana.

Fonte: IBGE - Censos demográficos, 1991, 2000.

Uma melhoria na distribuição de renda não serviu para resolver o problema de moradia da camada mais pobre da população de Feira de Santana. As restrições impostas pelos operadores do mercado imobiliário, que retêm, nas áreas mais valorizadas da cidade, estoques de terrenos e de casas, cujos preços os tornam inacessíveis para esse extrato da população, concorreu para o impasse. Sem poder participar desse mercado, o pedido de apoio do governo municipal constitui uma tentativa frustrante, devido à limitações orçamentárias, não tem possibilidade de atender à demanda que cresce a cada dia.

A premente necessidade de ter um teto para se abrigar funciona no sentido de solicitar ajuda aos governos estadual e federal, cujo apoio, às vezes, não é imediatamente concretizado.

Assim a população, desiludida da possibilidade de obter, das três esferas governamentais, o beneficiamento oriundo dos recursos subsidiados para o financiamento da construção ou aquisição da casa própria, sem outra alternativa, passa a residir em áreas cada vez mais afastadas do centro da cidade ou distantes dos locais de trabalho em situação de precariedade, em assentamentos subnormais.

A extensão do espaço territorial de Feira de Santana, que avança horizontalmente, dificulta a ação de fiscalização das Secretarias responsáveis por acompanhar, controlar a construção de moradias em áreas de risco e proteção ambiental, devido à forma organizada e eficaz como ocorre a posse de áreas públicas ou privadas no Município (Figura 48).



Figura 48. Ocupação irregular de uma área de terra na localidade “Curva do Atola”, no bairro Santo Antônio dos Prazeres.

Fonte: Tribuna Feirense – Ano X n° 1.988, 3 de setembro de 2008, p. 1.

Ocorre assim, em Feira de Santana, a situação prevista por Lefebvre (2004 p. 111), “[...] a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando aos conflitos”, que se

refletem nas desigualdades sociais, destacando-se, dentre elas, as questões que dizem respeito à população que reside, de forma precária, nos assentamentos subnormais localizados nos 44 bairros da cidade (Figura 49).

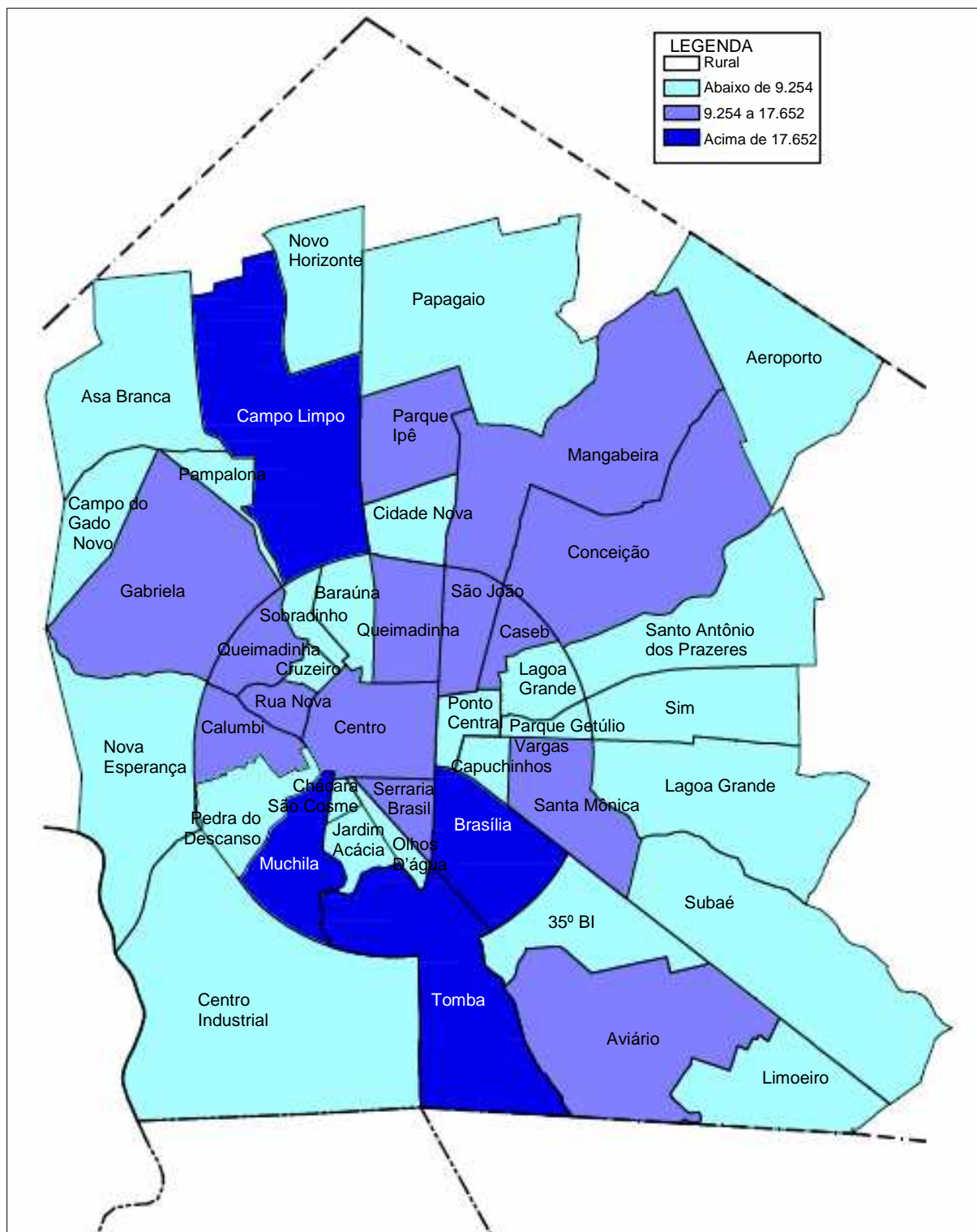


Figura 49. Localização dos bairros de Feira de Santana.

Fonte: PDDU, 2000. Atualizada pela Seplan, 2008.

4.2. Características dos assentamentos subnormais

A existência de assentamentos subnormais em Feira de Santana e por todo o País testemunha o grave problema de exclusão social que afeta, principalmente, os centros urbanos brasileiros, independentemente da localização, do tamanho e do espaço territorial, estendendo-se das grades metrópoles aos pequenos aglomerados urbanos.

O crescimento acelerado da economia de Feira de Santana nas três últimas décadas do século XX, em vez de distribuir, aumentou a concentração de riquezas, não promovendo os benefícios esperados para a maior parte de sua população, que continua a conviver com problemas econômicos e sociais, entre eles, moradia, violência, criminalidade, tráfico e consumo de drogas, que crescem a cada dia.

Nesse mesmo período, conseqüentemente, na mesma direção, evoluiu o contingente populacional, que provocou um adensamento populacional e o surgimento de vários assentamentos subnormais, que são identificados pejorativamente como guetos, favelas, áreas perigosas da cidade, no caso de Feira de Santana, alguns deles localizam-se próximos a Condomínios Fechados, habitados pela classe de maior poder aquisitivo.

A localização da maioria dos assentamentos subnormais em áreas inapropriadas para a fixação de residência é um retrato do elevado índice de pobreza e desigualdade que Feira de Santana e inúmeras cidades baianas e brasileiras apresentam.

Ao se tomar por base os indicadores médios de pobreza e desigualdade da Bahia e confrontá-los com os mesmos indicadores das cinco cidades mais populosas do Estado, observa-se que a incidência da pobreza é elevada, o mesmo ocorrendo com as desigualdades sociais (Tabela 20 e Gráficos 11 e 12).

Os indicadores de pobreza e desigualdade social encontrados pelo IBGE (2000, 2003), para Feira de Santana são apenas inferiores ao de Salvador, sendo também elevados e refletem na baixa qualidade de vida dos seus moradores que, mesmo assim, comparativamente, se encontram em melhor situação em relação aos habitantes das três outras cidades, que têm um adensamento populacional bem menor.

Tabela 20. Comparativo de pobreza e desigualdade na Bahia, Feira de Santana e cidades selecionadas.

Indicadores	C1	C2	C3	C4	C5	C6
Incidência de pobreza	43,5	35,8	36,1	39,1	45,2	57,5
Limite inferior da incidência da pobreza	40,4	23,6	26,2	30,8	37,1	48,6
Limite superior da incidência da pobreza	46,5	47,9	46,1	47,3	53,4	66,4
Incidência da pobreza subjetiva	46,8	26,3	37,2	40,8	48,7	47,3
Limite inferior da incidência da pobreza subjetiva	43,9	21,5	32,3	36,4	43,5	42,4
Limite superior da incidência da pobreza subjetiva	49,7	31,1	42,2	45,3	53,9	52,2
Índice de Gini	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4
Limite inferior do índice de Gini	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4
Limite superior do índice de Gini	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4

Fonte: IBGE - Censo demográfico, 2000. Pesquisa de orçamentos familiares – POF, 2002, 2003.

Legenda

- C1 - Bahia
- C2 - Salvador
- C3 - Feira de Santana
- C4 - Vitória da Conquista
- C5 - Juazeiro
- C6 - Camaçari

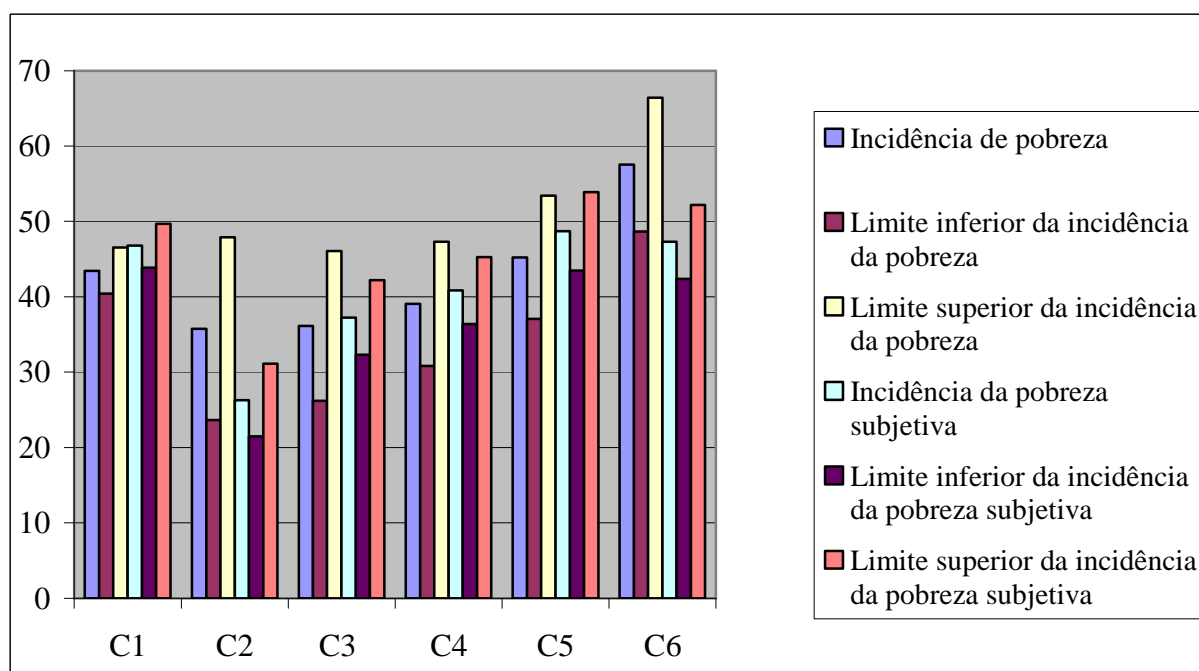


Gráfico 11. Comparativo do Índice de Pobreza na Bahia, Feira de Santana e cidades selecionadas.

Fonte: IBGE - Censo demográfico, 2000. Pesquisa de orçamentos familiares - POF, 2002, 2003.

Legenda

C1 - Bahia
 C2 - Salvador
 C3 - Feira de Santana
 C4 - Vitória da Conquista
 C5 - Juazeiro
 C6 - Camaçari

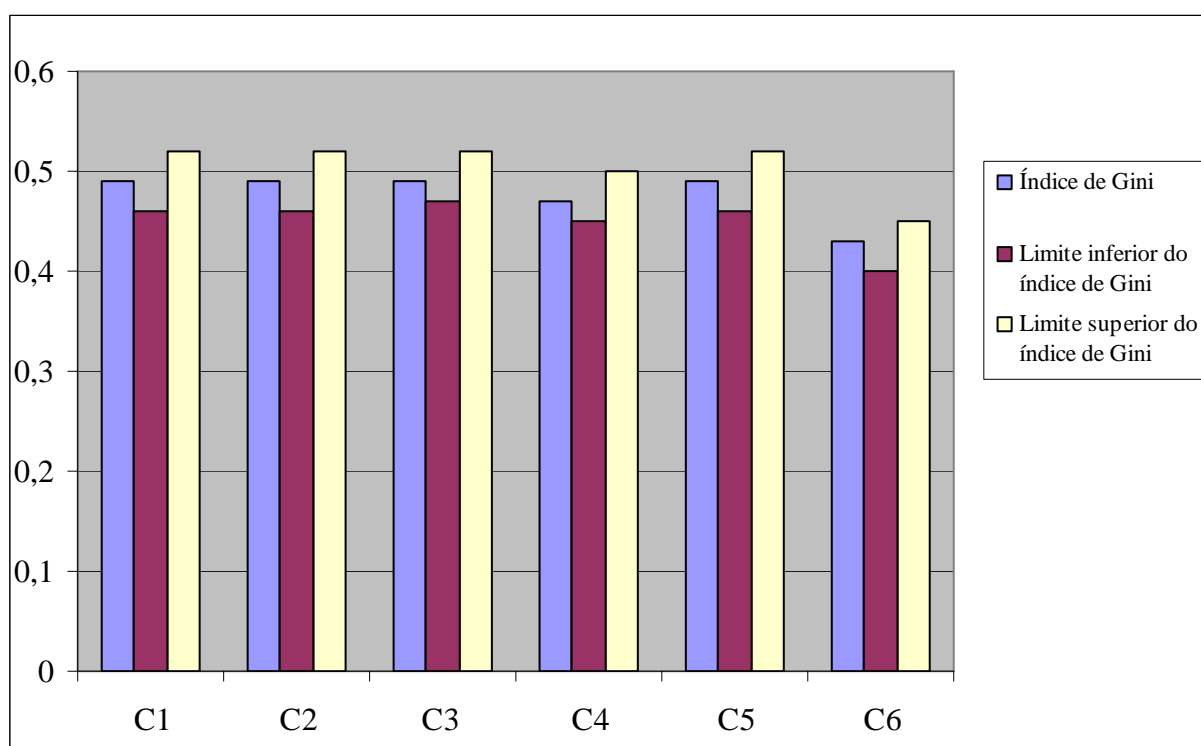


Gráfico 12. Comparativo do Índice de Gini na Bahia, Feira de Santana e cidades selecionadas.

Fonte: IBGE - Censo demográfico, 2000. Pesquisa de orçamentos familiares - POF, 2002, 2003.

Legenda

C1 - Bahia
 C2 - Salvador
 C3 - Feira de Santana
 C4 - Vitória da Conquista
 C5 - Juazeiro
 C6 - Camaçari

Os indicadores apresentados pelo IBGE (2000, 2003) são confirmados pelos resultados obtidos na pesquisa realizada com 300 famílias residentes em sete assentamentos subnormais de Feira de Santana, o equivalente a 14% desse universo, que retratam um grave quadro de exclusão social.

A pesquisa realizada por este autor, em assentamentos subnormais da cidade, abrangeu as comunidades de: Invasão Avenida Anchieta; Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto;

Fonte de Lili; Invasão da Rocinha; Invasão Renascer; Invasão Juca Campelo e Invasão Tanque do Urubu.

A identificação das comunidades para serem objeto de abordagem da pesquisa não ocorreu de forma aleatória. Foram selecionadas através de uma análise dos resultados apresentados no Pemas (2001), que fez um levantamento dos assentamentos subnormais de Feira de Santana e procedeu a hierarquização de 27 deles.

Na escolha dos 7 assentamentos para efeito da pesquisa, algumas variáveis foram levadas em consideração, entre elas, destacam-se:

a) comunidades que sofreram intervenção direta do poder público: Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto e Fonte de Lili;

b) comunidades que sofreram intervenção indireta do poder público: Invasão Avenida Anchieta; Invasão Renascer e Invasão Tanque do Urubu;

c) comunidades que não sofreram intervenção do poder público: Invasão da Rocinha e Invasão Juca Campelo.

Para um melhor entendimento e formação de valor sobre os assentamentos enfocados, torna-se oportuno apresentar a caracterização sumária de cada assentamento e a caracterização geral da amostra pesquisada, cuja localização encontra-se destacada na Figura 50.

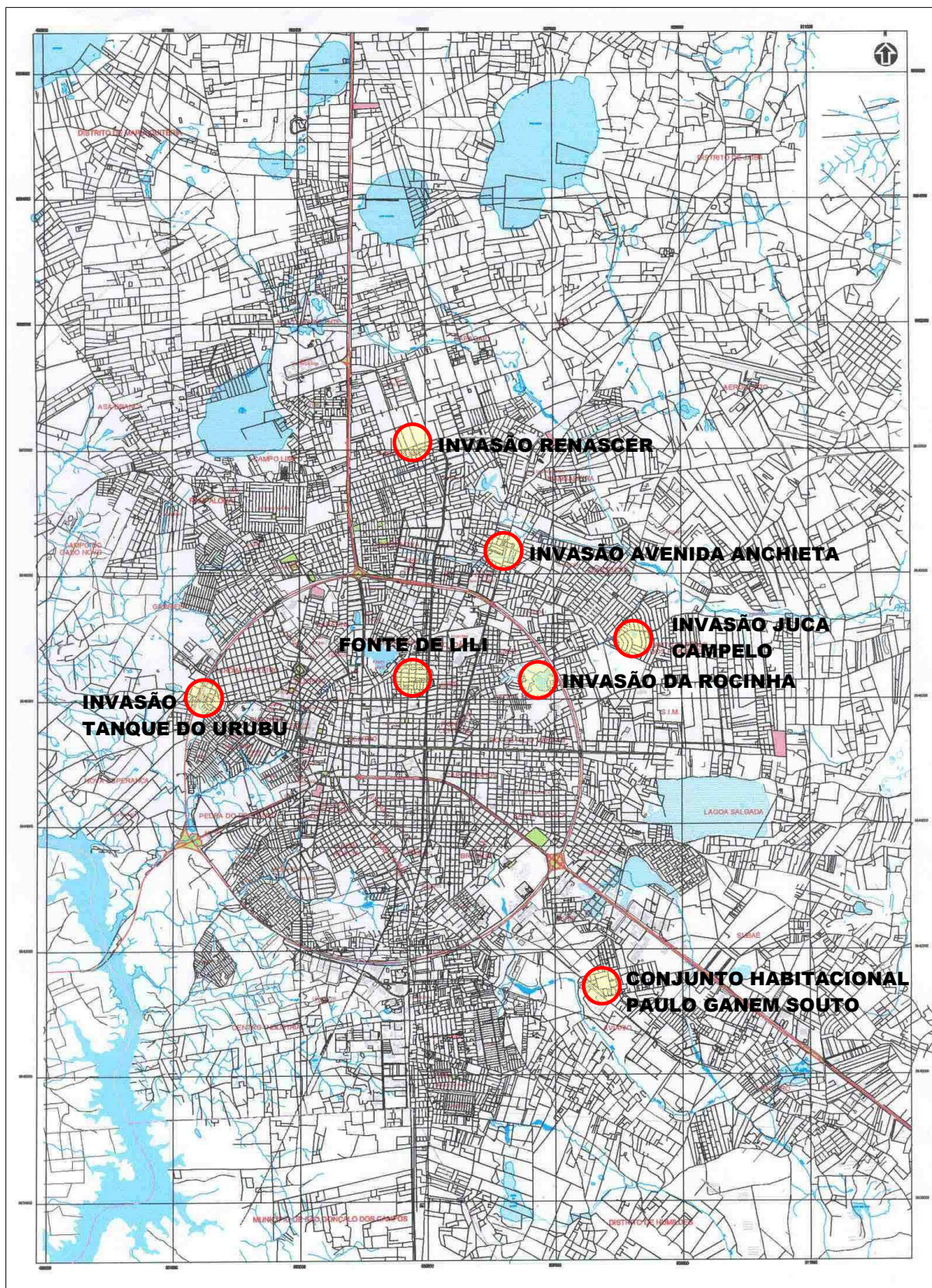


Figura 50. Localização dos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Fonte: CAR - Base cartográfica de Feira de Santana, 2000. Atualizada pela Seplan, 2008.

--- Delimitação do assentamento.

4.2.1 Invasão Avenida Anchieta

De acordo com a Seplan (2006), a invasão da Avenida Anchieta, atualmente denominada de Avenida Ayrton Sena da Silva, situa-se no vetor Nordeste da cidade, na área da antiga linha da Rede Ferroviária Federal, entre os bairros Mangabeira, Conceição e o Conjunto Antônio Carlos Magalhães, na parte externa do Anel de Contorno, tendo como principais vias de acesso a Avenida João Durval Carneiro e a Avenida Contorno (Figura 51).



Figura 51. Tomada aérea da Invasão Avenida Anchieta.

Fonte: CAR - Base cartográfica de Feira de Santana, 2000.

----- Delimitação do assentamento.

Conforme dados da Seplan (2001, 2001a, 2006, 2008), confirmados pela líder da comunidade Maria Marques dos Santos e por outros moradores⁷¹, a ocupação da área conhecida como Toca do Leão, na qual atualmente se localiza esse assentamento, foi iniciada pouco tempo após a desativação da linha férrea, por pessoas oriundas da zona rural, de outros bairros do município e de cidades circunvizinhas.

De acordo com as citadas fontes, o espaço territorial do assentamento era superior ao atual e ocupava tanto a parte interna quanto a externa do Anel de Contorno. Na década de 1980, ocorreram duas intervenções nessa área. A primeira, com a desobstrução da área que se estendia do *Shopping Center* Iguatemi, atual *Boulevard*, até o Anel de Contorno, na atual Avenida João Durval Carneiro, e a segunda, após o Anel de Contorno, na atual Avenida Ayrton Sena da Silva.

Segundo declarações de populares da localidade, as duas intervenções realizadas pelo governo municipal implicaram a remoção de várias famílias para o Conjunto Fraternidade, construído com o fim específico de abrigar parte desse contingente populacional.

A população que não foi atingida pela remoção, um número considerável de famílias, permanece instalada em uma área próxima ao Anel de Contorno, entre o Conjunto Antônio Carlos Magalhães e os bairros Conceição e Mangabeira.

A população da localidade, conforme levantamento efetuado pela Seplan (2006) para efeito da implantação do Projeto de Participação Comunitária⁷², que envolve a participação dos governos municipal, estadual e federal, e tem por objetivo efetuar a urbanização da Avenida Ayrton Sena, será remanejada para uma área próxima. Ação que só será viabilizada com a remoção dos moradores desse assentamento.

O cadastramento efetuado pela Seplan (2006) mostrou que, nos 285 imóveis, do total de 331, residiam 344 famílias perfazendo uma população de 1.081 habitantes, com uma ocupação por domicílio em torno de 3,8 pessoas. Desse contingente, 50,7% eram do sexo feminino e 49,3% do sexo masculino.

Ainda conforme a Seplan (2006), observa-se que, apesar da existência de residências tipo multifamiliar, o tipo de ocupação predominante na área alvo de intervenção é a unifamiliar. Nas residências cadastradas, foram identificados 59 casos de co-habitação, que corresponde a 20,7% desse universo.

Os moradores entrevistados pela Seplan (2006) afirmaram que a co-habitação em alguns casos é a alternativa encontrada pelas famílias para resolver, ainda que

⁷¹Os outros entrevistados solicitaram a preservação de suas identidades.

⁷² O projeto conta com o apoio do Banco Mundial.

temporariamente, o problema de moradia que está vinculada: a) à constituição precoce de famílias nessas comunidades, b) à falta de moradia, c) ao alto índice de desemprego e à baixa renda da população, que impossibilita a aquisição ou construção da moradia, d) ao alto nível de analfabetismo, dentre outros fatores.

As famílias que residem em situação de co-habitação, principalmente em moradias de pequena dimensão, convivem num ambiente mais adensado e inadequado, sem as mínimas condições de conforto, compartilhando o mesmo espaço, sem nenhuma privacidade, enfim, de forma indesejável.

O cotejo entre os dados fornecidos pela Seplan (2006) e os obtidos por este autor, na pesquisa que abrangeu 45 residências da Invasão Avenida Anchieta, o equivalente a 15,7% do seu contingente, não apresentou grandes divergências, assemelharam-se em alguns indicadores, como pode se verificar a seguir.

No que tange à infraestrutura, pouca coisa mudou com relação ao que existia em 2006 na localidade. Em termos de saneamento básico, a situação continua crítica. Considerando que 97,8% dos entrevistados declararam que suas residências não têm ligação de rede de esgoto (Tabela 21 e Gráfico 13). A água servida e os dejetos sólidos são lançados a céu aberto (Figura 52), com destino a dois córregos que cortam a Invasão, os quais fazem parte da bacia do Rio Pojuca.

Tabela 21. Ligação domiciliar de esgoto sanitário na Invasão Avenida Anchieta.

Ligação	Quantidade	%
Sim	1	2,2
Não	44	97,8
Total	45	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

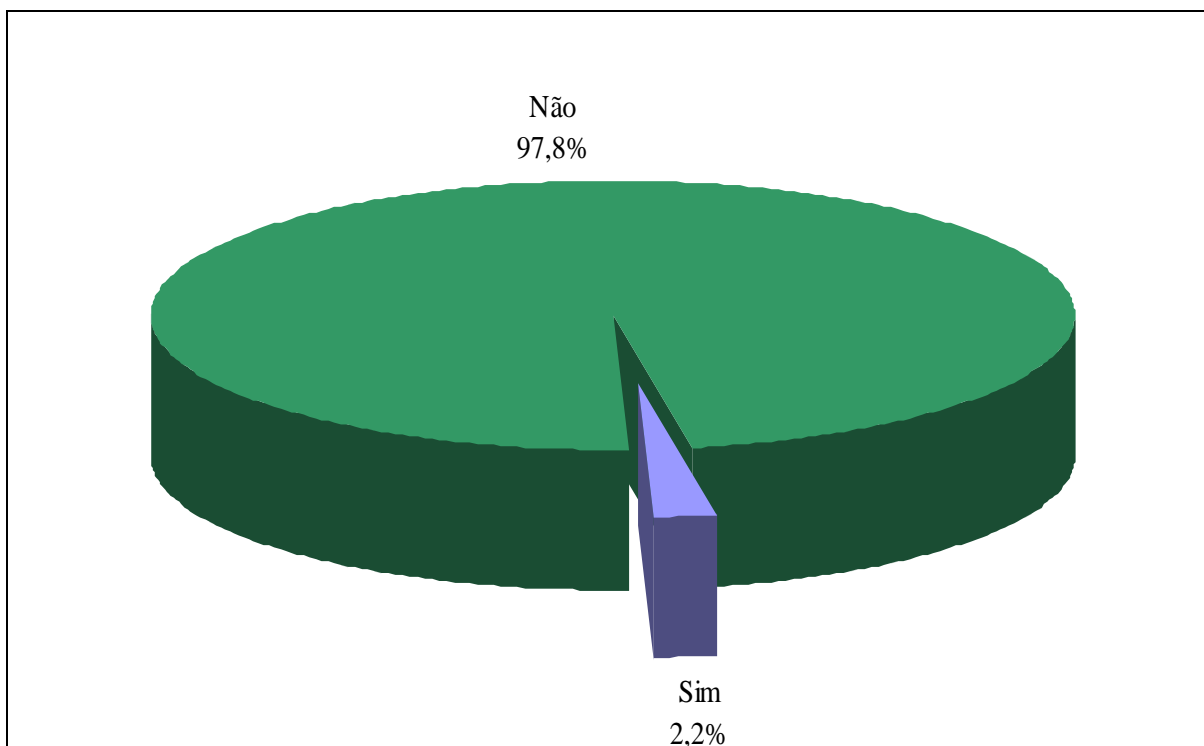


Gráfico 13. Ligações domiciliares de esgoto sanitário na Invasão Avenida Anchieta.
Fonte. Dados da pesquisa.



Figura 52. Invasão Avenida Anchieta – esgoto lançado a céu aberto
Fonte: Foto do autor, 2007.

De acordo com os relatos de alguns moradores, em períodos de chuva, os córregos, transbordam provocando alagamento e acúmulo de sujeira na maioria das casas que se encontram em áreas de baixadas, situação que contribui para a proliferação de doenças de veiculação hídrica.

O sistema viário apresenta várias deficiências, não há pavimentação nem drenagem, as ruas apresentam um traçado irregular, demonstrando a forma desordenada como se processou a ocupação (Figura 54).

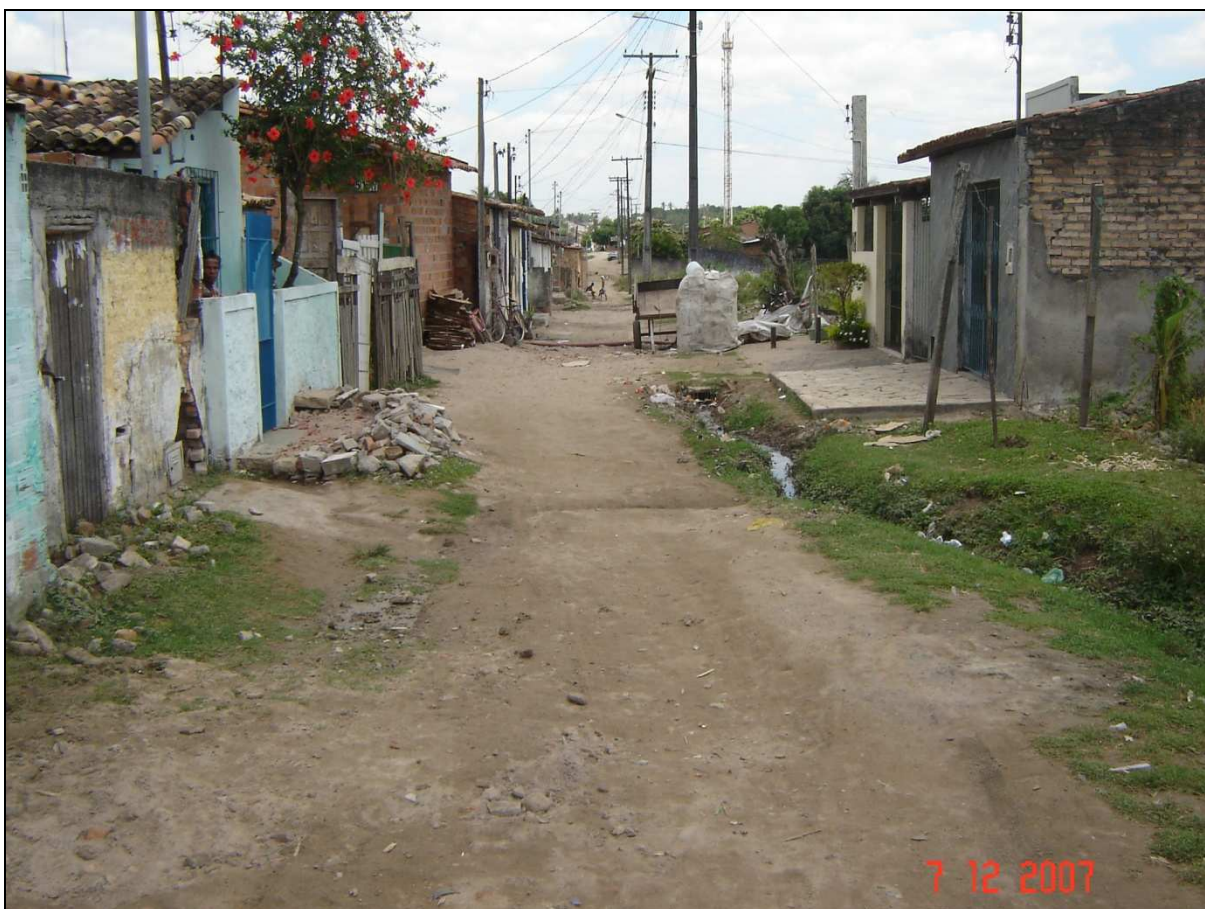


Figura 53. Invasão Avenida Anchieta – vias de acesso.

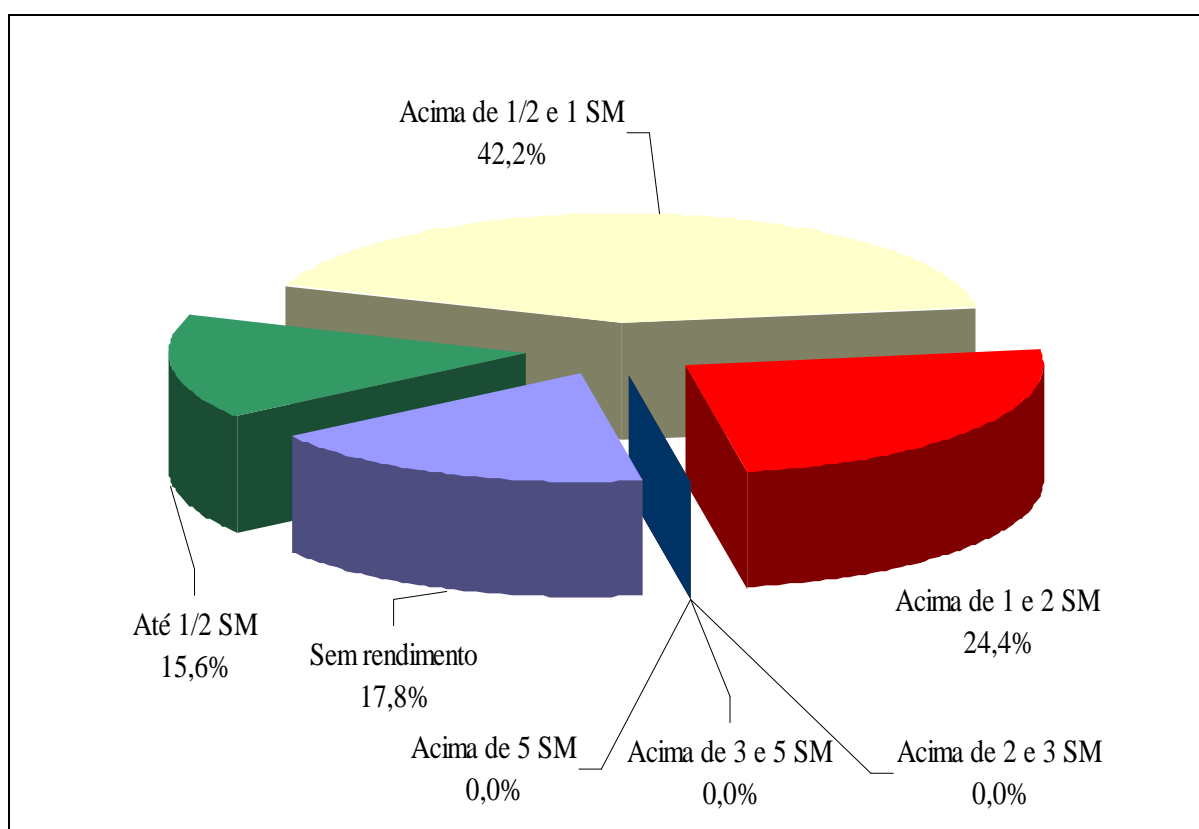
Fonte: Foto do Autor, 2007.

A pesquisa realizada por este autor revela que a renda familiar dos moradores não ultrapassa a 2 SM (Tabela 22 e Gráfico 14). A maior parte da população que se concentra na localidade depende do apoio do Programa Bolsa Família (PBF) e do Programa Benefício de Prestação Continuada (PBPC).

Tabela 22. Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão Avenida Anchieta.

Faixa de renda	Renda familiar	
	Quantidade	%
Sem rendimento	8	17,8
Até ½ SM	7	15,6
Acima de 1/2 e 1 SM	19	42,2
Acima de 1 e 2 SM	11	24,4
Acima de 2 e 3 SM	0	0,0
Acima de 3 e 5 SM	0	0,0
Acima de 5 SM	0	0,0
Total	45	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

**Gráfico 14.** Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão Avenida Anchieta.

Fonte: Dados da pesquisa.

O nível de escolaridade, que tem uma relação direta com a renda, ainda permanece crítico na Invasão Avenida Anchieta. Do universo pesquisado, 13,3% são analfabetos.

Enquanto 73,4% não concluíram o 1º grau e apenas 11,1% cursaram o 2º grau (Tabela 23 e Gráfico 15).

Tabela 23. Nível de escolaridade da população residente na Invasão Avenida Anchieta.

Escolaridade	Quantidade	%
Analfabeto	6	13,3
1º grau incompleto	33	73,4
1º grau completo	0	0,0
2º grau incompleto	1	2,2
2º grau completo	5	11,1
Curso técnico	0	0,0
3º grau incompleto	0	0,0
3º grau completo	0	0,0
Total	45	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

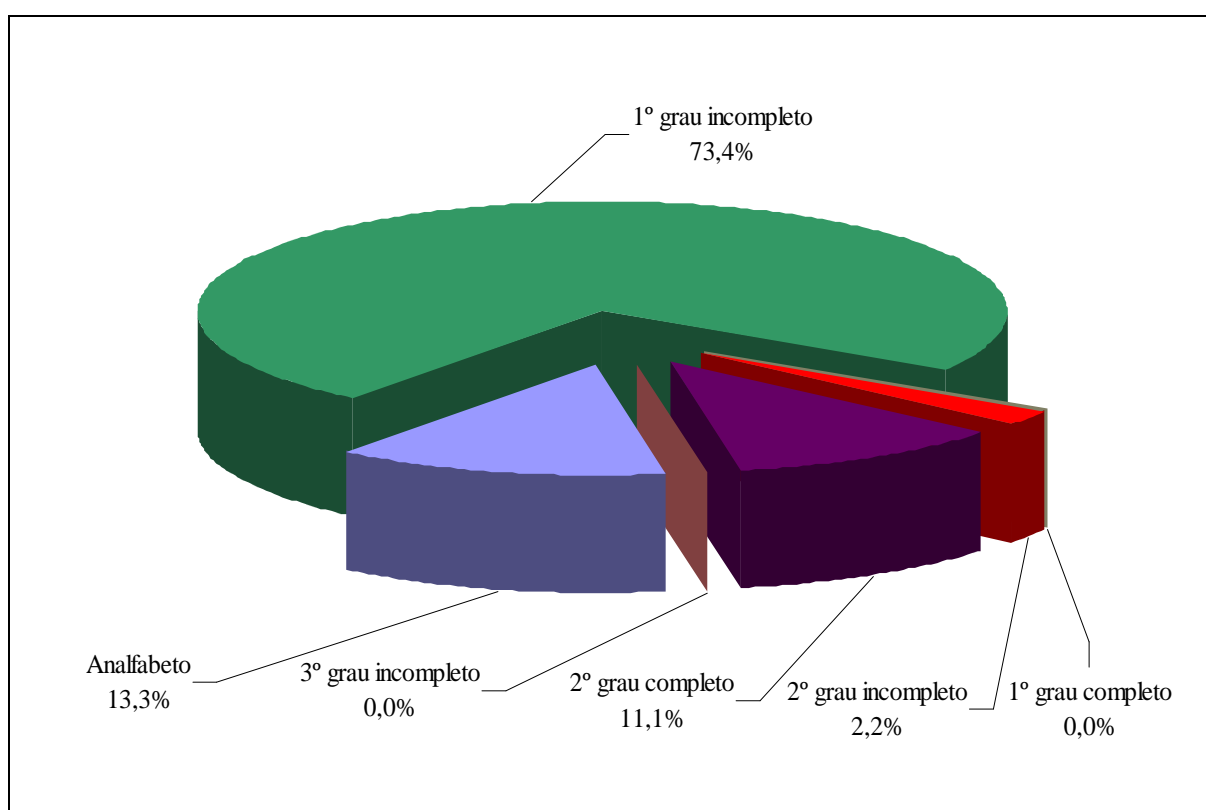


Gráfico 15. Nível de escolaridade da população residente na Invasão Avenida Anchieta.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2.2 Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto

O Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto está localizado no Bairro do Aviário, no vetor Sudeste da cidade (Figura 54). Margeado pela BR 324 no sentido Salvador, tem em seu entorno o Conjunto Penal de Feira de Santana, a Fundação de Amparo ao Menor de Feira (Fansf) e algumas empresas do CIS.



Figura 54. Tomada aérea do Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto.

Fonte: CAR - Base cartográfica de Feira de Santana, 2000. Atualizada pela Seplan, 2009.

--- Delimitação do assentamento.

Atualmente, abriga 396 famílias que residiam nos bairros: Aviário, Chácara São Cosme e Nova Esperança, em condições precárias, habitando barracões de adobe, madeira e papelão, sem nenhuma infraestrutura.

Segundo informações colhidas entre moradoras da localidade⁷³, a construção do conjunto teve início em 2003, contando com a parceria entre os governos: municipal, estadual

⁷³ Entrevistadas com residências há mais de 3 anos na localidade:

- Dilza Matos da Silva.
- Rosidalva Batista dos Santos.

e federal, e ocorreu em duas etapas. Na primeira, foram construídas 270 casas em regime de mutirão (Figura 55). Na segunda, através de recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), foram construídas as 126 restantes.



Figura 55. Moradores do Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto recebendo da Prefeitura Municipal de Feira de Santana material para construção ou expansão da moradia em regime de mutirão ou autoconstrução.

Fonte: Foto do autor, 2008.

De acordo as referidas informações e as observações efetuadas *in loco*, evidencia-se que o Conjunto Paulo Ganem Souto apresenta carências quanto a: pavimentação, serviço de transporte, escolas, creches, posto médico, posto policial e áreas de lazer.

A pesquisa realizada por este autor com 30 famílias, o equivalente a 7,6% do contingente populacional da localidade, registra que a renda familiar dos seus moradores não ultrapassa a 2 SM (Tabela 24 e Gráfico 16). Enquanto a maior parte de sua população depende do apoio dos Programas Sociais anteriormente citados.

Tabela 24. Distribuição da renda mensal por família residente no Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto.

Faixa de renda	Renda familiar	
	Quantidade	%
Sem rendimento	0	0,0
Até ½ SM	9	30,0
Acima de 1/2 e 1 SM	16	53,3
Acima de 1 e 2 SM	5	16,7
Acima de 2 e 3 SM	0	0,00
Acima de 3 e 5 SM	0	0,00
Acima de 5 SM	0	0,00
Total	30	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

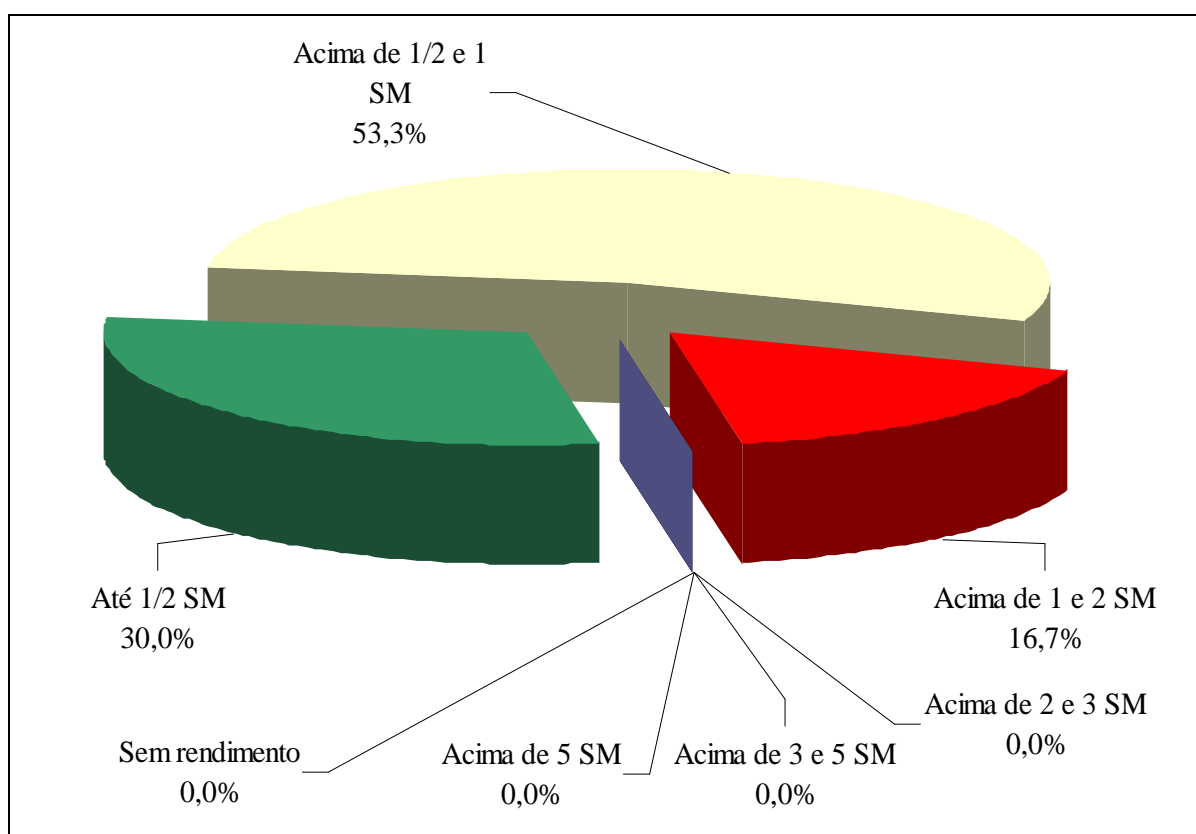


Gráfico 16. Distribuição da renda mensal por família residente no Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto.

Fonte: Dados da pesquisa.

A pesquisa também revelou que a maioria das famílias é chefiada por mães solteiras e com prole numerosa (Figura 56), cuja renda é oriunda do trabalho informal, geralmente como empregadas domésticas em residências próximas ao Conjunto em questão.



Figura 56. Reunião dos moradores do Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto.
Fonte. Foto do autor, 2008.

O nível de escolaridade, como ocorre nas demais localidades pesquisadas, ainda permanece crítico no Paulo Ganem Souto. Os dados revelaram que, da amostra pesquisada, 20% são analfabetos. Não concluíram o 1º grau 50% desse extrato e apenas 16,7% cursaram o 2º grau (Tabela 25 e Gráfico 17).

Tabela 25. Nível de escolaridade da população residente no Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto.

Escolaridade	Quantidade	%
Analfabeto	6	20,0
1º grau incompleto	15	50,0
1º grau completo	1	3,3
2º grau incompleto	3	10,0
2º grau completo	5	16,7
Curso técnico	0	0,0
3º grau incompleto	0	0,0
3º grau completo	0	0,0
Total	30	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

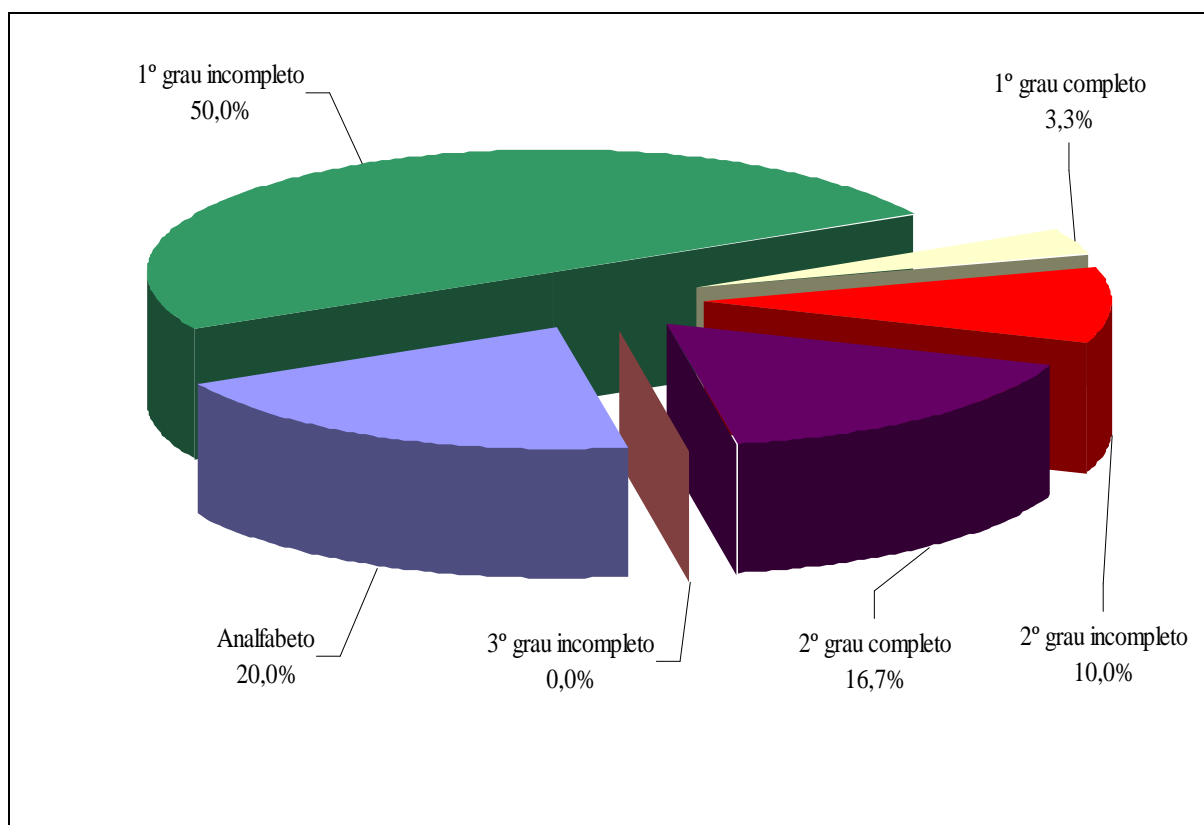


Gráfico 17. Nível de escolaridade da população residente no Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2.3 Fonte de Lili

A Fonte de Lili está localizada dentro do Anel de Contorno, no bairro da Queimadinha, vetor Nordeste da cidade, a trezentos metros do Centro. A comunidade surgiu de uma invasão ocorrida, há mais de 30 anos, em uma área que fazia parte de uma pequena fazenda pertencente a Leonildo Lourenço da Silva (Sr. Lili), que deu nome à fonte.

Segundo informações de moradoras da comunidade⁷⁴, na propriedade, inicialmente, existiu um curtume e, depois, uma olaria que eram abastecidos pela lagoa, próxima a essas unidades fabris.

Conforme as referidas depoentes, na década de 1960, foram construídas algumas casas para moradia dos empregados da olaria. Na década de 1970, após o fechamento dessa unidade e a desocupação das moradias, os herdeiros da propriedade decidiram, de início alugar as residências e, posteriormente, desmembraram-nas em lotes, os quais foram comercializados de forma irregular.

Ainda de acordo as mesmas fontes, por volta do ano de 1985, o local começou a ser invadido, processo intensificando a partir de 1992, com a intervenção do Planolar, que promoveu a distribuição de materiais de construção e prestou apoio logístico.

Revela a Seplan (2001a) que, a partir daquele momento, sem uma infraestrutura adequada, a localidade começou a passar por um rápido processo de adensamento populacional, de forma desordenada, o que provocou graves impactos ambientais, como: aterro da lagoa, contaminação do lençol freático, poluição da área devido ao lançamento de esgotos e acúmulo de lixo, causando também o risco de alagamento.

Assim, devido à área onde se encontra localizada a comunidade ter sido ocupada sob a forma de invasão, a maior parte das propriedades, até o momento presente, não regularizou a situação fundiária.

Conforme a Seplan (2001a), apenas 2,9% dos imóveis (cinco) são escriturados, 6,4% dos titulares comprovam a compra através de recibo, e a grande maioria, 90,6%, ocupa terrenos invadidos.

A área onde se encontra localizada a Fonte de Lili faz parte do Complexo que forma a Lagoa do Prato Raso que, por sua vez, integra-se ao Riacho Principal, afluente da Bacia do

⁷⁴ Entrevistadas:

- Geraldina Prazeres de Jesus, filha do Sr. José Matias de Jesus (falecido), primeiro morador da área.
- Rita de Souza Brito, residente há doze anos na área.
- Rita Normanda, moradora há aproximadamente trinta anos.
- Marizete Souza Santana comprou a casa há dezessete anos.
- Lindaura Francisco dos Santos, residente há quatorze anos na área.

Rio Jacuípe. A água da fonte tem uso doméstico e contribui como meio de sobrevivência (lavagem de roupa) para muitas famílias na área (SEPLAN, 2001a).

A localidade tem como principais vias de acesso a Av. Maria Quitéria e as ruas da Concórdia, Paulo VI e Teixeira de Freitas e, devido a sua ocupação de forma desordenada, interrompe a continuação das ruas Colatina, Artur Neiva e Rio Grande (Figura 57).



Figura 57. Tomada aérea da Fonte de Lili.

Fonte: CAR - Base cartográfica de Feira de Santana, 2000.

---- Delimitação do assentamento.

Até o ano de 2003, antes da intervenção urbanística na invasão Fonte de Lili através do Projeto Habitar Brasil/BID, os seus moradores viviam em condições de subnormalidade habitacional, num ambiente de insegurança devido à possibilidade de, a qualquer momento, perder sua moradia em consequência de inundações provocadas por chuvas torrenciais, que resultassem em elevação do volume d'água do canal que passa pela localidade (Figura, 58).



Figura 58. Situação de moradia da população residente na Fonte de Lili antes do início da intervenção urbanística - 2003.

Fonte: Pemas, 2001a.

No início da intervenção urbanística, segundo o cadastramento efetuado pela Seplan (2001a), residiam na localidade 266 famílias que formavam um contingente de 615 habitantes, com predominância do sexo feminino, que representava 52,8% desse universo.

Após a intervenção urbanística, a situação de moradia da população da Fonte de Lili não é mais de subnormalidade. Todavia, com base nos dados da pesquisa desenvolvida por este autor, observa-se que os outros indicadores de pobreza e desigualdade social sofreram pouca melhoria, em relação aos que existiam antes da intervenção pelo Projeto Habitar Brasil BID.

Um fato despertou a atenção deste autor, quando em uma das suas visitas à localidade. Alguns moradores beneficiados pelo programa de intervenção urbanística, recebendo moradias sem nenhum ônus, estão colocando-as à venda, conforme registrado na Figura 59. Ao buscar junto à proprietária da casa da foto, (que solicitou a preservação de sua identidade), saber qual o motivo que a levou a tomar aquela decisão, obteve a seguinte resposta: “A bandidagem é muito grande aqui. Meu filho está metido com traficantes e estou com medo dele ser morto. Para que ele não morra vou vender a casa e mudar daqui”.

Ainda por curiosidade, foi perguntado: “A Senhora já pensou em outro local onde morar?” Foi dada a seguinte resposta: “Não, quando vender a casa me mudo para qualquer lugar longe daqui”. Na expectativa de obter mais informações, uma outra pergunta: “Por quanto a senhora está vendendo a casa?” “Sem pestanejar, a entrevistada respondeu: “Estou vendendo por qualquer 5.000”. Para encerrar a entrevista: “O preço não está barato?” “Não sei, nada me custou. Só sei que tenho que sair daqui para salvar meu filho”.

A partir desse diálogo, é possível prever, com segurança, que a entrevistada, uma ex-favelada, após a venda da residência, voltará à condição de favelada em outro assentamento já existente, em fase de ocupação⁷⁵.



Figura 59. Fonte de Lili - casas construídas com recursos do programa Habitat Brasil BID.
Fonte: Foto do autor, 2007.

Na Fonte de Lili, o nível de pobreza continua elevado. Observa-se que, no universo pesquisado, 76,7% da renda familiar situam-se em até 1 SM. Enquanto apenas 20% têm uma

⁷⁵ Para um melhor entendimento sobre essa condicionante, consultar VALLADARES, L. do P. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

renda entre 1 a 2 SM , e que somente 3,3% têm uma renda entre 2 e 3 SM (Tabela 26 e Gráfico 18).

Tabela 26. Distribuição da renda mensal por família residente na Fonte de Lili.

Faixa de renda	Renda familiar	
	Quantidade	%
Sem rendimento	0	0,0
Até ½ SM	8	26,7
Acima de 1/2 e 1 SM	15	50,0
Acima de 1 e 2 SM	6	20,0
Acima de 2 e 3 SM	1	3,3
Acima de 3 e 5 SM	0	0,0
Acima de 5 SM	0	0,0
Total	45	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

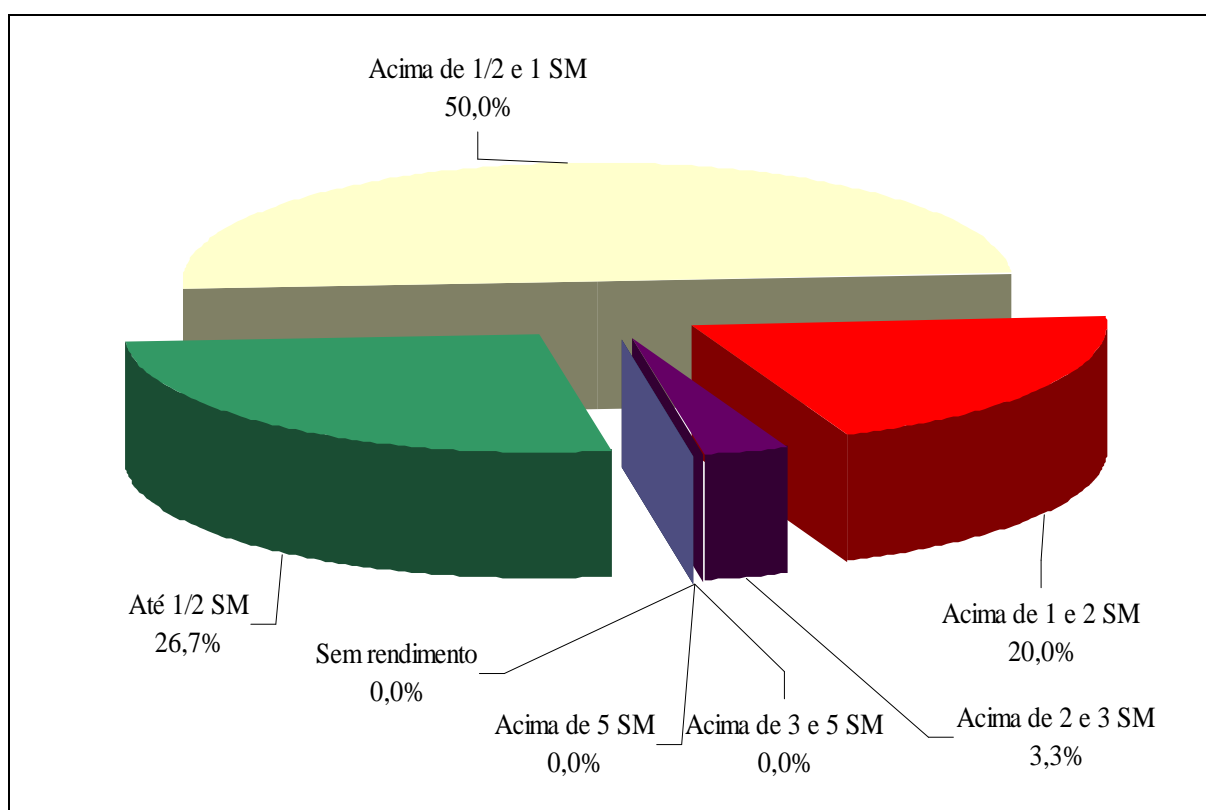


Gráfico 18. Distribuição da renda mensal por família residente na Fonte de Lili.

Fonte: Dados da pesquisa.

O nível de escolaridade da maior parte da população residente na localidade ainda permanece crítica. Os dados revelaram que, do universo pesquisado, 16,7% são analfabetos. Enquanto 66,7% não chegaram a concluir o 1º grau e, apenas 10% cursaram o 2º grau (Tabela 27 e Gráfico 19).

Tabela 27. Nível de escolaridade da população residente na Fonte de Lili.

Escolaridade	Quantidade	%
Analfabeto	5	16,7
1º grau incompleto	20	66,7
1º grau completo	2	6,7
2º grau incompleto	0	0,0
2º grau completo	3	10,0
Curso técnico	0	0,0
3º grau incompleto	0	0,0
3º grau completo	0	0,0
Total	30	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

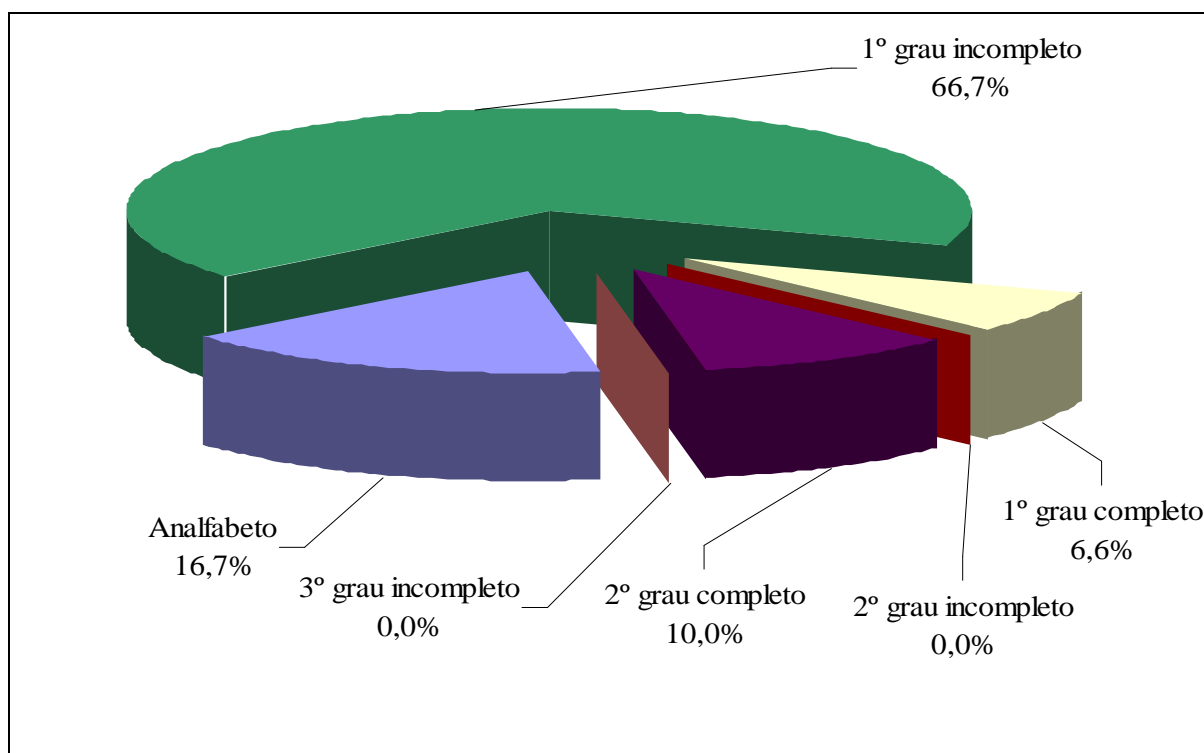


Gráfico 19. Nível de escolaridade da população residente na Fonte de Lili.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2.4 Invasão da Rocinha

A Invasão da Rocinha situa-se no bairro da Lagoa Grande, ao Leste do centro da cidade, dentro do Anel de Contorno, próximo dos bairros Caseb, Santo Antônio dos Prazeres, Parque Getúlio Vargas e o Ponto Central, com fácil acesso a três grandes vias de circulação da cidade: Avenida Getúlio Vargas, Avenida João Durval Carneiro e Avenida Eduardo Fróes da Mota.

De acordo com informações obtidas junto a moradores da localidade⁷⁶, na década de 1970, o Planolar distribuiu lotes e materiais para a construção de moradias numa área institucional no Loteamento Parque Arnold Silva.

Em seguida a essa iniciativa, outras áreas próximas à localidade foram ocupadas de forma desordenada de moradias, ocorrendo, inclusive para esse fim, o aterramento de parte da lagoa, manancial que integra a bacia do Rio Pojuca e que mantém lâmina d'água perene.

Denominada de Lagoa Grande, esse manancial d'água, que até a década de 1950, abastecia a população de Feira de Santana, atualmente bastante poluída em vista do lançamento de esgotos e do acúmulo de lixo que contaminam o lençol freático, ao mesmo tempo em que provocam o surgimento de doenças de veiculação hídrica, além de graves impactos ambientais.

De acordo com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER, 2008), a Rocinha é um dos maiores assentamentos subnormais de Feira de Santana, no que tange tanto a sua população quanto a sua extensão territorial (Figura 60).

⁷⁶ Entrevistados com residência na localidade há mais de 10 anos:

- Alda Maria dos Santos Oliveira.
- Osvaldo Oliveira.
- Marli Santana dos Santos.
- Rúbia Graciela de Souza Arnaldo.
- Sulamita Barbosa Lopes.



Figura 60. Tomada aérea da Invasão da Rocinha.

Fonte: CAR - Base cartográfica de Feira de Santana, 2000.

----- Delimitação do assentamento.

Na Invasão da Rocinha, segundo cadastramento efetuado pela Conder (2008), residem 3.014 famílias, formando um contingente de 11.362 habitantes, com uma média de 3,7 pessoas por família.

Ainda de acordo com a Conder (2008), existem duas áreas com características distintas na localidade. Na parte mais afastada da Lagoa, onde a ocupação encontra-se consolidada, a maioria das ruas apresenta um traçado ordenado e com pavimentação. Os serviços e equipamentos de uso coletivo atendem aos anseios de seus habitantes.

Enquanto na segunda área, isto é, naquela mais próxima da lagoa, o mesmo não ocorre. As vias de circulação são irregulares, sem pavimentação, o que provoca transtornos em períodos de chuva, em virtude da dificuldade de acesso.

Evidencia-se, nesses espaços, uma grande carência de áreas para lazer e de equipamentos comunitários. Enquanto são elevados os índices de violência, criminalidade, tráfico de drogas dentre outros.

Os indicadores encontrados por este autor, na pesquisa realizada em 95 famílias da comunidade, o equivalente a 3,2% do seu universo, não divergem daqueles apresentados no estudo desenvolvido pela Conder (2008)⁷⁷, que objetiva proceder a reurbanização do assentamento. A realidade é que os indicadores econômicos e sociais da população que habita a Invasão da Rocinha estão abaixo dos referenciais considerados ideais pela ONU (2008).

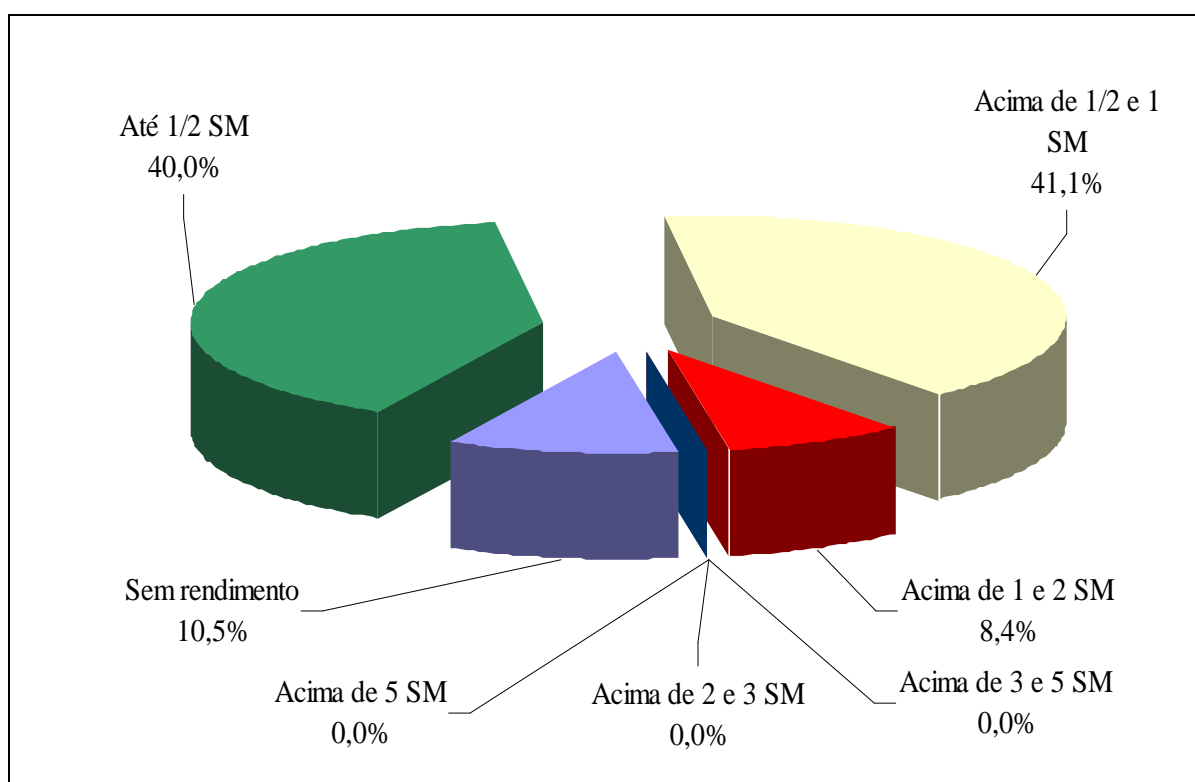
O nível de pobreza na localidade é elevado. Entre os pesquisados, 10,5% declararam-se sem rendimento. Enquanto 81,1% situam-se na faixa de renda familiar de até 1 SM, e somente 8,4% têm uma renda entre 1 e 2 SM (Tabela 28 e Gráfico 20).

⁷⁷ Ação desenvolvida na localidade em atendimento ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Projeto Integrado de Desenvolvimento Socioambiental.

Tabela 28. Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão da Rocinha.

Faixa de renda	Renda familiar	
	Quantidade	%
Sem rendimento	10	10,5
Até ½ SM	38	40,0
Acima de 1/2 e 1 SM	39	41,1
Acima de 1 e 2 SM	8	8,4
Acima de 2 e 3 SM	0	0,0
Acima de 3 e 5 SM	0	0,0
Acima de 5 SM	0	0,0
Total	95	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

**Gráfico 20.** Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão da Rocinha.

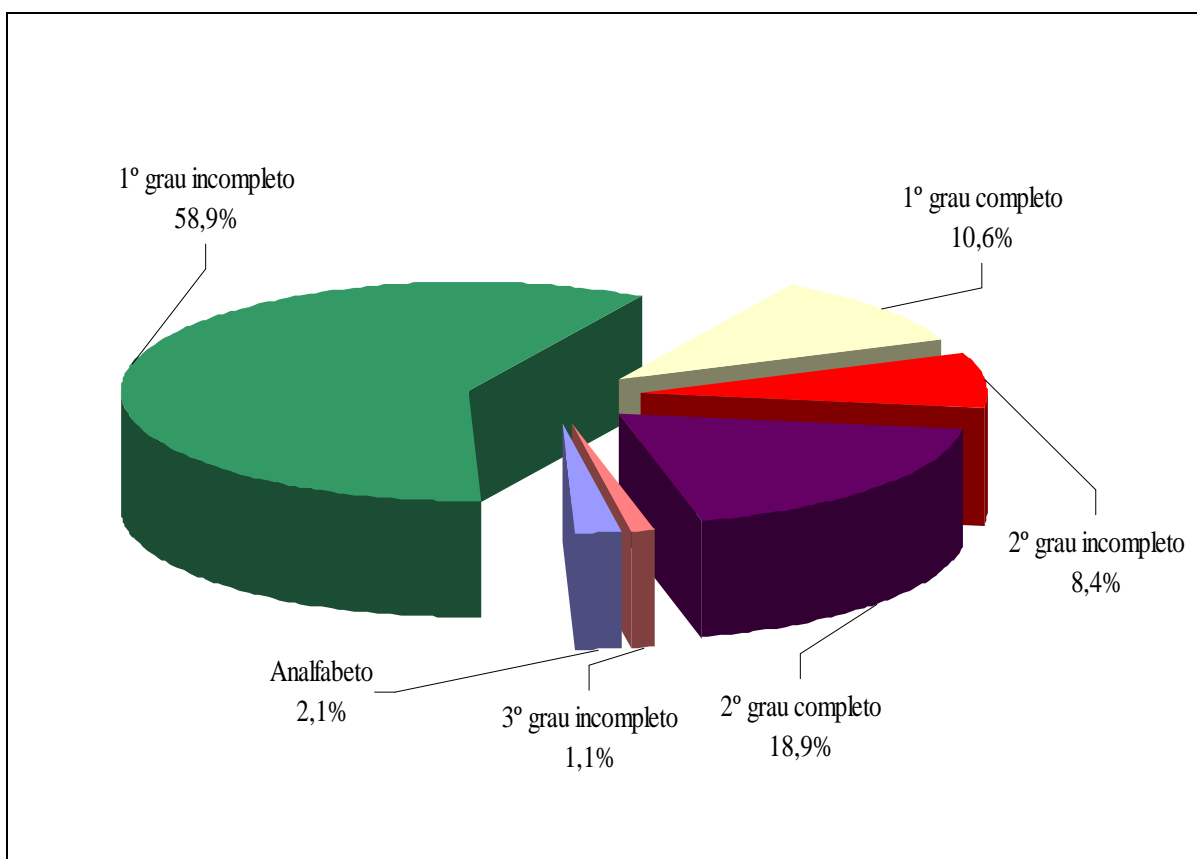
Fonte: Dados da pesquisa.

Da amostra considerada por esta pesquisa, 2,1% são analfabetos. Enquanto 58,9% desse extrato não chegaram a concluir o 1º grau, e apenas 18,9% completaram o 2º grau e 1% tem nível superior (Tabela 29 e Gráfico 21).

Tabela 29. Nível de escolaridade da população residente na Invasão da Rocinha.

Escolaridade	Quantidade	%
Analfabeto	2	2,1
1º grau incompleto	56	58,9
1º grau completo	10	10,6
2º grau incompleto	8	8,4
2º grau completo	18	18,9
Curso técnico	0	0,0
3º grau incompleto	1	1,1
3º grau completo	0	0,0
Total	95	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

**Gráfico 21.** Nível de escolaridade da população residente na Invasão da Rocinha.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2.5 Invasão Renascer

A Invasão Renascer está localizada no vetor Norte da cidade, no lado externo ao Anel de Contorno, nas proximidades dos bairros: Cidade Nova, Parque Ipê, João Paulo II, Parque Violeta e Parque Sabiá.

Em 1996, segundo informações prestadas por moradores da comunidade⁷⁸, a área que era de propriedade privada, na qual atualmente se encontra o Renascer, foi invadida, e demarcados 501 lotes, nos quais ergueram-se barracos, como forma de assegurar a posse do espaço ocupado (Figura 61), que por um longo tempo foi contestada judicialmente, questão que só veio a ser solucionada recentemente, após a interferência do governo municipal.



Figura 61. Tomada aérea da Invasão Renascer.

Fonte: CAR - Base cartográfica de Feira de Santana, 2000.

--- Delimitação do assentamento.

⁷⁸ Entrevistados com residências há mais de 10 anos na localidade:

- Sr^a Maria da Conceição.
- Sr. Edilson Fernandes dos Santos.
- Sr. José Fernando dos Santos.

De acordo com informações prestadas pelos moradores: Edilson Fernandes dos Santos e Maria da Conceição, na comunidade Renascer residiam cerca de 800 famílias, formando um contingente de 3.150 pessoas, num local carente de saneamento básico, escolas, creches, posto de saúde, calçamento, posto policial e áreas de lazer (Figura 62). Também, observa-se que são elevados os índices de violência, criminalidade, tráfico de drogas caracterizam o espaço.



Figura 62. Invasão Renascer – esgoto lançado sem tratamento no canal próximo à localidade.
Fonte: Seplan, 2001.

Em visita realizada por este autor à localidade, ficou constatada a ocupação multifamiliar em algumas residências. Todavia, o tipo de ocupação predominante é a unifamiliar.

Assim como os moradores das outras comunidades, os moradores do Renascer afirmaram que a co-habitação, em alguns casos, é a alternativa encontrada pelas famílias para resolver, ainda que temporariamente, o problema de moradia que está vinculado: a) à constituição precoce de famílias nessas localidades, b) à falta de moradia, c) ao alto índice de

desemprego e à baixa renda da população que impossibilita a aquisição ou construção da moradia, d) ao alto nível de analfabetismo, dentre outras razões.

Outro informe obtido na visita foi que as famílias que residem em situação de co-habitação, principalmente em moradias de pequena dimensão, convivem num ambiente mais adensado e inadequado, sem as mínimas condições de conforto, compartilhando o mesmo espaço, sem nenhuma privacidade, de forma indesejável, às vezes, suscetíveis a relações de promiscuidade (Figura 63).

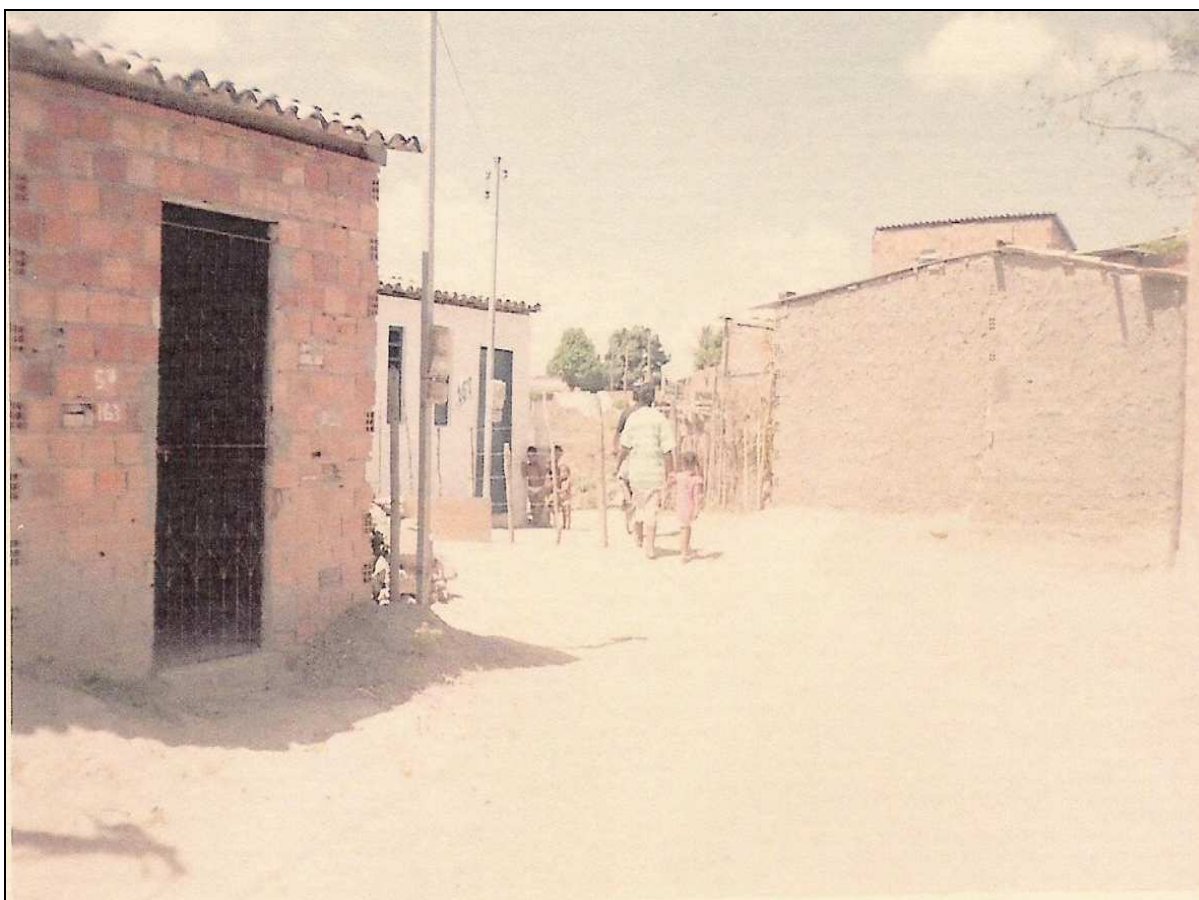


Figura 63. Invasão Renascer – condições precárias das moradias.

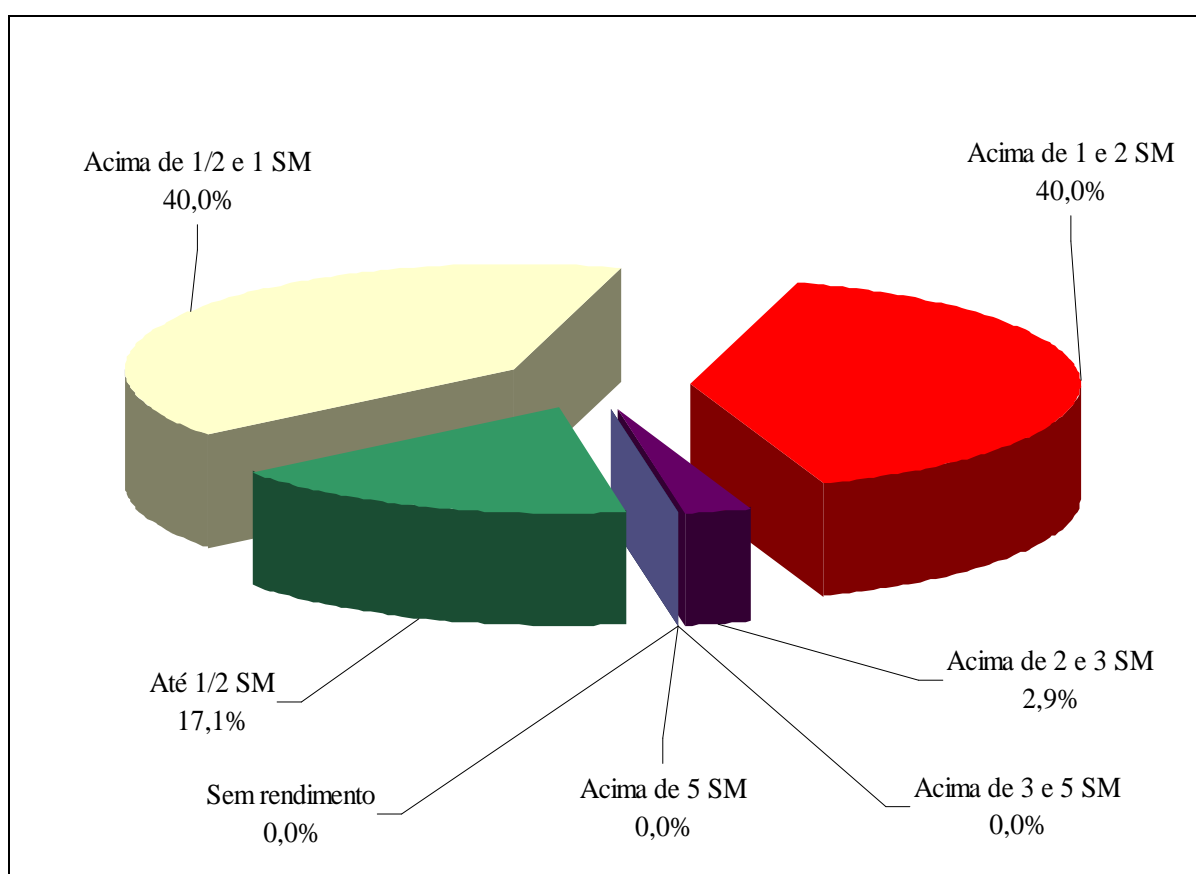
Fonte: Seplan, 2001.

A pesquisa em 35 famílias, o equivalente a 4,4% do contingente instalado na comunidade, revela que a renda familiar de 97,1% dos seus moradores não ultrapassa a 2 SM. Enquanto somente 2,9% desse extrato têm uma renda entre 2 e 3 SM (Tabela 30 e Gráfico 22) e a maior parte de sua população depende do apoio dos programas sociais anteriormente citados.

Tabela 30. Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão Renascer.

Faixa de renda	Renda familiar	
	Quantidade	%
Sem rendimento	0	0,0
Até ½ SM	6	17,1
Acima de ½ e 1 SM	14	40,0
Acima de 1 e 2 SM	14	40,0
Acima de 2 e 3 SM	1	2,9
Acima de 3 e 5 SM	0	0,0
Acima de 5 SM	0	0,0
Total	35	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

**Gráfico 22.** Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão Renascer.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados também revelaram que, do universo pesquisado, 2,8% são analfabetos, que 80% não chegaram a concluir o 1º grau e apenas 11,4% cursaram o 2º grau (Tabela 31 e Gráfico 23).

Tabela 31. Nível de escolaridade da população residente na Invasão Renascer.

Escolaridade	Quantidade	%
Analfabeto	1	2,9
1º grau incompleto	28	80,0
1º grau completo	0	0,0
2º grau incompleto	2	5,7
2º grau completo	4	11,4
Curso técnico	0	0,0
3º grau incompleto	0	0,0
3º grau completo	0	0,0
Total	35	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

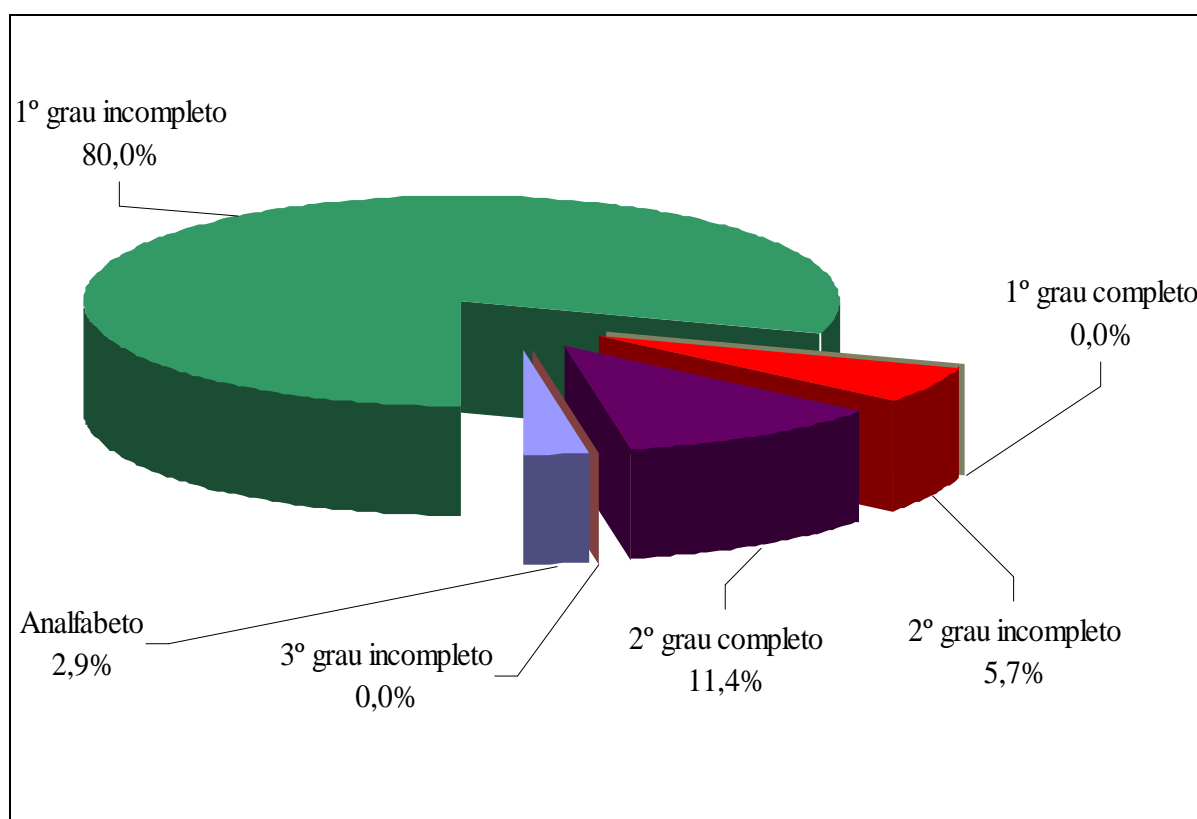


Gráfico 23. Nível de escolaridade da população residente na Invasão Renascer.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2.6 Invasão Juca Campelo

A Invasão Juca Campelo situa-se no bairro Santo Antônio dos Prazeres, no lado externo do Anel de Contorno, no vetor Leste da cidade (Figura 64). É margeada pela BA – 503, no sentido Aeroporto, e tem em seu entorno os bairros Conceição, SIM e Parque Getúlio Vargas.



Figura 64. Tomada aérea da Invasão Juca Campelo.

Fonte: CAR - Base cartográfica de Feira de Santana, 2000.

----- Delimitação do assentamento.

Segundo informações de Solange Cerqueira de Almeida e de outros moradores da comunidade⁷⁹, com a expansão do bairro Santo Antônio dos Prazeres, na década de 1980, um grupo composto por, aproximadamente, 50 famílias, apropriou-se a área em que a Invasão Juca Campelo se localiza, erguendo, naquele espaço, barracos de lonas, como forma de assegurar a posse do território ocupado, os quais, posteriormente, foram substituídos por barracos e construções de alvenaria, muitos delas se encontram sem reboco (Figura 65).



Figura 65. Invasão Juca Campelo – qualidade da moradia da população.

Fonte: Foto do autor, 2007.

O Juca Campelo situa-se numa área sujeita a riscos por inundação porquanto fica próximo à Lagoa Juca Campelo, que integra a bacia do Rio Pojuca, cujo afluente se encontra poluído devido ao lançamento de esgotos e acúmulo de lixo que contaminam o lençol freático, ao mesmo tempo em que provocam o surgimento de doenças de veiculação hídrica (Figura 66).

⁷⁹ Os outros entrevistados solicitaram a preservação de suas identidades.



Figura 66. Lagoa Juca Campelo - moradias em seu entorno.

Fonte: Foto do autor, 2007.

De acordo com o Pemas (2001), nessa localidade, em 2001, existiam 500 residências abrigando 1.950 pessoas. Trata-se de um espaço carente de saneamento básico (Figura 68), de escolas, creches, posto de saúde, calçamento, posto policial e áreas de lazer. Nele se observam elevados os índices de violência, criminalidade, tráfico de drogas.



Figura 68. Invasão Juca Campelo – esgoto lançado a céu aberto

Fonte: Foto do autor, 2007.

Igual ao que ocorre nas outras comunidades pesquisadas, ficou constatada, na Juca Campelo, a ocupação multifamiliar em algumas residências. O tipo unifamiliar, contudo, é predominante.

Em confirmação às informações obtidas em outras comunidades, os moradores da invasão Juca Campelo consultados, afirmaram que, em alguns casos, a habitação multifamiliar é a solução encontrada pelas famílias, que se submetem a essa situação, ainda que por curto espaço de tempo, para resolver o problema de moradia que está vinculado: a) à constituição precoce de famílias, b) à falta de moradia, c) ao elevado índice de desemprego e à baixa renda da população que inviabiliza a aquisição ou construção da moradia, d) ao elevado nível de analfabetismo, dentre outras, variáveis já mencionadas.

Ainda cabe observar que as famílias em situação de ocupação multifamiliar, convivem de forma indesejável em condições precárias, em moradias com espaços reduzidos (Figura 68), num ambiente conturbado, com elevado nível de adensamento, em pleno desconforto, sem privacidade, às vezes, suscetíveis a relações promíscuas, que se tornam inevitáveis para os seus moradores.



Figura 68. Invasão Juca Campelo – condições precárias de moradia.

Fonte: Foto do autor, 2007.

O nível de pobreza na localidade continua elevado. Da amostra pesquisada, 76,7% da renda familiar situam-se em até 1 SM, apenas 20% têm uma renda entre 1 e 2 SM e somente 3,3% têm uma renda entre 2 e 3 SM (Tabela 32 e Gráfico 24).

Tabela 32. Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão Juca Campelo.

Faixa de renda	Renda familiar	
	Quantidade	%
Sem rendimento	0	0,0
Até ½ SM	1	3,3
Acima de ½ e 1 SM	10	33,4
Acima de 1 e 2 SM	12	40,0
Acima de 2 e 3 SM	5	16,7
Acima de 3 e 5 SM	1	3,3
Acima de 5 SM	1	3,3
Total	30	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

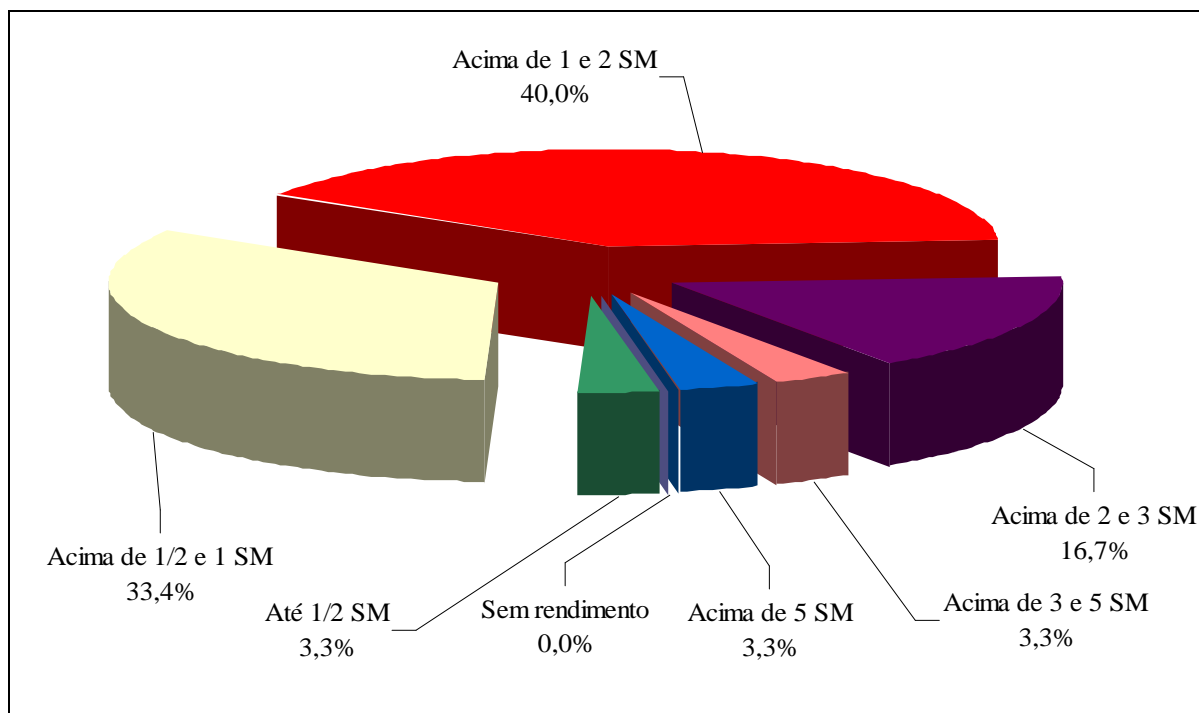


Gráfico 24. Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão Juca Campelo.

Fonte: Dados da pesquisa.

O nível de escolaridade da população residente na localidade ainda permanece crítico. Os dados revelaram que, do universo pesquisado, 3,3% são analfabetos, 53,3% não concluíram o 1º grau e apenas 16,7% o cursaram o 2º grau (Tabela 33 e Gráfico 25).

Tabela 33. Nível de escolaridade da população residente na Invasão Juca Campelo.

Escolaridade	Quantidade	%
Analfabeto	1	3,3
1º grau incompleto	16	53,3
1º grau completo	2	6,7
2º grau incompleto	6	20,0
2º grau completo	5	16,7
Curso técnico	0	0,0
3º grau incompleto	0	0,0
3º grau completo	0	0,0
Total	30	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

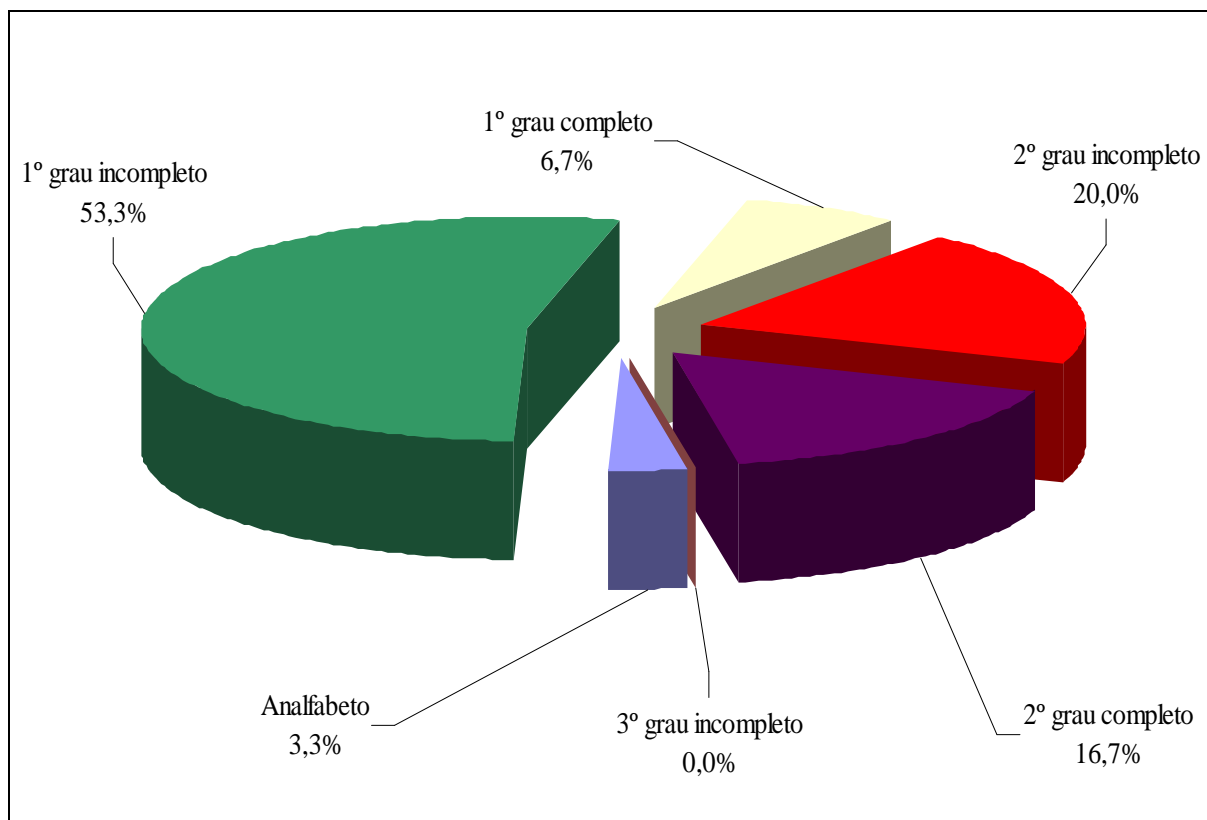


Gráfico 25. Nível de escolaridade da população residente na Invasão Juca Campelo.

Fonte: Pesquisa do autor.

4.2.7 Invasão Tanque do Urubu

O assentamento denominado Invasão Tanque do Urubu que, segundo moradoras da localidade, surgiu há mais de 15 anos⁸⁰, está localizado no bairro Jardim Cruzeiro, no vetor Noroeste da cidade, numa área de propriedade do município, às margens do Anel de Contorno, estendendo-se até os limites do bairro Nova Esperança (Figuras 69 e 70).

⁸⁰ Entrevistadas com mais de 5 anos na localidade:

- Marlene Matias de Souza.
- Rejane de Jesus Silva.



Figura 70. Invasão Tanque do Urubu
Fonte. Foto do autor, 2007.

De acordo com Oliveira (2005), a população do Tanque do Urubu está estimada em 1.750 pessoas, habitando em 350 moradias, que ocupam uma faixa de preservação permanente, próxima ao aterro sanitário, à margem de um córrego, sujeita a inundações devido à ausência de drenagem, onde, em função da falta de esgotamento sanitário, as doenças de veiculação hídrica são frequentes.

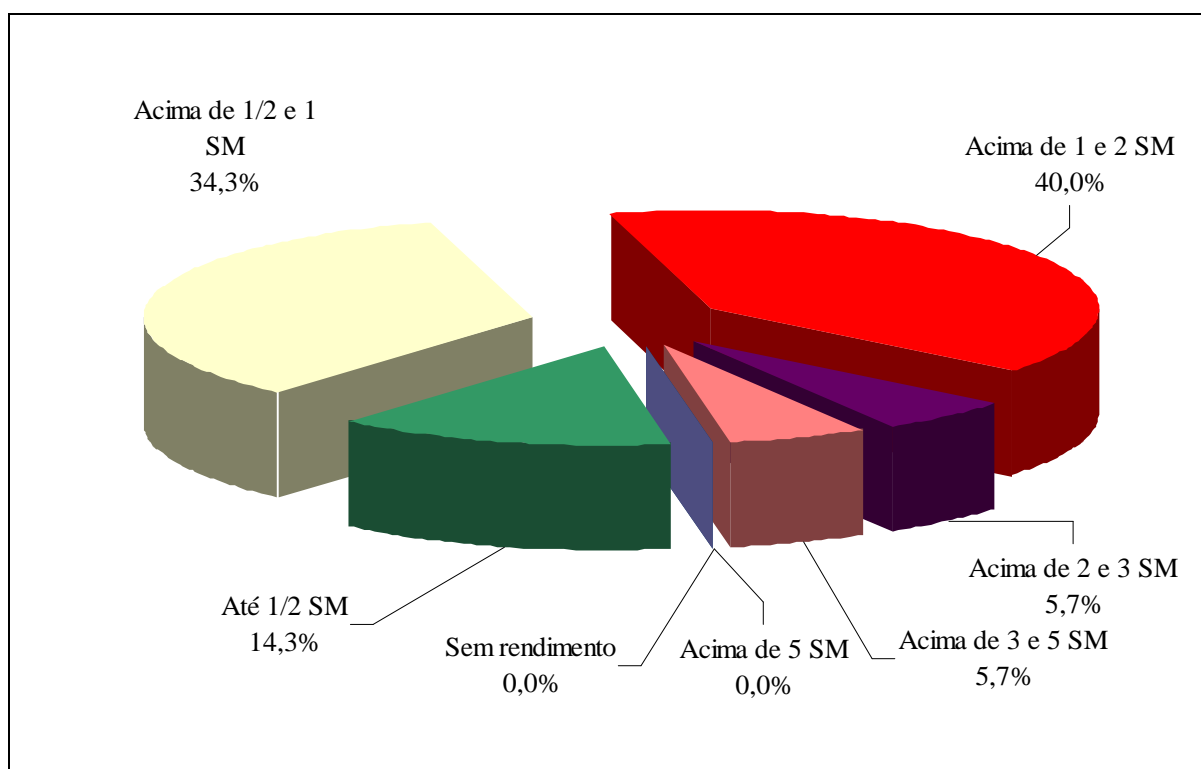
Após a visita à localidade, não restou nenhuma dúvida em concordar com Oliveira (2005, p. 93), que a forma desordenada como a localidade vem sendo ocupada promove o “assoreamento das margens do Ribeirão do Urubu, a impermeabilização do solo, o desmatamento de áreas verdes, a formação de depósitos de lixo, o empobrecimento da fauna, a poluição e contaminação do Riacho do Urubu”, colocando em risco a saúde dos seus moradores.

Conforme mostram os indicadores da pesquisa efetuada por este autor, o nível de pobreza na Invasão Tanque do Urubu continua elevado: 48,6% da renda familiar situam-se em até 1 SM. Enquanto, 40% têm uma renda entre 1 e 2 SM e somente 11,4% desse extrato têm uma renda entre 2 e 5 SM (Tabela 34 e Gráfico 26).

Tabela 34. Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão Tanque do Urubu.

Faixa de renda	Renda familiar	
	Quantidade	%
Sem rendimento	0	0,0
Até ½ SM	5	14,3
Acima de 1/2 e 1 SM	12	34,3
Acima de 1 e 2 SM	14	40,0
Acima de 2 e 3 SM	2	5,7
Acima de 3 e 5 SM	2	5,7
Acima de 5 SM	0	0,0
Total	35	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

**Gráfico 26.** Distribuição da renda mensal por família residente na Invasão Tanque do Urubu.

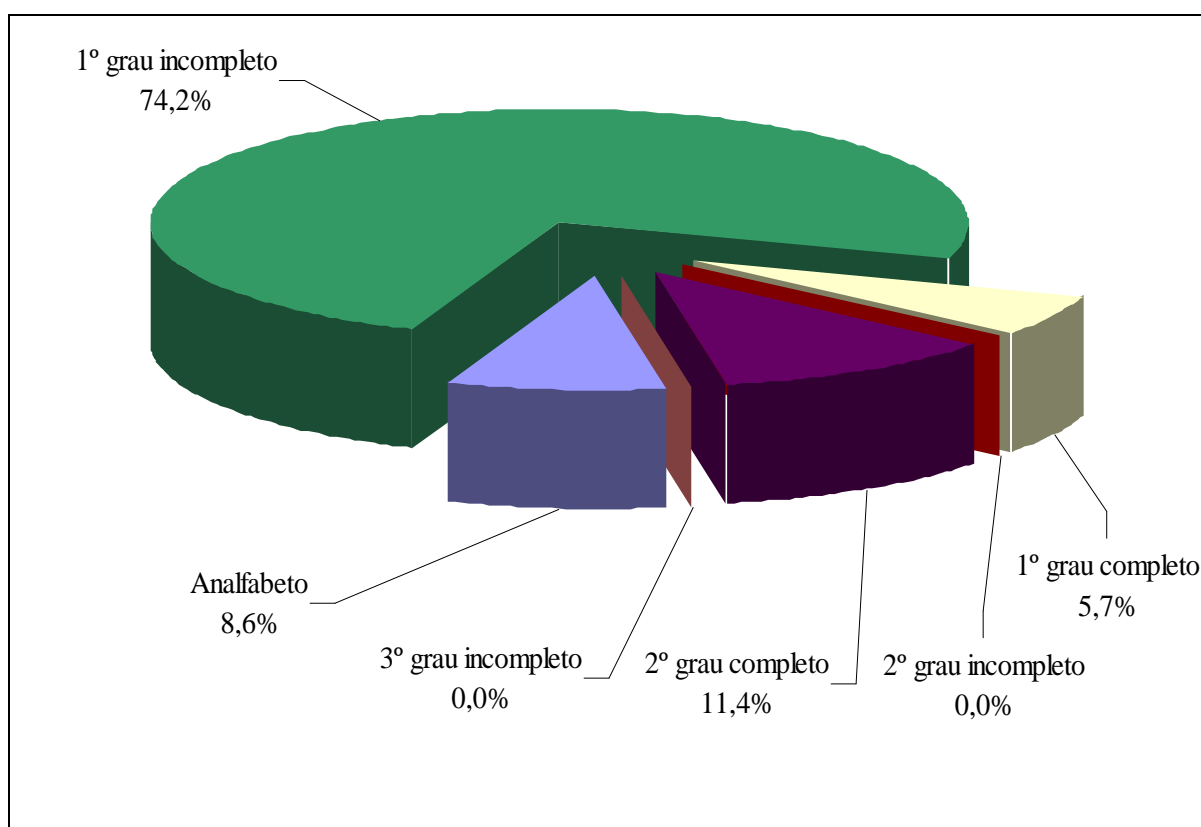
Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à escolaridade, os dados revelaram que 8,6% da população são analfabetos, 74,3% não chegaram a concluir o 1º grau e apenas 11,4% cursaram o 2º grau (Tabela 35 e Gráfico 27).

Tabela 35. Nível de escolaridade da população residente na Invasão Tanque do Urubu.

Escolaridade	Quantidade	%
Analfabeto	3	8,6
1º grau incompleto	26	74,3
1º grau completo	0	0,0
2º grau incompleto	2	5,7
2º grau completo	4	11,4
Curso técnico	0	0,0
3º grau incompleto	0	0,0
3º grau completo	0	0,0
Total	35	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

**Gráfico 27.** Nível de escolaridade da população residente na Invasão Tanque do Urubu.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.3 Indicadores de exclusão social nos assentamentos subnormais

A exclusão social, fenômeno gerado pela própria dinâmica social, é endêmica no Brasil, cujo passivo social ocorre desde o período colonial e que, cada vez mais, vem promovendo um quadro de crescente desigualdade social, com reflexo no aumento de pobreza, criminalidade, violência, consumo e tráfico de drogas, falta de habitações, segurança, dentre outros.

Entre os indicadores que denotam a exclusão social, destacam-se os assentamentos subnormais, espaços em que são precárias as moradias, cujo acesso, quer seja pela compra ou pelo aluguel, está assegurado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, e que se constitui num dos direitos sociais do cidadão brasileiro.

Cabe observar que uma parcela representativa da população brasileira, principalmente daquela menos esclarecida, confunde o direito à moradia com o direito à casa própria, este último, dificultado devido à renda solvável não ser suficiente para a aquisição da moradia, cujo preço é elevado.

Esse contingente populacional, devido à impossibilidade de acesso à casa própria ou de alugar um imóvel próximo ao centro da cidade ou do local do trabalho, passa a morar na periferia, geralmente em situação de precariedade, de forma legal ou ilegal, através da ocupação de áreas pública ou privada.

O processo de expansão do tecido urbano em Feira de Santana vem produzindo a segregação e a exclusão social. Isso ficou evidenciado mediante a pesquisa realizada com a população residente nos assentamentos subnormais dessa cidade, em sua maioria, constituída por pessoas desempregadas ou por trabalhadores que geralmente percebem baixos salários.

Esse fato se explica segundo Lojkine (1981, p. 166), tendo em vista que a exclusão e a “segregação é uma manifestação da renda fundiária urbana, um fenômeno produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, estes por sua vez determinados pela nova divisão social e espacial do trabalho”. Os moradores dos assentamentos subnormais de Feira de Santana e dos demais centros urbanos do Brasil podem ser considerados vítimas desse processo. Um olhar sobre a realidade em que vivem oferece motivos para tal raciocínio.

O cotejo entre os dados censitários do IBGE (2000), os indicadores sociais da SEI (2005) com os resultados colhidos na pesquisa, e as observações no decorrer de visitas, entrevistas e reuniões com moradores, não apenas das localidades objeto deste estudo, mas, também, com os de outras comunidades da mesma natureza, permitiram concluir que os assentamentos subnormais de Feira de Santana têm como principais características:

- Localização em sua maior parte, na periferia da malha urbana, geralmente em áreas de risco ou de proteção e preservação ambiental.
- Moradia em condições precárias.
- Ocorrência de adensamento populacional.
- Ausência ou deficiência de infraestrutura urbana.
- Falta de serviços e equipamentos de uso coletivo.
- Contingente elevado de desempregados.
- Elevado índice de violência e criminalidade.
- Baixo nível de instrução e incidência relativa de analfabetismo.
- Baixa qualidade de vida da população.
- Pendências fundiárias decorrentes de ocupação de áreas públicas e privadas.
- Ausência ou deficiência de segurança pública.
- Área carente de urbanização com falta de arruamento, identificação e numeração das casas, etc.

Outra variável importante revelada na pesquisa é que os assentamentos subnormais de Feira de Santana se encontram, em sua maioria, localizados de forma concêntrica em áreas próximas a eixos de transporte e de intensa circulação urbana.

Cabe ressaltar que os espaços ocupados pelos assentamentos subnormais em periferias mais distantes mantêm uma estreita ligação com o núcleo urbano e com os segmentos produtivos da economia de Feira de Santana, principalmente das áreas de comércio e serviços, aqueles que mais geram empregos e renda na cidade.

Na fala dos entrevistados, foi colocado que os assentamentos subnormais nos quais residem surgiram em decorrência do desemprego, do subemprego e do baixo nível salarial à que a população é submetida. A renda percebida às vezes não é suficiente para cobrir as necessidades básicas, o que inviabiliza a possibilidade da aquisição de uma casa pelas vias tradicionais do mercado imobiliário.

Maricato (apud ARAÚJO, 2005, p. 12), sobre essa questão, observa que:

a gestão urbana e os investimentos públicos têm aprofundado a concentração de renda e a desigualdade. A representação da cidade, em que parte toma lugar do todo, tem uma função não apenas de encobrir privilégios, mas também de um papel econômico ligado à geração e captação da renda imobiliária [...] O quadro macroeconômico determina a produção e a apropriação do ambiente construído – tanto pela definição da capacidade de investimentos dos governos municipais quanto na ligação da produção imobiliária às regras de rentabilidade do capital financeiro.

Portanto, o entendimento a que se chega é que a exclusão urbana é decorrente da exclusão social. Para Rolnik (2002, p. 54):

essa situação de exclusão é muito mais do que a expressão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais: é agente de reprodução dessa desigualdade. Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infraestrutura e a ilegal, pobre precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura e lazer. Simetricamente, as oportunidades de crescimento circulam nos meios daqueles que já vivem melhor, pois a sobreposição das diversas dimensões da exclusão incidindo sobre a mesma população fazem com que a permeabilidade entre as duas partes seja muito pequena.

A pesquisa também revela que a expansão urbana em Feira de Santana vem provocando embates judiciais pela regularização de espaço físico na cidade, repercutindo em constantes conflitos entre os operadores do mercado imobiliário e a população pobre residente em áreas que sofreram valorização e que mantêm pendências fundiárias.

Existe em Feira de Santana uma diversidade nos padrões de ocupação e no uso do solo urbano. Ou seja, num mesmo espaço, apenas separado por grandes muros, e outros equipamentos de proteção, convivem os condomínios fechados habitados por uma classe de maior poder aquisitivo e os assentamentos subnormais em que residem pessoas de menor poder aquisitivo, com habitações precárias e esgotos a céu aberto, evidenciando um grave quadro de segregação e exclusão social, cujos elementos estão representados pelos indicadores colhidos nas sete comunidades pesquisadas. Os mais importantes serão apresentados a seguir.

4.3.1 Procedência dos moradores dos assentamentos subnormais

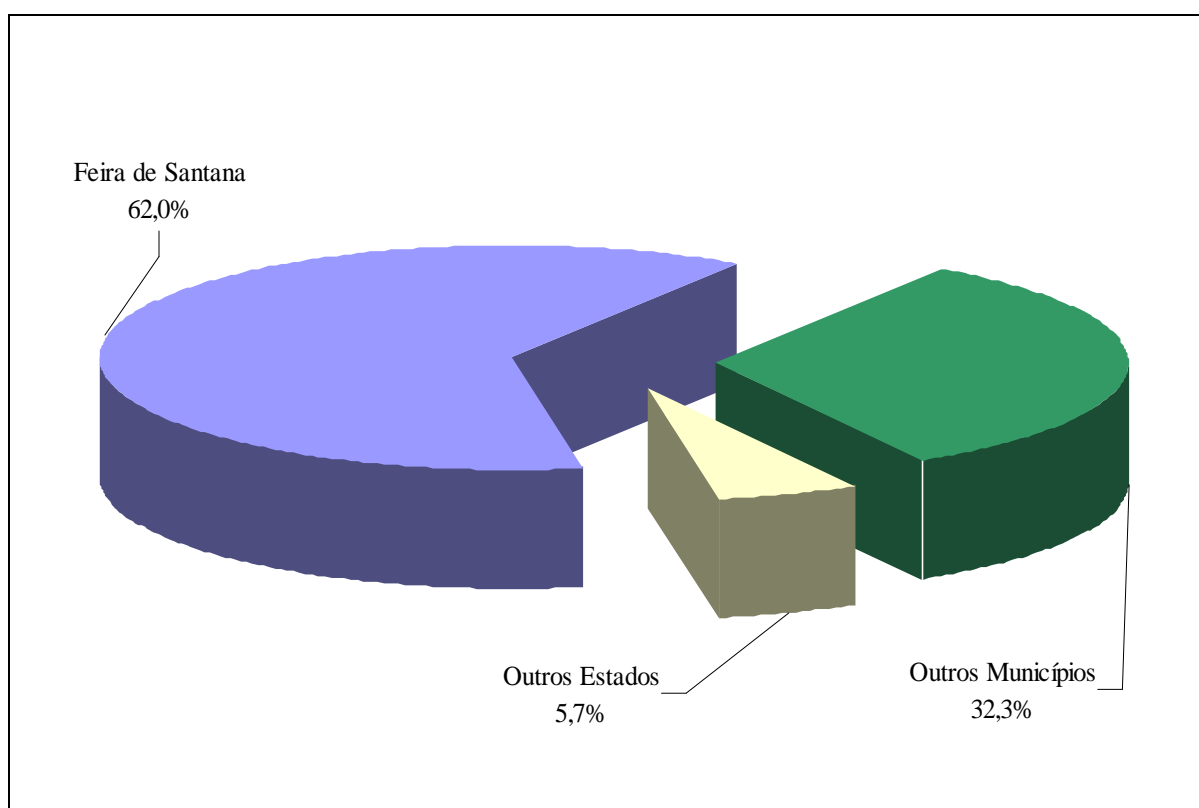
O fluxo migratório para Feira de Santana se intensificou a partir da década de 1970, com a instalação do CIS e, em seguida, da UEFS, no município, provocando um adensamento populacional com reflexo na ocupação dos espaços urbanos da cidade, deficientes em infraestrutura e outros serviços e equipamentos de uso coletivo.

De acordo com os dados levantados na pesquisa, da população residente nos assentamentos subnormais, 38%, são migrantes. Desse universo, 32,3% vieram de outros municípios baianos. Enquanto 5,7% procederam de outros estados da Federação (Tabela 36 e Gráfico 28).

Tabela 36. Procedência dos moradores dos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Descrição	Quantidade	%
Feira de Santana	186	62,0
Outros Municípios	97	32,3
Outros Estados	17	5,7
Total	300	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

**Gráfico 28.** Procedência dos moradores dos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Fonte: Dados da pesquisa.

Esses indicadores apontam que, a partir do início da década de 1970, o município de Feira de Santana se tornou um pólo de atração de negócios, o que favoreceu a realização de empreendimentos nas mais diversificadas áreas e a consequente contratação de mão-de-obra especializada ou não-especializada, da cidade ou de outras regiões.

A instalação de novos empreendimentos no município contribuiu significativamente para acelerar o processo de urbanização da cidade, que não disponibilizava dos meios adequados para acomodar um fluxo intenso de migrantes em busca de emprego, os quais logo

ao chegar se defrontaram com um grave problema: o de encontrar um local para morar, devido a sua condição financeira não ser suficiente para comprar ou mesmo alugar uma casa.

A partir desse momento, tem início o processo de ocupação irregular e desordenado do solo urbano na periferia da cidade, causa do surgimento dos assentamentos subnormais, que passaram a ocorrer por invasões em áreas públicas ou privadas, ou por aquisição de áreas em loteamentos irregulares ou clandestinos, bem como por outras formas de ilegalidade de ocupação do solo urbano.

4.3.2 Faixa etária dos moradores dos assentamentos subnormais

Os dados extraídos da pesquisa (Tabela 37 e Gráfico 29) revelam que 7% desse extrato se inserem na faixa etária entre 15 e 21 anos de idade. Enquanto na faixa etária de 22 a 39 e de 40 a 59 anos, situam-se, respectivamente, 56,7% e 29,7% da amostra, o maior contingente populacional dos assentamentos. Na faixa etária superior a 60 anos, a participação é de apenas 6,6%. Esses indicadores mostram que a população em idade ativa (PIA) é elevada, encontra-se em plena capacidade laboral e disponível para se inserir no mercado de trabalho, que é escasso e excludente.

Tabela 37. Faixa etária dos moradores dos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Descrição	Quantidade	%
De 15 a 21 anos	21	7,0
De 22 a 39 anos	170	56,7
De 40 a 59 anos	89	29,7
Superior a 60 anos	20	6,6
Total	300	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

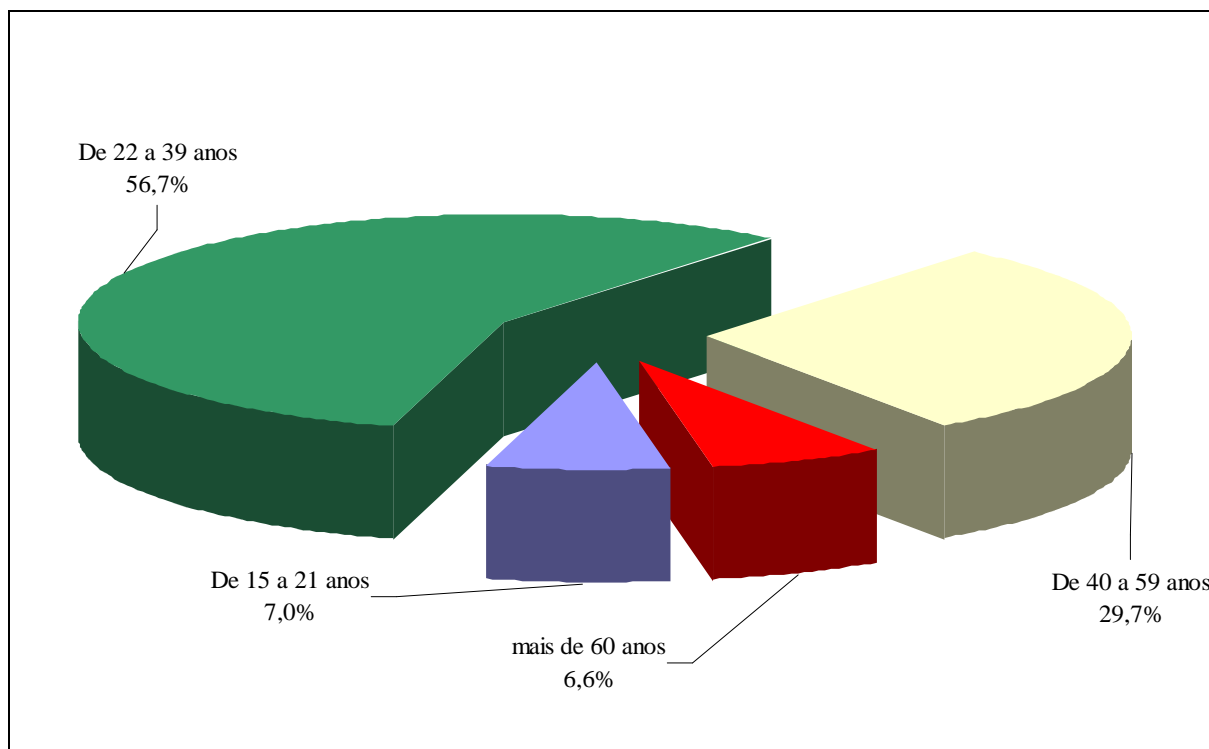


Gráfico 29. Faixa etária dos moradores dos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.3.3 Tempo de moradia nos assentamentos subnormais

A mobilidade habitacional dos moradores dos assentamentos não é elevada. Segundo dados apresentados na pesquisa (Tabela 38 e Gráfico 30), apenas 1,7% da população residem na localidade há menos de 1 ano. Enquanto 21,% desse extrato mora entre 1 e 5 anos, e o maior contingente, representando 77,3%, habita há mais de 5 anos.

Tabela 38. Tempo de moradia nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Descrição	Quantidade	%
Menos de 1 ano	5	1,7
De 1 a 5 anos	63	21,0
Superior a 5 anos	232	77,3
Total	300	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

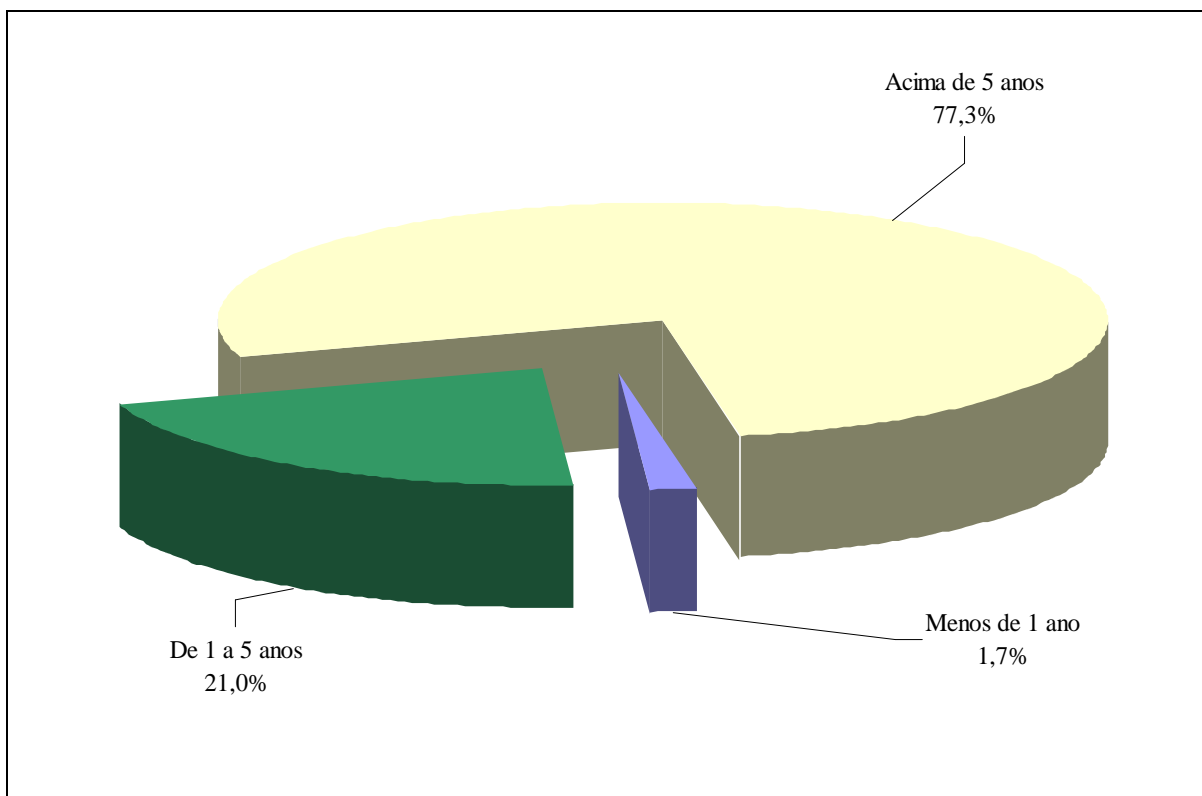


Gráfico 30. Tempo de moradia nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.
Fonte: Dados da pesquisa.

Esses indicadores apontam que as relações e os laços sociais entre os moradores dos assentamentos são duradouros, com forte vinculação formal e informal, que possibilitam criar instrumentos de defesa em prol de assegurar a melhoria da qualidade de vida dos que habitam nesses locais.

4.3.4 Condições de moradia nos assentamentos subnormais

Em geral, as condições da moradia nos assentamentos subnormais em Feira de Santana são precárias, considerando que a maioria das famílias reside em casas com área de dimensão não superior a 20 m², num espaço insuficiente para a construção de um banheiro com sanitário e de outras áreas em que a privacidade deve ser preservada.

Em visitas às localidades alvo desta sondagem, foi constatada a existência de famílias residindo em situação de co-habitação convivendo num ambiente mais adensado e inadequado, sem as mínimas condições de conforto, compartilhando o mesmo espaço, sem nenhuma privacidade, de forma não desejável, às vezes, suscetíveis a relações de promiscuidade.

Cabe ainda observar que se trata de localidades carentes de saneamento básico, escolas, creches, posto de saúde, calçamento, posto policial, áreas de lazer, e com elevados índices de violência, criminalidade, tráfico de drogas, dentre outros males.

Os dados registrados na Tabela 39 e no Gráfico 31 revelam que, em 62,7% das residências, habitam entre 4 e 9 pessoas, em notória situação de desconforto, consideradas as dimensões das moradias.

Tabela 39. Número de pessoas por domicílio nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Pessoas por domicílio	Total de pessoas	Quantidade de imóveis	Participação (%)
Entre 01 e 03	267	106	35,3
Entre 04 e 06	739	158	52,7
Entre 07 e 09	221	30	10,0
Superior a 10	60	6	2,0
Total	1.287	300	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

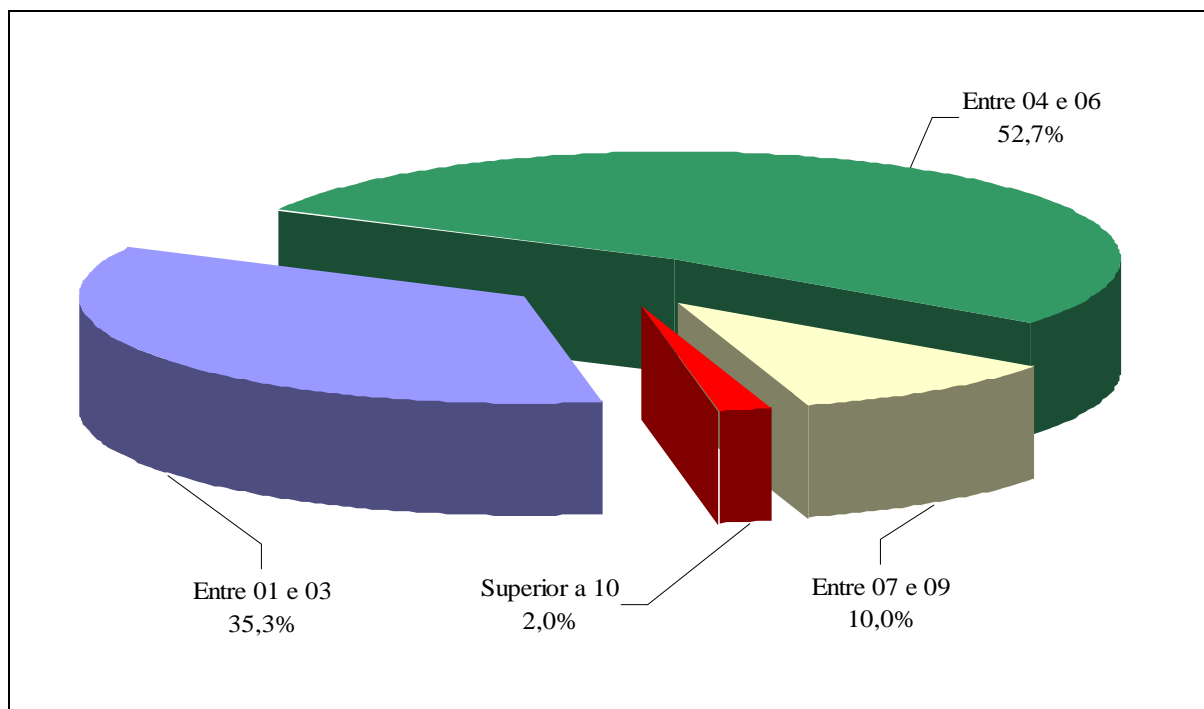


Gráfico 31. Número de pessoas por domicílio nos assentamentos subnormais de Feira de Santana..

Fonte: Dados da pesquisa.

4.3.5 Nível de escolaridade dos moradores nos assentamentos subnormais

Nas diversas pesquisas realizadas, inclusive nesta, observou-se que a população residente nos assentamentos subnormais em Feira de Santana apresenta um baixo nível de escolaridade, condicionante excludente e que contribui, de forma efetiva, para a manutenção da pobreza e da desigualdade social. A realidade é que, fatores limitativos impedem o acesso dos moradores dessas localidades ao mercado de trabalho formal ou o desenvolvimento de outras atividades que permitam a melhoria da renda e a proteção dos benefícios da previdência social.

Esse é um exemplo que serve para ilustrar a idéia defendida pela Conder (2008), que o acesso à educação é a principal forma para capacitar o indivíduo a inferir nos processos de interesse que dizem respeito à sua própria vida e deve ser compreendido como elemento determinante para a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda. A educação é vista, portanto, como um fator determinante atuando como elemento facilitador e de inclusão social.

Os indicadores encontrados na pesquisa efetuada por este autor, quando confrontados com aqueles disponibilizados pela Conder (2008), no Projeto Integrado de Desenvolvimento Socioambiental, confirmam a gravidade do nível educacional dos moradores dos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Os dados colhidos na pesquisa revelaram que 8% da população são analfabetos, 64,7% não chegaram a concluir o 1º grau. Apenas 5% cursaram o 1º grau. Enquanto 14,7% completaram o 2º grau (Tabela 40 e Gráfico 32).

Tabela 40. Nível de escolaridade da população residente nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Escolaridade	Quantidade	%
Analfabetos	24	8,0
1º grau incompleto	194	64,7
1º grau completo	15	5,0
2º grau incompleto	22	7,3
2º grau completo	44	14,7
Curso técnico	0	0,0
3º grau incompleto	1	0,3
3º grau completo	0	0,0
Total	300	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

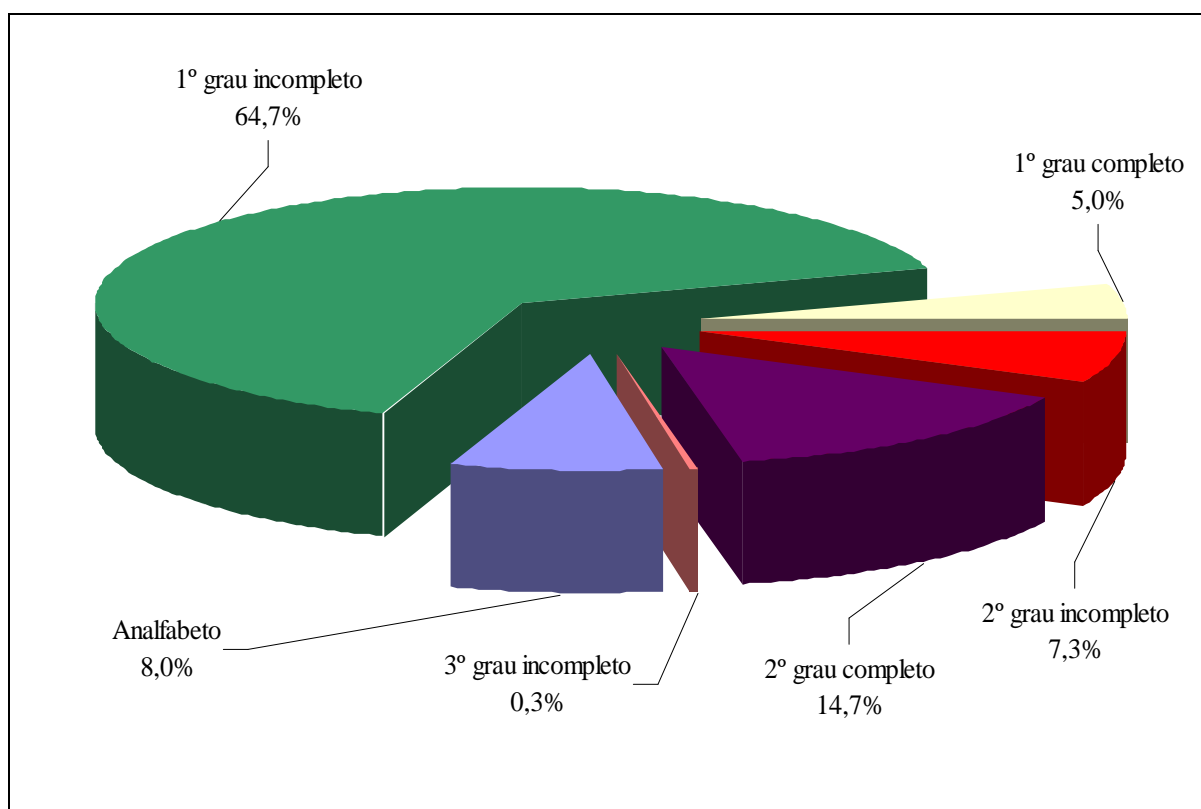


Gráfico 32. Nível de escolaridade da população residente nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.3.6 Nível de renda e condições de emprego dos moradores nos assentamentos subnormais

A concentração de renda no Brasil é uma das maiores e mais perversas do mundo. Entre outras variáveis, é caracterizadora de um processo de exclusão, no que se refere às condições mínimas de qualidade de vida, com relação a capacidade de sustento da família, educação, saneamento, lazer e a segurança, dentre outros indicadores.

O baixo nível de renda à que a população residente nos assentamentos subnormais em Feira de Santana está submetida, com irregularidade na formação da renda oriunda do trabalho informal que é incerto, contribui para a manutenção da profunda desigualdade e exclusão que atingem os moradores dessas localidades, uma vez que sem as mínimas condições financeiras de acesso aos equipamentos e serviços de uso coletivo, à educação e ao lazer de qualidade.

Os indicadores registrados na Tabela 41 e no Gráfico 33, relativos à distribuição da renda familiar, apontam que 5,3% da população da localidade não têm rendimento. Deste extrato, 60,7% têm uma renda de até 1 SM. Enquanto 29,7% da amostra auferem uma renda de até 2 SM e apenas 1,3% recebem entre 3 e 5 SM.

Tabela 41. Distribuição da renda familiar nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Faixa de renda	Renda familiar	
	Quantidade	%
Sem rendimento	16	5,3
Até ½ SM	56	18,7
Acima de 1/2 e 1 SM	126	42,0
Acima de 1 e 2 SM	89	29,7
Acima de 2 e 3 SM	9	3,0
Acima de 3 e 5 SM	3	1,0
Acima de 5 SM	1	0,3
Total	300	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

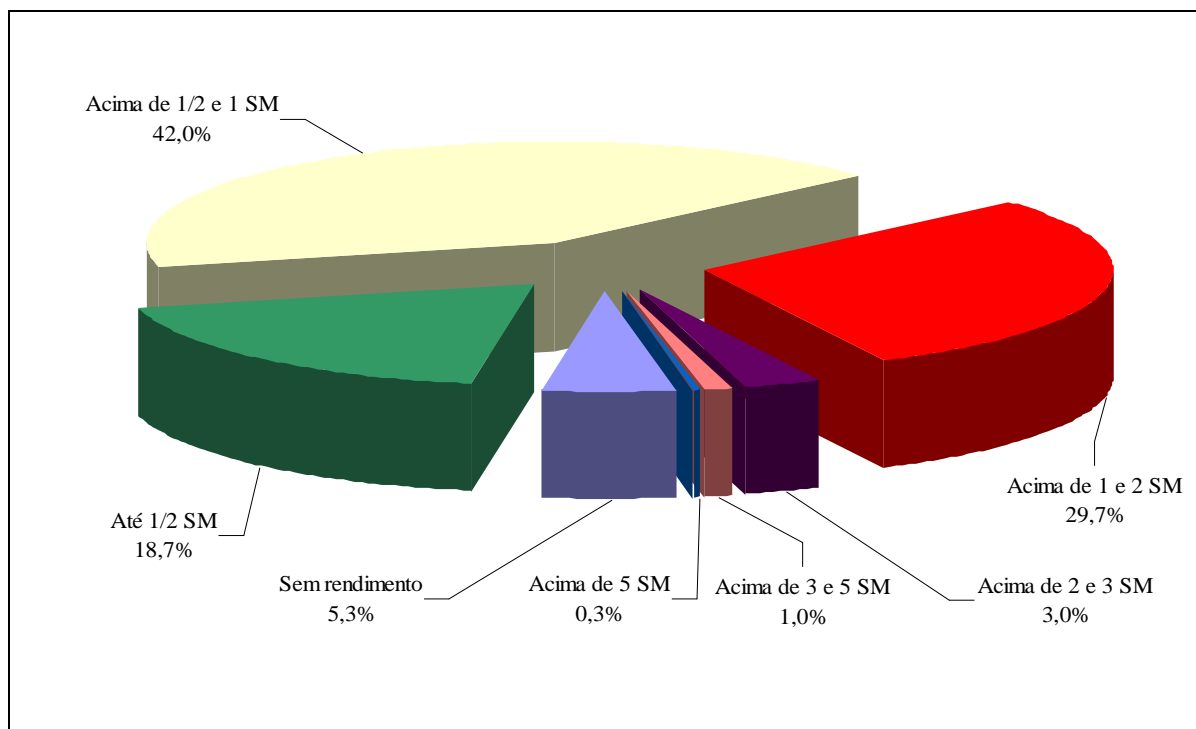


Gráfico 33. Distribuição da renda familiar nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação ao nível de atividade laboral da população residente nos assentamentos subnormais de Feira de Santana, observa-se que apenas 17,7% têm emprego fixo. Enquanto 28% da amostra encontram-se desempregados e 54,3% desse extrato auferem renda decorrente de emprego temporário, como ambulante, biscateiro e em outras atividades (Tabela 42 e Gráfico 34).

Tabela 42. Tipo de emprego dos moradores nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Descrição	Quantidade	%
Nenhum	84	28,0
Emprego fixo	53	17,7
Emprego temporário	64	21,3
Ambulante	17	5,7
Biscateiro	79	26,3
Outros	3	1,0
Total	300	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

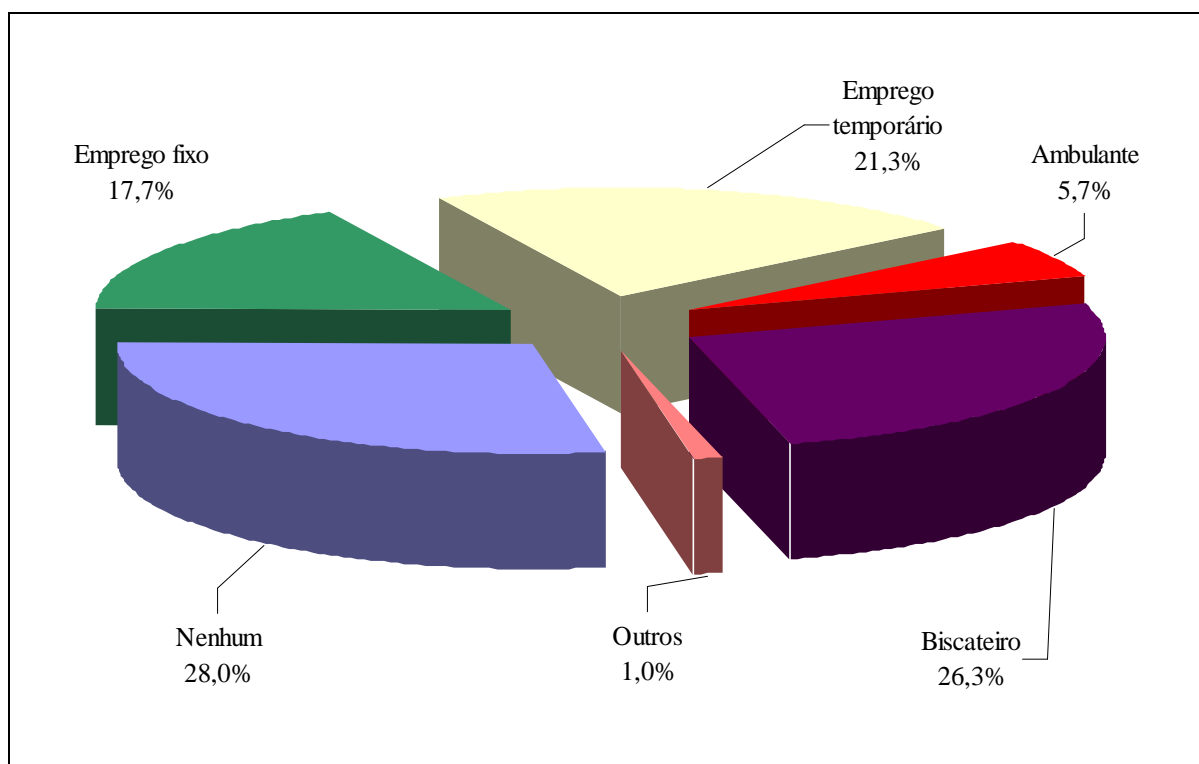


Gráfico 34. Tipo de emprego dos moradores nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Fonte: Dados da pesquisa.

A oferta de emprego no município não é suficiente para atender a demanda que é crescente. Os dados da pesquisa, (Tabela 43 e Gráfico 35), mostram que, para 52,3% da população dos assentamentos subnormais, não existe oferta de emprego na cidade de Feira de Santana.

Tabela 43. Oferta de trabalho em Feira de Santana.

Descrição	Quantidade	%
Sim	143	47,7
Não	157	52,3
Total	300	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

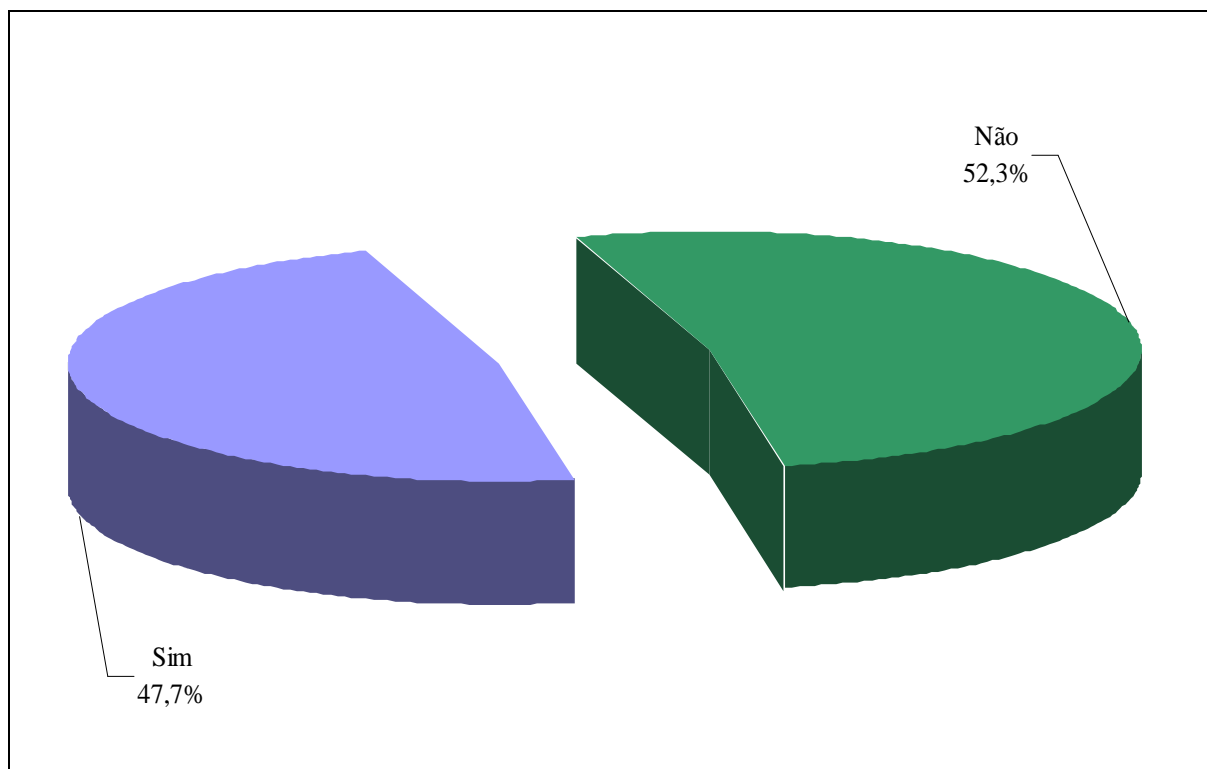


Gráfico 35. Oferta de trabalho em Feira de Santana.

Fonte: Dados da pesquisa.

Outro fator relevante é a forma como cada membro da família contribui para a composição da renda familiar. No caso específico dos moradores dos assentamentos subnormais de Feira de Santana, os dados registrados (Tabela 44 e Gráfico 36), indicam que a manutenção de 90% das famílias é provida com a renda de 1 a 2 SM dos seus membros. Na maioria, a manutenção é feita por apenas uma pessoa.

Tabela 44. Pessoas que trabalham nas famílias residentes nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Descrição	Quantidade	%
Nenhuma	15	5,0
Uma	178	59,3
Duas	92	30,7
Três	11	3,6
Quatro	2	0,7
Cinco	2	0,7
Total	300	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

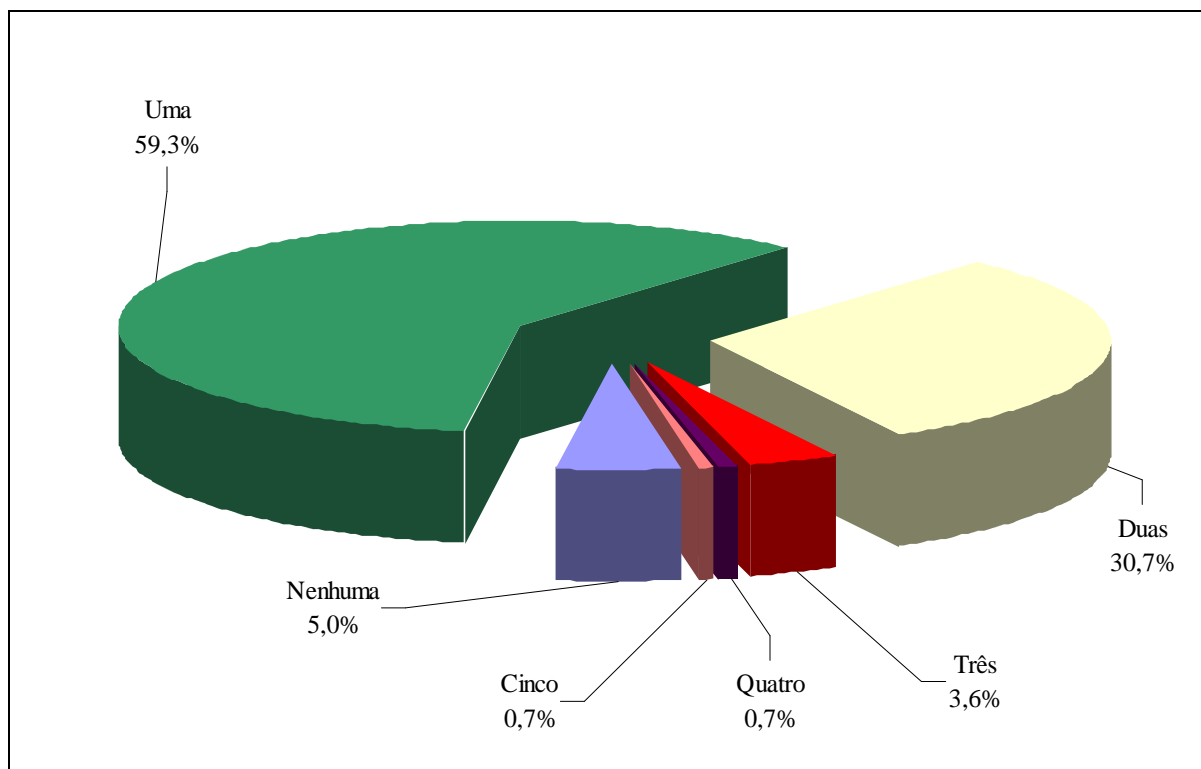


Gráfico 36. Pessoas que trabalham nas famílias residentes nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.3.7 A violência e a criminalidade nos assentamentos subnormais

A violência, que tem na criminalidade sua principal vertente, ocorria com mais intensidade na área rural, e estava fortemente vinculada com a disputa pelo uso e a posse da terra, atualmente inverteu esse curso, passando a concentrar-se nos centros urbanos de forma assustadora, afetando, principalmente, segundo Pedrazzini (2006, p.19), “os moradores dos bairros pobres, considerados como ‘produtores’ da violência humana [...]. Os pobres são vistos como os únicos culpados da derrota da coesão social”. Essa é uma problemática que diz respeito aos 7 assentamentos desta investigação.

A cada dia a criminalidade no município vem aumentando, atingindo níveis insustentáveis, conseqüência de conflitos socioespaciais que atuam no espaço urbano de Feira de Santana, dentre outros desencadeadores.

De acordo com o banco de dados disponibilizado por Matos⁸¹, no período de 2004 e 2005, em Feira de Santana, ocorreram 996 homicídios, numa média de 16,6 por mês. Ocorrendo uma evolução de 121,8%, indicador superior ao crescimento da população da cidade nesse espaço de tempo. A mesma fonte informa que, até julho de 2009, já foram vitimadas 174 pessoas, o equivalente a uma média mensal de 24,9 homicídios, superior àquele verificado em 2008 (Tabela 45 e Gráficos 37, 38 e 39).

Tabela 45. Homicídios ocorridos em Feira de Santana no período de 2004 a 2008.

Ano	Homicídios	Média mensal	Evolução %
2004	133	11,1	3,1
2005	141	11,8	6,0
2006	192	16,0	36,2
2007	235	19,6	22,4
2008	295	24,6	25,5
Total	996	16,6	121,8

Fonte. Matos, 2008, 2009.

⁸¹ Dados fornecidos pelo repórter da Rádio Sociedade de Feira de Santana – Edroaldo de Matos, em julho de 2008 e agosto de 2009. Em 24 de julho de 2008, o repórter foi entrevistado pelo autor sobre o tema: A violência em Feira de Santana.

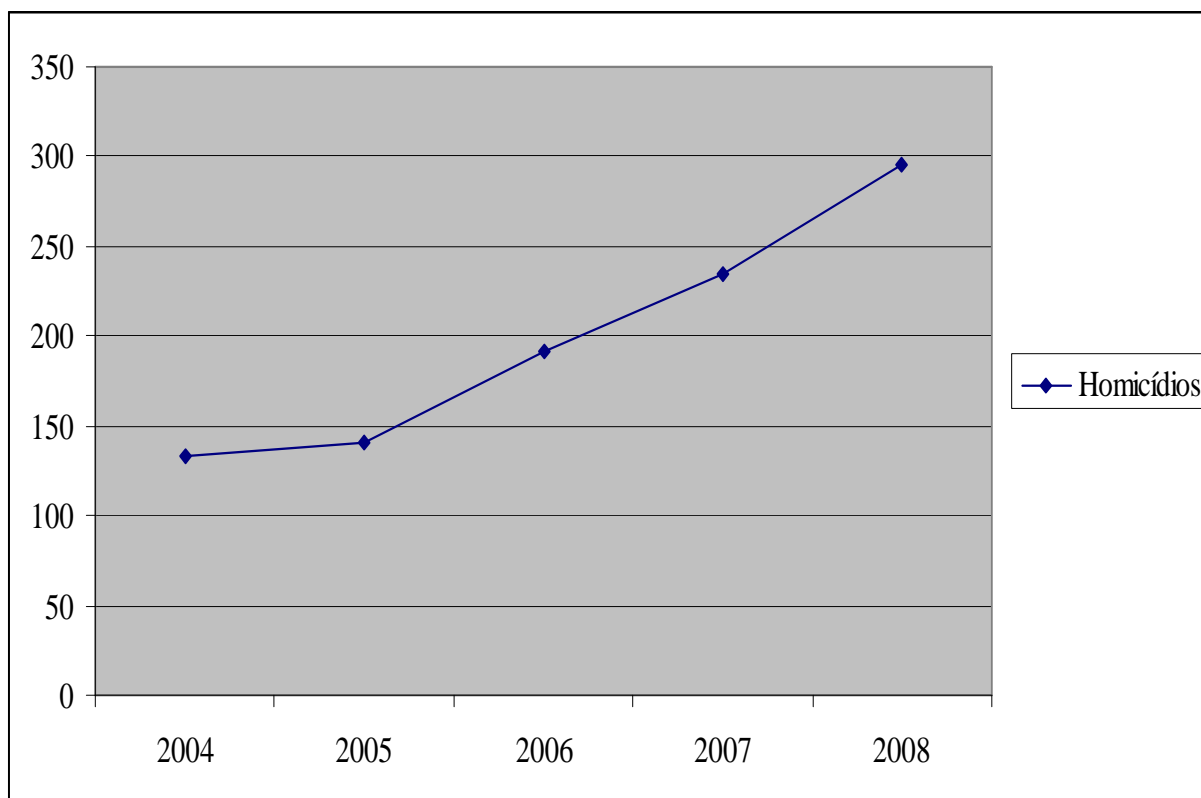


Gráfico 37. Homicídios ocorridos em Feira de Santana, no período de 2004 a 2008.

Fonte. Matos, 2008, 2009.

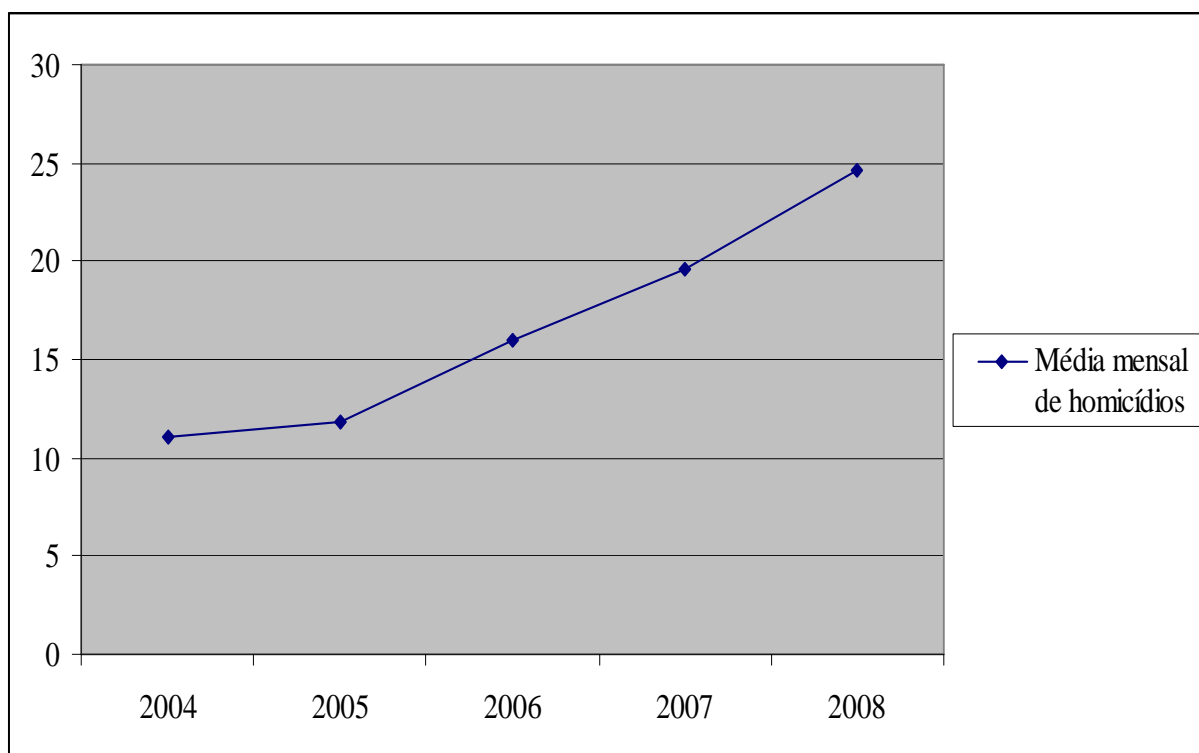


Gráfico 38. Média mensal de homicídios ocorridos em Feira de Santana, no período de 2004 a 2008.

Fonte. Matos, 2008, 2009.

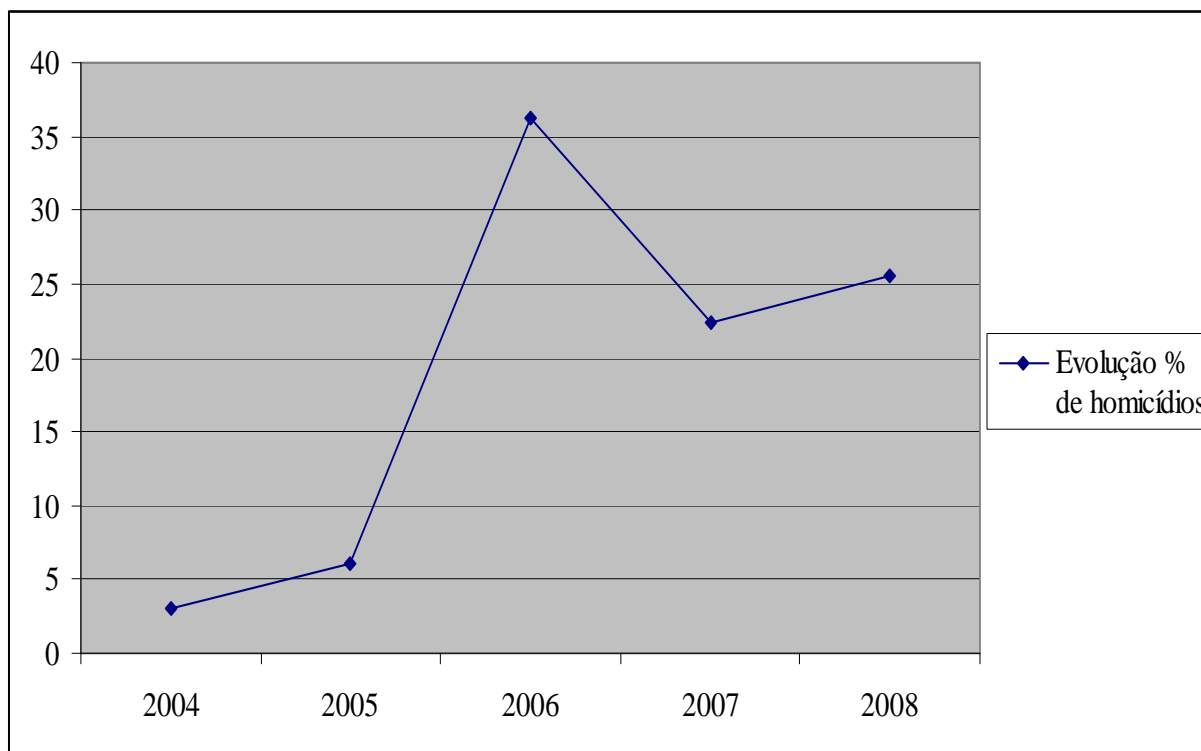


Gráfico 39. Evolução de homicídios ocorridos em Feira de Santana, no período de 2004 a 2008.

Fonte. Matos, 2008, 2009.

A violência e a criminalidade, devido à deficiência na segurança pública, têm maior incidência nos bairros periféricos em Feira de Santana, locais em que se encontram os assentamentos subnormais. Para 55,7% da população, morar nas localidades não é seguro. Enquanto 78,7% desse extrato confirmaram a existência da violência, para 59% da amostra, o índice de violência é elevado (Tabela 46 e Gráfico 40).

Tabela 46. Segurança e violência nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Descrição	Sim	%	Não	%	Total
Morar na localidade é seguro?	133	44,3	167	55,7	300
Existe violência na localidade?	236	78,7	64	21,3	300
O índice de violência na localidade é elevado?	177	59,0	123	41,0	300

Fonte: Dados da pesquisa.

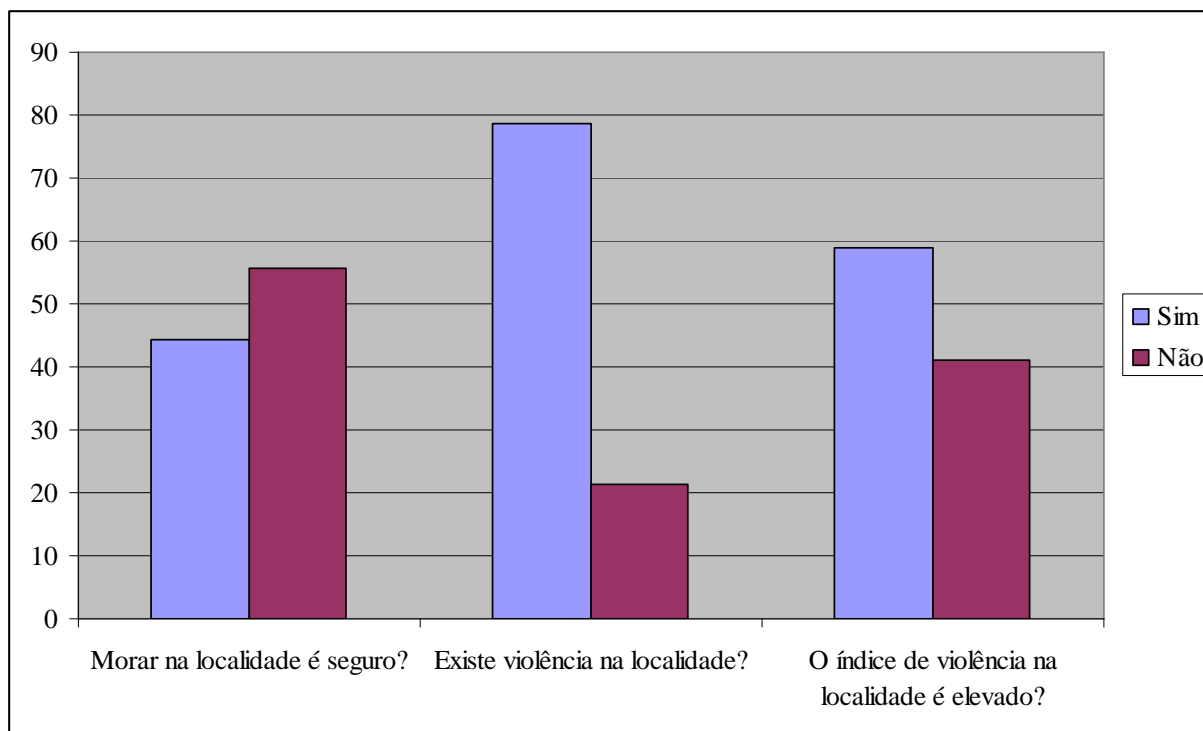


Gráfico 40. Segurança e violência nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Fonte: Dados da pesquisa.

No levantamento realizado, também foram identificados os fatores que contribuem para a geração da violência e da criminalidade nos assentamentos subnormais. Para 55,3% da sua população, o uso e o tráfico de drogas são os principais fatores. Enquanto para 14,3% dos entrevistados o uso excessivo de bebidas e de armas são também os responsáveis por esses fenômenos (Tabela 47 e Gráfico 41).

Tabela 47. Fatores que promovem a criminalidade e a violência nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Descrição	Quantidade	%
Não opinou	91	30,4
Uso de drogas	37	12,3
Tráfico de drogas	129	43,0
Uso excessivo de bebidas	19	6,3
Uso de armas	24	8,0
Total	300	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

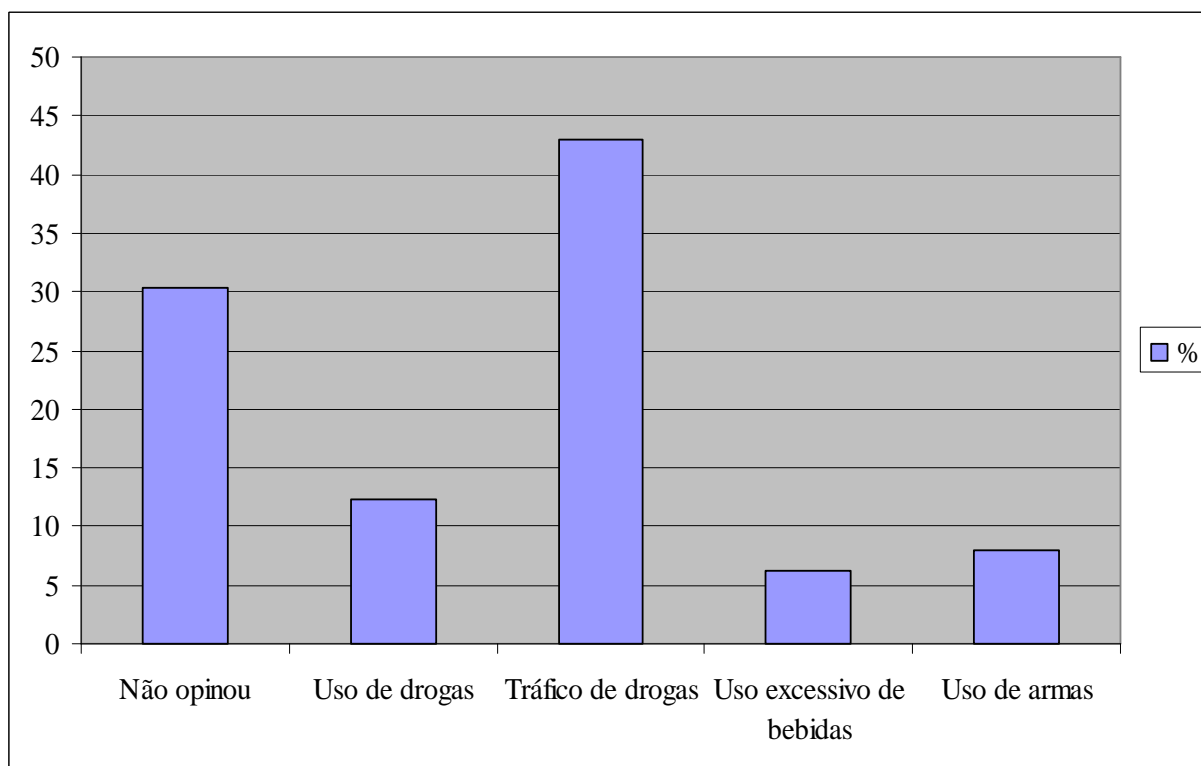


Gráfico 41. Fatores que promovem a criminalidade e a violência nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.3.8 Condições de vida dos moradores nos assentamentos subnormais

O processo acelerado de urbanização em Feira de Santana provocou, na mesma ordem, o surgimento de vários assentamentos subnormais, em geral na periferia da cidade, em áreas consideradas de risco, preservação ou proteção ambiental, próximas a córregos e a lagoas, desprovidas de serviços urbanos e de infraestrutura básica.

Nesses locais reside uma parcela da população excluída que em busca de melhores alternativas de emprego e renda, se deslocou para Feira de Santana, uma aventura mal-sucedida para a maioria devido ao quantitativo de emprego não ser suficiente para atender a demanda.

A cidade passou então a contar com um elevado número de desempregados ou subempregados, que não pretendendo retornar para seus locais de origem passaram a habitar em condições precárias em assentamentos subnormais, que acabam por perpetuar as desigualdades sociais no espaço intraurbano que, de forma pejorativa, passaria a ser considerado como área da violência, da criminalidade, do tráfico de drogas e da marginalidade.

De acordo com os dados obtidos (Tabela 48 e Gráfico 42), para os moradores dos assentamentos subnormais de Feira de Santana, apesar da situação adversa com que se defrontam no dia a dia, para 58% dos entrevistados, as condições de vida nessas localidades melhoraram. Enquanto 85% desse extrato afirmaram que pretendem continuar morando nas mesmas localidades, devido aos laços sociais ali construídos. Por igual razão, 86,7% dos depoentes afirmaram serem esses os lugares ideais para permanecer residindo.

Tabela 48. Condições de vida dos moradores nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Descrição	Sim	%	Não	%	Total
As condições de vida melhoraram na localidade?	174	58,0	126	42,0	300
Existe a pretensão de continuar morando na localidade?	255	85,0	45	15,0	300
É ideal morar na localidade?	260	86,7	40	13,3	300

Fonte: Dados da pesquisa.

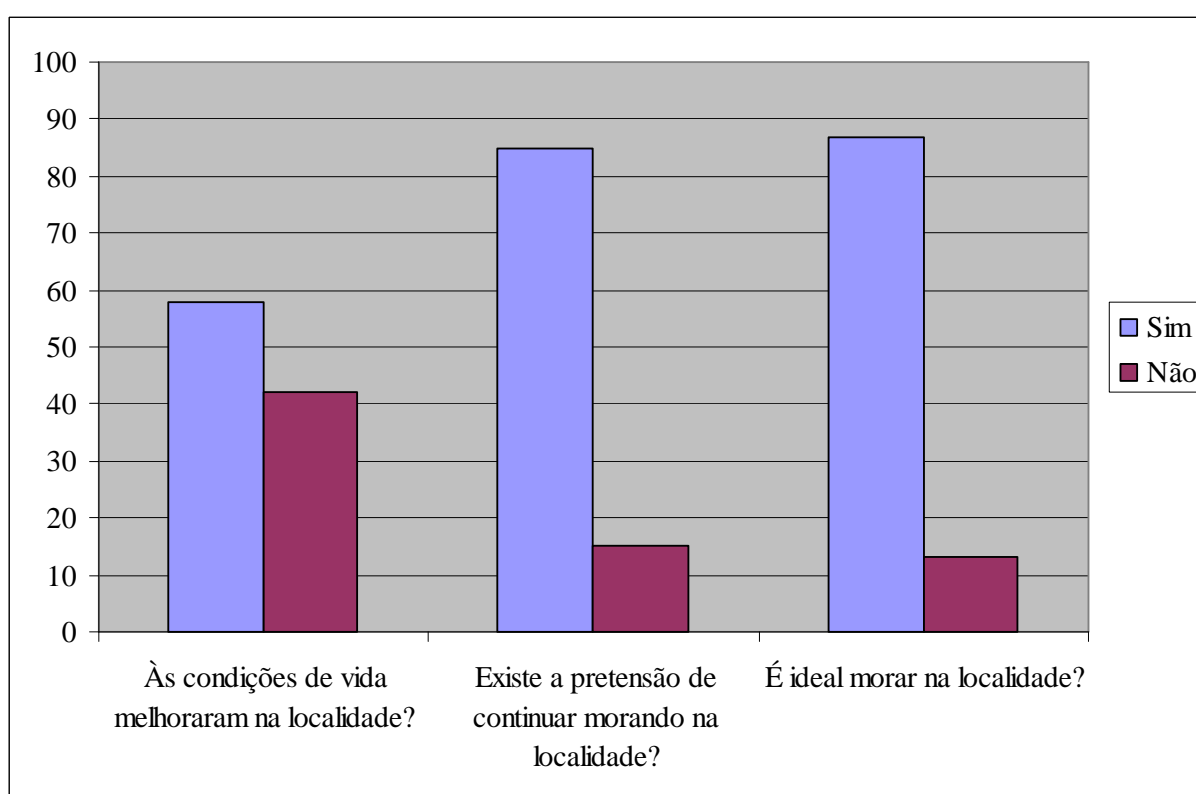


Gráfico 42. Condições de vida dos moradores nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Fonte: Dados da pesquisa.

A pesquisa também revelou que, apesar da precariedade das moradias, com relação aos serviços e equipamentos de uso coletivo, 88,3% desse contingente possuem ligação d'água. Desse extrato, 93,7% são beneficiados por rede de energia elétrica. Enquanto apenas 42% contam com rede de esgotos, que ainda é deficiente em todo o município.

Outros dados da pesquisa mostram que para 34% dos entrevistados as localidades são carentes de escola. Desse extrato, 46,7%, 43,7% e 86,7%, respectivamente, afirmam que existe a carência de creche, a saúde pública é deficiente e inexistente área de lazer. Enquanto a iluminação não atende a expectativa de 23,3% dos moradores desses assentamentos (Tabela 49 e Gráfico 43).

Tabela 49. Serviços de uso coletivo nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Descrição	Sim	%	Não	%	Total
Água	265	88,3	35	11,7	300
Esgoto	126	42,0	174	58,0	300
Energia elétrica	281	93,7	19	6,3	300
Escola	198	66,0	102	34,0	300
Creche	160	53,3	140	46,7	300
Posto de saúde	169	56,3	131	43,7	300
Iluminação pública	230	76,7	70	23,3	300
Coleta de lixo	285	95,0	15	5,0	300
Área de lazer	40	13,3	260	86,7	300

Fonte: Dados da pesquisa.

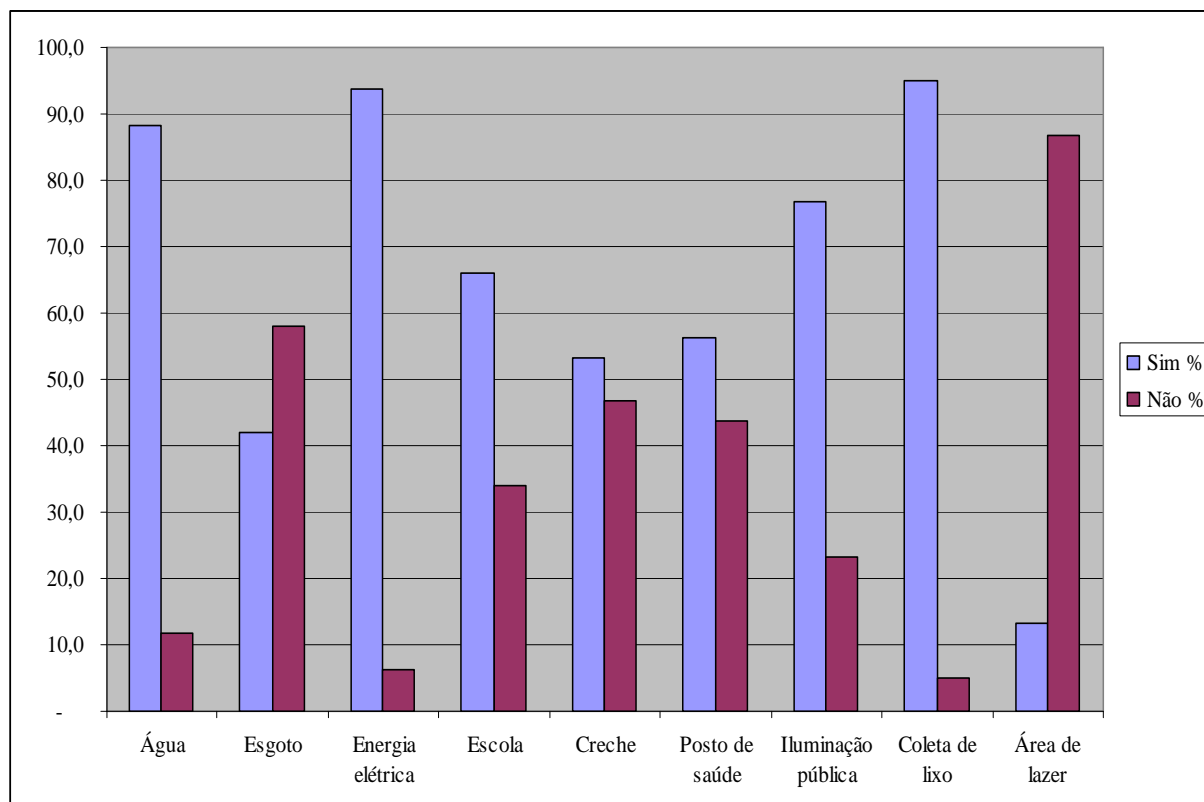


Gráfico 43. Serviços de uso coletivo nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere à utilização de utensílios domésticos, apesar da renda da maioria da população dos assentamentos subnormais não ser superior a 1 SM, ficou constatado que, para a maioria dos entrevistados, ou seja, 81,7%, 98,3% e 96%, respectivamente, dispõem de geladeira, fogão a gás e televisão. Enquanto 25,7% têm televisão e 34,3%, outros equipamentos eletrônicos (Tabela 50 e Gráfico 44).

Tabela 50. Utensílios domésticos usados pelas famílias residentes nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Descrição	Sim	%	Não	%	Total
Geladeira	245	81,7	55	18,3	300
Fogão a gás	295	98,3	5	1,7	300
Telefone	77	25,7	223	74,3	300
Televisão	288	96,0	12	4,0	300
Outros*	103	34,3	197	65,7	300

Fonte: Dados da pesquisa.

*) DVD, som, vídeo game vídeo cassete.

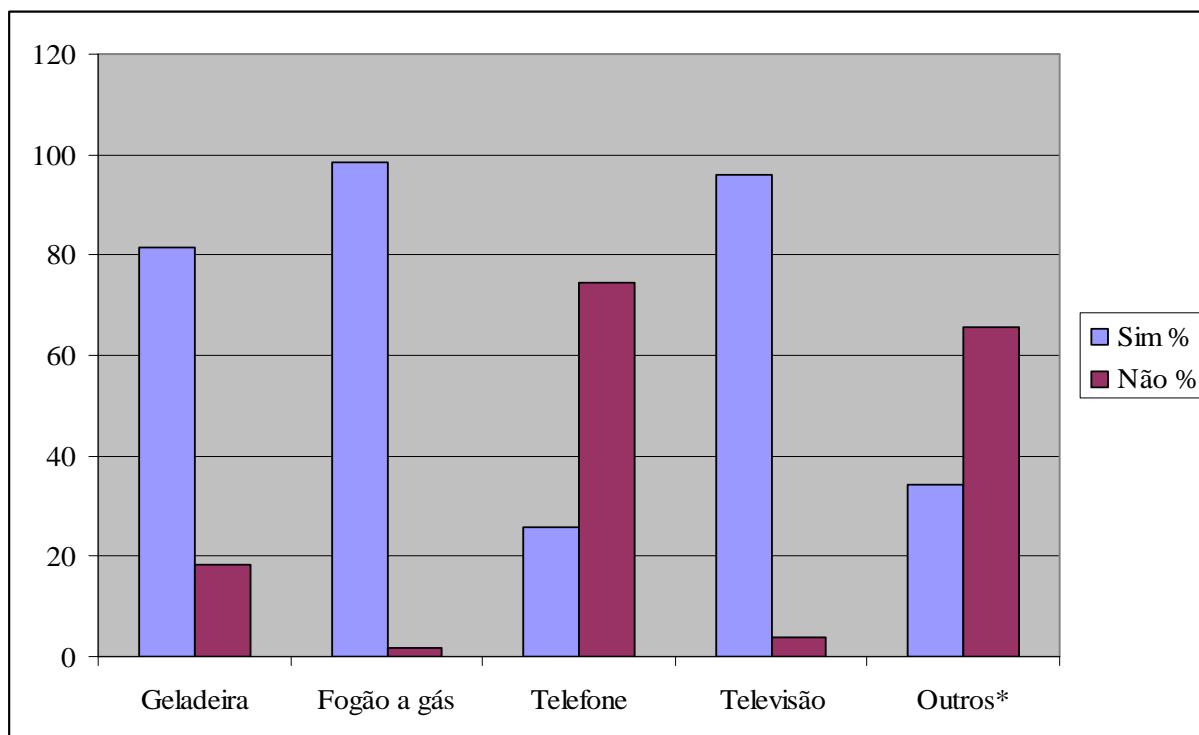


Gráfico 44. Utensílios domésticos usados pelas famílias residentes nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Fonte: Dados da pesquisa.

*) DVD, som, vídeo game e vídeo cassette.

4.3.9 Organização Comunitária nos assentamentos subnormais

O papel que a Organização Comunitária desenvolve junto a uma localidade é de fundamental relevância, e essencial para que os seus moradores consigam desenvolver mecanismos crescentes, com efetiva participação e envolvimento de forma coesa, não somente na busca de soluções para os problemas que afetam a localidade, como também na construção coletiva da consciência crítica da realidade em que vivem, conscientes de que, isoladamente, o poder de barganha é frágil, não tem nenhuma força de pressão, e que somente através da união de todos ou de sua maioria de forma organizada em torno de uma entidade que os represente, poderão ser atendidos em suas reivindicações junto aos poderes públicos, à iniciativa privada e aos demais segmentos da sociedade organizada.

A adesão às causas coletivas objetivando o bem comum, sem sombra de dúvida, significa uma relevante conquista. Para atingi-la, um longo caminho deverá ser percorrido, fato que se observa nos assentamentos subnormais em Feira de Santana, nos quais, conforme a fala dos pesquisados, o envolvimento da população com as Organizações Comunitárias é

ainda incipiente, na medida em que apenas 21,3% das famílias apoiam as ações desenvolvidas por essas entidades.

Segundo informações de moradores das localidades, esse fato está associado, basicamente, a duas questões: a primeira diz respeito à dificuldade que parte dessa população tem em assimilar, pensar e agir coletivamente, considerando que muitas vezes as necessidades individuais se sobrepõem à compreensão da importância do coletivo para a articulação e resolução dos problemas comuns; a segunda relaciona-se com a forma de atuação dessas Organizações. Para 44,3% dos entrevistados, pela forma como seus dirigentes conduzem essas questões, às vezes sem liderança e em desacordo com os objetivos estabelecidos, os anseios dos moradores não são atendidos.

Apesar da atuação dessas Organizações ser ainda tímida, principalmente no que se refere à capacidade de reivindicar ações voltadas para a melhoria da comunidade, para 59% dos entrevistados, o poder público é sensível aos pleitos efetuados por essas entidades (Tabela 51 e Gráfico 45).

Tabela 51. Organização Comunitária nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Descrição	Sim	%	Não	%	Total
Atuação da organização comunitária	133	44,3	167	55,7	300
Participação na organização comunitária	64	21,3	236	78,7	300
Atendimento do poder público à comunidade	177	59,0	123	41,0	300

Fonte: Dados da pesquisa.

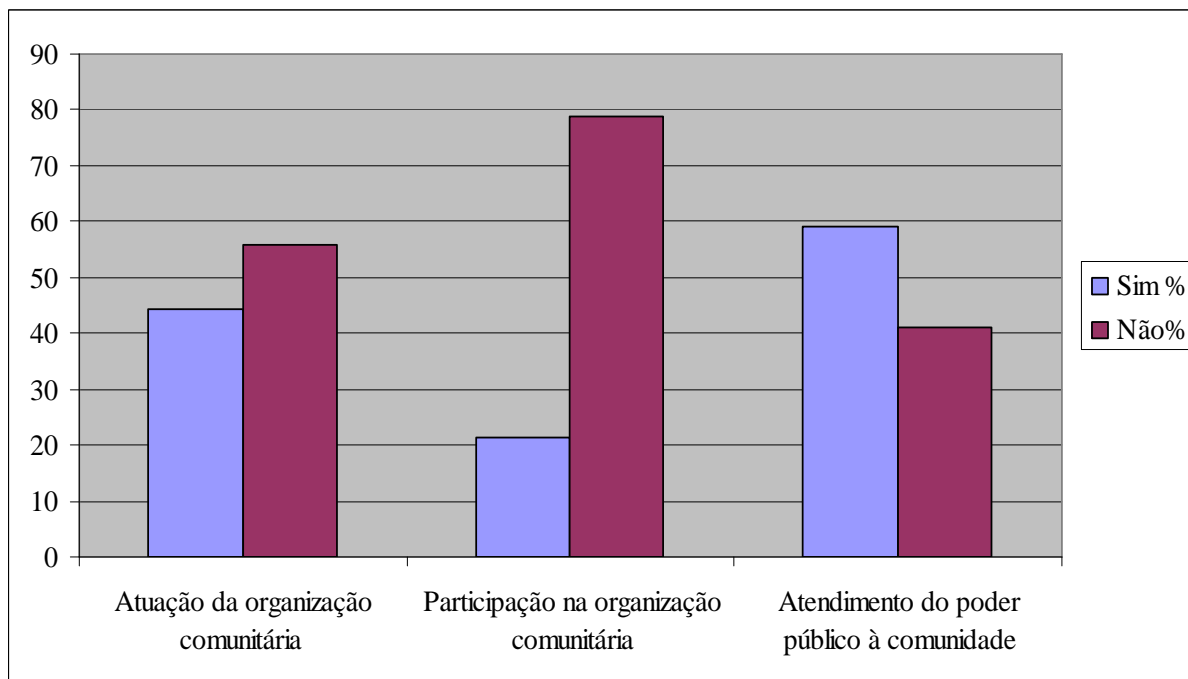


Gráfico 45. Organização Comunitária nos assentamentos subnormais de Feira de Santana.
Fonte: Dados da pesquisa.

A análise desenvolvida com base nos dados obtidos mediante esta pesquisa permite concluir que os indicadores de pobreza e de desigualdade social ainda são elevados em Feira de Santana. A partir da Constituição de 1988, os moradores dos assentamentos subnormais passaram a reivindicar com mais efetividade ações visando melhorias para as localidades em que residem, com fundamento nos artigos 29 e 30, que definem a competência devida aos três poderes do executivo, de proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, proteger o meio ambiente e o combate à poluição, fomentar a produção agropecuária, programas de construção de moradias e de melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico, combater as causas da pobreza e os fatores da marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

Justo ser declarado que ações visando a recuperação, a melhoria das áreas de assentamentos começaram a ser implementadas (principalmente a partir da criação do Ministério das Cidades) com a aplicação de recursos em redes de água, esgoto, energia, iluminação, pavimentação de vias de circulação, recuperação de moradias dentre outras.

A questão de moradia é um dos problemas deveras marcantes na cidade de Feira de Santana, por representar uma das formas mais visíveis de exclusão social. Um problema que aflige expressiva parcela de habitantes residindo em periferias, distante do centro da cidade, sem qualquer aparato institucional, sem infraestrutura. Nada que lhes assegure a condição de indivíduos, de cidadãos, em vez de marginais, como é comum serem identificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade, que surgiu há mais de cinco milênios, desempenha um papel de fundamental relevância como agente promotora do desenvolvimento econômico e social em todos os países. No estado da Bahia, Feira de Santana distingue-se como centro econômico dinâmico que atinge um espaço geográfico com abrangência em mais de 100 municípios, além de ser polarizadora de um sistema rodoviário que faz a ligação da região onde está localizada com as demais regiões brasileiras.

Para Silva (2005, p. 29), como “espaço contraditório por excelência, a cidade brasileira ajusta-se às condições do mundo globalizado incluindo poucos, excluindo muitos num processo simultâneo”, em um grave quadro de segregação econômica e exclusão social.

A produção da cidade, segundo Rodrigues (2003), ocorre de forma desigual e se vincula à capacidade e à renda de que cada morador dispõe para adquirir, construir ou comprar uma casa e usar os equipamentos e serviços de uso coletivo.

A cidade é produzida socialmente e apropriada individualmente. As áreas que possuem mais equipamentos de consumo coletivo são aquelas mais valorizadas pelo mercado imobiliário (RODRIGUES, 2003).

Aydalot (apud BEAUJEAU-GARNIER, 1980, p. 16), afirma que: “a cidade cresce concretamente; é o quadro do exercício de uma função social [...]; é o elemento funcional de um sistema econômico; o quadro de um poder de decisões exercido por uma burguesia coerente; é uma unidade definida pelo cotidiano do mercado de trabalho”.

Considerando que a cidade numa visão socioeconômica se constitui num *locus* da reprodução do capital, para Harvey (apud FRANÇA, 1999, p. 210), a urbanização passou a ser referenciada “como um conjunto de relações sociais, que reflete as relações estabelecidas na sociedade como totalidade”.

O desenvolvimento econômico de uma cidade é fruto de um trabalho permanente, progressivo, continuado, no qual, todos os envolvidos devem agir com persistência e determinação, e os resultados serão consequência do esforço conjunto motivado por estímulos os mais diferentes. Nessa tarefa, o poder público e a comunidade local serão protagonistas e espectadores do sucesso, terão como meta comum a obtenção de melhores níveis de condição de vida e de prosperidade, através da geração de emprego e renda (MOLEDO, 2001).

As questões sociais geradas pela urbanização e pela industrialização tardia e acelerada num país capitalista subdesenvolvido, que concentra a riqueza e aprofunda a pobreza, tem como um dos principais focos, a questão da moradia, que é um bem seletivo, e é reconhecida,

há muito tempo, como um dos grandes problemas defrontados por grande parcela da população brasileira que não dispõe de renda suficiente para pagar aluguel ou adquirir uma casa, devido às restrições impostas pelas instituições que operam nos mercados financeiro e imobiliário, numa visão capitalista de maximização de lucros.

Para Bazan (2008, p.314), “a urbanização brasileira vem apontando para um processo de hierarquização e segregação da sociedade porquanto as desigualdades socioespaciais vêm se ampliando cada vez mais nas cidades brasileiras”.

No município de Feira de Santana esse fenômeno vem ocorrendo. Devido ao crescimento da sua economia com a instalação do parque industrial, ao longo das últimas quatro décadas, a cidade passou por um processo acelerado de urbanização, tendo a sua população evoluído de 69.884 habitantes, em 1960, para 431.730, em 2000, com uma taxa média de crescimento superior à baiana e à brasileira.

As matrizes que justificam esse quadro foram construídas no processo histórico de formação da cidade como grande entreposto comercial e, posteriormente, com sua consolidação como centro urbano-industrial, a partir da década de 1970, através dos fortes investimentos estatais da Sudene, no Centro Industrial do Subaé.

Devido a sua localização privilegiada, Feira de Santana cuja economia a transformou em um importante pólo comercial, industrial e de prestação de serviços, ocupa uma posição estratégica e de relevância no processo de desenvolvimento socioeconômico do espaço geográfico em que se situa.

O município tem se tornado um pólo de atração de investimentos nas mais diversificadas áreas de atividades, com reflexos na geração de emprego, estímulo para o crescimento do fluxo migratório em direção à cidade, que se tornou uma referência urbana na Bahia e nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Nas décadas de 1970 e 1980, Feira de Santana recebeu um grande contingente populacional migratório (em volume superior ao quantitativo de empregos ofertados) que, em grande parte, sem ocupação nem recursos para adquirir ou alugar um imóvel, passou a ocupar os espaços urbanos de forma desordenada, construindo moradias em condições precárias, em loteamentos irregulares ou clandestinos, ou em áreas de risco e de proteção ambiental na periferia da cidade, promovendo assim o surgimento de vários assentamentos subnormais.

A presente pesquisa, efetuada em sete desses assentamentos, apontou que o seu contingente populacional é formado, na maioria, por pessoas de baixa renda, que se instalam na periferia da cidade ocupando os vetores Norte e Sul, sem observar as normas ou leis de uso de ocupação do solo.

Esse, também, é um dos grandes fatores de exclusão social sofrida por uma grande parte da população de Feira de Santana vítima de falta de emprego, má remuneração, condições degradantes de subsistência, falta de escolaridade e falta de assistência médica, dentre outras mazelas.

De acordo com o IBGE (2000, 2008), Feira de Santana, a segunda maior cidade do estado da Bahia, com uma taxa de urbanização de 92,2%, em 2008, tem como indicadores sociais um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,74, um Índice de Incidência de Pobreza (IIP) de 36,14%, um Índice de Gini de 0,49 e uma Expectativa de Vida ao Nascer de 69 anos⁸².

Tais indicadores sugerem a necessidade de que o poder público, nas três esferas, coloque em prática um conjunto de políticas que não sejam direcionadas, apenas, para o financiamento da construção de moradias populares com toda a infraestrutura necessária, mas, também, que promova a geração de emprego e renda, em atendimento ao que preceituam os artigos 29, 30 e 182 da Constituição Federal de 1988.

O artigo 29 assegura a autonomia dos municípios e o artigo 30 estabelece a competência que lhes é devida. O artigo 182, parágrafo 1º, determina que os municípios com mais de vinte mil habitantes disponham de Planos Diretores. Todavia, um número considerável dos governantes municipais não cumpre o que estabelece a Lei 10.257/2001, denominada - Estatuto da Cidade, que regulamenta e detalha o que a Constituição prevê para a política urbana nacional (SOUZA; RODRIGUES, 2004).

A Constituição estabelece que cabe aos municípios, em ação comum com a União e os Estados, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, proteger o meio ambiente e o combate à poluição, fomentar a produção agropecuária, programas de construção de moradias e de melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico, combater as causas da pobreza e os fatores da marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

O município é a principal realidade política e administrativa brasileira, e nele se encontram os gestores públicos que, por estarem mais próximos dos problemas da sociedade e do controle da mesma, possuem as reais condições para que se possam colocar em prática as políticas públicas que viabilizarão a existência de um país democrático, com desenvolvimento econômico e social.

⁸² A taxa de urbanização foi estimada a partir dos dados extraídos da contagem populacional realizada pelo IBGE em 2008. Os indicadores sociais foram projetados com base nos dados extraídos da pesquisa desenvolvida pela SEI, 2003.

Compete, portanto, ao gestor público a tarefa de liderar e atuar como agente indutor de políticas públicas que atendam as demandas sociais com projetos que promovam a regularização das moradias com problemas fundiários, efetuando intervenções voltadas para a infraestrutura em geral, paralelamente à geração de emprego e renda, na perspectiva de promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A partir da década de 1960, com a retomada do processo de industrialização no Brasil, cresceu a oferta de emprego, cujo volume não foi suficiente para atender ao fluxo migratório que se deslocou do campo para as cidades em que se instalaram os parques industriais, provocando um adensamento populacional nessas localidades que, por não disporem de infraestrutura adequada para acomodar toda a população que ali se estabelecia, passaram a sediar vários tipos de problemas, dentre eles, o de moradia.

Foi assim que aconteceu em Feira de Santana em consequência da instalação do CIS. Entre 1970 e 1990, segundo a SEI (2005), em busca de emprego e melhoria da qualidade de vida, migrou para essa cidade um contingente superior a 80 mil pessoas, gerando uma oferta de mão-de-obra superior à demanda de vagas disponibilizadas pelas empresas, o que provocou o aumento do desemprego na cidade.

Aqueles que não conseguiram colocação nas indústrias ou no comércio, passaram a residir em habitações precárias, em bairros ocupados pela população mais pobre da cidade, ou na periferia, geralmente, em terras invadidas, de baixo valor, em lugares sem infraestrutura e de proteção ambiental, sujeitando-se a todos os tipos de risco, por morar em um município que, a partir da década de 1970, vem passando por um acelerado processo de urbanização.

A economia de Feira de Santana, com a implantação do Parque Industrial do Subaé, ganhou nova dinâmica. Sinal disso é a expansão das atividades comerciais, industriais e da prestação de serviços, que começaram a passar por transformações, interferindo no espaço urbano da cidade, que era carente de infraestrutura básica, além de não disponibilizar serviços e equipamentos de uso coletivo em condições de atender ao crescente aumento da população que, em parte, por falta de emprego, ou de renda suficiente, defrontava-se com a impossibilidade de alugar ou adquirir um imóvel, ficando assim condicionada a fixar residência na periferia da cidade, em áreas não apropriadas para esse fim.

Os dados emitidos pelo Pemas (2001), e confirmados através desta pesquisa, indicam que o município apresenta um grave quadro de subnormalidade habitacional em decorrência do grande volume de moradias indignas de serem habitadas. A grande maioria encontra-se em áreas de preservação ambiental ou de mananciais hídricos que, em época de chuvas intensas, ficam susceptíveis a inundação e alagamentos.

Diante dessa realidade, planejar estratégias de enfrentamento das questões econômicas e sociais que surgiram a partir do crescimento populacional verificado na cidade, torna-se uma tarefa imprescindível para o poder executivo do município de Feira de Santana.

Oportuno esclarecer-se que a subnormalidade não é uma decorrência do déficit habitacional que em Feira de Santana, segundo o Pemas (2001), era de 14.793 moradias, em 2001. É uma consequência da falta ou do baixo nível de renda que atinge uma grande faixa da população do município, cujo ganho não é suficiente nem para a sua subsistência, e que sobrevive graças a programas governamentais (Bolsa Família, dentre outros), ao apoio das Organizações Não-Governamentais e de outros segmentos de nossa sociedade.

O surgimento dos assentamentos subnormais em Feira de Santana a partir da década de 1970 está diretamente relacionado ao acelerado processo de industrialização, à inexistência de políticas agrárias e aos sucessivos períodos de estiagem que ocorreram no Semi-Árido baiano, os quais obrigaram a população que residia na área rural do município e de outras regiões a migrar para o município em busca de emprego e renda na perspectiva da melhoria da qualidade de vida. Isso contribuiu para o aumento da demanda por moradia, provocada por uma população sem renda suficiente para alugar ou adquirir um imóvel em áreas dotadas de infraestrutura e de equipamentos de uso coletivo.

Feira de Santana representa a economia mais pujante da microrregião do Paraguaçu com abrangência em 42 municípios, os quais, com uma população preponderantemente rural, dependem, na maioria, de verbas federais e estaduais para fomentar os gastos correntes e com investimentos. Não são capazes de promover alternativas para a geração de emprego e renda visando a sua população, que convive com calamidades decorrentes das secas, as quais constantemente se abatem sobre a região, promovendo o êxodo de parte de seus moradores para esse município, que passou a ser um receptor de migrantes de várias localidades do Semi-Árido baiano.

Os problemas defrontados pela população residente nos assentamentos subnormais são motivados pela carência ou inadequação de políticas públicas voltadas para a infraestrutura, habitação, segurança, transporte, educação, dentre outros, e que ao mesmo tempo promovam a geração de emprego e renda, como forma de melhoria da qualidade de vida desse extrato da população que sofre um constante processo de segregação econômica e social, considerando que:

a velha exclusão social é, sobretudo, fruto de uma pressão da mão-de-obra do campo que inunda as cidades, num contexto de ausência de reformas (agrária, urbana, fiscal, financeira, etc.). Este processo é mais característico do período de 1960-1980, quando a taxa de expansão anual da população

urbana é de 4,7% contra 3,3% do período seguinte. No primeiro período ocorreu, portanto, uma expansão da miséria para as cidades, ainda que a exclusão social apresentasse aí conotações próprias, diferentes da pobreza rural (POCHMANN; AMORIN, 2003, p. 43).

Em entrevistas com moradores dos assentamentos alvo desta sondagem, ficou evidenciado que os problemas relacionados com a habitação são, na sua maioria, resolvidos dentro de suas possibilidades e com os recursos de que dispõem. As opções encontradas limitam-se, entre outras, a pagar aluguéis que consomem grande parte da renda familiar, dividir a moradia com um grande número de pessoas ou ocupar terras ociosas que, muitas vezes, são de proteção ambiental, geralmente na periferia da cidade, áreas que não são de interesse dos operadores imobiliários.

Para Maricato (2001, p. 44),

na ausência de alternativa habitacional regular a população apela para os seus próprios recursos e produz a moradia como pode. As consequências desse universo de construção, completamente desregulado, ignorado pelo Estado, são trágicas, dadas suas dimensões. A maior parte dos governos municipais e estaduais desistiram de responder pelo “poder de polícia” sobre o uso e a ocupação do solo. A ocupação predatória e irracional resultante dessa falta de controle é a principal causa de uma lista grande de males, inaceitáveis em pleno início do século XXI: enchentes, desmoraamentos, poluição hídrica, epidemias, etc.

Haja vista a natureza e a dinâmica cumulativa decorrentes do crescimento acelerado da população urbana de Feira de Santana, a solução para os problemas socioespaciais não ocorrerá num curto prazo. A escassez de recursos, inviabiliza a realização de investimentos em infraestrutura básica, em equipamentos e serviços de uso coletivo que beneficiem amplamente os moradores dos assentamentos subnormais. Submetidos a um processo de exclusão, privação econômica e social, constituem uma população, segundo a Secretaria Municipal de Ação Social de Feira de Santana, estimada em mais de 30 mil famílias, das quais, 21 mil estão cadastradas no Programa Bolsa Família.

Os dados registrados nas tabelas e nos gráficos revelam um baixo nível de instrução e capacitação profissional de um contingente populacional com plena capacidade produtiva, que se encontra desempregada ou subempregada, vivendo numa situação de precariedade, num espaço territorial em que predomina a violência, seja pelo mecanismo do tráfico de drogas, assaltos ou da violência de costumes (doméstica e/ou de gênero), que atinge com mais intensidade as mulheres, os idosos e as crianças que residem nas localidades pesquisadas.

Essa situação, para Kowarick (2000, p. 114), “trata-se da espoliação urbana, isto é, a inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente com as

dificuldades de acesso à terra e a moradia aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho”, para uma população excluída do mercado de trabalho.

A pesquisa também aponta que o principal fator de exclusão, que afeta a população residente nos assentamentos subnormais de Feira de Santana, vincula-se à renda familiar, à baixa remuneração ou a uma remuneração irregular, comum em situações de trabalho informal, impedindo as famílias de terem direito às condições mínimas de qualidade de vida, desde que lhes faltam, capacidade de sustento da família, educação, saneamento, lazer, dentre outros bens.

Ainda, ficou constatado que o déficit habitacional, tanto o quantitativo quanto o qualitativo, atinge, principalmente, os integrantes da faixa de renda de até três salários mínimos, fato que explica o surgimento dos assentamentos subnormais na periferia da Feira de Santana.

Portanto, o entendimento a que se chega é que a exclusão urbana é decorrente da exclusão social. Para Rolnik (2002, p. 54):

essa situação de exclusão é muito mais do que a expressão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais: é agente de reprodução dessa desigualdade. Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infraestrutura e a ilegal, pobre precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura e lazer. Simetricamente, as oportunidades de crescimento circulam nos meios daqueles que já vivem melhor, pois a sobreposição das diversas dimensões da exclusão incidindo sobre a mesma população fazem com que a permeabilidade entre as duas partes seja muito pequena.

O fenômeno da exclusão social atinge grande parte da população brasileira. Além da exclusão econômica, essa população é excluída na dimensão política, social e cultural, para Sposati (apud WANDERLEY, 1997, p. 78):

este processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar, o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de um conjunto significativo da população – daí ser esta uma exclusão social e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Essa situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública.

Segundo Dupas (2000), as recentes transformações socioeconômicas, ao gerarem uma massa de pessoas indispensáveis para o sistema produtivo capitalista, redirecionam as discussões sobre os problemas sociais decorrentes. Quando a preocupação, anteriormente, era

com as condições de exploração nas quais a inserção se dava, e atualmente se transformou na dificuldade de encontrar formas de inserção quaisquer que sejam elas.

A exclusão social, para Vêras (1999), vem definindo novos contornos no contexto contemporâneo, no qual loteamentos clandestinos e irregulares, favelas, dentre outras habitações precárias, como os assentamentos urbanos, despontam como testemunhas dessa dinâmica excludente, que começa atuar como agente indutor do surgimento de mobilizações intraurbanas.

O fenômeno vem contribuindo para o agravamento das desigualdades sociais, com empobrecimento da maioria da população feirense. Assim, os que mais precisam usufruir de uma cidade com equipamentos públicos e serviços têm que morar em áreas afastadas, em condições subnormais.

A esse respeito, Rolnik (2002) afirma que os assentamentos subnormais são também objeto de investimentos pela gestão pública que incorpora lentamente essas áreas à cidade, regularizando, urbanizando, dotando de infraestrutura, mas nunca eliminando a precariedade e as marcas da diferença em relação às áreas que já nascem regularizadas. Ainda, que essa dinâmica tem grande rentabilidade política, pois, dessa forma, o poder público estabelece uma base política popular, quase sempre de natureza clientelista, uma vez que a população vê as melhorias como “favores”, que servem como moeda de troca eleitoral.

Rolnik (2002), admite que, na gestão pública, a cidade irregular é tolerada e até disseminada. Na sua ótica, do ponto de vista político, é desejável que isso ocorra à medida que torna a população residente nessas áreas mais vulnerável a barganhas eleitorais, clientelistas e fisiológicas, pois usa-se a chegada da infraestrutura para barganha de votos.

Portanto, a exclusão territorial se dá nos níveis de gestão e dos processos decisórios. Segundo a autora, o fato das elites, historicamente, governarem para si mesmas, abrindo espaços de extralegalidade negociada como resposta à pressão das camadas populares, mostra que a democratização da gestão urbana é a única possibilidade de inverter-se essa situação.

A atual política habitacional brasileira evidencia, para Cordeiro (2006), o desenvolvimento urbano integrado, segundo a qual a habitação não se restringe à casa, abrange, também, o direito à infraestrutura, ao saneamento ambiental, à mobilidade e ao transporte coletivo, a equipamentos e serviços urbanos e sociais, a geração de emprego e renda buscando garantir o direito à cidade.

No final da década de 1960, o município de Feira de Santana elaborou o Plano de Desenvolvimento Local Integrado, visando a organizar a ocupação do espaço territorial, que, nas décadas subsequentes, até os dias atuais, passa a conviver com situações urbanas

problemáticas, principalmente nas questões sociais, em decorrência das rápidas transformações na malha urbana. O quadro se agrava devido a um elevado grau de disparidades sociais associadas à questão da violência, o que se evidencia no crescimento dos indicadores de pobreza e desigualdade social no município.

A partir de 2003, com o Ministério das Cidades passando a ser o responsável pela política de desenvolvimento urbano, a questão habitacional assume um novo direcionamento através de uma política que adota um modelo participativo e democrático. Naquele ano, foi realizada a Conferência Nacional das Cidades, que resultou na criação do Conselho das Cidades e na aprovação das diretrizes para a nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) (BRASIL, 2004).

A PNDU tem como principais diretrizes: o direito à moradia, o acesso à moradia digna que garanta padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços sociais e urbanos, a garantia da função social da propriedade urbana, a questão habitacional como política de Estado, a gestão democrática e a integração da política urbana com as demais políticas sociais e ambientais (BRASIL, 2004).

Feira de Santana apresenta grande diversidade nos padrões de ocupação e uso do solo urbano, nesse aspecto, são evidentes as mais profundas disparidades de cunho social e econômico. Em vários bairros da cidade, flagram-se, no entorno de edificações luxuosas, habitações precárias e esgotos a céu aberto.

As ocupações irregulares vêm constantemente assumindo, no município, sérias proporções, sobretudo pela inaplicabilidade ou inadequação da implementação de uma política habitacional que defina diretrizes e estabeleça prioridades, direcionada, principalmente, à camada populacional menos favorecida.

O acesso à terra, uma mercadoria que, diferentemente das demais, não pode ser reproduzida e criada pelo trabalho, é excludente e desigual desde o período colonial, e tem se agravado após a Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850, que foi regulamentada pelo Decreto Imperial de D. Pedro II nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854.

Segundo Tolosa (1978, p.16), “na sociedade capitalista a terra é, também, uma espécie de capital, que está se valorizando. É na verdade um falso capital, porque é um valor que se valoriza, mas a origem de sua valorização não é a atividade produtiva, investe-se capital – dinheiro em terra e espera-se a sua valorização”, fato que ocorre no mercado imobiliário de

Feira de Santana, onde se verifica um estoque elevado de terrenos sem nenhum uso e benfeitoria⁸³.

Enquanto para Cardoso (2003, p. 12),

[...] como o acesso aos investimentos públicos nas cidades é mediado pela produção privada do ambiente construído, particularmente pelo mercado de terras e imobiliário, os interesses econômicos passaram a orientar sua atuação pela captura destes investimentos como forma de realização de grandes lucros imobiliários, que se dá principalmente pelos ganhos fundiários fundados no processo de diferenciação urbana, entre áreas servidas e não servidas por infraestrutura e serviços. A universalização dos serviços urbanos objetivada pelos instrumentos do Estatuto vem de encontro a estas práticas.

Tem lugar, em Feira de Santana, a retenção de um estoque elevado de lotes em poder dos operadores imobiliários, com objetivo especulativo e que, ao longo do tempo, tem se tornado um dos repositórios mais comuns e importantes de acumulação de riquezas decorrente de sua valorização, que sempre acontece após os investimentos em infraestrutura realizados pelo poder público municipal, beneficiando aqueles que deixam a terra vazia, ociosa, sem nenhum uso, apropriarem de uma renda produzida socialmente, uma estranha contribuição para a produção social das cidades (DORES, 2005; RODRIGUES, 2003).

Algumas iniciativas são fundamentais para promover a melhoria da qualidade de vida dos moradores dos assentamentos subnormais de Feira de Santana. Uma delas é o estabelecimento de políticas públicas que visem integrar as cidades informais às cidades formais, sem modificar as suas características peculiares, mas, otimizando os espaços, de modo que a urbanização permita uma maior acessibilidade, a regularização fundiária, dentre outras vantagens.

Assim, é necessário pensar no processo de exclusão social e na urbanização para compreender a exclusão urbana à que é submetida grande parte da população, a qual não tem acesso a moradia digna, segundo Mello Filho (1995, p. 75),

o eixo da política habitacional seria orientado menos para a produção formal de moradias e mais para o controle institucional da propriedade urbana, submetendo-a ao princípio da função social, consagrado na Constituição Federal. Trata-se do acesso a terra com regularização fundiária e urbanística e oferta de lotes urbanizados.

⁸³ Para um melhor entendimento sobre o assunto, consultar:

BÓGUS. L. M. M. *Vila do encontro: a cidade chega à periferia – notas sobre as relações entre política urbana, família e reprodução da força de trabalho*. São Paulo: 1980. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Universidade de São Paulo.

BÓGUS. L. M. M. *(Re) urbanização: por que e para quem?* São Paulo: 1987. Tese (Doutorado em Urbanismo). Universidade de São Paulo.

A cidade de Feira de Santana apresentou, nestes últimos dez anos, um crescimento significativo no número de habitações destinadas à população mais carente, principalmente para atender aquelas famílias que buscavam a cidade como forma de solucionar seus problemas, mas foram forçadas a ocupar terrenos públicos ou privados, por não conseguirem ingressar no mercado de trabalho, evidenciando o fenômeno das aglomerações subnormais.

No âmbito das políticas públicas voltadas para as questões da moradia, com o objetivo de reduzir a disparidade social, no período compreendido entre 1968 e 2004, com recursos oriundos, prioritariamente, da Caderneta de Poupança e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços, foram construídas, para a camada de baixa renda, 19.293 unidades habitacionais. Volume insuficiente para atender a procura por novas moradias então verificada.

O Sistema Financeiro de Habitação -, gerenciado pelo BNH até a sua extinção em 1986, financiou a construção de 4,5 milhões de moradias, que apenas beneficiou 33% da população de baixa renda, sempre em conjuntos localizados em áreas periféricas, distantes do centro da cidade, desprovidas de infraestruturas de saneamento básico, transporte coletivo, de equipamentos de uso coletivo, dentre outros.

Após a extinção do BNH, o sistema habitacional brasileiro passou a vivenciar intensas crises. Sobreveio então uma paralisação na dinâmica da política habitacional brasileira que ficou acéfala perdeu o vigor, e só foi retomado após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Em 1999, diante da crise de moradia que se espraiava na periferia das grandes cidades brasileiras, o Governo Federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, formatou um programa voltado à superação das condições de subnormalidade em áreas periféricas, denominado Habitar Brasil BID (HBB), que passou a operar numa visão integrada, com ações de cunho social, urbanístico e de engenharia, de regularização fundiária, além de trabalhos de recuperação físicoambientais, educativos e geração de trabalho e renda.

O Ministério das Cidades, gestor desse programa, com o apoio operacional da Caixa Econômica Federal, tem por atribuições promover treinamentos, planejar, organizar, coordenar e controlar sua execução, através de dois subprogramas: 1) o Subprograma de Desenvolvimento Institucional (DI), que conta com recursos do Orçamento Geral da União numa participação máxima de 98% do valor do investimento e uma contrapartida de 2% do Município parceiro. 2) o Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS), cuja participação do Orçamento Geral da União (OGU) é, no máximo, de 25%, com a contrapartida do de 2% do Município (BRASIL, 2004).

O Programa Habitar Brasil BID, iniciativa relevante para a questão da melhoria habitacional, da urbanização de favelas e de preservação de áreas verdes, tem-se tornado um forte aliado das comunidades de interesse social, em vista da amplitude de suas ações, principalmente pelo fortalecimento da participação e mobilização comunitária, no que diz respeito ao acompanhamento, participação e avaliação por parte dos comunitários envolvidos (BRASIL, 2004).

O município de Feira de Santana participa desse programa, coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento, com objetivo declarado de viabilizar a implantação de projetos direcionados ao atendimento da demanda habitacional da população pobre da cidade e a busca da redução dos índices de violência, dentre outras. A primeira ação foi desenvolvida no assentamento Fonte de Lili. A melhoria das condições de habitabilidade das famílias em assentamentos irregulares não pode ser vista como algo isolado, ou questão setorial, mas, como uma variável que interage fortemente com outras condicionantes do desenvolvimento urbano, constitui questão prioritária para o município de Feira de Santana que, de acordo com os dados extraídos da pesquisa, apresenta indicadores de pobreza e desigualdade social elevados.

O perfil socioeconômico divisado nos assentamentos subnormais de Feira de Santana aponta que: 1) a maior parte da população, compreendendo 63,7% do seu contingente, está na faixa etária entre 1 e 39 anos. 2) o nível de escolaridade é baixo, considerando que uma parcela de 8% é analfabeta, 64,7% não concluíram o 1º grau, 5% cursaram o 1º grau, e apenas 14,7% completaram o 2º grau. 3) Em relação a renda familiar, 90,4% das famílias recebem de 1 a 2 SM, 3% entre 2 e 3 SM e acima de 3 e 5 SM apenas 1,3%. 4) A exclusão do mercado do trabalho fica evidenciada ao se verificar que uma parcela de 28% da população está desempregada, 30% têm emprego com registro em carteira, 21,3% têm ocupação temporária e 27,3% trabalham como autônomo ou desenvolvem outras atividades.

Cabe ainda observar que: 1) a renda familiar é gerada em sua maioria por um membro da família, cuja participação na amostra pesquisada é de 59,3%. 2) o ramo de atividades dos chefes de família se enquadra, principalmente, na prestação de serviços, tais como: pedreiros, serventes, serviços gerais, encanador, soldador, diaristas, domésticas, costureira, etc.

As consequências da incorporação dessas idéias na formulação e na implementação de políticas direcionadas para a melhoria da qualidade de vida da população que habita os assentamentos subnormais de Feira de Santana são muitas. Entre elas, destaca-se a necessidade de ir além das abordagens setoriais tradicionais - seja um programa de urbanização de favelas, uma proposta educacional, um programa de acesso ao crédito, etc.

Na 3ª Conferência Municipal da Cidade de Feira de Santana realizada nos dias 17 e 18 de agosto de 2007, sob a coordenação da Seplan, os trabalhos visaram a discussão de temas relacionados com: 1) A política de desenvolvimento urbano e as intervenções nas cidades. 2) Capacidade e forma de gestão das cidades. No final dos debates, foram apresentadas 91 propostas, que em resumo, estão em sintonia com as ações recomendadas no Pemas (2001, p.12), tendo em vista:

- A capacidade financeira do município está apoiada basicamente nas transferências constitucionais, sendo necessário buscar o aumento de suas receitas próprias como por exemplo o IPTU, para tanto será necessária a revisão da Planta Genérica de Valores e do Cadastro Fiscal Imobiliário.
- Criação de mecanismos de apoio financeiro para a implementação de Projetos e Programas na área Habitacional.
- Realização de levantamentos e estudos referentes à realidade habitacional do município [...] em paralelo a criação de um banco de dados de informações dinâmica e confiável.
- Incluir no Banco de Dados a ser criado, as famílias beneficiadas em programas habitacionais de interesse social já desenvolvidos no Município.
- Aplicação da Legislação Urbanística, uma vez que a lei define parâmetros específicos para a habitação de baixa renda.
- Implementação de uma Política Habitacional voltada para captação de recursos e inserção nos programas de habitação e infraestrutura do Governo Federal. Para tanto é necessária a capacitação de recursos humanos para que o município disponha de pessoal qualificado para executar a referida política.
- Promover na medida do possível a regularização fundiária dos assentamentos subnormais.
- Incentivar a participação comunitária na definição das prioridades da Política Habitacional do Município.
- Dotar a prefeitura de instrumentos de controle e desestímulo a ocupações irregulares, principalmente em áreas de risco e de preservação ambiental.
- Instituição de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, uma vez que a legislação vigente já contempla algumas normas de interesse social.
- Estruturar o Município com recursos humanos qualificados e equipamentos para realizar a fiscalização e controle do uso e ocupação do solo.
- Desburocratizar e agilizar o processo de análise de projetos de loteamentos, edificações e “habite-se”. Bem como a capacitação dos seu corpo técnico.
- Reestruturar a prefeitura criando um departamento que desenvolva a coordenação intra e intergovernamental com o objetivo de realizar a integração com os programas habitacionais dos diferentes níveis de governo e demais programas sociais.
- Incluir como instrumento de política habitacional o acompanhamento técnico nas áreas de intervenção em assentamentos subnormais para promover a organização comunitária, educação ambiental e geração de trabalho e renda, objetivando consolidar as famílias beneficiadas.

Nesse contexto, faz-se necessária uma política habitacional que atenda, prioritariamente, a população de baixa renda e que tenha visão mais ampla da questão da habitação, cujas linhas básicas vislumbrem a necessidade da implementação de um planejamento urbano que contemple a habitação, tendo por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população que habita em assentamentos subnormais de Feira de Santana.

Dessa forma, espera-se que, ao longo do tempo, sejam reduzidas as distorções seculares que avassalam as populações carentes de todas as regiões brasileiras. Onde a composição de um cinturão de miséria desenvolve-se sem controle contribuindo para a evolução do processo migratório, principalmente do pessoal do campo que se desloca para os centros mais desenvolvidos, como no caso do município de Feira de Santana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, H. *Guia turístico de Feira de Santana. Feira de Santana*. Feira de Santana: (editado pelo autor), 1965.

_____. *31 anos de micareta*. Feira de Santana: (editado pelo autor), 1968.

ALMEIDA, O. D. de. *Dicionário da Feira de Santana*. Feira de Santana: Santa Rita, 2006.

AMARAL, B. do. *História da independência na Bahia*. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1957.

ANDRADE, C. M. P. de. *Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial*. Salvador: 1990. Tese (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia.

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª edição. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982.

ARAUJO, R. L. de. *O planejamento urbano e a norma de uso e ocupação do solo:- a cidade do Rio de Janeiro na década de 1990*. Rio de Janeiro: 1995. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

AZEVEDO, A. *O cortiço*. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

AZEVEDO, S. de; GUIA, V. R. dos M. *Reforma do Estado e gestão metropolitana no Brasil: o caso de Belo Horizonte. Cadernos de Texto*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro e Escola de Governo, n. 2, p. 102-120, 2000.

_____. Os dilemas institucionais da gestão metropolitana no Brasil. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.

AZEVEDO, T. de. *Povoamento da cidade do Salvador*. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

BAHIA, J. *Setembro na Feira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BASTIDE, R. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: Difel, 1978.

BAZAN, J. *Cidade e segregação: vicissitudes e contradições do espaço contemporâneo*. Estudos, Goiânia, v. 35, n. 2, p. 311-323, mar./abr. 2008.

BEAUJEAU-GUARNIER, J. *Geografia urbana*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1980,

BENEVOLO, L. *As origens da urbanização moderna*. 2. Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

_____. *História da cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

BIZELLI, E. A. *O processo de urbanização no interior paulista: um estudo de caso – a cidade de Fernandópolis*. São Paulo: 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. *Agentes e processos na urbanização paulista do extremo oeste e a cidade de Fernandópolis*. São Paulo: 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BLUMENFELD, H. A metrópole moderna. In: DAVIS, K. *et al.* (Org.). *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

BOAVENTURA, E. A. *Respeitosas ruínas do passado pastoril*. Feira de Santana. Folheto. [s.n.], 1955.

_____. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

_____. *A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS, 2006. Organização e Notas de Maria Eugenia Boaventura.

BÓGUS, L. M. M. *Vila do encontro: a cidade chega à periferia – notas sobre as relações entre política urbana, família e reprodução da força de trabalho*. São Paulo: 1980. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Universidade de São Paulo.

_____. *(Re) urbanização: por que e para quem?* São Paulo: 1987. Tese (Doutorado em Urbanismo). Universidade de São Paulo.

_____. Perfil demográfico brasileiro: mitos e mudanças: ensaios críticos. In: SILVA, A. A. da; CHAIA, M. (org.). *Sociedade, cultura e política*. São Paulo: EDUC, 2004.

BORJAS, J.; CASTELLS, M. *Local Y global: la gestión de las ciudades em la era de la informacion*. Madri: Unchs/Taurus, 1997.

BRANDÃO, C. A. *Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado*. Revista paranaense de desenvolvimento. Curitiba: n. 107, p. 57-76, jul./dez., 2004.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Estatuto das Cidades: guia para implementação pelos municípios e cidadãos* Lei n. 10257, 10/7/2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. 2. ed. Brasília: Câmara dos deputados/Coordenação de Publicações, 2002.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Política nacional de habitação*. Brasília: DF, 2004.

BRASILEIRO, A. M. Políticas sociais para áreas urbanas: possibilidades In: DINIZ, N. (Org.). *Políticas públicas para áreas urbanas*: Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

CALDEIRAS, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2000.

CALMON, P. *História da Bahia*. Rio de Janeiro: Editora Leite Ribeiro, 1927.

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE FEIRA DE SANTANA. *Anuário Estatístico de Feira de Santana*, v.2. Feira de Santana: CDL, 2008

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930 – 1970)*. São Paulo: Global – Edunicamp, 1985.

CARDOSO, Adauto Lúcio. A cidade e seu estatuto: uma avaliação urbanística do Estatuto da Cidade. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio (Org.). *Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 27-51.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1997.

CARNEIRO, R. R. *Análise da gestão em um município baiano: o caso Feira de Santana*. Espanha. 2002. 125 p. Dissertação (Mestrado em Administração e Comércio Internacional) - Universidade de Extremadura.

CARVALHO, M. L. M. *As lógicas de produção do espaço urbano e a sustentabilidade ambiental*. In: II CONGRESSO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE NA BAHIA. 2000, Bahia Othon Palace Hotel e Campus Ondina/UFBA. Anais. Salvador: 02 a 06 de dezembro de 2000. p. 393.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

CASTRO, J. de. *Geografia da Fome*. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.

CENTURIÃO, L. R. M. *A cidade colonial no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

CERQUEIRA, J. B. de. *Assistência e caridade: a história da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana*. Feira de Santana, BA: UEFS, 2007.

CHILDE, V. G. *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. *O que aconteceu na história*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. *Base Cartográfica de Feira de Santana*. Salvador: CAR, 2000.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA BAHIA. *Projeto Integrado de Desenvolvimento socioambiental: Lagoa Grade, Feira de Santana*: Conder, 2008.

COMPANS, R. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

CORDEIRO, S. M. A. *A busca por moradia: a trajetória de famílias moradoras em áreas irregulares na Poligonal Turquino/ Maracanã*. Londrina: 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina.

CORRÊA, R. L. *O que é espaço urbano? Quem produz espaço urbano?* São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, E. M. P. O processo de urbanização. In: COSTA, E. M. P. (Org.). *Expansão urbana e organização espacial*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1982. p. 41-88.

CRUZ, R. C. da. *A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional*. Campinas - SP: 1999. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAVIS, K. A urbanização da humanidade. In: DAVIS, K. et. al. (Org.). *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

DIAS, G. F. *Pegada ecológica e sustentabilidade urbana*. São Paulo: Gaia, 2002.

DORES, J. L. P. das. *Exclusão social, políticas públicas e representações sociais na cidade de Londrina - PR: um olhar sobre o assentamento urbano Jardim Maracanã*. Presidente Prudente: 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista.

DUBET, F.; LAPPEYRONNE, R. *Les quartiers d'exil*. Paris: Seuil, 1992.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ENGELS, F. *A questão da habitação*. São Paulo. Aldeia Global Editora, 1979.

_____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global Editora, 1986.

FALCÃO, J. *A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra*. Brasília: Pax Editora Gráfica e fotolito Ltda, 1993.

FEIRA DE SANTANA. *Plano de desenvolvimento local integrado*. Feira de Santana. PDLI, 1968.

_____. *Código de urbanismo e obras no município de Feira de Santana*. Lei nº 631 de 30 de julho de 1969.

_____. *Código de edificação do município*. Lei nº 632 de 09 de agosto de 1969.

_____. *Ordenamento do uso e da ocupação do solo*. Lei nº 1615 de 11 de novembro de 1992.

_____. *Código de meio ambiente*. Lei nº 1612 de 12 de dezembro de 1992.

_____. *Plano diretor de desenvolvimento urbano de Feira de Santana*. Feira de Santana: PDDU, 2000.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento. *Feira de Santana: assentamentos subnormais, hierarquização*. Feira de Santana: Seplan, 2001.

_____. *Diagnóstico Preliminar de Feira de Santana: plano estratégico municipal para assentamentos subnormais – Pemas, 2001*.

_____. *Projeto de participação comunitária Fonte de Lili e Invasão Avenida Anchieta*. Seplan, 2001a.

_____. *Plano diretor de desenvolvimento urbano de Feira de Santana*. Feira de Santana: PDDU, 2006.

_____. *Projeto de participação comunitária Invasão Avenida Anchieta*. Seplan, 2006.

_____. *Quadro referencial da questão habitacional, sensibilização e participação*. Feira de Santana: Seplan, 2008.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

FOLLIS, F. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

FOLLY, L. P. *Cidade de Feira de Santana: estudo geográfico*. Feira de Santana: 1959. Tese (Concurso para professor). Estado da Bahia.

FRANÇA, V. L. A. *Aracaju: Estado e metropolização*. Tese (Doutorado em Geografia). Unesp, 1997. Rio Claro – São Paulo.

FREITAG, B. *Teoria das cidades*. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

FREITAS, N. B. *Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970-1976*. Salvador: 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia,

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatísticas e Informações. *O déficit habitacional no Brasil*. Convênio PNUD/Secretaria Espacial de Desenvolvimento Urbano (Presidência da República), Belo Horizonte, 1995.

_____. *O déficit habitacional no Brasil 2000*. Convênio PNUD/Secretaria Espacial de Desenvolvimento Urbano (Presidência da República), Belo Horizonte, 2001.

_____. *O déficit habitacional no Brasil, municípios selecionados e microrregiões geográficas*. Convênio PNUD/Secretaria Espacial de Desenvolvimento Urbano (Presidência da República), Belo Horizonte, 2005.

_____. *O déficit habitacional no Brasil 2005*. Convênio PNUD/Secretaria Espacial de Desenvolvimento Urbano (Presidência da República), Belo Horizonte, 2006.

_____. *O déficit habitacional no Brasil 2006*. Convênio PNUD/Secretaria Espacial de Desenvolvimento Urbano (Presidência da República), Belo Horizonte, 2008.

_____. *O déficit habitacional no Brasil 2007*. Convênio PNUD/Secretaria Espacial de Desenvolvimento Urbano (Presidência da República), Belo Horizonte, 2009.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório sobre a situação da população mundial 2007: desencadeando o potencial do crescimento urbano*. Nova Iorque: Unfpa, 2007

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

GALVÃO, R. de A. Os povoadores da região de Feira de Santana. In: *Sitientibus*: revista da Universidade Estadual de Feira de Santana. Ano I, n.1, jul./dez. 1982.

GAMA, R. (Coord.). *Memória fotográfica de Feira de Santana*. Feira de Santana: Fundação Cultural de Feira de Santana, 1994.

_____. *Feira de Santana e Ruy Barbosa: o pouso da Águia na “Terra Formosa e Bendita”*. Feira de Santana, BA: UEFS, 2002.

_____. *Feira de Santana em postais*. Feira de Santana: s. edição, 2009.

GODOFREDO FILHO, G. R. de. *Dimensão histórica da visita do Imperador a Feira de Santana*. Feira de Santana: Núcleo de Preservação da Memória Feirense. Fundação Senhor dos Passos, 2004.

GOTTIDINIER, M. *A produção social no espaço urbano*. 2ª ed. São Paulo: Ed. da USP, 1997.

GUIMARÃES, A. B. *Panorama geral de Feira de Santana*. Feira de Santana. UEFS,

GREIDER, T; GARKOVICH, L. Landscape: *The social construction of nature and the environment*. Rural Sociology, 59 (1): 1-24, 1994.

GULDIN, G. *Whats's a peasant to do: village becoming town in Southern China*. Boulder, Westview, 2001.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *Anuários estatísticos do Brasil, 1916, 1968, 1987, 1993, 1996, 1999*. Rio de Janeiro: IBGE 1916 – 1999.

_____. *Censos demográficos, 1900, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 1900 – 2000.

_____. *Resumos históricos dos inquéritos censitários realizados no Brasil, 1986*. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

_____. *Contagens e estimativas da população, 1987, 1996a, 2003, 2005, 2006a, 2007, 2008, 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987 – 2009.

_____. *Tendências demográficas, 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000a.

_____. *Pesquisa de orçamentos familiares 2002*. IBGE. POF. 2002.

_____. *Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2001*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. Rio de Janeiro: PNAD, 2007a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Indicadores sociodemográficos: prospectivos para o Brasil 1991 – 2030*. Rio de Janeiro: Arbeit, 2006.

KATZMAN, R. *Aislamiento social de los pobres urbanos: reflexiones sobre la natureza, determinantes Y consecuencias*. Buenos Aires: Siempro/Unesco, 2001.

KOWARICK, L. *Espoliação urbana*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

_____. *Escritos urbanos*. São Paulo: 34, 2000.

KRAMER, S. N. *Mesopotâmia o berço da civilização*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

KRUGMAN, P. et al. *A economia espacial: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo*. São Paulo: Futura, 2002.

LANDIM, P. da C. *Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista*. São Paulo: Editora UNESP. SP, 2003.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2006.

LENCIONE, S. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (ORG.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2005.

LIMA, Z. J. de. *Lucas Evangelista: o Lucas de Feira, estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOPES, L. R. *Feira de Santana: geografia regional*. Feira de Santana: Editora do Brasil na Bahia, 1963.

_____. *Feira de Santana: estudos sociais*. Feira de Santana: Editora do Brasil na Bahia, 1970.

LOPES, R. *O mundo construído*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

MACHADO, F. *Feira de Santana: álbum*. Feira de Santana. (Editado pelo autor), 1966.

_____. *Protesto a desumanidade*. Feira de Santana: [s.n.], 1973.

MARCUSE, P. Dual city: a muddy metaphor for a quartered city. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 14, n. 4, p. 697-708, 1989.

_____. The ghetto of exclusion and fortified enclave. New patterns in the United States. *American Behavioral Scientist*, v. 41, p. 311, 26 nov.- dec. 1997.

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

_____. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual Editora, 1997.

_____. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. Posfácio. In: DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARTINS, D; VANALLI, S. *Migrantes*. São Paulo: Contexto, 2004.

MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

MATOS, R. Periferias de grandes cidades e movimentos populacionais. In: Grupo de Pesquisa PRONEX. (Org.). *Cadernos metrópoles: desigualdade e governança*. N.º. 13, (2005). São Paulo: EDUC, 2005.

MATTOSO, K. M. de Q. *Bahia século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MELLO FILHO, C. L. do V. *A reforma urbana e o Plano Diretor do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1995. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MENEGAT, E. A periferia é o limite: notas sobre a crise do modelo ocidental de urbanização. In: GRUPO DE PESQUISA PRONEX. (Org.). *Cadernos metrópoles: desigualdade e governança*. n.º. 13, (2005). São Paulo: EDUC, 2005.

MEDEIROS. S. S. *A água em Feira de Santana – uma análise do bairro da rocinha*. Salvador: 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia.

MOLEDO, E. *Um estudo sobre a geração de receitas tributárias visando o desenvolvimento econômico local*. São Paulo: Instituto Tancredo Neves/Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MOLLENKOPF, J.; CASTELLS, M. *Dual City*. New York: The Russel Foundation, 1992.

MORAIS, A. A. V. de. *Santana dos Olhos D'Água – resgate da memória cultural e literária de Feira de Santana (1980-1930)*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

MORAIS, C. J. P.; et al. *A igreja de Nossa Senhora dos Remédios em Feira de Santana: 300 anos de história, fé e devoção*. Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos, 2000.

MOREIRA, V. D. Caminhos históricos da Feira de Santana: origens e secularidades. In: *Sitientibus: revista da Universidade Estadual de Feira de Santana*, n.10, p. 185-198, jul./dez. 1992.

_____. Projeto memória da feira livre de Feira de Santana: segunda fase – texto n. 2. In: *Sitientibus: revista da Universidade Estadual de Feira de Santana*, n.14, p. 205-215, jul./dez. 1996.

_____. Projeto memória da feira livre de Feira de Santana: segunda fase – texto n. 3. In: *Sitientibus: revista da Universidade Estadual de Feira de Santana*, n.17, p. 305-355, jul./dez. 1997.

MOTTA, D. M. da. As metrópoles e os desafios da política urbana. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.

MUMFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

NEVES, L. P. *O crescimento de Salvador e das demais cidades baianas*. Centro Editorial e Didático da UFBA, 1985.

OLIVA, J. T. A cidade como ator social: a força da urbanidade. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, A. M. C. dos S. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)*. Recife: 2008. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

OLIVEIRA, C. F. R. M. *De empório a Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1983 – 1937)*. Salvador: 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia.

OLIVEIRA, E. E. *O desigual combinado: habitação social e processo de periferização urbana em Feira de Santana*. Salvador: 2005. Dissertação (Mestrado em Análise Regional). Universidade Salvador.

OLIVEIRA, M. L. S. *Múltiplos olhares sobre intervenções públicas em assentamentos subnormais no município de Feira de Santana*. Salvador: 2005. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Salvador.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório sobre a evolução da população mundial*. Nova Iorque: ONU, 2003.

_____. *Relatório do programa de assentamentos humanos das Nações Unidas*. Nova Iorque: ONU – UN-Habitat, 2003a.

_____. *Relatório sobre a evolução da população mundial*. Nova Iorque: ONU, 2005.

_____. *Relatório sobre a evolução da população mundial*. Nova Iorque: ONU, 2008.

_____. *Relatório do programa Habitat Brasil II*. Nova Iorque: ONU – UN-Habitat, 2008a.

_____. *Relatório da área de desenvolvimento urbano do programa das Nações Unidas para os assentamentos urbanos*. Nova Iorque: ONU, 2008b.

PALANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do Comportamento Humano e do meio ambiente. In: VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno da urbanização*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

PEDRÃO, F. *A economia urbana*. Ilhéus: Editus, 2002.

PEDRAZZINI, Y. *A violência das cidades*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PINTO, R. A. C. *Pequena história de Feira de Santana*. Feira de Santana: Sicla, 1971.

POCHMANN, M; AMORIN, R. Coord. *Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial*, volume 2. In . São Paulo: Cortez, 2003.

POPPINO, R. E. *Feira de Santana*. Salvador: Editora Itapuã, 1968.

PORTO, C. de M. *Uma política de memosyne: Feira de Santana – 1940-1945*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

PRADO JUNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

REIS FILHO, N. G. *Evolução urbana no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1968.

RIBEIRO, L. C. de Q. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.

_____. Segregação residencial e segmentação social: o “efeito vizinhança” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. In: GRUPO DE PESQUISA PRONEX. (Org.) *Cadernos metrópoles: desigualdade e governança*. n.º 13, (2005). São Paulo: EDUC, 2005.

RIBEIRO, L. C. de Q.; PECHMAN, R. M. *O que é questão da moradia*. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, W. C. Cidades ou sociedades sustentáveis? In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (Org.). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005.

ROBIRA, R. T. Áreas metropolitanas: espaços colonizados. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (Org.). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005.

RODRIGUES, A. M. *Moradia nas cidades brasileira*. São Paulo: Contexto, 2003.

ROLNIK, R. É possível uma política urbana contra a exclusão? *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v. XXIII, n. 72, p. 53-61, 2002.

ROLNIK, R.; SOMEKH, N. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.

SALGUEIRO, T. B. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2005.

SAMPAIO, G. *Feira de Santana e o Vale do Jacuípe*. Salvador: Bureau Gráfica e Editora, 1977.

SAMPAIO, T. *O Tupi na geografia Nacional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

SANTO, S. M. O desenvolvimento urbano em Feira de Santana. In: *Sitientibus: revista da Universidade Estadual de Feira de Santana*. n.28, p. 9 – 20, jan./jun. 2003.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 2^a. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SASSEN, S. *The global city*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

_____. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCHWART, S. B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751*. São Paulo, Perspectiva, 1989.

SEABRA, O; CARVALHO, M. de. LEITE, J. C. *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Perfil empresarial de Feira de Santana*. Feira de Santana: Sebrae, 1998.

SILVA, J. B. da. Estatuto da cidade versus estatuto de cidade: eis a questão. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2005.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.) *O fenômeno da urbanização*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto, 1990.

SJOBORG, G. Origem e evolução das cidades. In: DAVIS, K. *et al.* (Org.). *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

SOUZA, M. L. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. L. de; RODRIGUES, G. B. *Planejamento urbano e ativismo social*. São Paulo: Unesp, 2004.

SPIX, J. B. V; MARTIUS, C. F. V. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820 / Reise in Brasilien / Tradução por Lucia F. Lahmeyer*. São Paulo: Itatitaia, Edusp, 1981.

SPÓSITO, E. S. *A vida nas cidades*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *Redes e cidades*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1997.

SPNOLA, N. D.; SPNOLA, C. de A. *Diagnóstico socioeconômico de Feira de Santana*. Salvador: Kanzeon, 1998.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Evolução territorial e administrativa da Bahia: Um breve histórico*. Salvador: SEI, 2001.

_____. *Desenvolvimento e território na Bahia*. Salvador: SEI, 2003.

_____. *Bahia em números 2004*. Salvador: SEI, 2005.

_____. *Anuário estatístico da Bahia 2004*. SEI, 2006.

_____. *Índice do desenvolvimento econômico e social da Bahia 2006*. SEI, 2008.

_____. *Aspectos gerais da condição de moradia na Bahia*. Salvador: SEI, 2008a.

_____. *Aspectos sociais das desigualdades na Bahia*. Salvador: SEI, 2008b

TAVARES, L. H. D. *História da Bahia*. São Paulo: Editora Unesp: Salvador: Edufba, 2001.

TEIXEIRA, P. Política habitacional urbana. In: GASPAR, R; AKEMAN, M; GARIBE, R. (org.). *Espaço urbano e inclusão social: a gestão pública na cidade de São Paulo (2001-2004)*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

TOLOSA, H. C. Política urbana e redistribuição de renda. In. TOLEDO, A. H. P. de; CAVALCANTI, M. (Org.). *Planejamento urbano em debate*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

TRIBUNA FEIRENSE. *Ocupação irregular de uma área de terra na localidade "Curva do Atola", no bairro Santo Antônio dos Prazeres*. Ano X nº 1.988, 3 de setembro de 2008, p. 1.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. *Feira de Santana: seu passado, seu presente, seu futuro*. Feira de Santana. UEFS, 2000,

VAINER, C. B. Utopias urbanas e o desafio democrático. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba: Iparde, n. 105, p. 25-31, jul./dez. 2003.

VALLADARES, L. do P. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

VÉRAS, M. P. B. (Ed.) *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: EDUC, 1999.

VERGOLINO, J. R.; DANTAS, M. Os determinantes do processo de urbanização da região Nordeste do Brasil. In. *Economia*. Curitiba, v. 31 n.2 (29), p. 7-33, jul/dez. 2005. Editora UFRP.

VIANA, F. J. O. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966,

WACQUANT, L. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Observatório; Revan, 2001.

WANDERLEY, M. B. Refletindo a noção de exclusão. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano XVII, nº 55, nov / 1997, p. 74-83.

WEBER, M. Conceito e categoria de cidades. In: VELHO, O. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. V. I e II. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

WILSON, W. J. *The Truly Disadvantaged. The Inner City, the Underclass and Public Policy*. Chicago: The University Chicago Press, 1990.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In. VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno da urbanização*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. Le phénomène urbain comme mode de vie. In: Grafmeyer Y.; Joseph, I.: L' (Org.) *Naissance de l'écologie urbaine*. Ecole de Chicago. Aubier, 1979.i

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABRAMO, P. *A cidade caleidoscópica: coordenação especial e convenção urbana: uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- ABRAMS, C. O uso da terra nas cidades. In: DAVIS, K. et al. (Org.). *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- ALVES, W. R. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade (notas em debate). In: SILVA, C. A. de; FREIRE, D, G; OLIVEIRA, F. J.G. de. (Orgs.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006
- AMORIM FILHO, O. B. Origens, evolução e perspectiva dos estudos sobre as cidades médias. In. SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em construção*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- BARROS, J. D' A . *Cidade e história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BEZERRA, M.C.L.; FERNANDES, M. A. (coords.). *Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da agenda 21 brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, 2000.
- BLANK, G. Brás de Pina: experiência de urbanização em uma favela. In. VALLADARES, L. do P. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BOLAFFI, G. Para uma nova política habitacional e urbana: possibilidades econômicas, alternativas operacionais e limites políticos. In. VALLADARES, L. do P. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BRANCO, M. L. G. C. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In. SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em construção*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- BRANDÃO, M. de A. O último dia da criação: mercado propriedade e uso do solo em Salvador. In. VALLADARES, L. do P. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BUENO, L. M. de M. et al. *Moradia social em área de mananciais*. São Paulo: Annablume, 2004 (Coleção do Projeto Geplan – A experiência de Santo André).
- CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARRERAS, C. Da cidade industrial à cidade dos consumidores: reflexões teóricas para debater. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (Org.). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005.
- CEPAL. *Urbanização na América Latina*. In: PEREIRA, L. (Org.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CHINELLI, F. Os loteamentos de periferia. In: VALLADARES, L. do P. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

DAMIANI, A. L. A geografia e a produção do espaço da metrópole: entre o público e o privado. In: CARLOS, A.F.A.; CARRERAS, C. (Org.). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005.

DONNE, M. D. *Teorias sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1979.

DINIZ, E. Apresentação. In: DINIZ, E. (Org.). *Políticas públicas para áreas urbanas: dilemas e alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

DUEZ, P. *Les Actes de Gouvernement*. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1935.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. Rio de Janeiro: Martins Fonte, 1999.

EGLER, T. T. C. Espaço social na metrópole. In: SILVA, C. A. de; FREIRE, D, G; OLIVEIRA, F. J. G. de. (Orgs.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

FERNANDES, E. A regularização de favelas no Brasil: problemas e perspectivas. In: JUNIOR, N. S. (Coord.). *Direito à Cidade: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis*. São Paulo: Max Limonad, 1999.

FIORI, J. L. O Brasil no império americano. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.

FGV/GVconsult & SindusCon/SP. *Déficit habitacional brasileiro e 26ª Sondagem Nacional da Indústria da Construção Civil*. São Paulo: fevereiro de 2006.

GARCIA, L.; LEMOS, N. A dinâmica do espaço urbano enquanto construção cultural: os vales dos rios em João Pessoa, Paraíba (Brasil). In. *Os urbanistas - Revista de antropologia urbana*. Ano 2, vol. 2, n. 1, fev. 2005. p. 1-22. Disponível em: [http:// www.osurbanistas.org](http://www.osurbanistas.org). Acesso em 01.09.2008.

GERMANI, G. Desenvolvimento econômico, urbanização e estratificação social. In: PEREIRA, L. (Org.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

GLAZER, N. O uso da terra nas cidades. In: DAVIS, K. et al. (Org.). *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

GOMES, M. de F. C. M; PELEGRINO, A. I. de C. (Org.). *Política de habitação popular e trabalho social*. Rio de Janeiro. DP&A, 2005.

GONOD, P. F. *Cours de prospective: Economie et société*. Grenoble: Université des Sciences Sociales de Grenoble, 1986. 249 p.

GRACIARENA, J. Urbanização, estrutura de poder e Participação política dos setores populares. In: PEREIRA, L. (Org.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

HARDT, L. P. A. Gestão do desenvolvimento metropolitano sustentável. In: SILVA, C. A. de; FREIRE, D. G; OLIVEIRA, F. J. G. de. (Orgs.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *The urban Experience*. Baltimore: John Hopkins, 1989.

_____. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HERMANY, R. *(Re)Discutindo o espaço local: uma abordagem a partir do direito social de Gurvitch*. Santa Cruz do Sul-RS: Eunisc: IPR, 2007.

KIMBERLY, J. R. *Change in the NHS: a view from America*. Presentation to centre for corporate strategy and change open seminar, University of Warwick. September, 1989.

LENCIONE, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C. A. de; FREIRE, D. G; OLIVEIRA, F. J. G. de. (Orgs.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

LOPES, A. Gestão metropolitana no Brasil: da coerção simétrica ao voluntarismo sem modelo, em busca da responsabilidade política com resultados. In: SILVA, C. A. de; FREIRE, D. G; OLIVEIRA, F. J. G. de. (Orgs.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

MATA, D. da. *Determinantes da favelização nas cidades brasileiras*. Brasília: 2007. Dissertação (Economia). Universidade de Brasília.

MATTOS, C. A. de. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.

MOURA, M. S. S. *Cidades empreendedoras, cidades democráticas e redes públicas: tendências à renovação na gestão local*. Salvador: 1997. Tese (Doutorado em administração pública) - Universidade Federal da Bahia.

OLIVEIRA, M. P. de. Reconhecendo a metrópole no cotidiano. In: SILVA, C. A. de; FREIRE, D. G; OLIVEIRA, F. J. G. de. (Orgs.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

OTI, C. *Gestão pública e políticas urbanas para cidades sustentáveis: a ética da legislação no meio urbano aplicada às cidades com até 50000 habitantes*. Florianópolis: 2004. Dissertação (Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina.

PALEN, J. J. *O mundo urbano*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

PEREIRA, L. Urbanização e subdesenvolvimento. In: PEREIRA, L. (Org.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

PIRENNE, H. *Historia econômica e social da Idade Média*. 4.ed São Paulo: Mestre Jou, 1968.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SÁNCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó, SC: Argos, 2003.

SANTOS, A. M. S. P. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, M. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1982.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979.

_____. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, N. F. dos S. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALLADARES, L. do P. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SAULE JUNIOR, N. A eficácia da aplicação do princípio da função social da propriedade nos conflitos ambientais urbanos. In: SAULE JUNIOR, N. (Coord.). *Direito à cidade: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis*. São Paulo: Max Limonad, 1999.

SEABRA, O; CARVALHO, M. de. LEITE, J. C. *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SILVA, B. C. N; SILVA, S. C. B. de M. E. *Cidade e região no estado da Bahia*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991.

SILVA, S. C. B. de M. *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução dinâmica*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

SOBARBO, O. Apontamentos para uma proposta teórico-metodológica para a análise dos espaços públicos em cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em construção*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, A. G. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: Edufba, 2000.

SOUZA, C. Regiões metropolitanas: trajetória e influência das escolhas institucionais. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.

_____, Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G; ARRETCHE, M; MARQUES, E. (Org.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

SOUZA, M. A. de. Reconstituindo a história da região metropolitana: processo, teoria e ação. In: SILVA, C. A. de; FREIRE, D, G; OLIVEIRA, F. J. G. de. (Orgs.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

STIGLITZ, J. E. Mas instrumentos Y metas mas amplias para el desarrollo. Hacia el consenso pos-Washington. *Desarrollo Económico*, IDES, V. 38, n. 151, out.- dez., 1998, p. 691-722.

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo de percepções, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Diefel, 1980.

VALLADARES, L. do P. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *A invenção da favela: do mito de origem a favela*. com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VASCONCELOS, P. de A. *Dois séculos de pensamento sobre a cidade*. Ilhéus: Editus, 1999.

VILHENA, L. dos S. *A Bahia do século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 2001.

WHITACKER, A. M. Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em construção*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ANEXOS

ANEXO -A

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUCSP	
PESQUISADOR: RENÉ BECKER ALMEIDA CARMO	Folha 1/2
ORIENTADOR: PROF. DR. EDIMILSON ANTONIO BIZELLI	
QUESTIONÁRIO DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA	
I - A IDENTIFICAÇÃO DO MORADOR	
<p>1. Nome _____</p> <p>2. Sexo: 5. Sempre morou na localidade?</p> <p style="margin-left: 20px;">2.1. Masculino () 5.1. Sim ()</p> <p style="margin-left: 20px;">2.2. Feminino () 5.2. Não ()</p> <p>3. Estado civil: 6. A quanto tempo mora na localidade? _____</p> <p style="margin-left: 20px;">3.1. Casado () 7. A casa é própria?</p> <p style="margin-left: 20px;">3.2. Solteiro () 7.1. Sim ()</p> <p style="margin-left: 20px;">3.3. Separado () 7.2. Não () Quanto paga de aluguel? R\$ _____</p> <p>4. Idade _____ 8. Escolaridade: _____</p>	
II – A FAMÍLIA E A RESIDÊNCIA	
<p>1. Quantas pessoas tem na família? _____ 8. Sua casa tem rede de esgoto?</p> <p>2. Quantas pessoas habitam na casa? _____ 8.1. Sim ()</p> <p>3. Quantos cômodos tem a casa? _____ 8.2. Não ()</p> <p>4. Qual a sua renda? _____ 9. Sua casa tem:</p> <p>5. Qual a renda da família? _____ 9.1. Geladeira ()</p> <p>6. Sua casa tem água encanada? 9.2. Fogão a gás ()</p> <p style="margin-left: 20px;">6.1. Sim () 9.3. Telefone ()</p> <p style="margin-left: 20px;">6.2. Não () 9.4. Televisão ()</p> <p>7. Sua casa tem instalação elétrica? 9.5. Outros () Especificar _____</p> <p style="margin-left: 20px;">7.1. Sim ()</p> <p style="margin-left: 20px;">7.2. Não ()</p>	
III – A CIDADE E O TRABALHO	
<p>1. A cidade oferece condições de trabalho?</p> <p style="margin-left: 20px;">1.1. Sim () 1.2. Não ()</p> <p>2. Você trabalha perto de casa?</p> <p style="margin-left: 20px;">2.1. Sim () 2.2. Não ()</p> <p>3. Quantas pessoas trabalham na família? _____</p> <p style="margin-left: 20px;">3.1. Qual a sua atividade? _____</p> <p style="margin-left: 20px;">3.2. Emprego Fixo () Temporário () Ambulante () Biscateiro () Outros () Especificar _____</p> <p>4. Como você se locomove para o trabalho?</p> <p style="margin-left: 20px;">Ônibus () Moto () Bicicleta () Andando () Outros () Especificar _____</p> <p>5. Você acha que às condições de vida melhorou na localidade?</p> <p style="margin-left: 20px;">5.1. Sim () 5.2. Não ()</p> <p>6. Você pretende continuar morando na localidade?</p> <p style="margin-left: 20px;">6.1. Sim ()</p> <p style="margin-left: 20px;">6.2. Não () Se não, por que pretende mudar? _____</p>	
IV - A LOCALIDADE – INDICADORES EDUCACIONAL, SAÚDE, LIMPEZA , LAZER E SEGURANÇA	
<p>1. Você gosta da localidade?</p> <p style="margin-left: 20px;">1.1. Sim () 1.2. Não ()</p> <p>2. Na localidade tem escola?</p> <p style="margin-left: 20px;">2.1. Sim () 2.2. Não ()</p> <p>3. Na localidade tem creche?</p> <p style="margin-left: 20px;">3.1. Sim () 3.2. Não ()</p> <p>4. Na localidade tem posto de saúde?</p> <p style="margin-left: 20px;">4.1. Sim () 4.2. Não ()</p> <p>5. A localidade tem boa iluminação?</p> <p style="margin-left: 20px;">5.1. Sim () 5.2. Não ()</p> <p>6. A localidade tem serviço de limpeza e coleta de lixo?</p> <p style="margin-left: 20px;">6.1. Sim () 6.2. Não ()</p> <p>7. Na localidade tem área de lazer?</p> <p style="margin-left: 20px;">7.1. Sim () 7.2. Não ()</p> <p>8. Os equipamentos de lazer atendem as expectativas dos moradores?</p> <p style="margin-left: 20px;">8.1. Sim () 8.2. Não ()</p> <p>9. Morar na localidade é seguro?</p> <p style="margin-left: 20px;">8.3. Sim () 8.4. Não ()</p> <p>10. Existe violência na localidade?</p> <p style="margin-left: 20px;">8.5. Sim () 8.6. Não ()</p>	

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUCSP

**PESQUISADOR: RENÉ BECKER ALMEIDA CARMO
ORIENTADOR: PROF. DR. EDIMILSON ANTONIO BIZELLI**

Folha 2/2

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA

IV - A LOCALIDADE - INDICADORES EDUCACIONAL, SAÚDE, LIMPEZA, LAZER E SEGURANÇA

11. Quais os fatores que promovem a violência?
- 11.1. Uso de drogas ()
- 11.2. Tráfico de drogas ()
- 11.3. Uso excessivo de bebidas ()
- 11.4. Uso de armas ()
- 11.5. Outros (especificar) _____
12. O índice de violência na localidade é elevado?
- 12.1. Sim ()
- 12.2. Não ()
13. O nível de Segurança Pública na localidade é?
- 13.1. Eficiente ()
- 13.4. Ineficiente ()
14. Algum membro da família já foi atingido pela violência?
- 14.1. Sim ()
- 14.2. Não ()

V – ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA LOCALIDADE

1. Na sua localidade existe alguma Organização Comunitária?
- 1.1. Sim ()
- 1.2. Não ()
2. A atuação da Organização Comunitária atende as expectativas dos moradores da localidade?
- 2.1. Sim ()
- 2.2. Não ()
3. Algum membro da família participa de Organizações Comunitárias?
- 3.1. Sim ()
- 3.2. Não ()
4. Algum membro da família já participou de reuniões para discutir com o Poder Público municipal o que fazer na sua comunidade?
- 4.1. Sim ()
- 4.2. Não ()
5. O Poder Público municipal é acessível e tem atendido as reclamações e solicitações da comunidade?
- 5.1. Sim ()
- 5.2. Não ()
6. As ações do Poder Público municipal têm atendido as expectativas dos moradores da localidade?
- 6.1. Sim ()
- 6.2. Não ()

VI - OBSERVAÇÕES

ANEXO – B

PESQUISA SOCIOECONÔMICA

Assentamentos subnormais do município de Feira de Santana compreendendo:

- Invasão Avenida Anchieta - Bairro Conceição;
- Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto - Bairro Aviário;
- Fonte de Lili - Bairro Queimadinha;
- Invasão da Rocinha - Bairro Lagoa Grande;
- Invasão Renascer - Bairro Parque Ipê;
- Invasão Juca Campelo – Bairro Santo Antonio dos Prazeres;
- Invasão Tanque do Urubu - Bairro Jardim Cruzeiro.

I - IDENTIFICAÇÃO DO MORADOR

TABELA 01 - Sexo do entrevistado.

Sexo	Quant.	%
Masculino	58	19,33
Feminino	242	80,67
Total	300	100

TABELA 02 - Estado civil do entrevistado.

Estado civil	Quant.	%
Casado/Companheiro(a)	98	32,67
Solteiro	186	62,00
Separado	16	5,33
Total	300	100

TABELA 03 - Faixa etária do entrevistado.

Faixa etária	Quant.	%
15 a 21 anos	21	7,00
22 a 39 ano	170	56,67
40 a 59 ano	89	29,67
mais de 60 anos	20	6,67
Total	300	100

TABELA 04 - Procedência do entrevistado.

Origem	Quant.	%
Feira de Santana	186	62,00
Outros Municípios	97	32,33
Amélia Rodrigues	1	0,33
Anguera	4	1,33
Antônio Cardoso	3	1,00
Amargosa	1	0,33
Araci	4	1,33
Baixa Grande	1	0,33
Bonfim de Feira	1	0,33
Bonfim de Vila Nova	1	0,33
Biringinga	1	0,33
Candeias	3	1,00

Capela do Alto Alegre	1	0,33
Cicero Dantas	1	0,33
Coração de Maria	1	0,33
Itaberaba	2	0,67
Itabuna	1	0,33
Ipecaetá	3	1,00
Ipirá	3	1,00
Itamaraju	2	0,67
Irecê	2	0,67
Irajuba	1	0,33
Itatim	1	0,33
Itororó	1	0,33
Jaguara	3	1,00
Jequié	2	0,67
Jequiriçá	1	0,33
Juazeiro	2	0,67
Maracas	1	0,33
Mairi	1	0,33
Milagres	2	0,67
Monte Santo	1	0,33
Morro do Chapéu	1	0,33
Mundo Novo	1	0,33
Pé de Serra	1	0,33
Piritiba	1	0,33
Planaltino	1	0,33
Poções	2	0,67
Porto Seguro	1	0,33
Quinjingue	1	0,33
Riachão do Jacuipe	1	0,33
Rui Barbosa	2	0,67
Santo Amaro	2	0,67
Salvador	12	4,00
Santa Barbara	7	2,33
Seabra	1	0,33
Senhor do Bonfim	1	0,33
São Gonçalo dos Campos	1	0,33
Serra Preta	3	1,00
Serrinha	3	1,00
Tanquinho	2	0,67
Valença	1	0,33
Outros Estados	17	5,67
Alagoas	1	0,33
Ceara	3	1,00
Paraíba	4	1,33
Pernambuco	4	1,33
Sergipe	2	0,67
São Paulo	3	1,00
Total	300	100

TABELA 05 - Sempre morou na localidade.

Tipo	Quant.	%
Sim	129	43,00
Não	171	57,00
Total	300	100

TABELA 06 - Tempo de moradia do entrevistado.

Tempo	Quant.	%
Menos de 1 ano	5	1,67
De 1 a 5 anos	63	21,00
Acima de 5 anos	232	77,33
Total	300	100

TABELA 07 - Tipo de moradia do entrevistado.

Tipo	Quant.	%
Próprio	262	87,33
Alugado	26	8,67
Cedido	12	4,00
Total	300	100

TABELA 08 - Escolaridade do entrevistado.

Escolaridade	Quant.	%
Analfabeto	24	8,00
1º grau incompleto	194	64,67
1º grau completo	15	5,00
2º grau incompleto	22	7,33
2º grau completo	44	14,67
Curso técnico	0	0,00
3º grau incompleto	1	0,33
3º grau completo	0	0,00
Total	300	100

II - A FAMÍLIA E A RESIDÊNCIA**TABELA 09 - Número de pessoas por família.**

Nº de pessoas/ Família	Nº membros	Imóveis	
		Quant.	%
Entre 01 e 03	254	100	33,33
01	7	7	2,33
02	64	32	10,67
03	183	61	20,33
Entre 04 e 06	767	164	54,67
04	332	83	27,67
05	255	51	17,00
06	180	30	10,00
Entre 07 e 09	207	28	9,33
07	147	21	7,00
08	24	3	1,00
09	36	4	1,33
Superior a 10	80	8	2,67
10	30	3	1,00
11	10	1	0,33
12	20	2	0,67
13	20	2	0,67
Total	1308	300	100

TABELA 10 - Número de pessoas por domicílio.

Nº de membros/ Domicílio	Nº membros	Imóveis	
		Quant.	%
Entre 01 e 03	267	106	35,33
01	7	7	2,33
02	74	37	12,33
03	186	62	20,67
Entre 04 e 06	739	158	52,67
04	324	81	27,00
05	235	47	15,67
06	180	30	10,00
Entre 07 e 09	221	30	10,00
07	154	22	7,33
08	40	5	1,67
09	27	3	1,00
Superior a 10	60	6	2,00
10	20	2	0,67
11	20	2	0,67
12	0	0	0,00
13	20	2	0,67
Total	1287	300	100

TABELA 11 - Número de cômodos por domicílio.

Nº de cômodos/ domicílio	Imóveis	
	Quant.	%
Entre 01 e 03	55	18,33
01	9	3,00
02	12	4,00
03	34	11,33
Entre 04 e 06	227	75,67
04	83	27,67
05	110	36,67
06	34	11,33
Superior a 07	18	6,00
07	15	5,00
08	3	1,00
Total	300	100

TABELA 12 - Distribuição da renda mensal da população por entrevistado e por família.

Faixa de renda	Renda do entrevistado		Renda familiar	
	Quant.	%	Quant.	%
Sem rendimento	60	20,00	16	5,33
Até 1/2 SM	108	36,00	56	18,67
Acima de 1/2 e 1 SM	86	28,67	126	42,00
Acima de 1 e 2 SM	41	13,67	89	29,67
Acima de 2 e 3 SM	4	1,33	9	3,00
Acima de 3 e 5 SM	0	0,00	3	1,00
Acima de 5 SM	1	0,33	1	0,33
Total	300	100	300	100

Observação: Valor do S.M. = R\$380,00

TABELA 13 - Ligação domiciliar de água.

Ligação	Quant.	%
Sim	265	88,33
Não	35	11,67
Total	300	100

TABELA 14 - Ligação domiciliar de esgoto sanitário.

Ligação	Quant.	%
Sim	126	42,00
Não	174	58,00
Total	300	100

TABELA 15 - Ligação domiciliar de energia elétrica.

Ligação	Quant.	%
Sim	281	93,67
Não	19	6,33
Total	300	100

TABELA 16 - Utensílios da casa do entrevistado.

Utensílios	Resposta positiva		Resposta negativa		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Geladeira	245	81,67	55	18,33	300	100
Fogão a Gás	295	98,33	5	1,67	300	100
Telefone	77	25,67	223	74,33	300	100
Televisão	288	96,00	12	4,00	300	100
Outros:	103	34,33	197	65,67	300	100
DVD	64	21,33	236	78,67	300	100
Som	55	18,33	245	81,67	300	100
Video Game	2	0,67	298	99,33	300	100
Video Cassete	1	0,33	299	99,67	300	100

III - A CIDADE E O TRABALHO**TABELA 17 - A cidade oferece condições de trabalho?**

Descrição	Quant.	%
Sim	143	47,67
Não	157	52,33
Total	300	100

TABELA 18 - Você trabalha perto de casa?

Descrição	Quant.	%
Sim	147	49,00
Não	153	51,00
Total	300	100

TABELA 19 - Quantas pessoas trabalham na família?

Nº de pessoas	Quant.	%
Nenhuma	15	5,00
Uma	178	59,33
Duas	92	30,67
Três	11	3,67
Quatro	2	0,67
Cinco	2	0,67
Total	300	100

TABELA 20 -Qual a atividade do entrevistado?

Descrição	Quant.	%
Desempregado	24	8,00
Saúde	4	1,33
Agente de Saúde	3	1,00
Auxiliar de Laboratório	1	0,33
Indústria,Comercio e Serviço	190	63,33
Advogado	1	0,33
Almoxarife	2	0,67
Armador	1	0,33
Artesão	2	0,67
Assistente Administrativo	1	0,33
Atendente	3	1,00
Baba	1	0,33
Cabeleireiro	1	0,33
Carregador	1	0,33
Comerciante	8	2,67
Comerciário	1	0,33
Costureiro	6	2,00
Doméstica	45	15,00
Empacotador	1	0,33
Estofador	7	2,33
Feirante	5	1,67
Lavadeira	3	1,00
Manicure	1	0,33
Marceneiro	2	0,67
Mecânico	4	1,33
Motorista	2	0,67
Pedreiro	6	2,00
Pintor de Automóvel	1	0,33
Porteiro	1	0,33
Serralheiro	2	0,67
Serviços Gerais	56	18,67
Vendedor(a)	19	6,33
Vigilante	7	2,33
Autônomo	46	15,33
Educação	7	2,33
Estudante	2	0,67
Estagiário	1	0,33
Professor	4	1,33
Outros	29	9,67
Reciclador	1	0,33
Badameiro	6	2,00

Lavrador	1	0,33
Aposentado	6	2,00
Dona de casa	15	5,00
Total	300	100

TABELA 21 - Especificar emprego do entrevistado.

Tipo	Quant.	%
Nenhum	84	28,00
Emprego fixo	53	17,67
Emprego temporário	64	21,33
Ambulante	17	5,67
Biscateiro	79	26,33
Outros	3	1,00
Total	300	100

TABELA 22 - Como você se locomove para o trabalho?

Meios de transporte	Quant.	%
Ônibus	18	6,00
Moto	5	1,67
Bicicleta	57	19,00
Andando	133	44,33
Outros	87	29,00
Total	300	100

IV - INDICADORES SOCIAIS DA LOCALIDADE**TABELA 23 - Você acha que às condições de vida melhorou na localidade?**

Descrição	Quant.	%
Sim	174	58,00
Não	126	42,00
Total	300	100

TABELA 24 - Você pretende continuar morando na localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	255	85,00
Não	45	15,00
Total	300	100

TABELA 25 - Você gosta da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	260	86,67
Não	40	13,33
Total	300	100

TABELA 26 - Na localidade tem escola?

Descrição	Quant.	%
Sim	198	66,00
Não	102	34,00
Total	300	100

TABELA 27 - Na localidade tem creche?

Descrição	Quant.	%
Sim	160	53,33
Não	140	46,67
Total	300	100

TABELA 28 - Na localidade tem posto de saúde?

Descrição	Quant.	%
Sim	169	56,33
Não	131	43,67
Total	300	100

TABELA 29 - A localidade tem boa iluminação?

Descrição	Quant.	%
Sim	230	76,67
Não	70	23,33
Total	300	100

TABELA 30 - A localidade tem serviço de limpeza e coleta de lixo?

Descrição	Quant.	%
Sim	285	95,00
Não	15	5,00
Total	300	100

TABELA 31 - Na localidade tem área de lazer?

Descrição	Quant.	%
Sim	40	13,33
Não	260	86,67
Total	300	100

TABELA 32 - Os equipamentos de lazer atendem as expectativas dos moradores?

Descrição	Quant.	%
Sim	34	11,33
Não	266	88,67
Total	300	100

TABELA 33 - Morar na localidade é seguro?

Descrição	Quant.	%
Sim	125	41,67
Não	175	58,33
Total	300	100

TABELA 34 - Existe violência na localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	208	69,33
Não	92	30,67
Total	300	100

TABELA 35 - Quais os fatores que promovem a violência?

Descrição	Quant.	%
Não opinou	91	30,33
Uso de drogas	37	12,33
Tráfico de drogas	129	43,00
Uso excessivo de bebidas	19	6,33
Uso de armas	24	8,00
TOTAL	300	100

TABELA 36 - O índice de violência na localidade é elevado?

Descrição	Quant.	%
Sim	188	62,67
Não	112	37,33
Total	300	100

TABELA 37 - Qual o nível de segurança pública na localidade é?

Descrição	Quant.	%
Eficiente	64	21,33
Ineficiente	236	78,67
Total	300	100

TABELA 38 - Algum membro da família já foi atingido pela violência?

Descrição	Quant.	%
Sim	64	21,33
Não	236	78,67
Total	300	100

V - ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA LOCALIDADE**TABELA 39 - Na sua localidade existe alguma Organização Comunitária?**

Descrição	Quant.	%
Sim	164	54,67
Não	136	45,33
Total	300	100

TABELA 40 - A atuação da Organização Comunitária atende às expectativas dos moradores da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	133	44,33
Não	167	55,67
Total	300	100

TABELA 41 - Algum membro da família participa de Organizações Comunitárias?

Descrição	Quant.	%
Sim	64	21,33
Não	236	78,67
Total	300	100

TABELA 42 - Algum membro da família já participou de reuniões para discutir com o Poder Público municipal o que fazer na sua comunidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	172	57,33
Não	128	42,67
Total	300	100

TABELA 43 - O Poder Público municipal é acessível e tem atendido às reclamações e solicitações da comunidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	177	59,00
Não	123	41,00
Total	300	100

TABELA 44 - As ações do Poder Público municipal têm atendido às expectativas dos moradores da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	177	59,00
Não	123	41,00
Total	300	100

ANEXO – C

PESQUISA SOCIOECONÔMICA

Invasão Avenida Anchieta – Bairro Conceição

I - IDENTIFICAÇÃO DO MORADOR

TABELA 01 - Sexo do entrevistado.

Sexo	Quant.	%
Masculino	10	22,22
Feminino	35	77,78
Total	45	100

TABELA 02 - Estado civil do entrevistado.

Estado civil	Quant.	%
Casado/Companheiro(a)	11	24,44
Solteiro	31	68,89
Separado	3	6,67
Total	45	100

TABELA 03 - Faixa etária do entrevistado.

Faixa etária	Quant.	%
15 a 21 anos	3	6,67
22 a 39 ano	23	51,11
40 a 59 ano	13	28,89
mais de 60 anos	6	13,33
Total	45	100

TABELA 04 - Procedência do entrevistado.

Origem	Quant.	%
<i>Feira de Santana</i>	<i>31</i>	<i>68,89</i>
<i>Outros Municípios</i>	<i>11</i>	<i>24,44</i>
Amélia Rodrigues	0	0,00
Anguera	0	0,00
Antônio Cardoso	0	0,00
Amargosa	0	0,00
Araci	0	0,00
Baixa Grande	0	0,00
Bonfim de Feira	0	0,00
Bonfim de Vila Nova	1	2,22
Biritinga	0	0,00
Candeias	1	2,22
Capela do Alto Alegre	0	0,00
Cícero Dantas	0	0,00
Coração de Maria	0	0,00
Itaberaba	1	2,22
Itabuna	0	0,00
Ipecaetá	0	0,00
Ipirá	0	0,00
Itamarajú	1	2,22
Irecê	0	0,00

	Irajuba	0	0,00
	Itatim	0	0,00
	Itororó	0	0,00
	Jaguara	0	0,00
	Jequié	0	0,00
	Jequiriçá	0	0,00
	Juazeiro	1	2,22
	Maracás	0	0,00
	Mairi	0	0,00
	Milagres	0	0,00
	Monte Santo	1	2,22
	Morro do Chapéu	0	0,00
	Mundo Novo	0	0,00
	Pé de Serra	1	2,22
	Piritiba	0	0,00
	Planaltino	0	0,00
	Poções	1	2,22
	Porto Seguro	0	0,00
	Quijingue	0	0,00
	Riachão do Jacuípe	0	0,00
	Rui Barbosa	0	0,00
	Santo Amaro	0	0,00
	Salvador	0	0,00
	Santa Barbara	3	6,67
	Seabra	0	0,00
	Senhor do Bonfim	0	0,00
	São Gonçalo dos Campos	0	0,00
	Serra Preta	0	0,00
	Serrinha	0	0,00
	Tanquinho	0	0,00
	Valença	0	0,00
<i>Outros Estados</i>		3	6,67
	Alagoas	1	2,22
	Ceará	0	0,00
	Paraíba	1	2,22
	Pernambuco	1	2,22
	Sergipe	0	0,00
	São Paulo	0	0,00
	Total	45	100

TABELA 05- Sempre morou na localidade?

Tipo	Quant.	%
Sim	29	64,44
Não	16	35,56
Total	45	100

TABELA 06 - Tempo de moradia do entrevistado.

Tempo	Quant.	%
Menos de 1 ano	0	0,00
De 1 a 5 anos	4	8,89
Acima de 5 anos	41	91,11
Total	45	100

TABELA 07 - Tipo de moradia do entrevistado.

Tipo	Quant.	%
Próprio	40	88,89
Alugado	2	4,44
Cedido	3	6,67
Total	45	100

TABELA 08 - Escolaridade do entrevistado.

Escolaridade	Quant.	%
Analfabeto	6	13,33
1º grau incompleto	33	73,33
1º grau completo	0	0,00
2º grau incompleto	1	2,22
2º grau completo	5	11,11
Curso técnico	0	0,00
3º grau incompleto	0	0,00
3º grau completo	0	0,00
Total	45	100

II - A FAMÍLIA E A RESIDÊNCIA**TABELA 09 - Número de pessoas por família.**

Nº de pessoas/ família	Nº membros	Imóveis	
		Quant.	%
Entre 01 e 03	26	9	20,00
01	0	0	0,00
02	2	1	2,22
03	24	8	17,78
Entre 04 e 06	119	24	53,33
04	36	9	20,00
05	35	7	15,56
06	48	8	17,78
Entre 07 e 09	69	9	20,00
07	35	5	11,11
08	16	2	4,44
09	18	2	4,44
Superior a 10	30	3	6,67
10	10	1	2,22
11	0	0	0,00
12	10	1	2,22
13	10	1	2,22
Total	244	45	100

TABELA 10 - Número de pessoas por domicílio.

Nº de membros/ domicílio	Nº membros	Imóveis	
		Quant.	%
Entre 01 e 03	32	12	26,67
01	0	0	0,00
02	8	4	8,89
03	24	8	17,78
Entre 04 e 06	120	24	53,33
04	32	8	17,78
05	40	8	17,78

06	48	8	17,78
Entre 07 e 09	60	8	17,78
07	35	5	11,11
08	16	2	4,44
09	9	1	2,22
Superior a 10	10	1	2,22
10	0	0	0,00
11	10	1	2,22
12	0	0	0,00
13	0	0	0,00
Total	222	45	100

TABELA 11 - Número de cômodos por domicílio.

Nº de cômodos/ domicílio	Imóveis	
	Quant.	%
Entre 01 e 03	15	33,33
01	2	4,44
02	4	8,89
03	9	20,00
Entre 04 e 06	25	55,56
04	12	26,67
05	8	17,78
06	5	11,11
Superior a 07	5	11,11
07	4	8,89
08	1	2,22
Total	45	100

TABELA 12 - Distribuição da renda mensal da população por entrevistado e por família.

Faixa de renda	Renda do entrevistado		Renda familiar	
	Quant.	%	Quant.	%
Sem rendimento	20	44,44	8	17,78
Até 1/2 SM	10	22,22	7	15,56
Acima de 1/2 e 1 SM	10	22,22	19	42,22
Acima de 1 e 2 SM	5	11,11	11	24,44
Acima de 2 e 3 SM	0	0,00	0	0,00
Acima de 3 e 5 SM	0	0,00	0	0,00
Acima de 5 SM	0	0,00	0	0,00
Total	45	100	45	100

Observação: Valor do S.M. = R\$380,00

TABELA 13 - Ligação domiciliar de água.

Ligação	Quant.	%
Sim	39	86,67
Não	6	13,33
Total	45	100

TABELA 14 - Ligação domiciliar de esgoto sanitário.

Ligação	Quant.	%
Sim	1	2,22
Não	44	97,78
Total	45	100

TABELA 15 - Ligação domiciliar de energia elétrica.

Ligação	Quant.	%
Sim	44	97,78
Não	1	2,22
Total	45	100

TABELA 16 - Utensílios da casa do entrevistado.

Utensílios	Resposta positiva		Resposta negativa		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Geladeira	38	84,44	7	15,56	45	100
Fogão a Gás	44	97,78	1	2,22	45	100
Telefone	8	17,78	37	82,22	45	100
Televisão	40	88,89	5	11,11	45	100
Outros:	10	22,22	35	77,78	45	100
<i>DVD</i>	7	15,56	38	84,44	45	100
<i>Som</i>	4	8,89	41	91,11	45	100
<i>Video Game</i>	0	0,00	45	100,00	45	100
<i>Video Cassete</i>	0	0,00	45	100,00	45	100

III - A CIDADE E O TRABALHO**TABELA 17 - A cidade oferece condições de trabalho?**

Descrição	Quant.	%
Sim	14	31,11
Não	31	68,89
Total	45	100

TABELA 18 - Você trabalha perto de casa?

Descrição	Quant.	%
Sim	21	46,67
Não	24	53,33
Total	45	100

TABELA 19 - Quantas pessoas trabalham na família?

Nº de pessoas	Quant.	%
Nenhuma	3	6,67
Uma	20	44,44
Duas	16	35,56
Três	3	6,67
Quatro	2	4,44
Cinco	1	2,22
Total	45	100

TABELA 20 - Qual a atividade do entrevistado?

Descrição	Quant.	%
Desempregado	4	8,89
Saúde	0	0,00
Agente de Saúde	0	0,00
Auxiliar de Laboratório	0	0,00
Indústria, Comércio e Serviço	19	42,22
Advogado	0	0,00
Almoxarife	0	0,00

	Armador	0	0,00
	Artesão	1	2,22
	Assistente Administrativo	0	0,00
	Atendente	1	2,22
	Babá	0	0,00
	Cabeleireiro	0	0,00
	Carregador	0	0,00
	Comerciante	1	2,22
	Comerciário	0	0,00
	Costureiro	0	0,00
	Doméstica	5	11,11
	Empacotador	0	0,00
	Estofador	0	0,00
	Feirante	2	4,44
	Lavadeira	0	0,00
	Manicure	0	0,00
	Marceneiro	0	0,00
	Mecânico	1	2,22
	Motorista	0	0,00
	Pedreiro	1	2,22
	Pintor de Automóvel	0	0,00
	Porteiro	0	0,00
	Serralheiro	0	0,00
	Serviços Gerais	5	11,11
	Vendedor(a)	2	4,44
	Vigilante	0	0,00
Autônomo		10	22,22
Educação		2	4,44
	Estudante	0	0,00
	Estagiário	0	0,00
	Professor	2	4,44
Outros		10	22,22
	Reciclador	0	0,00
	Badameiro	5	11,11
	Lavrador	0	0,00
	Aposentado	2	4,44
	Dona de casa	3	6,67
Total		45	100

TABELA 21 – Especificar emprego do entrevistado

Tipo	Quant.	%
Nenhum	14	31,11
Emprego fixo	6	13,33
Emprego temporário	17	37,78
Ambulante	2	4,44
Biscateiro	3	6,67
Outros	3	6,67
Total	45	100

TABELA 22 - Como você se locomove para o trabalho?

Meios de transporte	Quant.	%
Ônibus	2	4,44
Moto	0	0,00
Bicicleta	4	8,89
Andando	22	48,89
Outros	17	37,78
Total	45	100

IV - INDICADORES SOCIAIS DA LOCALIDADE**TABELA 23 - Você acha que às condições de vida melhorou na localidade?**

Descrição	Quant.	%
Sim	7	15,56
Não	38	84,44
Total	45	100

TABELA 24 - Você pretende continuar morando na localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	30	66,67
Não	15	33,33
Total	45	100

TABELA 25 - Você gosta da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	31	68,89
Não	14	31,11
Total	45	100

TABELA 26 - Na localidade tem escola?

Descrição	Quant.	%
Sim	39	86,67
Não	6	13,33
Total	45	100

TABELA 27 - Na localidade tem creche?

Descrição	Quant.	%
Sim	43	95,56
Não	2	4,44
Total	45	100

TABELA 28 - Na localidade tem posto de saúde?

Descrição	Quant.	%
Sim	35	77,78
Não	10	22,22
Total	45	100

TABELA 29 - A localidade tem boa iluminação?

Descrição	Quant.	%
Sim	37	82,22
Não	8	17,78
Total	45	100

TABELA 30 - A localidade tem serviço de limpeza e coleta de lixo?

Descrição	Quant.	%
Sim	44	97,78
Não	1	2,22
Total	45	100

TABELA 31 - Na localidade tem área de lazer?

Descrição	Quant.	%
Sim	0	0,00
Não	45	100,00
Total	45	100

TABELA 32 - Os equipamentos de lazer atendem as expectativas dos moradores?

Descrição	Quant.	%
Sim	0	0,00
Não	45	100,00
Total	45	100

TABELA 33 - Morar na localidade é seguro?

Descrição	Quant.	%
Sim	10	22,22
Não	35	77,78
Total	45	100

TABELA 34 - Existe violência na localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	39	86,67
Não	6	13,33
Total	45	100

TABELA 35 - Quais os fatores que promovem a violência?

Descrição	Quant.	%
Não opinou	4	8,89
Uso de drogas	9	20,00
Tráfico de drogas	27	60,00
Uso excessivo de bebidas	5	11,11
Uso de armas	0	0,00
TOTAL	45	100

TABELA 36 - O índice de violência na localidade é elevado?

Descrição	Quant.	%
Sim	32	71,11
Não	13	28,89
Total	45	100

TABELA 37 - Qual o nível de Segurança Pública na localidade?

Descrição	Quant.	%
Eficiente	5	11,11
Ineficiente	40	88,89
Total	45	100

TABELA 38 - Algum membro da família já foi atingido pela violência?

Descrição		Quant.	%
	Sim	18	40,00
	Não	27	60,00
Total		45	100

V - ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA LOCALIDADE**TABELA 39 - Na sua localidade existe alguma Organização Comunitária?**

Descrição		Quant.	%
	Sim	17	37,78
	Não	28	62,22
Total		45	100

TABELA 40 - A atuação da Organização Comunitária atente às expectativas dos moradores da localidade?

Descrição		Quant.	%
	Sim	16	35,56
	Não	29	64,44
Total		45	100

TABELA 41 - Algum membro da família participa de Organizações Comunitárias?

Descrição		Quant.	%
	Sim	5	11,11
	Não	40	88,89
Total		45	100

TABELA 42 - Algum membro da família já participou de reuniões para discutir com o Poder Público municipal o que fazer na sua comunidade?

Descrição		Quant.	%
	Sim	19	42,22
	Não	26	57,78
Total		45	100

TABELA 43 - O Poder Público municipal é acessível e tem atendido às reclamações e solicitações da comunidade?

Descrição		Quant.	%
	Sim	14	31,11
	Não	31	68,89
Total		45	100

TABELA 44 - As ações do Poder Público municipal têm atendido às expectativas dos moradores da localidade?

Descrição		Quant.	%
	Sim	14	31,11
	Não	31	68,89
Total		45	100

ANEXO - D

PESQUISA SOCIOECONÔMICA

Conjunto Habitacional Paulo Ganem Souto - Bairro Aviário

I - IDENTIFICAÇÃO DO MORADOR

TABELA 01 - Sexo do entrevistado.

Sexo	Quant.	%
Masculino	0	0,00
Feminino	30	100,00
Total	30	100

TABELA 02 - Estado civil do entrevistado.

Estado civil	Quant.	%
Casado/Companheiro(a)	3	10,00
Solteiro	26	86,67
Separado	1	3,33
Total	30	100

TABELA 03 - Faixa etária do entrevistado.

Faixa etária	Quant.	%
15 a 21 anos	3	10,00
22 a 39 ano	20	66,67
40 a 59 ano	7	23,33
mais de 60 anos	0	0,00
Total	30	100

TABELA 04 - Procedência do entrevistado.

Origem	Quant.	%
<i>Feira de Santana</i>	<i>18</i>	<i>60,00</i>
<i>Outros Municípios</i>	<i>10</i>	<i>33,33</i>
Amélia Rodrigues	0	0,00
Anguera	0	0,00
Antônio Cardoso	1	3,33
Amargosa	0	0,00
Araci	0	0,00
Baixa Grande	0	0,00
Bonfim de Feira	0	0,00
Bonfim de Vila Nova	0	0,00
Biritinga	1	3,33
Candeias	0	0,00
Capela do Alto Alegre	0	0,00
Cícero Dantas	0	0,00
Coração de Maria	0	0,00
Itaberaba	0	0,00
Itabuna	0	0,00
Ipecaetá	0	0,00
Ipirá	0	0,00
Itamarajú	0	0,00

Irecê	0	0,00
Irajuba	0	0,00
Itatim	0	0,00
Itororó	0	0,00
Jaguara	0	0,00
Jequié	0	0,00
Jequiriçá	0	0,00
Juazeiro	0	0,00
Maracás	0	0,00
Mairi	0	0,00
Milagres	0	0,00
Monte Santo	0	0,00
Morro do Chapéu	0	0,00
Mundo Novo	0	0,00
Pé de Serra	0	0,00
Piritiba	0	0,00
Planaltino	0	0,00
Poções	0	0,00
Porto Seguro	0	0,00
Quijingue	0	0,00
Riachão do Jacuípe	0	0,00
Rui Barbosa	1	3,33
Santo Amaro	0	0,00
Salvador	5	16,67
Santa Barbara	0	0,00
Seabra	0	0,00
Senhor do Bonfim	0	0,00
São Gonçalo dos Campos	1	3,33
Serra Preta	0	0,00
Serrinha	1	3,33
Tanquinho	0	0,00
Valença	0	0,00
<i>Outros Estados</i>	2	6,67
Alagoas	0	0,00
Ceará	0	0,00
Paraíba	0	0,00
Pernambuco	2	6,67
Sergipe	0	0,00
São Paulo	0	0,00
Total	30	100

TABELA 05- Sempre morou na localidade.

Tipo	Quant.	%
Sim	10	33,33
Não	20	66,67
Total	30	100

TABELA 06 - Tempo de moradia do entrevistado.

Tempo	Quant.	%
Menos de 1 ano	0	0,00
De 1 a 5 anos	21	70,00
Acima de 5 anos	9	30,00
Total	30	100

TABELA 07 - Tipo de moradia do entrevistado.

Tipo	Quant.	%
Próprio	29	96,67
Alugado	1	3,33
Cedido	0	0,00
Total	30	100

TABELA 08 - Escolaridade do entrevistado.

Escolaridade	Quant.	%
Analfabeto	6	20,00
1º grau incompleto	15	50,00
1º grau completo	1	3,33
2º grau incompleto	3	10,00
2º grau completo	5	16,67
Curso técnico	0	0,00
3º grau incompleto	0	0,00
3º grau completo	0	0,00
Total	30	100

II - A FAMÍLIA E A RESIDÊNCIA**TABELA 09 - Número de pessoas por família.**

Nº de pessoas/ família	Nº Membros	Imóveis	
		Quant.	%
Entre 01e 03	16	6	20,00
01	0	0	0,00
02	4	2	6,67
03	12	4	13,33
Entre 04 e 06	89	19	63,33
04	32	8	26,67
05	45	9	30,00
06	12	2	6,67
Entre 07e 09	28	4	13,33
07	28	4	13,33
08	0	0	0,00
09	0	0	0,00
Superior a 10	10	1	3,33
10	10	1	3,33
11	0	0	0,00
12	0	0	0,00
13	0	0	0,00
Total	143	30	100

TABELA 10 - Número de pessoas por domicílio.

Nº de membros/ domicílio	Nº Membros	Imóveis	
		Quant.	%
Entre 01e 03	16	6	20,00
01	0	0	0,00
02	4	2	6,67
03	12	4	13,33
Entre 04 e 06	84	18	60,00
04	32	8	26,67
05	40	8	26,67

06	12	2	6,67
Entre 07 e 09	45	6	20,00
07	28	4	13,33
08	8	1	3,33
09	9	1	3,33
Superior a 10	0	0	0,00
10	0	0	0,00
11	0	0	0,00
12	0	0	0,00
13	0	0	0,00
Total	145	30	100

TABELA 11 - Número de cômodos por domicílio.

Nº de cômodos/ domicílio	Imóveis	
	Quant.	%
Entre 01 e 03	0	0,00
01	0	0,00
02	0	0,00
03	0	0,00
Entre 04 e 06	30	100,00
04	13	43,33
05	17	56,67
06	0	0,00
Superior a 07	0	0,00
07	0	0,00
08	0	0,00
Total	30	100

TABELA 12 - Distribuição da renda mensal da população por entrevistado e por família

Faixa de renda	Renda do entrevistado		Renda familiar	
	Quant.	%	Quant.	%
Sem rendimento	5	16,67	0	0,00
Até 1/2 SM	13	43,33	8	26,67
Acima de 1/2 e 1 SM	9	30,00	15	50,00
Acima de 1 e 2 SM	2	6,67	6	20,00
Acima de 2 e 3 SM	1	3,33	1	3,33
Acima de 3 e 5 SM	0	0,00	0	0,00
Acima de 5 SM	0	0,00	0	0,00
Total	30	100	30	100

Observação: Valor do S.M. = R\$380,00

TABELA 13 - Ligação domiciliar de água.

Ligação	Quant.	%
Sim	30	100,00
Não	0	0,00
Total	30	100

TABELA 14 - Ligação domiciliar de esgoto sanitário.

Ligação	Quant.	%
Sim	30	100,00
Não	0	0,00
Total	30	100

TABELA 15 - Ligação domiciliar de energia elétrica.

Ligação	Quant.	%
Sim	30	100,00
Não	0	0,00
Total	30	100

TABELA 16 - Utensílios da casa do entrevistado.

Utensílios	Resposta positiva		Resposta negativa		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Geladeira	23	76,67	7	23,33	30	100
Fogão a Gás	29	96,67	1	3,33	30	100
Telefone	4	13,33	26	86,67	30	100
Televisão	30	100,00	0	0,00	30	100
Outros:	19	63,33	11	36,67	30	100
<i>DVD</i>	13	43,33	17	56,67	30	100
<i>Som</i>	14	46,67	16	53,33	30	100
<i>Video Game</i>	0	0,00	30	100,00	30	100
<i>Video Cassete</i>	0	0,00	30	100,00	30	100

III - A CIDADE E O TRABALHO

TABELA 17 - A cidade oferece condições de trabalho?

Descrição	Quant.	%
Sim	16	53,33
Não	14	46,67
Total	30	100

TABELA 18 - Você trabalha perto de casa?

Descrição	Quant.	%
Sim	16	53,33
Não	14	46,67
Total	30	100

TABELA 19 - Quantas pessoas trabalham na família?

Nº de Pessoas	Quant.	%
Nenhuma	1	3,33
Uma	20	66,67
Duas	8	26,67
Três	1	3,33
Quatro	0	0,00
Cinco	0	0,00
Total	30	100

TABELA 20 - Qual a atividade do entrevistado?

Descrição	Quant.	%
Desempregado	2	6,67
Saúde	0	0,00
Agente de Saúde	0	0,00
Auxiliar de Laboratório	0	0,00
Indústria, Comércio e Serviço	27	90,00
Advogado	0	0,00
Almoxarife	0	0,00
Armador	1	3,33

	Artesão	0	0,00
	Assistente Administrativo	0	0,00
	Atendente	0	0,00
	Baba	0	0,00
	Cabeleireiro	0	0,00
	Carregador	0	0,00
	Comerciante	0	0,00
	Comerciário	0	0,00
	Costureiro	2	6,67
	Doméstica	5	16,67
	Empacotador	0	0,00
	Estofador	1	3,33
	Feirante	1	3,33
	Lavadeira	0	0,00
	Manicure	0	0,00
	Marceneiro	0	0,00
	Mecânico	0	0,00
	Motorista	0	0,00
	Pedreiro	1	3,33
	Pintor de Automóvel	0	0,00
	Porteiro	0	0,00
	Serralheiro	0	0,00
	Serviços Gerais	12	40,00
	Vendedor(a)	4	13,33
	Vigilante	0	0,00
Autônomo		0	0,00
Educação		0	0,00
	Estudante	0	0,00
	Estagiário	0	0,00
	Professor	0	0,00
Outros		1	3,33
	Reciclador	0	0,00
	Badameiro	0	0,00
	Lavrador	0	0,00
	Aposentado	0	0,00
	Dona de casa	1	3,33
Total		30	100

TABELA 21 - Especificar emprego do entrevistado

Tipo	Quant.	%
Nenhum	3	10,00
Emprego fixo	3	10,00
Emprego temporário	5	16,67
Ambulante	5	16,67
Biscateiro	14	46,67
Outros	0	0,00
Total	30	100

TABELA 22 - Como você se locomove para o trabalho?

Meios de transporte	Quant.	%
Ônibus	9	30,00
Moto	0	0,00
Bicicleta	4	13,33
Andando	14	46,67
Outros	3	10,00
Total	30	100

IV - INDICADORES SOCIAIS DA LOCALIDADE**TABELA 23 - Você acha que às condições de vida melhorou na localidade?**

Descrição	Quant.	%
Sim	18	60,00
Não	12	40,00
Total	30	100

TABELA 24 - Você pretende continuar morando na localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	30	100,00
Não	0	0,00
Total	30	100

TABELA 25 - Você gosta da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	26	86,67
Não	4	13,33
Total	30	100

TABELA 26 - Na localidade tem escola?

Descrição	Quant.	%
Sim	5	16,67
Não	25	83,33
Total	30	100

TABELA 27 - Na localidade tem creche?

Descrição	Quant.	%
Sim	0	0,00
Não	30	100,00
Total	30	100

TABELA 28 - Na localidade tem posto de saúde?

Descrição	Quant.	%
Sim	4	13,33
Não	26	86,67
Total	30	100

TABELA 29 - A localidade tem boa iluminação?

Descrição	Quant.	%
Sim	23	76,67
Não	7	23,33
Total	30	100

TABELA 30 - A localidade tem serviço de limpeza e coleta de lixo?

Descrição	Quant.	%
Sim	30	100,00
Não	0	0,00
Total	30	100

TABELA 31 - Na localidade tem área de lazer?

Descrição	Quant.	%
Sim	0	0,00
Não	30	100,00
Total	30	100

TABELA 32 - Os equipamentos de lazer atendem as expectativas dos moradores?

Descrição	Quant.	%
Sim	0	0,00
Não	30	100,00
Total	30	100

TABELA 33 - Morar na localidade é seguro?

Descrição	Quant.	%
Sim	22	73,33
Não	8	26,67
Total	30	100

TABELA 34 - Existe violência na localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	9	30,00
Não	21	70,00
Total	30	100

TABELA 35 - Quais os fatores que promovem a violência?

Descrição	Quant.	%
Não opinou	28	93,33
Uso de drogas	0	0,00
Tráfico de drogas	1	3,33
Uso excessivo de bebidas	0	0,00
Uso de armas	1	3,33
TOTAL	30	100

TABELA 36 - O índice de violência na localidade é elevado?

Descrição	Quant.	%
Sim	11	36,67
Não	19	63,33
Total	30	100

TABELA 37 - Qual o nível de Segurança Pública na localidade?

Descrição	Quant.	%
Eficiente	20	66,67
Ineficiente	10	33,33
Total	30	100

TABELA 38 - Algum membro da família já foi atingido pela violência?

Descrição	Quant.	%
Sim	5	16,67
Não	25	83,33
Total	30	100

V - ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA LOCALIDADE**TABELA 39 - Na sua localidade existe alguma Organização Comunitária?**

Descrição	Quant.	%
Sim	30	100,00
Não	0	0,00
Total	30	100

TABELA 40 - A atuação da Organização Comunitária atente às expectativas dos moradores da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	23	76,67
Não	7	23,33
Total	30	100

TABELA 41 - Algum membro da família participa de Organizações Comunitárias?

Descrição	Quant.	%
Sim	13	43,33
Não	17	56,67
Total	30	100

TABELA 42 - Algum membro da família já participou de reuniões para discutir com o Poder Público municipal o que fazer na sua comunidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	25	83,33
Não	5	16,67
Total	30	100

TABELA 43 - O Poder Público municipal é acessível e tem atendido às reclamações e solicitações da comunidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	20	66,67
Não	10	33,33
Total	30	100

TABELA 44 - As ações do Poder Público municipal têm atendido às expectativas dos moradores da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	18	60,00
Não	12	40,00
Total	30	100

ANEXO - E

PESQUISA SOCIOECONÔMICA

Fonte de Lili - Bairro Queimadinha

I - IDENTIFICAÇÃO DO MORADOR

TABELA 01 - Sexo do entrevistado.

Sexo	Quant.	%
Masculino	2	6,67
Feminino	28	93,33
Total	30	100

TABELA 02 - Estado civil do entrevistado.

Estado civil	Quant.	%
Casado/Companheiro(a)	6	20,00
Solteiro	23	76,67
Separado	1	3,33
Total	30	100

TABELA 03 - Faixa etária do entrevistado.

Faixa etária	Quant.	%
15 a 21 anos	2	6,67
22 a 39 ano	12	40,00
40 a 59 ano	14	46,67
mais de 60 anos	2	6,67
Total	30	100

TABELA 04 - Procedência do entrevistado.

Origem	Quant.	%
<i>Feira de Santana</i>	20	66,67
<i>Outros Municípios</i>	10	33,33
Amélia Rodrigues	0	0,00
Anguera	1	3,33
Antônio Cardoso	1	3,33
Amargosa	0	0,00
Araci	0	0,00
Baixa Grande	0	0,00
Bonfim de Feira	0	0,00
Bonfim de Vila Nova	0	0,00
Biritinga	0	0,00
Candeias	0	0,00
Capela do Alto Alegre	1	3,33
Cícero Dantas	0	0,00
Coração de Maria	0	0,00
Itaberaba	0	0,00
Itabuna	0	0,00
Ipecaetá	0	0,00
Ipirá	1	3,33
Itamarajú	0	0,00
Irecê	1	3,33
Irajuba	0	0,00

Itatim	0	0,00
Itororó	0	0,00
Jaguara	1	3,33
Jequié	0	0,00
Jequiriçá	0	0,00
Juazeiro	0	0,00
Maracás	0	0,00
Mairi	1	3,33
Milagres	0	0,00
Monte Santo	0	0,00
Morro do Chapéu	0	0,00
Mundo Novo	0	0,00
Pé de Serra	0	0,00
Piritiba	0	0,00
Planaltino	0	0,00
Poções	0	0,00
Porto Seguro	1	3,33
Quijingue	0	0,00
Riachão do Jacuípe	0	0,00
Rui Barbosa	0	0,00
Santo Amaro	0	0,00
Salvador	1	3,33
Santa Barbara	1	3,33
Seabra	0	0,00
Senhor do Bonfim	0	0,00
São Gonçalo dos Campos	0	0,00
Serra Preta	0	0,00
Serrinha	0	0,00
Tanquinho	0	0,00
Valença	0	0,00
<i>Outros Estados</i>	<i>0</i>	<i>0,00</i>
Alagoas	0	0,00
Ceará	0	0,00
Paraíba	0	0,00
Pernambuco	0	0,00
Sergipe	0	0,00
São Paulo	0	0,00
Total	30	100

TABELA 05- Sempre morou na localidade?

Tipo	Quant.	%
Sim	17	56,67
Não	13	43,33
Total	30	100

TABELA 06 - Tempo de moradia do entrevistado.

Tempo	Quant.	%
Menos de 1 ano	0	0,00
De 1 a 5 anos	4	13,33
Acima de 5 anos	26	86,67
Total	30	100

TABELA 07 - Tipo de moradia do entrevistado.

Tipo	Quant.	%
Próprio	27	90,00
Alugado	3	10,00
Cedido	0	0,00
Total	30	100

TABELA 08 - Escolaridade do entrevistado.

Escolaridade	Quant.	%
Analfabeto	5	16,67
1º grau incompleto	20	66,67
1º grau completo	2	6,67
2º grau incompleto	0	0,00
2º grau completo	3	10,00
Curso técnico	0	0,00
3º grau incompleto	0	0,00
3º grau completo	0	0,00
Total	30	100

II - A FAMÍLIA E A RESIDÊNCIA**TABELA 09 - Número de pessoas por família.**

Nº de pessoas/ família	Nº membros	Imóveis	
		Quant.	%
Entre 01 e 03	35	15	50,00
01	2	2	6,67
02	12	6	20,00
03	21	7	23,33
Entre 04 e 06	66	14	46,67
04	20	5	16,67
05	40	8	26,67
06	6	1	3,33
Entre 07 e 09	7	1	3,33
07	7	1	3,33
08	0	0	0,00
09	0	0	0,00
Superior a 10	0	0	0,00
10	0	0	0,00
11	0	0	0,00
12	0	0	0,00
13	0	0	0,00
Total	108	30	100

TABELA 10 - Número de pessoas por domicílio.

Nº de membros/ domicílio	Nº membros	Imóveis	
		Quant.	%
Entre 01 e 03	32	14	46,67
01	2	2	6,67
02	12	6	20,00
03	18	6	20,00
Entre 04 e 06	73	15	50,00
04	24	6	20,00
05	25	5	16,67

06	24	4	13,33
Entre 07 e 09	7	1	3,33
07	7	1	3,33
08	0	0	0,00
09	0	0	0,00
Superior a 10	0	0	0,00
10	0	0	0,00
11	0	0	0,00
12	0	0	0,00
13	0	0	0,00
Total	112	30	100

TABELA 11 - Número de cômodos por domicílio.

Nº de Cômodos/ domicílio	Imóveis	
	Quant.	%
Entre 01 e 03	2	6,67
01	0	0,00
02	1	3,33
03	1	3,33
Entre 04 e 06	28	93,33
04	19	63,33
05	7	23,33
06	2	6,67
Superior a 07	0	0,00
07	0	0,00
08	0	0,00
Total	30	100

TABELA 12 - Distribuição da renda mensal da população por entrevistado e por família.

Faixa de renda	Renda do entrevistado		Renda familiar	
	Quant.	%	Quant.	%
Sem rendimento	5	16,67	0	0,00
Até 1/2 SM	13	43,33	8	26,67
Acima de 1/2 e 1 SM	9	30,00	15	50,00
Acima de 1 e 2 SM	2	6,67	6	20,00
Acima de 2 e 3 SM	1	3,33	1	3,33
Acima de 3 e 5 SM	0	0,00	0	0,00
Acima de 5 SM	0	0,00	0	0,00
Total	30	100	30	100

Observação: Valor do S.M. = R\$380,00

TABELA 13 - Ligação domiciliar de água.

Ligação	Quant.	%
Sim	29	96,67
Não	1	3,33
Total	30	100

TABELA 14 - Ligação domiciliar de esgoto sanitário.

Ligação	Quant.	%
Sim	29	96,67
Não	1	3,33
Total	30	100

TABELA 15 - Ligação domiciliar de energia elétrica.

Ligação	Quant.	%
Sim	29	96,67
Não	1	3,33
Total	30	100

TABELA 16 - Utensílios da casa do entrevistado.

Utensílios	Resposta positiva		Resposta negativa		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Geladeira	24	80,00	6	20,00	30	100
Fogão a Gás	29	96,67	1	3,33	30	100
Telefone	4	13,33	26	86,67	30	100
Televisão	28	93,33	2	6,67	30	100
Outros:	14	46,67	16	53,33	30	100
<i>DVD</i>	7	23,33	23	76,67	30	100
<i>Som</i>	6	20,00	24	80,00	30	100
<i>Video Game</i>	1	3,33	29	96,67	30	100
<i>Video Cassete</i>	1	3,33	29	96,67	30	100

III - A CIDADE E O TRABALHO**TABELA 17 - A cidade oferece condições de trabalho?**

Descrição	Quant.	%
Sim	11	36,67
Não	19	63,33
Total	30	100

TABELA 18 - Você trabalha perto de casa?

Descrição	Quant.	%
Sim	16	53,33
Não	14	46,67
Total	30	100

TABELA 19 - Quantas pessoas trabalham na família?

Nº de pessoas	Quant.	%
Nenhuma	2	6,67
Uma	17	56,67
Duas	11	36,67
Três	0	0,00
Quatro	0	0,00
Cinco	0	0,00
Total	30	100

TABELA 20 - Qual a atividade do entrevistado?

Descrição	Quant.	%
Desempregado	0	0,00
Saúde	0	0,00
Agente de Saúde	0	0,00
Auxiliar de Laboratório	0	0,00
Indústria, Comércio e Serviço	22	73,33
Advogado	0	0,00
Almoxarife	0	0,00

	Armador	0	0,00
	Artesão	0	0,00
	Assistente Administrativo	0	0,00
	Atendente	0	0,00
	Baba	0	0,00
	Cabeleireiro	0	0,00
	Carregador	1	3,33
	Comerciante	1	3,33
	Comerciaro	0	0,00
	Costureiro	2	6,67
	Doméstica	5	16,67
	Empacotador	0	0,00
	Estofador	0	0,00
	Feirante	0	0,00
	Lavadeira	1	3,33
	Manicure	0	0,00
	Marceneiro	0	0,00
	Mecânico	1	3,33
	Motorista	0	0,00
	Pedreiro	0	0,00
	Pintor de Automóvel	0	0,00
	Porteiro	0	0,00
	Serralheiro	1	3,33
	Serviços Gerais	9	30,00
	Vendedor(a)	1	3,33
	Vigilante	0	0,00
Autônomo		7	23,33
Educação		0	0,00
	Estudante	0	0,00
	Estagiário	0	0,00
	Professor	0	0,00
Outros		1	3,33
	Reciclador	0	0,00
	Badameiro	0	0,00
	Lavrador	0	0,00
	Aposentado	1	3,33
	Dona de casa	0	0,00
Total		30	100

TABELA 21 - Especificar emprego do entrevistado

Tipo	Quant.	%
Nenhum	4	13,33
Emprego fixo	4	13,33
Emprego temporário	9	30,00
Ambulante	0	0,00
Biscateiro	13	43,33
Outros	0	0,00
Total	30	100

TABELA 22 - Como você se locomove para o trabalho?

Meios de transporte	Quant.	%
Ônibus	1	3,33
Moto	1	3,33
Bicicleta	4	13,33
Andando	20	66,67
Outros	4	13,33
Total	30	100

IV - INDICADORES SOCIAIS DA LOCALIDADE**TABELA 23 - Você acha que às condições de vida melhorou na localidade?**

Descrição	Quant.	%
Sim	28	93,33
Não	2	6,67
Total	30	100

TABELA 24 - Você pretende continuar morando na localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	29	96,67
Não	1	3,33
Total	30	100

TABELA 25 - Você gosta da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	30	100,00
Não	0	0,00
Total	30	100

TABELA 26 - Na localidade tem escola?

Descrição	Quant.	%
Sim	30	100,00
Não	0	0,00
Total	30	100

TABELA 27 - Na localidade tem creche?

Descrição	Quant.	%
Sim	30	100,00
Não	0	0,00
Total	30	100

TABELA 28 - Na localidade tem posto de saúde?

Descrição	Quant.	%
Sim	24	80,00
Não	6	20,00
Total	30	100

TABELA 29 - A localidade tem boa iluminação?

Descrição	Quant.	%
Sim	23	76,67
Não	7	23,33
Total	30	100

TABELA 30 - A localidade tem serviço de limpeza e coleta de lixo?

Descrição	Quant.	%
Sim	30	100,00
Não	0	0,00
Total	30	100

TABELA 31 - Na localidade tem área de lazer?

Descrição	Quant.	%
Sim	21	70,00
Não	9	30,00
Total	30	100

TABELA 32 - Os equipamentos de lazer atendem as expectativas dos moradores?

Descrição	Quant.	%
Sim	17	56,67
Não	13	43,33
Total	30	100

TABELA 33 - Morar na localidade é seguro?

Descrição	Quant.	%
Sim	12	40,00
Não	18	60,00
Total	30	100

TABELA 34 - Existe violência na localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	21	70,00
Não	9	30,00
Total	30	100

TABELA 35 - Quais os fatores que promovem a violência?

Descrição	Quant.	%
Não opinou	9	30,00
Uso de drogas	6	20,00
Tráfico de drogas	14	46,67
Uso excessivo de bebidas	0	0,00
Uso de armas	1	3,33
TOTAL	30	100

TABELA 36 - O índice de violência na localidade é elevado?

Descrição	Quant.	%
Sim	20	66,67
Não	10	33,33
Total	20	100

TABELA 37 - Qual o nível de Segurança Pública na localidade?

Descrição	Quant.	%
Eficiente	6	20,00
Ineficiente	24	80,00
Total	30	100

TABELA 38 - Algum membro da família já foi atingido pela violência?

Descrição	Quant.	%
Sim	0	0,00
Não	30	100,00
Total	30	100

V - ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA LOCALIDADE**TABELA 39 - Na sua localidade existe alguma Organização Comunitária?**

Descrição	Quant.	%
Sim	26	86,67
Não	4	13,33
Total	30	100

TABELA 40 - A atuação da Organização Comunitária atente às expectativas dos moradores da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	25	83,33
Não	5	16,67
Total	30	100

TABELA 41 - Algum membro da família participa de Organizações Comunitárias?

Descrição	Quant.	%
Sim	12	40,00
Não	18	60,00
Total	30	100

TABELA 42 - Algum membro da família já participou de reuniões para discutir com o Poder Público municipal o que fazer na sua comunidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	28	93,33
Não	2	6,67
Total	30	100

TABELA 43 - O Poder Público municipal é acessível e tem atendido às reclamações e solicitações da comunidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	30	100,00
Não	0	0,00
Total	30	100

TABELA 44 - As ações do Poder Público municipal têm atendido às expectativas dos moradores da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	27	90,00
Não	3	10,00
Total	30	100

ANEXO - F

PESQUISA SOCIOECONÔMICA

Invasão da Rocinha - Bairro Lagoa Grande

I - IDENTIFICAÇÃO DO MORADOR

TABELA 01 - Sexo do entrevistado.

Sexo	Quant.	%
Masculino	30	31,58
Feminino	65	68,42
Total	95	100

TABELA 02 - Estado civil do entrevistado.

Estado civil	Quant.	%
Casado/Companheiro(a)	39	41,05
Solteiro	52	54,74
Separado	4	4,21
Total	95	100

TABELA 03 - Faixa etária do entrevistado.

Faixa Etária	Quant.	%
15 a 21 anos	7	7,37
22 a 39 ano	59	62,11
40 a 59 ano	23	24,21
mais de 60 anos	6	6,32
Total	95	100

TABELA 04 - Procedência do entrevistado.

Origem	Quant.	%
<i>Feira de Santana</i>	70	73,68
<i>Outros Municípios</i>	23	24,21
Amélia Rodrigues	0	0,00
Anguera	1	1,05
Antônio Cardoso	1	1,05
Amargosa	0	0,00
Araci	4	4,21
Baixa Grande	0	0,00
Bonfim de Feira	1	1,05
Bonfim de Vila Nova	0	0,00
Biringinga	0	0,00
Candeias	0	0,00
Capela do Alto Alegre	0	0,00
Cícero Dantas	0	0,00
Coração de Maria	1	1,05
Itaberaba	0	0,00
Itabuna	1	1,05
Ipecaetá	1	1,05
Ipirá	0	0,00
Itamarajú	1	1,05

Irecê	1	1,05
Irajuba	1	1,05
Itatim	0	0,00
Itororó	0	0,00
Jaguará	1	1,05
Jequié	0	0,00
Jequiriçá	0	0,00
Juazeiro	0	0,00
Maracás	0	0,00
Mairi	0	0,00
Milagres	0	0,00
Monte Santo	0	0,00
Morro do Chapéu	0	0,00
Mundo Novo	0	0,00
Pé de Serra	0	0,00
Piritiba	0	0,00
Planaltino	0	0,00
Poções	0	0,00
Porto Seguro	0	0,00
Quijingue	0	0,00
Riachão do Jacuípe	0	0,00
Rui Barbosa	0	0,00
Santo Amaro	0	0,00
Salvador	5	5,26
Santa Barbara	0	0,00
SEABRA	1	1,05
Senhor do Bonfim	1	1,05
São Gonçalo dos Campos	0	0,00
Serra Preta	1	1,05
Serrinha	1	1,05
Tanquinho	0	0,00
Valença	0	0,00
<i>Outros Estados</i>	2	2,11
Alagoas	0	0,00
Ceará	1	1,05
Paraíba	0	0,00
Pernambuco	0	0,00
Sergipe	1	1,05
São Paulo	0	0,00
Total	95	100

TABELA 05- Sempre morou na localidade.

Tipo	Quant.	%
Sim	38	40,00
Não	57	60,00
Total	95	100

TABELA 06 - Tempo de moradia do entrevistado.

Tempo	Quant.	%
Menos de 1 ano	2	2,11
De 1 a 5 anos	20	21,05
Acima de 5 anos	73	76,84
Total	95	100

TABELA 07 - Tipo de moradia do entrevistado.

Tipo	Quant.	%
Próprio	81	85,26
Alugado	13	13,68
Cedido	1	1,05
Total	95	100

TABELA 08 - Escolaridade do entrevistado.

Escolaridade	Quant.	%
Analfabeto	2	2,11
1º grau incompleto	56	58,95
1º grau completo	10	10,53
2º grau incompleto	8	8,42
2º grau completo	18	18,95
Curso técnico	0	0,00
3º grau incompleto	1	1,05
3º grau completo	0	0,00
Total	95	100

II – A FAMÍLIA E A RESIDÊNCIA**TABELA 09 - Número de pessoas por família.**

Nº de pessoas/ família	nº Membros	Imóveis	
		Quant.	%
Entre 01 e 03	98	38	40,00
01	4	4	4,21
02	16	8	8,42
03	78	26	27,37
Entre 04 e 06	231	51	53,68
04	128	32	33,68
05	55	11	11,58
06	48	8	8,42
Entre 07 e 09	28	4	4,21
07	28	4	4,21
08	0	0	0,00
09	0	0	0,00
Superior a 10	20	2	2,11
10	0	0	0,00
11	0	0	0,00
12	10	1	1,05
13	10	1	1,05
Total	377	95	100

TABELA 10 - Número de pessoas por domicílio.

Nº de membros/ domicílio	nº Membros	Imóveis	
		Quant.	%
Entre 01 e 03	110	43	45,26
01	4	4	4,21
02	22	11	11,58
03	84	28	29,47
Entre 04 a 06	206	46	48,42
04	120	30	31,58
05	50	10	10,53

06	36	6	6,32
Entre 07 a 09	29	4	4,21
07	21	3	3,16
08	8	1	1,05
09	0	0	0,00
Superior a 10	20	2	2,11
10	0	0	0,00
11	0	0	0,00
12	0	0	0,00
13	20	2	2,11
Total	365	95	100

TABELA 11 - Número de cômodos por domicílio.

Nº de cômodos/ domicílio	Imóveis	
	Quant.	%
Entre 01 e 03	22	23,16
01	3	3,16
02	4	4,21
03	15	15,79
Entre 04 e 06	69	72,63
04	24	25,26
05	35	36,84
06	10	10,53
Superior a 07	4	4,21
07	2	2,11
08	2	2,11
Total	95	100

TABELA 12 - Distribuição da renda mensal da população por entrevistado e por família.

Faixa de renda	Renda do entrevistado		Renda familiar	
	Quant.	%	Quant.	%
Sem rendimento	34	35,79	10	10,53
Até 1/2 SM	31	32,63	38	40,00
Acima de 1/2 e 1 SM	29	30,53	39	41,05
Acima de 1 e 2 SM	1	1,05	8	8,42
Acima de 2 e 3 SM	0	0,00	0	0,00
Acima de 3 e 5 SM	0	0,00	0	0,00
Acima de 5 SM	0	0,00	0	0,00
Total	95	100	95	100

Observação: Valor do S.M. = R\$380,00

TABELA 13 - Ligação domiciliar de água.

Ligação	Quant.	%
Sim	76	80,00
Não	19	20,00
Total	95	100

TABELA 14 - Ligação domiciliar de esgoto sanitário.

Ligação	Quant.	%
Sim	49	51,58
Não	46	48,42
Total	95	100

TABELA 15 - Ligação domiciliar de energia elétrica.

Ligação	Quant.	%
Sim	80	84,21
Não	15	15,79
Total	95	100

TABELA 16 - Utensílios da casa do entrevistado.

Utensílios	Resposta positiva		Resposta negativa		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Geladeira	78	82,11	17	17,89	95	100
Fogão a Gás	93	97,89	2	2,11	95	100
Telefone	34	35,79	61	64,21	95	100
Televisão	91	95,79	4	4,21	95	100
Outros:	23	24,21	72	75,79	95	100
<i>DVD</i>	14	14,74	81	85,26	95	100
<i>Som</i>	12	12,63	83	87,37	95	100
<i>Video Game</i>	0	0,00	95	100,00	95	100
<i>Video Cassete</i>	0	0,00	95	100,00	95	100

III - A CIDADE E O TRABALHO**TABELA 17 - A cidade oferece condições de trabalho?**

Descrição	Quant.	%
Sim	52	54,74
Não	43	45,26
Total	95	100

TABELA 18 - Você trabalha perto de casa?

Descrição	Quant.	%
Sim	53	55,79
Não	42	44,21
Total	95	100

TABELA 19 - Quantas pessoas trabalham na família?

Nº de pessoas	Quant.	%
Nenhuma	2	2,11
Uma	64	67,37
Duas	26	27,37
Três	2	2,11
Quatro	0	0,00
Cinco	1	1,05
Total	95	100

TABELA 20 - Qual a atividade do entrevistado?

Descrição	Quant.	%
Desempregado	8	8,42
Saúde	1	1,05
Agente de Saúde	1	1,05
Auxiliar de Laboratório	0	0,00
Indústria, Comércio e Serviço	74	77,89
Advogado	1	1,05
Almoxarife	1	1,05

	Armador	0	0,00
	Artesão	0	0,00
	Assistente Administrativo	1	1,05
	Atendente	0	0,00
	Baba	1	1,05
	Cabeleireiro	1	1,05
	Carregador	0	0,00
	Comerciante	3	3,16
	Comerciário	1	1,05
	Costureiro	0	0,00
	Doméstica	18	18,95
	Empacotador	1	1,05
	Estofador	0	0,00
	Feirante	2	2,11
	Lavadeira	2	2,11
	Manicure	0	0,00
	Marceneiro	1	1,05
	Mecânico	2	2,11
	Motorista	2	2,11
	Pedreiro	1	1,05
	Pintor de Automóvel	0	0,00
	Porteiro	0	0,00
	Serralheiro	0	0,00
	Serviços Gerais	20	21,05
	Vendedor(a)	10	10,53
	Vigilante	6	6,32
Autônomo		4	4,21
Educação		4	4,21
	Estudante	2	2,11
	Estagiário	0	0,00
	Professor	2	2,11
Outros		4	4,21
	Reciclador	1	1,05
	Badameiro	0	0,00
	Lavrador	0	0,00
	Aposentado	1	1,05
	Dona de casa	2	2,11
Total		95	100

TABELA 21 – Especificar emprego do entrevistado

Tipo	Quant.	%
Nenhum	16	16,84
Emprego fixo	23	24,21
Emprego temporário	23	24,21
Ambulante	6	6,32
Biscateiro	27	28,42
Outros	0	0,00
Total	95	100

TABELA 22 - Como você se locomove para o trabalho?

Meios de transporte	Quant.	%
Ônibus	0	0,00
Moto	4	4,21
Bicicleta	36	37,89
Andando	39	41,05
Outros	16	16,84
Total	95	100

IV - INDICADORES SOCIAIS DA LOCALIDADE**TABELA 23 - Você acha que às condições de vida melhorou na localidade?**

Descrição	Quant.	%
Sim	57	60,00
Não	38	40,00
Total	95	100

TABELA 24 - Você pretende continuar morando na localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	83	87,37
Não	12	12,63
Total	95	100

TABELA 25 - Você gosta da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	86	90,53
Não	9	9,47
Total	95	100

TABELA 26 - Na localidade tem escola?

Descrição	Quant.	%
Sim	70	73,68
Não	25	26,32
Total	95	100

TABELA 27 - Na localidade tem creche?

Descrição	Quant.	%
Sim	71	74,74
Não	24	25,26
Total	95	100

TABELA 28 - Na localidade tem posto de saúde?

Descrição	Quant.	%
Sim	72	75,79
Não	23	24,21
Total	95	100

TABELA 29 - A localidade tem boa iluminação?

Descrição	Quant.	%
Sim	60	63,16
Não	35	36,84
Total	95	100

TABELA 30 - A localidade tem serviço de limpeza e coleta de lixo?

Descrição	Quant.	%
Sim	88	92,63
Não	7	7,37
Total	95	100

TABELA 31 - Na localidade tem área de lazer?

Descrição	Quant.	%
Sim	7	7,37
Não	88	92,63
Total	95	100

TABELA 32 - Os equipamentos de lazer atendem as expectativas dos moradores?

Descrição	Quant.	%
Sim	4	4,21
Não	91	95,79
Total	95	100

TABELA 33 - Morar na localidade é seguro?

Descrição	Quant.	%
Sim	42	44,21
Não	53	55,79
Total	95	100

TABELA 34 - Existe violência na localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	70	73,68
Não	25	26,32
Total	95	100

TABELA 35 - Quais os fatores que promovem a violência?

Descrição	Quant.	%
Não opinou	19	20,00
Uso de drogas	9	9,47
Tráfico de drogas	45	47,37
Uso excessivo de bebidas	10	10,53
Uso de armas	12	12,63
TOTAL	95	100

TABELA 36 - O índice de violência na localidade é elevado?

Descrição	Quant.	%
Sim	50	52,63
Não	45	47,37
Total	95	100

TABELA 37 - Qual o nível de Segurança Pública na localidade?

Descrição	Quant.	%
Eficiente	15	15,79
Ineficiente	80	84,21
Total	95	100

TABELA 38 - Algum membro da família já foi atingido pela violência?

Descrição	Quant.	%
Sim	22	23,16
Não	73	76,84
Total	95	100

V - ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA LOCALIDADE:**TABELA 39 - Na sua localidade existe alguma Organização Comunitária?**

Descrição	Quant.	%
Sim	24	25,26
Não	71	74,74
Total	95	100

TABELA 40 - A atuação da Organização Comunitária atente às expectativas dos moradores da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	15	15,79
Não	80	84,21
Total	95	100

TABELA 41 - Algum membro da família participa de Organizações Comunitárias?

Descrição	Quant.	%
Sim	14	14,74
Não	81	85,26
Total	95	100

TABELA 42 - Algum membro da família já participou de reuniões para discutir com o Poder Público municipal o que fazer na sua comunidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	50	52,63
Não	45	47,37
Total	95	100

TABELA 43 - O Poder Público municipal é acessível e tem atendido às reclamações e solicitações da comunidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	51	53,68
Não	44	46,32
Total	95	100

TABELA 44 - As ações do Poder Público municipal têm atendido às expectativas dos moradores da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	59	62,11
Não	36	37,89
Total	95	100

ANEXO - G

PESQUISA SOCIOECONÔMICA

Invasão Renascer - Bairro Parque Ipê

I - IDENTIFICAÇÃO DO MORADOR

TABELA 01 - Sexo do entrevistado.

Sexo	Quant.	%
Masculino	6	17,14
Feminino	29	82,86
Total	35	100

TABELA 02 - Estado civil do entrevistado.

Estado civil	Quant.	%
Casado/Companheiro(a)	19	54,29
Solteiro	15	42,86
Separado	1	2,86
Total	35	100

TABELA 03 - Faixa etária do entrevistado.

Faixa etária	Quant.	%
15 a 21 anos	2	5,71
22 a 39 ano	21	60,00
40 a 59 ano	10	28,57
mais de 60 anos	2	5,71
Total	35	100

TABELA 04 - Procedência do entrevistado.

Origem	Quant.	%
<i>Feira de Santana</i>	18	51,43
<i>Outros Municípios</i>	12	34,29
Amélia Rodrigues	0	0,00
Anguera	0	0,00
Antônio Cardoso	0	0,00
Amargosa	1	2,86
Araci	0	0,00
Baixa Grande	1	2,86
Bonfim de Feira	0	0,00
Bonfim de Vila Nova	0	0,00
Biringinga	0	0,00
Candeias	0	0,00
Capela do Alto Alegre	0	0,00
Cícero Dantas	0	0,00
Coração de Maria	0	0,00
Itaberaba	0	0,00
Itabuna	0	0,00
Ipecaetá	1	2,86
Ipirá	0	0,00
Itamarajú	0	0,00
Irecê	0	0,00

Irajuba	0	0,00
Itatim	0	0,00
Itororó	0	0,00
Jaguara	0	0,00
Jequié	1	2,86
Jequiriçá	0	0,00
Juazeiro	0	0,00
Maracás	0	0,00
Mairi	0	0,00
Milagres	1	2,86
Monte Santo	0	0,00
Morro do Chapéu	1	2,86
Mundo Novo	0	0,00
Pé de Serra	0	0,00
Piritiba	1	2,86
Planaltino	0	0,00
Poções	0	0,00
Porto Seguro	0	0,00
Quijingue	1	2,86
Riachão do Jacuípe	0	0,00
Rui Barbosa	0	0,00
Santo Amaro	0	0,00
Salvador	1	2,86
Santa Barbara	0	0,00
Seabra	0	0,00
Senhor do Bonfim	0	0,00
São Gonçalo dos Campos	0	0,00
Serra Preta	1	2,86
Serrinha	1	2,86
Tanquinho	0	0,00
Valença	1	2,86
<i>Outros Estados</i>	<i>5</i>	<i>14,29</i>
Alagoas	0	0,00
Ceará	1	2,86
Paraíba	3	8,57
Pernambuco	1	2,86
Sergipe	0	0,00
São Paulo	0	0,00
Total	35	100

TABELA 05- Sempre morou na localidade?

Tipo	Quant.	%
Sim	15	42,86
Não	20	57,14
Total	35	100

TABELA 06 - Tempo de moradia do entrevistado.

Tempo	Quant.	%
Menos de 1 ano	1	2,86
De 1 a 5 anos	2	5,71
Acima de 5 anos	32	91,43
Total	35	100

TABELA 07 - Tipo de moradia do entrevistado.

Tipo	Quant.	%
Próprio	31	88,57
Alugado	1	2,86
Cedido	3	8,57
Total	35	100

TABELA 08 - Escolaridade do entrevistado.

Escolaridade	Quant.	%
Analfabeto	1	2,86
1º grau incompleto	28	80,00
1º grau completo	0	0,00
2º grau incompleto	2	5,71
2º grau completo	4	11,43
Curso técnico	0	0,00
3º grau incompleto	0	0,00
3º grau completo	0	0,00
Total	35	100

II - A FAMÍLIA E A RESIDÊNCIA**TABELA 09 - Número de pessoas por família.**

Nº de pessoas/ família	Nº membros	Imóveis	
		Quant.	%
Entre 01 e 03	19	8	22,86
01	0	0	0,00
02	10	5	14,29
03	9	3	8,57
Entre 04 e 06	101	22	62,86
04	48	12	34,29
05	35	7	20,00
06	18	3	8,57
Entre 07 a 09	21	3	8,57
07	21	3	8,57
08	0	0	0,00
09	0	0	0,00
Superior a 10	20	2	5,71
10	10	1	2,86
11	10	1	2,86
12	0	0	0,00
13	0	0	0,00
Total	161	35	100

TABELA 10 - Número de pessoas por domicílio.

Nº de membros/ domicílio	Nº membros	Imóveis	
		Quant.	%
Entre 01 e 03	19	8	22,86
01	0	0	0,00
02	10	5	14,29
03	9	3	8,57
Entre 04 e 06	92	20	57,14
04	40	10	28,57
05	40	8	22,86

06	12	2	5,71
Entre 07 e 09	28	4	11,43
07	28	4	11,43
08	0	0	0,00
09	0	0	0,00
Superior a 10	30	3	8,57
10	20	2	5,71
11	10	1	2,86
12	0	0	0,00
13	0	0	0,00
Total	169	35	100

TABELA 11 - Número de cômodos por domicílio.

Nº de cômodos/ domicílio	Imóveis	
	Quant.	%
Entre 01 e 03	1	2,86
01	0	0,00
02	0	0,00
03	1	2,86
Entre 04 e 06	31	88,57
04	4	11,43
05	21	60,00
06	6	17,14
Superior a 07	3	8,57
07	3	8,57
08	0	0,00
Total	35	100

TABELA 12 - Distribuição da renda mensal da população por entrevistado e por família.

Faixa de renda	Renda do entrevistado		Renda familiar	
	Quant.	%	Quant.	%
Sem Rendimento	11	31,43	0	0,00
Até 1/2 SM	9	25,71	6	17,14
Acima de 1/2 e 1 SM	11	31,43	14	40,00
Acima de 1 e 2 SM	3	8,57	14	40,00
Acima de 2 e 3 SM	1	2,86	1	2,86
Acima de 3 e 5 SM	0	0,00	0	0,00
Acima de 5 SM	0	0,00	0	0,00
Total	35	100	35	100

Observação: Valor do S.M. = R\$380,00

TABELA 13 - Ligação domiciliar de água.

Ligação	Quant.	%
Sim	32	91,43
Não	3	8,57
Total	35	100

TABELA 14 - Ligação domiciliar de esgoto sanitário.

Ligação	Quant.	%
Sim	1	2,86
Não	34	97,14
Total	35	100

TABELA 15 - Ligação domiciliar de energia elétrica.

Ligação	Quant.	%
Sim	33	94,29
Não	2	5,71
Total	35	100

TABELA 16 - Utensílios da casa do entrevistado.

Utensílios	Resposta positiva		Resposta negativa		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Geladeira	29	82,86	6	17,14	35	100
Fogão a Gás	35	100,00	0	0,00	35	100
Telefone	11	31,43	24	68,57	35	100
Televisão	35	100,00	0	0,00	35	100
Outros:	12	34,29	23	65,71	35	100
<i>DVD</i>	8	22,86	27	77,14	35	100
<i>Som</i>	8	22,86	27	77,14	35	100
<i>Video Game</i>	1	2,86	34	97,14	35	100
<i>Video Cassete</i>	0	0,00	35	100,00	35	100

III - A CIDADE E O TRABALHO**TABELA 17 - A cidade oferece condições de trabalho?**

Descrição	Quant.	%
Sim	21	60,00
Não	14	40,00
Total	35	100

TABELA 18 - Você trabalha perto de casa?

Descrição	Quant.	%
Sim	16	45,71
Não	19	54,29
Total	35	100

TABELA 19 - Quantas pessoas trabalham na família?

Nº de Pessoas	Quant.	%
Nenhuma	1	2,86
Uma	20	57,14
Duas	11	31,43
Três	3	8,57
Quatro	0	0,00
Cinco	0	0,00
Total	35	100

TABELA 20 - Qual a atividade do entrevistado?

Descrição	Quant.	%
Desempregado	8	22,86
Saúde	1	2,86
Agente de Saúde	0	0,00
Auxiliar de Laboratório	1	2,86
Indústria, Comércio e Serviço	23	65,71
Advogado	0	0,00
Almoxarife	1	2,86
Armador	0	0,00

	Artesão	1	2,86
	Assist.ente Administrativo	0	0,00
	Atendente	1	2,86
	Baba	0	0,00
	Cabeleireiro	0	0,00
	Carregador	0	0,00
	Comerciante	0	0,00
	Comerciaro	0	0,00
	Costureiro	1	2,86
	Doméstica	8	22,86
	Empacotador	0	0,00
	Estofador	3	8,57
	Feirante	0	0,00
	Lavadeira	1	2,86
	Manicure	1	2,86
	Marceneiro	0	0,00
	Mecânico	0	0,00
	Motorista	0	0,00
	Pedreiro	0	0,00
	Pintor de Automóvel	0	0,00
	Porteiro	1	2,86
	Serralheiro	0	0,00
	Serviços Gerais	4	11,43
	Vendedor(a)	1	2,86
	Vigilante	0	0,00
Autônomo		3	8,57
Educação		0	0,00
	Estudante	0	0,00
	Estagiário	0	0,00
	Professor	0	0,00
Outros		0	0,00
	Reciclador	0	0,00
	Badameiro	0	0,00
	Lavrador	0	0,00
	Aposentado	0	0,00
	Dona de casa	0	0,00
Total		35	100

TABELA 21 – Especificar emprego do entrevistado

Tipo	Quant.	%
Nenhum	10	28,57
Emprego fixo	5	14,29
Emprego temporário	4	11,43
Ambulante	2	5,71
Biscateiro	14	40,00
Outros	0	0,00
Total	35	100

TABELA 22 - Como você se locomove para o trabalho?

Meios de transporte	Quant.	%
Ônibus	4	11,43
Moto	0	0,00
Bicicleta	4	11,43
Andando	17	48,57
Outros	10	28,57
Total	35	100

IV - INDICADORES SOCIAIS DA LOCALIDADE**TABELA 23 - Você acha que às condições de vida melhorou na localidade?**

Descrição	Quant.	%
Sim	28	80,00
Não	7	20,00
Total	35	100

TABELA 24 - Você pretende continuar morando na localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	31	88,57
Não	4	11,43
Total	35	100

TABELA 25 - Você gosta da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	33	94,29
Não	2	5,71
Total	35	100

TABELA 26 - Na localidade tem escola?

Descrição	Quant.	%
Sim	2	5,71
Não	33	94,29
Total	35	100

TABELA 27 - Na localidade tem creche?

Descrição	Quant.	%
Sim	0	0,00
Não	35	100,00
Total	35	100

TABELA 28 - Na localidade tem posto de saúde?

Descrição	Quant.	%
Sim	1	2,86
Não	34	97,14
Total	35	100

TABELA 29 - A localidade tem boa iluminação?

Descrição	Quant.	%
Sim	34	97,14
Não	1	2,86
Total	35	100

TABELA 30 - A localidade tem serviço de limpeza e coleta de lixo?

Descrição	Quant.	%
Sim	32	91,43
Não	3	8,57
Total	35	100

TABELA 31 - Na localidade tem área de lazer?

Descrição	Quant.	%
Sim	0	0,00
Não	35	100,00
Total	35	100

TABELA 32 - Os equipamentos de lazer atendem as expectativas dos moradores?

Descrição	Quant.	%
Sim	0	0,00
Não	35	100,00
Total	35	100

TABELA 33 - Morar na localidade é seguro?

Descrição	Quant.	%
Sim	12	34,29
Não	23	65,71
Total	35	100

TABELA 34 - Existe violência na localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	27	77,14
Não	8	22,86
Total	35	100

TABELA 35 - Quais os fatores que promovem a violência?

Descrição	Quant.	%
Não opinou	9	25,71
Uso de drogas	10	28,57
Tráfico de drogas	12	34,29
Uso excessivo de bebidas	3	8,57
Uso de armas	1	2,86
TOTAL	35	100

TABELA 36 - O índice de violência na localidade é elevado?

Descrição	Quant.	%
Sim	21	60,00
Não	14	40,00
Total	21	100

TABELA 37 - Qual o nível de Segurança Pública na localidade?

Descrição	Quant.	%
Eficiente	7	20,00
Ineficiente	28	80,00
Total	35	100

TABELA 38 - Algum membro da família já foi atingido pela violência?

Descrição	Quant.	%
Sim	12	34,29
Não	23	65,71
Total	35	100

V - ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA LOCALIDADE**TABELA 39 - Na sua localidade existe alguma Organização Comunitária?**

Descrição	Quant.	%
Sim	35	100,00
Não	0	0,00
Total	35	100

TABELA 40 - A atuação da Organização Comunitária atente às expectativas dos moradores da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	28	80,00
Não	7	20,00
Total	35	100

TABELA 41 - Algum membro da família participa de Organizações Comunitárias?

Descrição	Quant.	%
Sim	12	34,29
Não	23	65,71
Total	35	100

TABELA 42 - Algum membro da família já participou de reuniões para discutir com o Poder Público municipal o que fazer na sua comunidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	22	62,86
Não	13	37,14
Total	35	100

TABELA 43 - O Poder Público municipal é acessível e tem atendido às reclamações e solicitações da comunidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	33	94,29
Não	2	5,71
Total	35	100

TABELA 44 - As ações do Poder Público municipal têm atendido às expectativas dos moradores da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	32	91,43
Não	3	8,57
Total	35	100

ANEXO - H

PESQUISA SOCIOECONÔMICA

Invasão Juca Campelo - Bairro Santo Antonio dos Prazeres

I - IDENTIFICAÇÃO DO MORADOR

TABELA 01 - Sexo do entrevistado.

Sexo	Quant.	%
Masculino	6	20,00
Feminino	24	80,00
Total	30	100

TABELA 02 - Estado civil do entrevistado.

Estado civil	Quant.	%
Casado/Companheiro(a)	13	43,33
Solteiro	16	53,33
Separado	1	3,33
Total	30	100

TABELA 03 - Faixa etária do entrevistado.

Faixa etária	Quant.	%
15 a 21 anos	2	6,67
22 a 39 ano	17	56,67
40 a 59 ano	10	33,33
mais de 60 anos	1	3,33
Total	30	100

TABELA 04 - Procedência do entrevistado.

Origem	Quant.	%
<i>Feira de Santana</i>	<i>16</i>	<i>53,33</i>
<i>Outros Municípios</i>	<i>13</i>	<i>43,33</i>
Amélia Rodrigues	0	0,00
Anguera	1	3,33
Antônio Cardoso	0	0,00
Amargosa	0	0,00
Araci	0	0,00
Baixa Grande	0	0,00
Bonfim de Feira	0	0,00
Bonfim de Vila Nova	0	0,00
Biritinga	0	0,00
Candeias	1	3,33
Capela do Alto Alegre	0	0,00
Cícero Dantas	1	3,33
Coração de Maria	0	0,00
Itaberaba	0	0,00
Itabuna	0	0,00
Ipecaetá	0	0,00
Ipirá	0	0,00
Itamarajú	0	0,00
Irecê	0	0,00

Irajuba	0	0,00
Itatim	1	3,33
Itororó	0	0,00
Jaguará	1	3,33
Jequié	1	3,33
Jequiriçá	1	3,33
Juazeiro	1	3,33
Maracás	0	0,00
Mairi	0	0,00
Milagres	0	0,00
Monte Santo	0	0,00
Morro do Chapéu	0	0,00
Mundo Novo	0	0,00
Pé de Serra	0	0,00
Piritiba	0	0,00
Planaltino	1	3,33
Poções	1	3,33
Porto Seguro	0	0,00
Quijingue	0	0,00
Riachão do Jacuípe	0	0,00
Rui Barbosa	0	0,00
Santo Amaro	1	3,33
Salvador	0	0,00
Santa Barbara	2	6,67
Seabra	0	0,00
Senhor do Bonfim	0	0,00
São Gonçalo dos Campos	0	0,00
Serra Preta	0	0,00
Serrinha	0	0,00
Tanquinho	0	0,00
Valença	0	0,00
<i>Outros Estados</i>	<i>1</i>	<i>3,33</i>
Alagoas	0	0,00
Ceará	0	0,00
Paraíba	0	0,00
Pernambuco	0	0,00
Sergipe	0	0,00
São Paulo	1	3,33
Total	30	100

TABELA 05- Sempre morou na localidade?

Tipo	Quant.	%
Sim	8	26,67
Não	22	73,33
Total	30	100

TABELA 06 - Tempo de moradia do entrevistado.

Tempo	Quant.	%
Menos de 1 ano	0	0,00
De 1 a 5 anos	4	13,33
Acima de 5 anos	26	86,67
Total	30	100

TABELA 07 - Tipo de moradia do entrevistado.

Tipo	Quant.	%
Próprio	28	93,33
Alugado	2	6,67
Cedido	0	0,00
Total	30	100

TABELA 08 - Escolaridade do entrevistado.

Escolaridade	Quant.	%
Analfabeto	1	3,33
1º grau incompleto	16	53,33
1º grau completo	2	6,67
2º grau incompleto	6	20,00
2º grau completo	5	16,67
Curso técnico	0	0,00
3º grau incompleto	0	0,00
3º grau completo	0	0,00
Total	30	100

II - A FAMÍLIA E A RESIDÊNCIA**TABELA 09 - Número de pessoas por família.**

Nº de pessoas/ família	Nº Membros	Imóveis	
		Quant.	%
Entre 01 e 03	31	12	40,00
01	0	0	0,00
02	10	5	16,67
03	21	7	23,33
Entre 04 e 06	73	16	53,33
04	40	10	33,33
05	15	3	10,00
06	18	3	10,00
Entre 07 e 09	17	2	6,67
07	0	0	0,00
08	8	1	3,33
09	9	1	3,33
Superior a 10	0	0	0,00
10	0	0	0,00
11	0	0	0,00
12	0	0	0,00
13	0	0	0,00
Total	121	30	100

TABELA 10 - Número de pessoas por domicílio.

Nº de membros/ domicílio	Nº Membros	Imóveis	
		Quant.	%
Entre 01 e 03	32	12	40,00
01	0	0	0,00
02	8	4	13,33
03	24	8	26,67
Entre 04 e 06	73	16	53,33
04	40	10	33,33
05	15	3	10,00

06	18	3	10,00
Entre 07 e 09	17	2	6,67
07	0	0	0,00
08	8	1	3,33
09	9	1	3,33
Superior a 10	0	0	0,00
10	0	0	0,00
11	0	0	0,00
12	0	0	0,00
13	0	0	0,00
Total	122	30	100

TABELA 11 - Número de cômodos por domicílio.

Nº de cômodos/ domicílio	Imóveis	
	Quant.	%
Entre 01 e 03	6	20,00
01	0	0,00
02	1	3,33
03	5	16,67
Entre 04 e 06	22	73,33
04	7	23,33
05	11	36,67
06	4	13,33
Superior a 07	2	6,67
07	2	6,67
08	0	0,00
Total	30	100

TABELA 12 - Distribuição da renda mensal da população por entrevistado e por família.

Faixa de renda	Renda do entrevistado		Renda familiar	
	Quant.	%	Quant.	%
Sem rendimento	7	23,33	0	0,00
Até 1/2 SM	8	26,67	1	3,33
Acima de 1/2 e 1 SM	4	13,33	10	33,33
Acima de 1 e 2 SM	10	33,33	12	40,00
Acima de 2 e 3 SM	0	0,00	5	16,67
Acima de 3 e 5 SM	0	0,00	1	3,33
Acima de 5 SM	1	3,33	1	3,33
Total	30	100	30	100

Observação: Valor do S.M. = R\$380,00

TABELA 13 - Ligação domiciliar de água.

Ligação	Quant.	%
Sim	28	93,33
Não	2	6,67
Total	30	100

TABELA 14 - Ligação domiciliar de esgoto sanitário.

Ligação	Quant.	%
Sim	9	30,00
Não	21	70,00
Total	30	100

TABELA 15 - Ligação domiciliar de energia elétrica.

Ligação	Quant.	%
Sim	30	100,00
Não	0	0,00
Total	30	100

TABELA 16 - Utensílios da casa do entrevistado.

Utensílios	Resposta positiva		Resposta negativa		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Geladeira	28	93,33	2	6,67	30	100
Fogão a Gás	30	100,00	0	0,00	30	100
Telefone	11	36,67	19	63,33	30	100
Televisão	29	96,67	1	3,33	30	100
Outros:	13	43,33	17	56,67	30	100
<i>DVD</i>	7	23,33	23	76,67	30	100
<i>Som</i>	7	23,33	23	76,67	30	100
<i>Video Game</i>	0	0,00	30	100,00	30	100
<i>Video Cassete</i>	0	0,00	30	100,00	30	100

III - A CIDADE E O TRABALHO**TABELA 17 - A cidade oferece condições de trabalho?**

Descrição	Quant.	%
Sim	22	73,33
Não	8	26,67
Total	30	100

TABELA 18 - Você trabalha perto de casa?

Descrição	Quant.	%
Sim	15	50,00
Não	15	50,00
Total	30	100

TABELA 19 - Quantas pessoas trabalham na família?

Nº de pessoas	Quant.	%
Nenhuma	0	0,00
Uma	18	60,00
Duas	10	33,33
Três	2	6,67
Quatro	0	0,00
Cinco	0	0,00
Total	30	100

TABELA 20 - Qual a atividade do entrevistado?

Descrição	Quant.	%
Desempregado	0	0,00
Saúde	1	3,33
Agente de Saúde	1	3,33
Auxiliar de Laboratório	0	0,00
Indústria, Comércio e Serviço	14	46,67
Advogado	0	0,00
Almoxarife	0	0,00
Armador	0	0,00

	Artesão	0	0,00
	Assistente Administrativo	0	0,00
	Atendente	1	3,33
	Baba	0	0,00
	Cabeleireiro	0	0,00
	Carregador	0	0,00
	Comerciante	2	6,67
	Comerciaro	0	0,00
	Costureiro	0	0,00
	Doméstica	2	6,67
	Empacotador	0	0,00
	Estofador	0	0,00
	Feirante	0	0,00
	Lavadeira	0	0,00
	Manicure	0	0,00
	Marceneiro	1	3,33
	Mecânico	0	0,00
	Motorista	0	0,00
	Pedreiro	1	3,33
	Pintor de Automóvel	0	0,00
	Porteiro	0	0,00
	Serralheiro	1	3,33
	Serviços Gerais	4	13,33
	Vendedor(a)	1	3,33
	Vigilante	1	3,33
Autônomo		9	30,00
Educação		1	3,33
	Estudante	0	0,00
	Estagiário	1	3,33
	Professor	0	0,00
Outros		5	16,67
	Reciclador	0	0,00
	Badameiro	0	0,00
	Lavrador	0	0,00
	Aposentado	1	3,33
	Dona de casa	4	13,33
Total		30	100

TABELA 21 - Especificar emprego do entrevistado

Tipo	Quant.	%
Nenhum	14	46,67
Emprego fixo	8	26,67
Emprego temporário	5	16,67
Ambulante	2	6,67
Biscateiro	1	3,33
Outros	0	0,00
Total	30	100

TABELA 22 - Como você se locomove para o trabalho?

Meios de transporte	Quant.	%
Ônibus	1	3,33
Moto	0	0,00
Bicicleta	4	13,33
Andando	11	36,67
Outros	14	46,67
Total	30	100

IV - INDICADORES SOCIAIS DA LOCALIDADE**TABELA 23 - Você acha que às condições de vida melhorou na localidade?**

Descrição	Quant.	%
Sim	15	50,00
Não	15	50,00
Total	30	100

TABELA 24 - Você pretende continuar morando na localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	27	90,00
Não	3	10,00
Total	30	100

TABELA 25 - Você gosta da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	26	86,67
Não	4	13,33
Total	30	100

TABELA 26 - Na localidade tem escola?

Descrição	Quant.	%
Sim	30	100,00
Não	0	0,00
Total	30	100

TABELA 27 - Na localidade tem creche?

Descrição	Quant.	%
Sim	14	46,67
Não	16	53,33
Total	30	100

TABELA 28 - Na localidade tem posto de saúde?

Descrição	Quant.	%
Sim	30	100,00
Não	0	0,00
Total	30	100

TABELA 29 - A localidade tem boa iluminação?

Descrição	Quant.	%
Sim	25	83,33
Não	5	16,67
Total	30	100

TABELA 30 – A localidade tem serviço de limpeza e coleta de lixo?

Descrição	Quant.	%
Sim	30	100,00
Não	0	0,00
Total	30	100

TABELA 31 - Na localidade tem área de lazer?

Descrição	Quant.	%
Sim	12	40,00
Não	18	60,00
Total	30	100

TABELA 32 - Os equipamentos de lazer atendem as expectativas dos moradores?

Descrição	Quant.	%
Sim	12	40,00
Não	18	60,00
Total	30	100

TABELA 33 - Morar na localidade é seguro?

Descrição	Quant.	%
Sim	12	40,00
Não	18	60,00
Total	30	100

TABELA 34 - Existe violência na localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	28	93,33
Não	2	6,67
Total	30	100

TABELA 35 - Quais os fatores que promovem a violência?

Descrição	Quant.	%
Não opinou	2	6,67
Uso de drogas	0	0,00
Tráfico de drogas	19	63,33
Uso excessivo de Bebidas	1	3,33
Uso de armas	8	26,67
TOTAL	30	100

TABELA 36 - O índice de violência na localidade é elevado?

Descrição	Quant.	%
Sim	25	83,33
Não	5	16,67
Total	30	100

TABELA 37 - Qual o nível de Segurança Pública na localidade?

Descrição	Quant.	%
Eficiente	5	16,67
Ineficiente	25	83,33
Total	30	100

TABELA 38 - Algum membro da família já foi atingido pela violência?

Descrição	Quant.	%
Sim	3	10,00
Não	27	90,00
Total	30	100

V - ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA LOCALIDADE**TABELA 39 - Na sua localidade existe alguma Organização Comunitária?**

Descrição	Quant.	%
Sim	30	100,00
Não	0	0,00
Total	30	100

TABELA 40 - A atuação da Organização Comunitária atente às expectativas dos moradores da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	25	83,33
Não	5	16,67
Total	30	100

TABELA 41 - Algum membro da família participa de Organizações Comunitárias?

Descrição	Quant.	%
Sim	8	26,67
Não	22	73,33
Total	30	100

TABELA 42 - Algum membro da família já participou de reuniões para discutir com o Poder Público municipal o que fazer na sua comunidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	8	26,67
Não	22	73,33
Total	30	100

TABELA 43 - O Poder Público municipal é acessível e tem atendido às reclamações e solicitações da comunidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	12	40,00
Não	18	60,00
Total	30	100

TABELA 44 - As ações do Poder Público municipal têm atendido às expectativas dos moradores da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	10	33,33
Não	20	66,67
Total	30	100

ANEXO - I

PESQUISA SOCIOECONÔMICA

Invasão Tanque do Urubu - Bairro Jardim Cruzeiro

I - IDENTIFICAÇÃO DO MORADOR

TABELA 01 - Sexo do entrevistado.

Sexo	Quant.	%
Masculino	4	11,43
Feminino	31	88,57
Total	35	100

TABELA 02 - Estado civil do entrevistado.

Estado civil	Quant.	%
Casado/Companheiro(a)	7	20,00
Solteiro	23	65,71
Separado	5	14,29
Total	35	100

TABELA 03 - Faixa etária do entrevistado.

Faixa etária	Quant.	%
15 a 21 anos	2	5,71
22 a 39 ano	18	51,43
40 a 59 ano	12	34,29
mais de 60 anos	3	8,57
Total	35	100

TABELA 04 - Procedência do entrevistado.

Origem	Quant.	%
<i>Feira de Santana</i>	13	37,14
<i>Outros Municípios</i>	18	51,43
Amélia Rodrigues	1	2,86
Anguera	1	2,86
Antônio Cardoso	0	0,00
Amargosa	0	0,00
Araci	0	0,00
Baixa Grande	0	0,00
Bonfim de Feira	0	0,00
Bonfim de Vila Nova	0	0,00
Birtinga	0	0,00
Candeias	1	2,86
Capela do Alto Alegre	0	0,00
Cícero Dantas	0	0,00
Coração de Maria	0	0,00
Itaberaba	1	2,86
Itabuna	0	0,00
Ipecaetá	1	2,86
Ipirá	2	5,71
Itamaraju	0	0,00
Irecê	0	0,00

Irajuba	0	0,00
Itatim	0	0,00
Itororó	1	2,86
Jaguara	0	0,00
Jequié	0	0,00
Jequiriçá	0	0,00
Juazeiro	0	0,00
Maracás	1	2,86
Mairi	0	0,00
Milagres	1	2,86
Monte Santo	0	0,00
Morro do Chapéu	0	0,00
Mundo Novo	1	2,86
Pé de Serra	0	0,00
Piritiba	0	0,00
Planaltino	0	0,00
Poções	0	0,00
Porto Seguro	0	0,00
Quijingue	0	0,00
Riachão do Jacuípe	1	2,86
Rui Barbosa	1	2,86
Santo Amaro	1	2,86
Salvador	0	0,00
Santa Barbara	1	2,86
Seabra	0	0,00
Senhor do Bonfim	0	0,00
São Gonçalo dos Campos	0	0,00
Serra Preta	1	2,86
Serrinha	0	0,00
Tanquinho	2	5,71
Valença	0	0,00
<i>Outros Estados</i>	<i>4</i>	<i>11,43</i>
Alagoas	0	0,00
Ceará	1	2,86
Paraíba	0	0,00
Pernambuco	0	0,00
Sergipe	1	2,86
São Paulo	2	5,71
Total	35	100

TABELA 05- Sempre morou na localidade?

Tipo	Quant.	%
Sim	12	34,29
Não	23	65,71
Total	35	100

TABELA 06 - Tempo de moradia do entrevistado.

Tempo	Quant.	%
Menos de 1 ano	2	5,71
De 1 a 5 anos	8	22,86
Acima de 5 anos	25	71,43
Total	35	100

TABELA 07 - Tipo de moradia do entrevistado.

Tipo	Quant.	%
Próprio	26	74,29
Alugado	4	11,43
Cedido	5	14,29
Total	35	100

TABELA 08 - Escolaridade do entrevistado.

Escolaridade	Quant.	%
Analfabeto	3	8,57
1º grau incompleto	26	74,29
1º grau completo	0	0,00
2º grau incompleto	2	5,71
2º grau completo	4	11,43
Curso técnico	0	0,00
3º grau incompleto	0	0,00
3º grau completo	0	0,00
Total	35	100

II - A FAMÍLIA E A RESIDÊNCIA**TABELA 09 - Número de pessoas por família.**

Nº de pessoas/ família	Nº Membros	Imóveis	
		Quant.	%
Entre 01 e 03	29	12	34,29
01	1	1	2,86
02	10	5	14,29
03	18	6	17,14
Entre 04 e 06	88	18	51,43
04	28	7	20,00
05	30	6	17,14
06	30	5	14,29
Entre 07 e 09	37	5	14,29
07	28	4	11,43
08	0	0	0,00
09	9	1	2,86
Superior a 10	0	0	0,00
10	0	0	0,00
11	0	0	0,00
12	0	0	0,00
13	0	0	0,00
Total	154	35	100

TABELA 10 - Número de pessoas por domicílio.

Nº de membros/ domicílio	Nº Membros	Imóveis	
		Quant.	%
Entre 01 e 03	26	11	31,43
01	1	1	2,86
02	10	5	14,29
03	15	5	14,29
Entre 04 e 06	91	19	54,29
04	36	9	25,71
05	25	5	14,29

06	30	5	14,29
Entre 07 e 09	35	5	14,29
07	35	5	14,29
08	0	0	0,00
09	0	0	0,00
Superior a 10	0	0	0,00
10	0	0	0,00
11	0	0	0,00
12	0	0	0,00
13	0	0	0,00
Total	152	35	100

TABELA 11 - Número de cômodos por domicílio.

Nº de cômodos/ domicílio	Imóveis	
	Quant.	%
Entre 01 e 03	9	25,71
01	4	11,43
02	2	5,71
03	3	8,57
Entre 04 e 06	22	62,86
04	4	11,43
05	11	31,43
06	7	20,00
Superior a 07	4	11,43
07	4	11,43
08	0	0,00
Total	35	100

TABELA 12 - Distribuição da renda mensal da população por entrevistado e por família.

Faixa de renda	Renda do entrevistado		Renda familiar	
	Quant.	%	Quant.	%
Sem rendimento	7	20,00	0	0,00
Até 1/2 SM	13	37,14	5	14,29
Acima de 1/2 e 1 SM	6	17,14	12	34,29
Acima de 1 e 2 SM	7	20,00	14	40,00
Acima de 2 e 3 SM	2	5,71	2	5,71
Acima de 3 e 5 SM	0	0,00	2	5,71
Acima de 5 SM	0	0,00	0	0,00
Total	35	100	35	100

Observação: Valor do S.M. = R\$380,00

TABELA 13 - Ligação domiciliar de água.

Ligação	Quant.	%
Sim	31	88,57
Não	4	11,43
Total	35	100

TABELA 14 - Ligação domiciliar de esgoto sanitário.

Ligação	Quant.	%
Sim	7	20,00
Não	28	80,00
Total	35	100

TABELA 15 - Ligação domiciliar de energia elétrica.

Ligação	Quant.	%
Sim	35	100,00
Não	0	0,00
Total	35	100

TABELA 16 – Utensílios da casa do entrevistado.

Utensílios	Resposta positiva		Resposta negativa		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Geladeira	25	71,43	10	28,57	35	100
Fogão a Gás	35	100,00	0	0,00	35	100
Telefone	5	14,29	30	85,71	35	100
Televisão	35	100,00	0	0,00	35	100
Outros:	12	34,29	23	65,71	35	100
<i>DVD</i>	8	22,86	27	77,14	35	100
<i>Som</i>	4	11,43	31	88,57	35	100
<i>Video Game</i>	0	0,00	35	100,00	35	100
<i>Video Cassete</i>	0	0,00	35	100,00	35	100

III - A CIDADE E O TRABALHO**TABELA 17 - A cidade oferece condições de trabalho?**

Descrição	Quant.	%
Sim	7	20,00
Não	28	80,00
Total	35	100

TABELA 18 - Você trabalha perto de casa?

Descrição	Quant.	%
Sim	10	28,57
Não	25	71,43
Total	35	100

TABELA 19 - Quantas pessoas trabalham na família?

Nº de pessoas	Quant.	%
Nenhuma	6	17,14
Uma	19	54,29
Duas	10	28,57
Três	0	0,00
Quatro	0	0,00
Cinco	0	0,00
Total	35	100

TABELA 20 -Qual a atividade do entrevistado?

Descrição	Quant.	%
Desempregado	3	8,57
Saúde	1	2,86
Agente de Saúde	1	2,86
Auxiliar de Laboratório	0	0,00
Indústria, Comércio e Serviço	12	34,29
Advogado	0	0,00
Almoxarife	0	0,00

	Armador	0	0,00
	Artesão	0	0,00
	Assist. Administrativo	0	0,00
	Atendente	0	0,00
	Baba	0	0,00
	Cabeleireiro	0	0,00
	Carregador	0	0,00
	Comerciante	1	2,86
	Comerciaro	0	0,00
	Costureiro	1	2,86
	Doméstica	2	5,71
	Empacotador	0	0,00
	Estofador	3	8,57
	Feirante	0	0,00
	Lavadeira	0	0,00
	Manicure	0	0,00
	Marceneiro	0	0,00
	Mecânico	0	0,00
	Motorista	0	0,00
	Pedreiro	2	5,71
	Pintor de Automóvel	1	2,86
	Porteiro	0	0,00
	Serralheiro	0	0,00
	Serviços Gerais	2	5,71
	Vendedor(a)	0	0,00
	Vigilante	0	0,00
Autônomo		13	37,14
Educação		0	0,00
	Estudante	0	0,00
	Estagiário	0	0,00
	Professor	0	0,00
Outros		6	17,14
	Reciclador	0	0,00
	Badameiro	1	2,86
	Lavrador	0	0,00
	Aposentado	1	2,86
	Dona de casa	4	11,43
Total		35	100

TABELA 21 - Especificar emprego do entrevistado

Tipo	Quant.	%
Nenhum	23	65,71
Emprego fixo	4	11,43
Emprego temporário	1	2,86
Ambulante	0	0,00
Biscateiro	7	20,00
Outros	0	0,00
Total	35	100

TABELA 22 - Como você se locomove para o trabalho?

Meios de transporte	Quant.	%
Ônibus	1	2,86
Moto	0	0,00
Bicicleta	1	2,86
Andando	10	28,57
Outros	23	65,71
Total	35	100

IV - INDICADORES SOCIAIS DA LOCALIDADE**TABELA 23 - Você acha que às condições de vida melhorou na localidade?**

Descrição	Quant.	%
Sim	21	60,00
Não	14	40,00
Total	35	100

TABELA 24 - Você pretende continuar morando na localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	25	71,43
Não	10	28,57
Total	35	100

TABELA 25 - Você gosta da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	28	80,00
Não	7	20,00
Total	35	100

TABELA 26 - Na localidade tem escola?

Descrição	Quant.	%
Sim	22	62,86
Não	13	37,14
Total	35	100

TABELA 27 - Na localidade tem creche?

Descrição	Quant.	%
Sim	2	5,71
Não	33	94,29
Total	35	100

TABELA 28 - Na localidade tem posto de saúde?

Descrição	Quant.	%
Sim	3	8,57
Não	32	91,43
Total	35	100

TABELA 29 - A localidade tem boa iluminação?

Descrição	Quant.	%
Sim	28	80,00
Não	7	20,00
Total	35	100

TABELA 30 - A localidade tem serviço de limpeza e coleta de lixo?

Descrição	Quant.	%
Sim	31	88,57
Não	4	11,43
Total	35	100

TABELA 31 - Na localidade tem área de lazer?

Descrição	Quant.	%
Sim	0	0,00
Não	35	100,00
Total	35	100

TABELA 32 - Os equipamentos de lazer atendem as expectativas dos moradores?

Descrição	Quant.	%
Sim	1	2,86
Não	34	97,14
Total	35	100

TABELA 33 - Morar na localidade é seguro?

Descrição	Quant.	%
Sim	20	57,14
Não	15	42,86
Total	35	100

TABELA 34 - Existe violência na localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	14	40,00
Não	21	60,00
Total	35	100

TABELA 35 - Quais os fatores que promovem a violência?

Descrição	Quant.	%
Não opinou	20	57,14
Uso de drogas	3	8,57
Tráfico de drogas	11	31,43
Uso excessivo de bebidas	0	0,00
Uso de armas	1	2,86
TOTAL	35	100

TABELA 36 - O índice de violência na localidade é elevado?

Descrição	Quant.	%
Sim	29	82,86
Não	6	17,14
Total	35	100

TABELA 37 - Qual o nível de Segurança Pública na localidade?

Descrição	Quant.	%
Eficiente	6	17,14
Ineficiente	29	82,86
Total	35	100

TABELA 38 - Algum membro da família já foi atingido pela violência?

Descrição	Quant.	%
Sim	4	11,43
Não	31	88,57
Total	35	100

V - ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA LOCALIDADE**TABELA 39 - Na sua localidade existe alguma Organização Comunitária?**

Descrição	Quant.	%
Sim	2	5,71
Não	33	94,29
Total	35	100

TABELA 40 - A atuação da Organização Comunitária atente às expectativas dos moradores Da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	1	2,86
Não	34	97,14
Total	35	100

TABELA 41 - Algum membro da família participa de Organizações Comunitárias?

Descrição	Quant.	%
Sim	0	0,00
Não	35	100,00
Total	35	100

TABELA 42 - Algum membro da família já participou de reuniões para discutir com o Poder Público municipal o que fazer na sua comunidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	20	57,14
Não	15	42,86
Total	35	100

TABELA 43 - O Poder Público municipal é acessível e tem atendido às reclamações e solicitações da comunidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	17	48,57
Não	18	51,43
Total	35	100

TABELA 44 - As ações do Poder Público municipal têm atendido às expectativas dos moradores Da localidade?

Descrição	Quant.	%
Sim	17	48,57
Não	18	51,43
Total	35	100

ANEXO - J

ENTREVISTA COM O REPÓRTER EDROALDO DE MATOS – RADIO SOCIEDADE DE FEIRA DE SANTANA

Pesquisador: Prof. Ms. René Becker Almeida Carmo

Orientador: Prof. Dr. Edmilson Antonio Bizelli

Tema da Entrevista: A violência e a Criminalidade em Feira de Santana

Entrevistado: Edroaldo de Matos - Repórter da Rádio Sociedade de Feira de Santana

Local: Sede da Rádio Sociedade de Feira de Santana

Data: 24 de julho de 2008

Questões:

- 1) Como você observa a violência em Feira de Santana (FS)?
- 2) Na sua perspectiva, quais são os fatores que promovem a violência em FS?
- 3) Quais medidas são cabíveis e devem ser implementadas pelo Poder Público para minorar a violência em FS?
- 4) A Segurança Pública (Polícia Militar e a Civil) desenvolve ações eficazes para minorar a violência em FS?
- 5) Quais os Bairros mais violentos em FS?
- 6) Como a Sociedade Feirense reage à violência?
- 7) Por fim, como poderemos combater a violência?